

197

UNIVERSIDADE
AbERTA
PORTUGAL UNIVERSIDADE PÚBLICA
DE ENSINO A DISTÂNCIA
www.univ-ab.pt
EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO

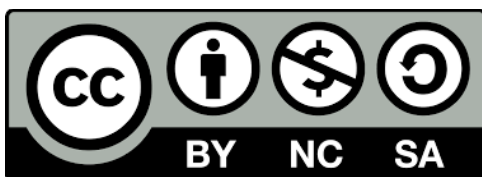


LÍNGUA PORTUGUESA

Instrumentos de Análise

INÊS DUARTE

ISBN: 978-972-674-604-1



Inês Duarte

LÍNGUA PORTUGUESA
Instrumentos de análise

Com a colaboração de
Maria João Freitas

Universidade Aberta
2000



INÊS DUARTE

Doutora em Letras na especialidade de Linguística Portuguesa (1987) e Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem feito investigação sobre Sintaxe do Português e Sintaxe Comparada e desenvolvido trabalho sobre contributos da Linguística para o ensino da língua materna e a formação inicial de professores.

Dos cerca de trinta títulos publicados nos últimos dez anos, destacam-se:

- "Romance Clitics and the Minimalist Program" (em colaboração). In Costa (org.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- "Ensino da Língua Materna: da Repetição de Modelos à Intervenção Educativa Cientificamente Fundamentada". In Reis *et alii* (orgs.) *Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*. Vol. 1, Coimbra:ILLP/Almedina, 2000.
- *A Língua Materna na Educação Básica: Competências Nucleares e Níveis de Desempenho* (em colaboração). Lisboa, ME/DEB, 1997.
- "Ordem de Palavras: Sintaxe e Estrutura Discursiva". In Brio *et alii* (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto, Campo das Letras, 1997.
- *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (em colaboração). Lisboa,Caminho, 1996.
- "A Topicalização em Português Europeu: Uma Análise Comparativa". In Duarte e Leiria (orgs.): *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Vol. 1, Lisboa, APL/Colibri, 1996.
- "Specificity of European Portuguese Clitics in Romance" (em colaboração). In Faria e Freitas (orgs.) *Studies on the Acquisition of Portuguese*. Lisboa, APL/Colibri, 1995.
- *Gramática da Língua Portuguesa* (em colaboração). 3.^a edição, Lisboa, Caminho, 1992.

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA** – 2000

Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147

1269-001 Lisboa – Portugal

www.univ-ab.pt

e-mail: cvendas@univ-ab.pt

TEXTOS DE BASE (cursos formais) N.º 197

ISBN: 978-972-674-604-1

9	Prefácio
	1. Língua, variação e normalização linguística
15	Língua, conhecimento da língua e uso da língua
21	Variação linguística
27	Normalização linguística
29	Anexo
33	Actividades
35	Sugestão de resolução das actividades propostas
	2. Gramática
41	Gramática como instrumento de regulamentação do comportamento linguístico
44	Gramática como descrição do conhecimento da língua
51	A organização da gramática
55	O papel da reflexão gramatical no ensino da língua materna
59	Actividades
61	Sugestão de resolução das actividades propostas
	3. O conhecimento das palavras
69	O que sabemos quando conhecemos uma palavra
74	Palavra e constituinte de palavra
78	Flexão
83	Processos de formação de novas palavras
90	Mais sobre o significado
96	Relações associativas, campos semânticos e famílias de palavras
100	Actividades
109	Sugestão de resolução das actividades propostas
	4. O conhecimento sintáctico
121	Intuições sobre a estrutura das combinações de palavras
131	Tipos de constituintes: categorias sintácticas
139	Relações gramaticais e processos de concordância

149	Ordem de palavras
157	Frases simples e frases complexas
176	Actividades
191	Sugestão de resolução das actividades propostas
5. O conhecimento fonológico	
215	Relações entre sons da fala e ortografia
221	Descrição e classificação dos sons da fala
228	Segmentos fonológicos
232	Processos fonológicos
238	Aspectos prosódicos
249	O papel da sílaba na estruturação do conhecimento fonológico
255	Actividades
271	Sugestão de resolução das actividades propostas
6. A interpretação das expressões linguísticas	
292	Relações semânticas entre proposições e propriedades semânticas
299	Referência e sentido
303	Expressões nominais definidas e indefinidas
307	Quantificação nominal
309	Independência vs dependência referencial
316	Tempo e aspecto
325	Actividades
333	Sugestão de resolução das actividades propostas
7. O uso da língua	
345	A actividade verbal como forma de acção
350	Uso da língua e contexto situacional
354	Participantes e estilo
357	Princípios que guiam o uso da língua
360	O dito e o implícito: implicaturas convencionais e conversacionais

364	Actividades
369	Sugestão de resolução das actividades propostas
	8. O oral e o escrito
379	Especificidades fonéticas e fonológicas do oral
382	Processos fonológicos frequentes na oralidade
388	Especificidades sintácticas do oral
391	Do oral ao escrito: a ortografia
402	Do oral ao escrito: a pontuação
412	Actividades
416	Sugestão de resolução das actividades propostas
421	Bibliografia

Página intencionalmente em branco

Prefácio

Pensado para professores dos 1º e 2º ciclos de escolaridade, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise* convida os formandos a desenvolverem uma nova forma de se relacionarem com a língua portuguesa: como observadores treinados, conscientes da complexidade dos factos linguísticos, e armados com instrumentos de análise que lhes permitam compreender as grandes regularidades da língua e os habilitem a identificar os problemas linguísticos evidenciados pelos seus alunos, sem o que não conseguirão propor as "terapêuticas" adequadas à sua resolução.

As descrições apresentadas são descrições do Português europeu padrão, uma vez que é esta variedade que constitui a língua de escolarização.

Todos os capítulos têm uma estrutura idêntica: no início de cada capítulo enunciam-se os objectivos do mesmo e os níveis de desempenho a atingir pelos formandos. O texto de cada capítulo está organizado em secções, sintetizadas num sumário. No final do capítulo, indicam-se leituras complementares, propõem-se actividades a realizar pelos formandos (actividades de tipo A) e, quando os temas o justificam, actividades que podem ser feitas em aula (actividades de tipo B), de que se apresentam as respectivas soluções.

Em anexo ao capítulo 1, figura uma lista de instrumentos de normalização linguística produzidos nos séculos XIX e XX, em que se incluem gramáticas, dicionários e textos relevantes sobre ortografia da língua portuguesa.

Na bibliografia geral encontram-se dois tipos de obras: obras clássicas da investigação em Linguística e obras de introdução às temáticas abordadas no livro.

A organização geral do livro, bem como os capítulos 1, 2, 3, 4, 6 e 7, são da autoria de Inês Duarte. O capítulo 5 é da autoria de Maria João Freitas. O capítulo 8 é de autoria conjunta. Agradeço à Professora Doutora Fátima Oliveira as observações que fez a uma versão preliminar do capítulo 6.

Página intencionalmente em branco

1. Língua, Variação e Normalização Linguística

Página intencionalmente em branco

Objetivos

Com o capítulo **Língua, Variação e Normalização Linguística** pretende-se sensibilizar os formandos para: (a) os conceitos de língua natural, língua materna e conhecimento da língua; (b) o carácter regular e regulado do conhecimento da língua; (c) os usos primário e secundário do conhecimento da língua; (d) a problemática da variação linguística, decorrente de factores geográficos, sociais, situacionais e históricos; (e) o processo de normalização linguística e o estatuto da língua padrão.

No final desta unidade, o formando deve ser capaz de:

- identificar e compreender os conceitos de língua natural, língua materna e conhecimento da língua;
- identificar e compreender o carácter regular e regulado do conhecimento da língua; encontrar no comportamento linguístico dos falantes evidências desse carácter;
- identificar a compreensão e a produção como as duas grandes vertentes do uso da língua;
- identificar e compreender a distinção entre uso primário e secundário do conhecimento da língua; avaliar as consequências pedagógicas desta distinção;
- compreender o conceito de variação linguística e identificar tipos de variação; reconhecer, no comportamento dos falantes, características dialectais, sociais e diafásicas; estar consciente do processo de mudança linguística e das suas consequências;
- compreender o conceito de língua padrão e o estatuto que esta variedade tem em cada sociedade;
- conhecer instrumentos de normalização linguística e compreender o papel da escola como difusora da língua padrão.

Página intencionalmente em branco

Introdução

Os dados acumulados pela investigação histórica e antropológica permitem-nos afirmar que não há (nem houve) sociedades humanas conhecidas que não disponham de uma língua natural.

Para os mitos e religiões de muitos povos, falar uma língua é aquilo que distingue os homens dos restantes animais. Povos há que consideram que antes de falar uma criança é uma «coisa», só adquirindo o estatuto de pessoa quando começa a usar a língua da comunidade a que pertence.

Por outras palavras, o binómio ser humano-linguagem verbal é uma constante na história das sociedades; a linguagem verbal é também uma constante nas representações que as sociedades humanas constroem do mundo que as rodeia, quer como tema de reflexão, quer como instrumento através do qual registam tais representações.

Neste capítulo, iniciaremos a reflexão sobre o que é conhecer uma língua e usá-la, insistindo no carácter regular e regulado desse conhecimento. Por outro lado, introduziremos a problemática da variação linguística, referindo as consequências da variação a que um professor tem de estar particularmente atento.

1.1 Língua, Conhecimento da Língua e Uso da Língua

A presença de linguagem em todas as sociedades humanas conhecidas sugere que ela é um produto da evolução biológica da espécie: em nenhuma sociedade animais se encontram sistemas de comunicação com as características da linguagem humana; em contrapartida, não se conhecem sociedades humanas desprovidas de linguagem.

Como todos sabemos, a linguagem humana realiza-se em manifestações particulares a que os linguistas chamam **línguas naturais**, por oposição a linguagens artificiais como sistemas lógicos e matemáticos (*e.g.*, cálculo de predicados de primeira ordem) ou linguagens de programação (*e.g.*, basic).

Uma língua natural é **língua materna** de uma comunidade linguística quando é ela que as crianças nascidas nessa comunidade desenvolvem espontaneamente como resultado do processo de aquisição da linguagem. Exemplificando, o Português é a língua materna da maioria das crianças nascidas em Portugal em 1990.

Existem actualmente entre 4000 e 8000 línguas faladas por comunidades linguísticas, embora a dimensão de tais comunidades varie enormemente. Assim, de acordo com dados do *World Almanac* de 1986 e da edição de 1985 da *Encyclopedia Britannica* citados em Fromkin & Rodman (1988), o Chinês Mandarim, o Inglês, o Hindi, o Espanhol e o Russo são falados por mais de duzentos milhões de pessoas; em contrapartida, o Apache (língua ameríndia falada no estado de Oklahoma) conta menos de 10 falantes, o Havaiano cerca de 250, o Lapão (falado nas zonas setentrionais da Noruega, da Finlândia e da Rússia) aproximadamente 35 000 e o Islandês 218 000.

Por vezes, as fronteiras de uma comunidade linguística coincidem com as fronteiras de um estado: é este o caso do Islandês. Outras vezes, uma língua é língua materna numa região sem autonomia política: é esse o caso do Catalão, em Espanha e França. Inversamente, uma língua pode ser língua materna em vários estados, como acontece com o Português, o Inglês ou o Espanhol. Finalmente, razões políticas podem levar a considerar línguas diferentes dialectos (ver adiante) da mesma língua, como acontece com o Flamengo e o Neerlandês.

Os estudos de tipologia linguística, iniciados pelos comparativistas e pelos neogramáticos no século XIX, permitiram agrupar esta imensa diversidade de línguas (e também línguas mortas, i.e., que já não constituem a língua materna de nenhuma sociedade humana actual, como acontece com o Latim) em famílias, constituídas a partir da filiação numa língua-mãe comum. Assim, o Português pertence ao ramo itálico-românico da grande **família** das línguas indo-europeias, ramo de que fazem igualmente parte o Espanhol, o Catalão, o Provençal, o Francês, o Italiano e o Romeno.

A acumulação de dados disponíveis sobre um grande número de línguas veio mostrar que, sob uma aparente diversidade e variação sem limites, as línguas são sistemas singularmente semelhantes. Para dar alguns exemplos, a esmagadora maioria das línguas:

- usa a distinção consoante/vogal para construir a forma fónica das palavras;
- dispõe de formas de situar temporalmente os acontecimentos num eixo básico que distingue passado de não passado (*e.g.*, *fiz vs faço, farei*);
- possui formas que permitem negar uma asserção (*e.g.*, *o João saiu vs o João não saiu*);
- dispõe de processos de construção de interrogativas (*e.g.*, *O João saiu?, Quem saiu?*)

- categoriza as palavras nas classes principais nome e verbó;
- constrói frases complexas através de coordenação e subordinação.

A existência de **propriedades universais**, características da linguagem em geral e presentes de formas específicas em cada língua natural, pode-nos levar a compreender melhor a uniformidade do processo de aquisição da linguagem na criança, seja qual for a língua-alvo.

Foquemos agora a atenção no Português, assumindo por enquanto que a língua portuguesa é um sistema homogêneo, i.e., sem diferenças significativas entre grupos de falantes que decorram de variáveis geográficas, sociais ou situacionais.

Ter o Português como língua materna significa ter desenvolvido espontaneamente um sistema de conhecimento que mobilizamos quando ouvimos outros falantes do Português, quando com eles falamos, ou quando «pensamos em Português». Por outras palavras, um falante nativo do Português atingiu como resultado do processo de aquisição da linguagem um sistema de conhecimento que associa de uma forma específica cadeias fónicas a significados. Assim, as crianças inseridas na comunidade linguística portuguesa desenvolvem espontaneamente o conhecimento da língua portuguesa, mostrando muito rapidamente um comportamento evidenciador de que compreendem o que é dito à sua volta, e sendo capazes de assumir, num espaço de tempo relativamente curto, um comportamento verbal que satisfaz as suas necessidades comunicativas. Estabelecendo uma analogia, tal como naturalmente começam a andar como resultado do seu crescimento, assim também desenvolvem um sistema de conhecimento que lhes permite compreender o que ouvem e falar.

É claro que o conhecimento que os falantes do Português desenvolvem espontaneamente não é consciente: é **intuitivo** ou implícito, i.e., não existe no falante consciência das propriedades desse sistema. Contudo, tal sistema tem propriedades surpreendentes, que referiremos com mais pormenor no próximo capítulo. Mas atentemos desde já numa delas: conhecer uma língua é ter desenvolvido um saber regular e regulado. Assim, por sermos falantes nativos do Português, sabemos, por exemplo, que podemos usar o grupo consonântico [br] para «fabricar» palavras portuguesas como *branco*, *embruxar* ou *lebre*, mas não [tj](que, no entanto, pode ser usado para fabricar palavras inglesas como *child*, *purchase* ou *reach*); sabemos igualmente que as desinências flexionais ocorrem à direita dos radicais (contrariamente ao que acontece, por exemplo, em Suaíli); sabemos também que o artigo definido precede o nome, ao contrário do que se passa em Norueguês (*o livro* vs *boken*).

Muitos fenómenos de **sobregeneralização** (i.e., de extensão aos casos excepcionais dos padrões regulares) observados quer na linguagem infantil quer em variantes populares constituem uma evidência de que o nosso conhecimento intuitivo da língua é regular e regulado. Assim acontece na linguagem infantil com formas como *dizi* por *disse* (aplicação do modelo regular *aprender/aprendi*) ou *a mapa* por *o mapa* (aplicação do modelo regular em que *-a* constitui uma marca do feminino); assim acontece em variantes populares do Português com formas como *há-des* por *hás-de* (reanálise da forma como uma palavra só e aplicação do modelo regular da flexão sufixal) ou *ouvistes* por *ouviste* (por regularização da segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, única desprovida da desinência *-s*).

O carácter regular e regulado do conhecimento da língua manifesta-se também na capacidade que temos de distinguir expressões do Português de outras que o não são — i.e., de emitir **juízos de gramaticalidade**. Exemplificando, estaremos todos de acordo em que **Os meninos comeu o gelado* não é uma sequência de palavras legítima em Português (facto que assinalamos por convenção antepondo o símbolo asterisco à sequência em causa), visto que na nossa língua o verbo tem de concordar em pessoa e número com o sujeito e na sequência em análise não existe concordância de número.

Outra evidência do carácter regular e regulado do conhecimento da língua é a nossa capacidade de compreender palavras desconhecidas, formadas através de processos morfológicos regulares. Exemplificando, todos serão capazes de atribuir a uma palavra que provavelmente nunca ouviram antes, como *desenfeitiçar*, um significado parafraseável por «fazer com que alguém deixe de estar enfeitiçado» e de classificá-la como um verbo.

Finalmente, a capacidade que temos de compreender e produzir frases que nunca ouvimos (ou lemos) antes constitui um importante indício do carácter regular e regulado do conhecimento que temos da nossa língua. Assim, é provável que nunca tenham ouvido ou lido antes uma frase como *Os amigos que o João diz que encontrou no Festival de Cinema de Tróia convidaram-no para fazer um passeio na Reserva do Estuário do Sado*; contudo, ao lê-la agora são capazes de a interpretar (i.e., de lhe atribuir um significado); inversamente, não creio que eu própria tenha alguma vez ouvido ou lido esta frase antes de a produzir para efeitos exemplificativos neste texto.

O **conhecimento da língua**, um dos subsistemas que fazem parte da nossa organização mental, constitui o suporte da nossa acção linguística prática como **ouvintes, interlocutores e locutores** (cf. capítulo 7). O uso que fazemos desse conhecimento desdobra-se em duas grandes vertentes: a **compreensão** e a **produção** de expressões em Português. Quando funcio-

namos como ouvintes (*e.g.*, quando fazemos parte da audiência numa conferência ou quando somos espectadores de uma transmissão radiofónica ou televisiva em Português) e como interlocutores (*i.e.*, quando se espera que venhamos a assumir um comportamento verbal ou não verbal como resposta ao discurso que nos está a ser dirigido), defrontamo-nos com a tarefa de associar a um *continuum* fónico um determinado significado; por outras palavras, temos de realizar um trabalho de processamento de sinais fónicos de que resultará a determinação das palavras, a identificação dos padrões de combinação das mesmas e a interpretação a atribuir à sequência. Quando funcionamos como locutores, ou seja quando tomamos a palavra, por exemplo, numa conversa espontânea, numa exposição ou num debate, enfrentamos uma tarefa distinta: a de planear um discurso e de o formatar linguisticamente, «oferecendo»-o aos nossos interlocutores ou ouvintes sob a forma final de uma cadeia fónica.

Como certamente repararam, no parágrafo anterior só se refere o uso **oral** da língua, *i.e.*, a compreensão e a produção de discurso oral. Tal opção radica no facto de sabermos que o modo de ser **primário** da linguagem humana é o oral, ou seja, aquele em que a voz humana é usada como sinal. Dois argumentos corroboram esta afirmação.

Em primeiro lugar, embora todas as sociedades humanas conhecidas possuam (ou tenham possuído) uma língua natural, nem todas desenvolveram sistemas simbólicos de representação da sua língua, *i. e.*, **sistemas de escrita** (ver capítulo 8).

Em segundo lugar, o resultado do processo de aquisição da linguagem é um sistema de conhecimento que possibilita o uso oral: compreender o que ouvimos e falar. Pelo contrário, nem as crianças nem os adultos desenvolvem espontaneamente, por mera imersão numa comunidade linguística, a capacidade de compreenderem e produzirem discurso escrito, sendo necessário ensino formal para que aprendam a ler e a escrever.

O **escrito** é, por isso, um modo **secundário** da linguagem humana, significando esta afirmação não uma subalternização do papel da leitura e da escrita nas sociedades contemporâneas, mas a constatação de que o escrito não é uma consequência natural do crescimento do ser humano como organismo vivo, antes se trata de uma conquista histórica e cultural das sociedades humanas, pelo que tem de ser ensinada e aprendida.

Mas após ensino e treino formal, mobilizamos também o nosso conhecimento da língua na compreensão e na produção de representações escritas de cadeias fónicas. Ou seja, paralelamente aos usos primários da língua que constituem a compreensão do oral e a expressão oral, perfilam-se os usos secundários de compreensão do escrito (**leitura**) e de produção escrita (**escrita**).

A figura 1 representa a relação entre o conhecimento da língua e os usos primário e secundário que dele fazemos:

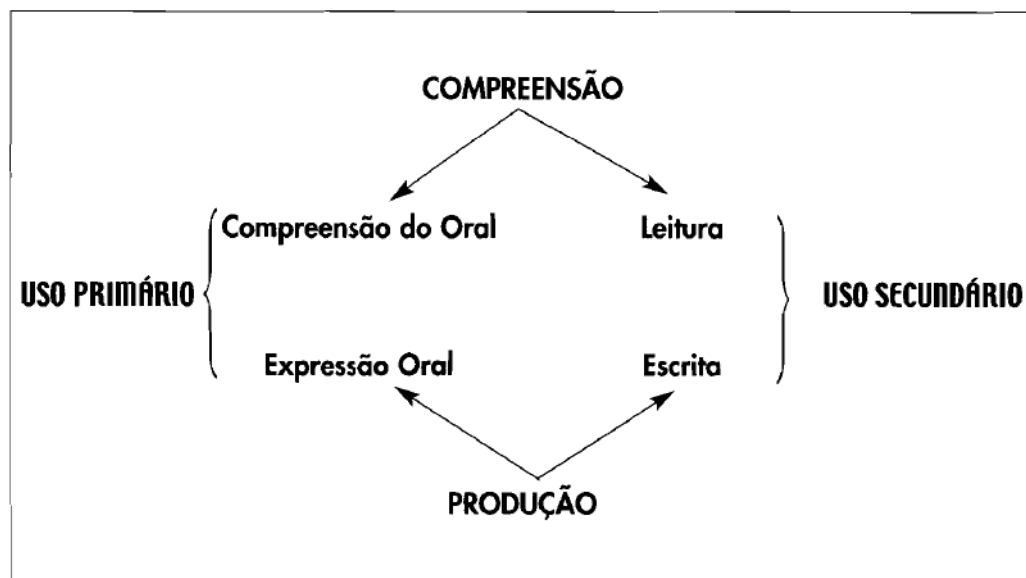


Figura 1 – Conhecimento da Língua: Usos Primário e Secundário

Embora o nosso comportamento verbal decorra, no essencial, do sistema de conhecimento que o suporta, outras variáveis o condicionam igualmente. Por outras palavras, se o conhecimento da língua define os limites estruturais do que pode ser dito, variáveis culturais e sociais, específicas de cada cultura, determinam o que é adequado dizer em cada situação em que agimos verbalmente. Assim, por exemplo, há sociedades em que certas palavras, consideradas tabu, não podem ser produzidas senão pelos jovens que já passaram pelo teste da virilidade: são interditas a crianças, adolescentes e mulheres. Em cada sociedade, as diferentes formas de tratar o interlocutor reflectem o reconhecimento do estatuto social e institucional do mesmo e da relação de poder existente entre locutor e interlocutor: não usamos *você* para nos dirigirmos a um professor na sala de aula ou a um juiz no tribunal, nem *Vossa Eminência* para nos dirigirmos a um padre. Abordaremos este tema no capítulo 7.

Sumário:

Em síntese:

- a linguagem humana é uma das características biológicas da espécie, caracterizável através de um conjunto de propriedades, denominadas propriedades universais;
- as línguas naturais são manifestações concretas da linguagem humana;
- o conhecimento intuitivo da língua é o resultado natural do processo de aquisição da linguagem;
- o conhecimento intuitivo da língua tem um carácter regular e regulado, evidenciado, por exemplo, na capacidade de emitir juízos de gramaticalidade, de atribuir significado a palavras novas construídas de acordo com padrões regulares e de compreender e produzir frases nunca antes ouvidas;
- este sistema de conhecimento é mobilizado na actividade linguística dos falantes, que se desdobra nas vertentes de compreensão e produção;
- o uso primário da língua é o oral, o secundário o escrito.

Actividades: p. 33.

1.2 Variação linguística

A mera observação do que se passa à nossa volta permite-nos concluir que a língua portuguesa não é homogénea, i.e., apresenta áreas mais ou menos extensas de variação, imputáveis a factores de diferente natureza.

Consideremos em primeiro lugar as diferentes nações ou estados em que o Português é língua oficial. O Português falado em Portugal (denominado Português europeu, PE) e o falado no Brasil (Português brasileiro, PB) apresentam diferenças fonológicas, lexicais e sintácticas muito evidentes.

Para dar alguns exemplos, o processo de redução do vocalismo átono (ver capítulo 5) actua mais radicalmente no PE do que no PB, como podemos observar comparando a forma fónica das palavras *palavra*, *belíssimo* e

popular: [pə'lavrɐ] vs [pa'lavrɐ]; [bɨ'lisimu] vs [be'lisimu]; [pupu'lar] vs [popu'laR]; quanto ao léxico comum, comparem-se os verbos de utilização corrente *apanhar* vs *pegar* (em expressões como *apanhar um autocarro/um livro/um resfriado* (PE) vs *pegar um ônibus/um livro/um resfriado* (PB)); no que diz respeito à sintaxe, atente-se na colocação dos pronomes átonos em frases como *Diga-me* (PE) vs *Me diga* (PB); relativamente às formas de tratamento, enquanto em PE se mantêm e distinguem no seu uso as formas *tu* e *você*, em PB só a forma *você* é generalizadamente usada. Estas diferenças são imputáveis a vários factores, entre os quais avultam as línguas com que o Português entrou em contacto durante a história da colonização do Brasil (línguas indígenas da família tupi-guarani e línguas africanas da zona da África ocidental (como o Yoruba) e do grupo bantu, faladas pelos escravos) e nos séculos XIX e XX, devido à imigração em massa de espanhóis, italianos, alemães, polacos e japoneses.

Também as variedades africanas do Português que vão emergindo nos novos países de língua oficial portuguesa, embora ainda insuficientemente estudadas, parecem possuir propriedades que as distinguem quer do PE quer do PB. Este facto é esperado, uma vez que nestes países, e contrariamente ao que se verifica em Portugal e no Brasil, a maioria da população não tem o Português como língua materna mas sim como língua segunda, sendo a sua língua materna um crioulo de base lexical portuguesa (por exemplo, em Cabo Verde) ou uma língua africana (em Moçambique, 75.6% da população tem como língua materna uma das seguintes línguas do grupo bantu: Makua (27.8%), Changana (24.4%), Sena (9.3%), Lomwe (7.8%), Shona (6.5%), Tswa (6.0%) e Shuabo (5.7%); o Português é língua materna de 1.2% da população)¹. Assim, no Português falado pelas camadas mais escolarizadas em Moçambique, ocorrem com regularidade fenómenos não detectáveis nem na variedade europeia nem na brasileira, como a utilização de passivas dativas (e.g., *a rapariga foi dada uma capulana*) ou o uso de formas de infinitivo flexionado dependentes de verbos modais (e.g., *eles podem estudarem e não aproveitam*).

Outro factor de variação linguística é o factor **geográfico**. Os diferentes usos de uma língua em diferentes regiões denominam-se **dialectos** e a variação linguística associada a factores regionais denomina-se variação **dialectal**, geolinguística ou **diatópica**.

Embora o espaço nacional seja notavelmente homogéneo do ponto de vista linguístico quando comparado com outros países europeus, registam-se diferenças dialectais, sobretudo de natureza fonética e lexical, que importa ter em conta.

De acordo com a classificação baseada em critérios fonéticos proposta por Lindley Cintra², no Português falado no continente, que evoluiu e se indi-

¹ Estes dados são retirados de MINED & EMS (1986): *Atlas Geográfico*. Volume 1. 2.ª edição revista e actualizada. INDE: Maputo.

² Lindley Cintra, L. F. (1971): «Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses». In *Boletim de Filologia*.

vidualizou a partir do Galego-Português, distinguem-se dois grandes grupos dialectais: o dos dialectos setentrionais, mais conservadores do ponto de vista linguístico, e o dos dialectos centro-meridionais. Os primeiros distinguem-se dos segundos:

- (a) pela ausência da oposição entre [v] e [b], a chamada “troca do *v* pelo *b*”, que leva a realizações do tipo [bɐ'sowɾɐ] para *vassoura* e, por hipercorreção, a realizações como ['voj] para *boi*;
- (b) pela realização ápico-alveolar de [s] e [z], conhecida como a “pronúncia do *s* beirão”;
- (c) pela manutenção da oposição fonológica entre [tʃ] (representado na escrita como *ch*) e [ʃ] (representado na escrita como *x*), que leva a realizações como ['tʃavɨ] para *chave* e ['ʃajlɨ] para *xaile*;
- (d) pela conservação do ditongo [ow], que leva a realizações como ['dowɾu] para *Douro*.

Os dialectos centro-meridionais, menos conservadores, simplificaram o sistema de sibilantes em favor das duas realizações pré-dorsodentais que caracterizam o Português padrão ([s] e [z]) e apresentam como característica identificadora a monotongação do ditongo [ej] em [e], originadora de pronúncias como ['ferɐ] para *feira*³.

Além disso, sobrevivem ainda no território continental, ao longo da fronteira do Nordeste transmontano, dialectos do Asturo-Leonês, a língua que era falada no reino de Leão: o Rionorês e o Guadramilês, no concelho de Bragança, e o Mirandês, no concelho de Miranda do Douro, falado por cerca de 12 000 pessoas e recentemente reconhecido como língua minoritária⁴.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira existem dialectos que apresentam afinidades com os dialectos centro-meridionais, sendo de destacar o dialecto falado na ilha da Madeira por possuir características fonéticas inovadoras, que não se encontram presentes em nenhum dialecto continental, como é o caso da ditongação das vogais acentuadas [i] e [u] que leva a pronúncias como ['fɛjɫɐ] para *filha* ou ['lɐwɐ] para *lua*.

Outro factor de variação linguística é o factor **social**. A pertença dos falantes a grupos sociais e profissionais, caracterizados por certos níveis culturais e de escolarização, condiciona os sistemas de conhecimentos e crenças que adquirem e traduz-se em comportamentos diversificados, no âmbito dos quais se incluem usos diferenciados da língua. A variação linguística relacionada com factores de natureza social denomina-se **variação social** ou **diastrática**.

Considerando a variável nível de escolarização, detectam-se características específicas dos grupos situados em cada extremo relativamente às formas de

³ Para uma caracterização mais completa, consulte-se Cintra (1971).

⁴ Sobre as características fonéticas destes dialectos, bem como dos dialectos insulares referidos adiante, veja-se Barros Ferreira, M. *et alia* (1996): “Variação Linguística: Perspectiva Dialectológica”. In Faria, Pedro, Duarte & Gonçalves (orgs.): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 1996.

tratamento, ao léxico, a particularidades fonológicas, morfológicas e mesmo sintáticas. Assim, por exemplo, formas de tratamento como *miga* (corruptela de *amiga*) ou *vizinha*, o uso de certos vocábulos (*vou fazer o comer/ comer está pronto? vs vou fazer a comida/a comida está pronta?*) e expressões (*derivado a vs devido a*), a actuação de processos que alteram quer a qualidade dos sons quer a estrutura silábica das palavras (*sarralheiro vs serralheiro; rabuçado vs rebuçado; carapinteiro vs carpinteiro; gasoilo vs gasóleo*), a regularização de padrões flexionais (*ouvistes, dissestes vs ouviste, disseste*), a preferência por uma concordância verbal de natureza semântica e não sintática (*a gente vamos sair vs a gente vai sair, uma dúzia de ovos custam para cima de cem mil réis vs uma dúzia de ovos custa para cima de cem mil réis*) são algumas características da variedade do Português europeu utilizada por falantes com baixo nível de escolaridade.

Refira-se ainda que o grau de formalidade da situação discursiva e a modalidade de uso utilizada (oral ou escrito) determinam, em cada falante, uma variação dos **estilos** ou **registos de língua** utilizados. A variação relacionada com factores situacionais, de índole pragmática, denomina-se **variação diafásica**.

O reportório dos estilos dominados por cada falante adulto deve permitir-lhe comportar-se verbalmente de forma adequada a cada situação em que é chamado a interagir com outros membros da mesma comunidade linguística ou a exprimir-se oralmente ou por escrito. Assim, por exemplo, na conversa espontânea com familiares e amigos é ridículo utilizar quer formas de tratamento quer vocabulário ou expressões adequadas a situações de comunicação caracterizadas por um elevado grau de formalidade (*e.g., Vossa Excelência; uma inteligência preclara; reclinado no leito; procrastinar a reunião;...*) e é permitido e esperado o uso de palavras e de formas sincopadas que o mesmo falante, ao proferir uma conferência, se abstém de utilizar (*e.g., esse tipo chateia-me, tão a ver?*).

Na generalidade das sociedades que dispõem de uma língua dita de cultura, i.e., com uma longa tradição escrita, uma das variedades geográficas e sociais adquire maior prestígio e é erigida em **norma** ou **língua padrão**. A importância da língua padrão não advém de características linguísticas que mereçam a sua valorização relativamente às outras variedades em presença, mas sim do papel que passa a desempenhar na sociedade em questão. Na realidade, a língua padrão é a variedade que passa a funcionar como **língua oficial** (i.e., a língua dos negócios do estado), **de cultura** (i.e., constitui o modelo para a escrita e é ela que é utilizada na produção cultural e científica) e **de escolarização** (i.e., o ensino é ministrado nessa variedade e é ela que se espera que os alunos utilizem quando são avaliados).

Em geral, a língua padrão é, simultaneamente, uma variedade geográfica e social. Assim, no caso do Português europeu, a norma é a variedade utilizada

no eixo geográfico Lisboa-Coimbra pelas camadas mais cultas da população; no caso do Português brasileiro, a variedade que se impôs como padrão é a utilizada pelas camadas mais cultas do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Outro factor de variação linguística é o **tempo**. Como resultado da interacção de diversos factores, a língua de uma comunidade linguística vai mudando ao longo do tempo. Entre tais factores contam-se as reanálises (não conscientes) que cada geração de falantes faz, durante o processo de aquisição da linguagem, da língua em que está imerso; a mudança resultante destas reanálises afecta aspectos estruturais da língua (tanto fonológicos quanto morfológicos e sintácticos). Um exemplo de um processo de mudança desta natureza foram as formas do futuro do indicativo e do condicional que, no Português antigo, eram formas analíticas constituídas pelo infinitivo do verbo principal e por formas abreviadas do presente e do imperfeito do verbo auxiliar (*h*)*aver* (e.g., *amar (h)ei*) e que, no Português clássico, eram já sentidas como formas sintéticas, devido à reanálise do verbo auxiliar como desinência do verbo principal.

Na área lexical, o contacto com outras línguas e culturas, inovações técnicas, tecnológicas e científicas e novas necessidades sociais têm efeitos sobre o léxico da língua, que se alarga com novas palavras. Assim, por exemplo, entraram no Português no princípio do século muitas palavras importadas do Francês para designar novos espaços e ocupações sócio-profissionais (e.g., *restaurante, garagem, gare, chofer, ...*).

Por outro lado, o prestígio associado a certas formas em concorrência com outras leva à eliminação das consideradas menos prestigiantes. O processo de relatinização da língua portuguesa ocorrido durante o século XVI, como consequência do movimento humanista, constitui um bom exemplo pela extensão e pelos efeitos duradouros: este movimento condenou ao desaparecimento muitas formas vernáculas, em favor de formas eruditas, mais próximas do étimo latino – assim aconteceu, por exemplo, com *marteiro, frol, groria, sustantivo*, substituídas pelas formas mais prestigiadas *martírio, flor, glória, substantivo*. A variação linguística ocorrida nas línguas ao longo do tempo é denominada **variação histórica** ou **diacrónica**.

Um aspecto interessante da variação diacrónica é que ela é detectável, por exemplo, em gerações diferentes de falantes pertencentes ao mesmo grupo social, co-existent num determinado momento do tempo. Assim, por exemplo, no Português europeu contemporâneo, falantes cultos mais idosos aceitam dificilmente o fenómeno denominado Subida do Clítico⁵ com verbos modais, enquanto os das gerações mais jovens o aceitam e produzem (e.g., gerações mais velhas: *podes dar-me*; gerações mais jovens: *podes dar-me* ou *podes-me dar*).

Porque a língua se encontra em permanente processo de mudança, quando nas produções dos falantes cultos duma comunidade linguística numa dada época

⁵ Este fenómeno consiste na ocorrência de um pronome átono junto de um verbo auxiliar ou principal que precede o verbo de que o pronome depende.

⁶ Este processo de formação de relativas, em que a preposição é suprimida, tem sido denominado estratégia Relativa Cortadora.

⁷ In *Diário de Lisboa, A Mosca*, 05/01/1990: p. 2. Apud Peres, J. A. & T. Mória (1995): *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. P. 290.

se verifica uma acumulação daquilo que é considerado erro na língua padrão, tal fenómeno constitui em geral um sintoma de que está em curso um processo de mudança num determinado subsistema da variedade padrão. É isso que parece estar a acontecer no Português europeu contemporâneo com a formação de orações relativas preposicionadas. São em cada vez maior número os falantes cultos que produzem, na oralidade, orações relativas como *o hotel que eu estive neste verão* em vez de *o hotel em que eu estive neste verão*⁶, e começam mesmo a surgir, na escrita deste grupo de falantes, relativas deste tipo — veja-se, por exemplo, “*Foram momentos embaraçosos que o próprio Noriega acabou por pôr fim, entregando-se às autoridades americanas (...)*”⁷ em vez de *Foram momentos embaraçosos a que o próprio Noriega acabou por pôr fim, entregando-se às autoridades americanas*. O facto de esta estratégia começar a ser usada na escrita por falantes cultos é um sintoma de que a língua padrão poderá vir a aceitar, durante um certo período de tempo, ambas as estratégias, até que uma delas se imponha relativamente à outra.

Sumário:

Em síntese:

- a língua falada por qualquer comunidade linguística não é homogénea;
- a variação detectável numa língua pode ser imputada a factores geográficos (variação dialectal), sociais (variação social), situacionais (variação diafásica) e históricos (variação diacrónica);
- nos diversos estados em que o Português é língua materna e ou oficial, diversos factores conduziram à constituição de diferentes variedades nacionais, destacando-se de entre elas o Português europeu e o Português brasileiro;
- no Português europeu é importante distinguir dois grandes grupos de dialectos, os setentrionais, mais conservadores linguisticamente, e os centro-meridionais;
- numa língua de cultura como é o Português, uma variedade é erigida em modelo para os usos linguísticos dos falantes;
- essa variedade, a norma ou língua padrão, é utilizada nas instituições políticas e administrativas do Estado, na escrita e na escola.

Actividades: p. 33.

1.3 Normalização linguística

A identidade e a difusão da língua padrão supõem a produção de **instrumentos de normalização linguística**, cuja função é descrever a estrutura e o léxico dessa variedade, bem como fixar as regras do seu registo escrito: contam-se entre os mais importantes **gramáticas, dicionários, tratados de ortografia e prontuários ortográficos**.

No caso da língua portuguesa, o processo de normalização linguística acompanha o movimento geral ocorrido durante o Renascimento, decorrente da valorização das línguas vernáculas em detrimento do Latim, e fortemente influenciado pela invenção da imprensa, que constituiu uma condição indispensável para o alargamento da comunidade de falantes alfabetizados.

Assim, a primeira gramática do Português foi publicada em 1536: a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, obra que fornece indicações preciosas sobre o Português quinhentista e que foi caracterizada pelo autor como a «primeira anotação da língua portuguesa». Em 1539, João de Barros publica a *Cartinha para Aprender a Ler*, seguida em 1540 da *Gramática da Língua Portuguesa*, que inclui o *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*. Quer nas duas primeiras obras, de carácter eminentemente didáctico, quer na terceira, João de Barros descreve as características individualizadoras da língua portuguesa relativamente ao Latim, a outras línguas românicas (em particular ao Castelhana, língua fortemente presente na corte portuguesa da época) e a línguas orientais com que o Português começava a entrar em contacto.

Em 1562-63, Jerónimo Cardoso publica o primeiro dicionário da língua portuguesa, com entradas ordenadas alfabeticamente (de *a* a *zurro*), o *Dictionarium ex Lusitano in Latiniū Sermonem*.

Quanto aos tratados de ortografia, Pero Magalhães Gândavo publica, em 1574, o *Diálogo em Defensão da Língua Portuguesa*, a que se segue, em 1576, a *Orthografia da Língua Portuguesa* de Duarte Nunes de Lião.

Desde então, os estudos publicados sobre a estrutura, o léxico e a ortografia da língua portuguesa deram origem a uma forte e diversificada tradição gramatical luso-brasileira, infelizmente menos conhecida dos professores de língua portuguesa do que seria desejável (ver adiante Anexo).

A generalização da escolaridade básica a todos os cidadãos, o contacto entre povos, culturas e línguas, a massificação da informação cultural, tecnológica e científica vieram colocar novos desafios linguísticos.

Assim, a **escola** defronta-se hoje, na generalidade das sociedades ocidentais, com o problema de levar falantes de variedades sociais e geográficas distintas da língua padrão a acederem a esta, sob pena de os condenar a

uma marginalização social. Em sociedades com **minorias linguísticas**, o problema agrava-se, visto que a língua de escolarização é distinta da língua materna dos alunos: em Portugal este é o caso das minorias caboverdianas que, embora percentualmente sejam pouco significativas (menos de 5% dos alunos que frequentam a escolaridade básica), estão fortemente concentradas em escolas da região de Lisboa.

No que respeita ao repertório de formas lexicais da língua, as inovações tecnológicas e científicas, que se processam a um ritmo cada vez mais rápido, têm como consequência a introdução contínua de um grande número de estrangeirismos (na época actual, essencialmente importados do Inglês). Esta realidade exige a elaboração e actualização permanente de **terminologias técnicas e científicas**, desejavelmente aceites por todos os países de língua oficial portuguesa, sem o que as soluções encontradas em cada país e em cada caso podem ser díspares e, muitas vezes, disparatadas (veja-se, na terminologia corrente dos utilizadores de computadores, *salvar um ficheiro* em vez de *guardar um ficheiro*; na terminologia gramatical, *frase*, em Português europeu, *vs sentença*, tradução directa do termo *sentence*, em traduções do Inglês publicadas em Português brasileiro).

Assinale-se, finalmente, que, cada vez mais, os instrumentos de normalização linguística têm de ser sensíveis à distinção entre língua oral e língua escrita e entre situações informais e formais de uso da língua. Na realidade, a preservação de uma língua de cultura como património e instrumento de identificação de uma comunidade nacional não se compadece nem com atitudes laxistas de oralização anarquizante nem com tentações puristas, ao arrepio das grandes tendências de mudança linguística: os estudiosos da língua e os professores desempenham um papel fundamental em tal preservação.

Sumário:

Em síntese:

- a identidade e a difusão da língua padrão exigem a construção de instrumentos de normalização linguística;
- os primeiros instrumentos de normalização da língua portuguesa datam do século XVI: gramáticas, dicionários, tratados de ortografia;
- nas sociedades contemporâneas, a escola e as terminologias técnicas e científicas têm um papel essencial no processo de normalização linguística.

Actividades: p. 34.

ANEXO

Gramáticas, dicionários e estudos de ortografia especialmente relevantes (séculos XIX-XX)

GRAMÁTICAS

Gramáticas filosóficas

Jerónimo Soares Barbosa (1822) *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Real Academia das Sciencias.

Gramáticas históricas⁸

José Joaquim Nunes (1919) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. Fonética e Morfologia*. Lisboa: Livraria Teixeira. 2ª edição (1930) e 3ª edição (1945) revistas. [De orientação neogramática]

Manuel Said Ali (1921) *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. [De orientação modernista]

Joseph Huber (1933) *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg: Carl Winters. Tradução portuguesa, *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1986. [De orientação neogramática]

Edwin Williams (1938) *From Latin to Portuguese. Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press/Oxford: Oxford University Press. Tradução portuguesa, *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Nacional do Livro. 1961. [De orientação neogramática]

Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1972) *The Portuguese Language*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press. Versão portuguesa, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão/Polilivro. 1975. [De orientação estruturalista, alterna descrições sincrónicas e diacrónicas].

Gramáticas sincrónicas

Epiphânio da Silva Dias (1918) *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: A. M. Teixeira/Porto: Tipografia Sequeira. 5ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1970. [Apesar do título, estudo sincrónico filiado na tradição normativa]

⁸ Cf. Martins, A. M. (1996) "Gramáticas Históricas do Português". In Duarte, I. e M. Miguel (orgs) *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Vol. III*. Lisboa: APL/Colibri. Pp. 53-71.

Manuel Said Ali (1927) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. [Filiada na tradição normativa]

Pilar Vasquez Cuesta & Maria Albertina Mendes da Luz (1949) *Gramática Portuguesa*. Madrid: Ricardo Aguiler. 3ª edição corrigida e aumentada. Madrid: Gredos. 1971. Tradução portuguesa, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70. 1980. [Filiada na tradição normativa]

Bechara, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª edição Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. [Combina a orientação tradicional normativa com a orientação estruturalista]

Cunha, Celso (1969) *Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão. [Combina a orientação tradicional normativa com a orientação estruturalista]

Maria Helena Mateus, Ana Maria Brito, Inês Silva Duarte & Isabel Hub Faria (1983) *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina. 2ª edição revista e aumentada, Lisboa: Caminho. 1989. [Gramática descritiva, combina uma orientação generativista na descrição sintáctica, morfológica e fonológica, com uma orientação funcionalista na descrição de factos semânticos e pragmáticos]

Cunha, Celso & Luís Filipe Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. [Combina a orientação tradicional normativa com a orientação estruturalista]

DICIONÁRIOS

Dicionários gerais e etimológicos⁹

Antenor Nascentes (1932) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2 vols. Rio de Janeiro.

Cândido de Figueiredo (1899) *Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 vols. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão. 24ª edição, *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Bertrand. 1991.

António Morais da Silva (1949/59) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10ª edição revista, aumentada e actualizada. 12 vols. Lisboa: Confluência.

José Pedro Machado (1981) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 12 vols + 1 vol. de actualização. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa/Amigos do Livro. 2ª edição. 6 vols. Lisboa: Círculo de Leitores. 1991/Lisboa: Publicações Alfa. 1991.

⁹ Cf. Correia, M. (1996): "Dicionário de Língua Portuguesa. Lista não Exaustiva de Títulos Disponíveis". In Faria, I. H. & M. Correia (orgs) *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Vol. 1*. Lisboa: APL/Colibri. I. Pp. 279-286.

Aurélio Buarque da Holanda Ferreira (1975) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1986.

Dicionários de regências

Francisco Fernandes (1940) *Dicionário de Verbos e Regimes*. 35ª edição. Rio de Janeiro: Globo. 1985.

Francisco Fernandes (1948) *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*. 20ª edição. Rio de Janeiro: Globo. 1987.

Celso Pedro Luft (1987) *Dicionário Prático de Regência Verbal*. São Paulo: Ática.

Francisco da Silva Borba (1991) *Dicionário Gramatical de Verbos*. São Paulo: UNESP.

ESTUDOS SOBRE ORTOGRAFIA

Aniceto Gonçalves Viana & G. Vasconcellos Abreu (1885) *Bases da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Aniceto Gonçalves Viana *et alii* (1911) «Relatório». In *Diário do Governo*, 312 de 12 de Setembro de 1911. [Reforma Ortográfica de 1911]

F. Rebelo Gonçalves (1947) *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*. Coimbra: Atlântida.

Leituras complementares

BARROS FERREIRA, M.

- 1992 «Dialectologia da Área Galego-Portuguesa». In Ferronha A. L. (org): *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: IN-CM, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e União Latina, pp. 30-38.

MARQUILHAS, R.

- 1992 «Constituição e Elaboração da Língua Portuguesa». In Ferronha, A. L. (org): *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: IN-CM, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e União Latina, pp. 24-29.

Actividades

Língua, Conhecimento da Língua e Uso da Língua

A

1. Justifique a seguinte afirmação:

Sob a aparente diversidade, as línguas naturais apresentam propriedades comuns.

2. A língua que resulta do processo natural de aquisição da linguagem denomina-se _____.
3. O conhecimento da língua é _____ da nossa organização mental que suporta _____ nas suas vertentes de _____ e _____.
4. Apresente duas razões que justifiquem a seguinte afirmação:

O modo primário da linguagem humana é o oral.

Variação linguística

A

1. Apresente exemplos que mostrem diferenças entre a norma europeia e a norma brasileira do Português (obs: não considere diferenças ortográficas).
2. Dê exemplos de usos diferentes da língua portuguesa decorrentes de factores sociais.
3. «Há algumas gerações, para colorir as faces, as senhoras usavam *carmin*; mais tarde, o pó utilizado passou a ser chamado *rouge*; actualmente, o mesmo pó é denominado *blush*».

[Marquilhas, R. (1992): «Constituição e Elaboração da Língua Portuguesa». In Ferronha (org): Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo. Lisboa: IN-CM, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e União Latina].

Identifique o tipo de variação linguística presente neste exemplo e comente-o.

Normalização linguística

A

1. Vá a uma biblioteca e procure nos ficheiros gramáticas da língua portuguesa, dicionários de Português e tratados de ortografia, vocabulários e prontuários ortográficos. Requisite os que encontrar e consulte-os, para se aperceber da estrutura típica de tais instrumentos de normalização e do tipo de informação que eles contêm.
2. Vá a uma biblioteca e procure nos ficheiros dicionários de termos técnicos e terminologias técnicas e científicas. Requisite alguns e consulte-os, para se aperceber da estrutura típica destes instrumentos de normalização e do tipo de informação que eles contêm.

Sugestões de resolução das actividades propostas

Língua, Conhecimento da Língua e Uso da Língua

A.

1. Esta afirmação encontra a sua justificação na presença de propriedades universais, comuns a todas as línguas naturais conhecidas. Entre estas propriedades figuram o uso de um número restrito de sons para construir as palavras (em média, entre 20 e 40), a utilização da distinção consoante-vogal, a organização do vocabulário em nomes e verbos, a distinção entre tempo passado e não passado, a possibilidade de construir frases negativas e interrogativas, bem como frases complexas.
2. A língua que resulta do processo natural de aquisição da linguagem denomina-se língua materna.
3. O conhecimento da língua é o subsistema da nossa organização mental que suporta o uso da língua nas suas vertentes de compreensão e produção.
- 4.1 Não se conhece nenhuma sociedade humana que não use uma língua natural para comunicar; contudo, conhecem-se muitas sociedades que não desenvolveram nenhum sistema de representação escrita dessa língua.
- 4.2 Como resultado do processo de aquisição da linguagem, as crianças adquirem espontaneamente o domínio oral da sua língua materna; contudo, não adquirem espontaneamente o domínio escrito da mesma.

Variação linguística

A.

1. Exemplos possíveis são:

Formas de tratamento:

- (a) Uso de *você* em vez de *tu* (*Você acha?* em contextos em que um português diz *Tu achas?*);

Aspecto fónico:

- (b) Presença de um [i] epentético para «destruir» grupos de consoantes pouco naturais (PB: [p[i]'neu], [ɐb[i]'ftratu]; PE: ['pneu], [ab'ftratu]);
- (c) Ditongação das vogais tónicas [a] e [ɛ] em sílaba final terminada em -s ou -z: PB: ['mɛjs], ['dɛjz]; PE: [mɛs], [dɛz];

Aspecto morfológico

- (d) Perda da 2ª pessoa do singular da flexão verbal no PB: *você sabia isso?* em contextos em que o PE exige *tu sabias isso?*;
- (e) Perda da flexão casual dos pronomes pessoais: uso de *ele* e *para mim* (*eu vi ele na festa, faz isso para mim*) em contextos em que o PE exige as formas acusativa e dativa do pronome pessoal (*vi-o na festa, faz-me isso*);

Aspecto sintático

- (f) Tendência para o preenchimento da posição de sujeito em contextos em que o PE o omite;
- (g) Redução da forma *é que*, utilizada em interrogativas, a *que* (PB: *quando que você vem?*; PE: *quando é que vens?*);

Aspecto lexical

- (h) Utilização de sufixos diferentes na formação de palavras derivadas: *fumante* (PB) vs *fumador* (PE);
- (i) Palavras diferentes no léxico do dia-a-dia: *chopp* (lê-se ['jopi]) vs *imperial*; *ônibus* vs *autocarro*; *autopista* vs *auto-estrada*.

2. Exemplos possíveis são:

Nível baixo de escolarização

Nível superior de escolarização

(a) *fáçamos, supônhamos*

façamos, suponhamos

(b) *há-dem fazer*

hão-de fazer

(c) *levas-a* (soando ['levɛzɐ])

leva-la

(d) *quer-se dizer* (corruptela de *quer isso dizer*)

quer dizer

(e) *amandar a bola*

atirar a bola

- 3. É um caso de variação histórica. O exemplo mostra o papel decrescente do Francês (língua de que foram importadas as duas primeiras palavras) e o papel crescente do Inglês como língua-origem de empréstimos.

2. Gramática

Página intencionalmente em branco

Objetivos

Com a unidade **Gramática** pretende-se sensibilizar os formandos para dois conceitos diferentes de gramática: normativa e descritiva. Pretende-se igualmente sensibilizá-los para a natureza e complexidade do conhecimento da língua, de que decorre a organização igualmente complexa da gramática.

A concluir a unidade, serão apresentados argumentos a favor do papel da reflexão gramatical no ensino da língua materna.

No final desta unidade, o formando deve ser capaz de:

- identificar a concepção instrumental e normativa de gramática;
- compreender as características e os objectivos deste tipo de gramáticas;
- analisar e avaliar as consequências deste tipo de gramáticas no conhecimento da estrutura da língua e no ensino da língua materna;
- identificar a concepção descritiva de gramática e a concepção de gramática como descrição do conhecimento intuitivo da língua;
- compreender as características e os objectivos deste tipo de gramáticas;
- analisar e avaliar as consequências deste tipo de gramáticas no conhecimento da estrutura da língua e no ensino da língua materna;
- identificar e compreender propriedades específicas da linguagem humana (sistema combinatório discreto, sistema hierarquizado, sistema que usa mnemónicas categoriais na formulação dos padrões de combinação das unidades);
- analisar e avaliar consequências destas propriedades na descrição gramatical que se propõe;
- identificar e compreender os vários módulos em que se organiza a gramática e os tipos de conhecimento da língua que os mesmos descrevem;
- identificar e compreender o papel da reflexão gramatical no ensino da língua materna;
- identificar e compreender argumentos a favor da importância de tal papel;
- analisar e avaliar as consequências de tal papel na sua prática pedagógica.

Página intencionalmente em branco

Introdução

Os comentários típicos dos não especialistas sobre o comportamento linguístico próprio e alheio exprimem-se em fórmulas do tipo «falar bem» ou «falar mal», «ter facilidade de expressão» ou «ter dificuldade de expressão». As duas primeiras avaliam, ainda que de um modo não totalmente consciente, o respeito ou desrespeito pelas regras gramaticais da língua, compiladas na respectiva gramática. Mas o que se tem entendido exactamente por **gramática**?

Na longa e rica tradição de reflexão sobre a linguagem humana de que somos herdeiros, diferentes têm sido os conceitos de gramática e o papel que lhe tem sido atribuído no ensino — desde a sua omnipresença nos currículos medievais, a par da lógica e da retórica, até ao estatuto subalterno de algo que se evita fazer ou que só se faz envergonhadamente.

Nas páginas que se seguem, acompanharemos duas visões radicalmente diferentes da gramática, explorando algumas das suas consequências para a nossa compreensão da estrutura e funcionamento das línguas naturais e para o ensino da língua materna.

2.1 Gramática como instrumento de regulamentação do comportamento linguístico

Numa tradição que remonta aos gramáticos alexandrinos e que se tornou dominante no ensino da língua materna, a gramática foi concebida como um **instrumento** com uma dupla finalidade: regulamentar o comportamento linguístico dos falantes e permitir-lhes aceder à compreensão de textos literários.

Dionísio de Trácia (século I) escrevia, na sua *Arte da Gramática*: «A gramática é o conhecimento prático dos usos característicos dos poetas e prosadores.» É evidente nesta afirmação o estatuto instrumental atribuído à gramática, encarada como um meio posto à disposição dos ouvintes e leitores para compreender e apreciar esteticamente os usos linguísticos dos criadores literários.

Associada a esta concepção, partilhada por gramáticos latinos como Donato e Prisciano (séculos V e VI), autores de referência obrigatória no ensino da gramática do Latim durante toda a Idade Média, era central, nesta corrente de pensamento gramatical, a ideia de que a mudança linguística era um mecanismo de corrupção da língua. Tomando como ponto de referência os séculos áureos das respectivas literaturas, tanto alexandrinos como romanos consideravam que o estádio da língua manifestado nas epopeias homéricas

(para o Grego) e na prosa e poesia de Cícero e Virgílio (para o Latim) correspondiam à perfeição, que um para eles incompreensível mecanismo de mudança ia progressivamente corrompendo e fazendo entrar em decadência. Compreende-se, assim, o afastamento entre o objecto de análise destes gramáticos – língua literária de séculos passados – e a língua (por eles considerada «degenerada») usada pelos leitores dos seus textos gramaticais e a preocupação de, através da sistematização gramatical, contribuírem para regulamentar e aperfeiçoar o comportamento linguístico dos falantes.

Embora correntes de pensamento gramatical muito mais estimulantes tenham marcado a história da tradição ocidental de reflexão sobre a linguagem, foi esta concepção instrumental, conservadora e **normativa** de gramática que maior influência exerceu no ensino da língua materna. Tal concepção está representada, por exemplo, numa gramática pedagógica dos anos sessenta destinada ao 2º ciclo do ensino liceal:

A Gramática Portuguesa estuda os elementos constitutivos da língua portuguesa, acima referidos [os sons, a palavra, a frase], e dá as normas, baseadas no uso que dela fizeram ou fazem os bons escritores, para a escrevermos e falarmos com *correção, clareza e pureza*.

Nunes de Figueiredo & Gomes Ferreira, *Compêndio de Gramática Portuguesa*, 3ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1968, p. 20.

Mais adiante, define-se o que se entende por correção, clareza e pureza:

A linguagem será **correcta**, se se observarem rigorosamente as regras da sintaxe.

A linguagem será **clara**, se se empregarem palavras de fácil inteligência e compreensão.

A linguagem será *pura* ou *vernácula*, se as suas construções e o seu léxico forem genuinamente nacionais e autorizadas pelos que bem falam e escrevem.

Id: pp. 289, 291.

Expressões avaliativas como «bons escritores», «bem falam e escrevem», regras gramaticais («normas») legitimadas no uso dos «bons escritores», combate a estrangeirismos consagrados pelo uso (na mesma obra recomenda-se que se evitem palavras e expressões como *constatar, destacar, barco à vela* e se usem em vez delas os vernáculos *verificar, distinguir, barco de vela*), eis alguns dos ingredientes típicos desta concepção gramatical.

A rejeição desta concepção de gramática pela generalidade das correntes linguísticas do século XX, mais do que na visão regulamentadora do comportamento linguístico dos falantes, baseia-se no facto de muitas das normas constantes deste tipo de gramáticas:

- (a) não terem em conta os efeitos da mudança linguística, sobrepondo atemporalmente dados de vários estádios de língua; por exemplo, na obra citada as abonações que ilustram os preceitos gramaticais abrangem um período de quatro séculos destacando-se, pela quantidade, citações de *Os Lusíadas*;
- (b) privilegiarem como variante a língua escrita literária;
- (c) não se fundarem numa descrição organizada sistematicamente dos padrões de construção que caracterizam as expressões bem formadas da língua. O seguinte excerto da mesma gramática exemplifica esta última crítica:

Por vezes, o interrogativo que aparece nas interrogativas directas precedido de o:

O que dizes?

Todavia esta forma é considerada incorrecta, ainda que bons escritores, como Herculano, a usassem.[...]

Ibid: pp. 132-133

Numa época em que o uso já tinha consagrado *o que* como pronome interrogativo, tanto em interrogativas directas como em indirectas, continua a avaliar-se esta forma como incorrecta, à luz de um critério que não é explicitado.

Sumário:

Em síntese:

- a concepção instrumental, conservadora e normativa de gramática foi a que maior influência exerceu no ensino da língua materna;
- a principal crítica a esta concepção advém de as normas gramaticais impostas aos falantes não se fundarem numa descrição sistemática dos padrões de construção que caracterizam as expressões bem formadas da língua, não terem em conta os efeitos da mudança linguística e privilegiarem a variante escrita literária.

Actividades: p. 59.

¹ Vejam-se as seguintes definições de língua e fala, propostas por Saussure no *CLG*:

Língua: «É simultaneamente um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade pelos indivíduos.» «(...) É um sistema de signos distintos que correspondem a ideias distintas.» (...) «É um tesouro depositado, pela prática da fala, nos indivíduos que pertencem a uma mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exactamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos.» [Saussure, *CLG*: 25, 26, 30]

Fala: «(...) é um acto individual de vontade e de inteligência, em que convém distinguir: 1ª as combinações através das quais o sujeito falante utiliza o código da língua para exprimir o seu pensamento pessoal; 2º o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações.» [Id.: 30-31]

Como as definições mostram, o termo fala tem aqui um sentido técnico, designando o uso individual da língua por cada falante, incluindo, por isso, tanto a compreensão e produção oral como a escrita.

² Veja-se a este propósito a seguinte afirmação de Leonard Bloomfield, um expoente da linguística descritivista americana:

«(...) Para qualquer estudo linguístico é de importância primordial saber que a escrita não é a mesma coisa do que a linguagem. A incapacidade de estabelecer esta distinção foi um dos principais factores que impediram que a ciência linguística tivesse tido o seu início nos séculos XVII e XVIII.» [Bloomfield, *Linguistic Aspects of Science*: 6].

2.2 Gramática como descrição do conhecimento da língua

A Linguística do século XX opõe-se a esta concepção, apostando na elaboração de **gramáticas descritivas**. A elaboração deste tipo de gramáticas assenta em distinções conceptuais propostas e aceites desde o início do século, devidas em grande medida ao trabalho fundador do linguista suíço Ferdinand de Saussure:

- (a) A distinção entre **língua**, como património comum a uma dada comunidade linguística e **fala**, como realização individual da língua¹;
- (b) A distinção entre **língua escrita** e **língua falada** e o reconhecimento do primado do oral sobre o escrito, uma vez que todas as comunidades humanas conhecidas dispunham/dispõem de uma língua natural, embora nem todas elas tivessem desenvolvido um sistema de representação escrita da sua língua²;
- (c) A distinção entre **sincronia linguística** e **diacronia**, i.e., entre a língua como realidade presente e estável para os falantes de uma comunidade linguística numa dada época histórica e a evolução sofrida pela língua ao longo do tempo³;
- (d) A adopção do **uso** consagrado pela comunidade linguística como critério demarcador das construções pertencentes à língua e das que a ela não pertencem;
- (e) A separação entre objectivos de descrição gramatical e juízos avaliativos de natureza sociocultural ou estética relativos a construções ou produções linguísticas.

Nesta perspectiva, assume-se que a gramática deve descrever os padrões de construção da língua de um modo tão rigoroso e exaustivo quanto possível, usando para o efeito amostras consideradas representativas da língua e recorrendo, quando necessário, a informantes (i.e., a falantes nativos dessa língua) convidados a pronunciar-se sobre o estatuto e a interpretação de enunciados.

Como resultado de investigação desenvolvida em várias áreas a partir dos anos cinquenta, a gramática começa a ser concebida como descrição do **conhecimento da língua** (ver capítulo 1), mantendo-se as preocupações de rigor e de cobertura (i.e., número e tipo de fenómenos descritos) que caracterizavam as gramáticas descritivas⁴.

Nesta concepção o foco da investigação linguística desloca-se para a caracterização de um subsistema mental, cujas propriedades se pretende descrever.

A gramática surge então como uma resposta à seguinte questão: que tipo de «engenharia» suporta o conhecimento intuitivo que os falantes têm da sua língua e explica a rapidez e uniformidade com que a adquirem espontaneamente e a usam criativamente como locutores, ouvintes e interlocutores?

Identifiquemos, portanto, numa primeira aproximação, gramática com a descrição da «engenharia» que caracteriza o conhecimento da língua e suporta o uso que dele fazem os falantes.

Uma primeira resposta à questão acima formulada consistiu na descoberta de que a linguagem humana é dos poucos sistemas do mundo natural que se pode caracterizar como um **sistema combinatório discreto** – i.e., a sua gramática dispõe de um conjunto finito de elementos distintos que se combinam para formar unidades mais vastas, cujas propriedades são diversas das dos elementos que as constituem. Exemplificando, a palavra *mar* tem propriedades que não se encontram nos segmentos [m], [a], [r] que se combinam para a formar: nomeadamente, enquanto à primeira é possível atribuir uma categoria sintáctica e um significado, aos últimos não é.

Outra característica dos sistemas combinatórios discretos, igualmente presente na linguagem humana, é a **recursividade**. Nos sistemas com esta propriedade, é possível formar um número ilimitado de expressões, pelo uso reiterado das regras de combinação do número finito de elementos que as constituem. Já no século XIX o filósofo alemão Georg von Humboldt se tinha apercebido de que as línguas naturais fazem um uso infinito de meios finitos. Este uso infinito de meios finitos é paradigmático em lengalengas infantis, em que a reiteração do mesmo processo de combinação de palavras permite a continuação (teoricamente *ad infinitum*) da lengalenga, como se pode observar no seguinte excerto de *O Castelo de Chuchurumel*:

Aqui está a chave
Que abre a porta
Do castelo
De Chuchurumel
Aqui está o cordel
Que prende a chave
Que abre a porta
Do castelo
De Chuchurumel
Aqui está o sebo
Que unta o cordel
Que prende a chave
Que abre a porta
Do castelo

³ Vejam-se as seguintes considerações sobre sincrónico/sincronia e diacrónico/diacronia: «(...) a língua é um sistema de puros valores que nada determina para além do estado momentâneo dos seus termos. (...) É *sincrónico* tudo o que diz respeito ao aspecto estático da nossa ciência, *diacrónico* tudo o que respeita às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução.» «(...) para o sujeito falante a (...) sucessão [dos factos de língua] no tempo é inexistente: ele encontra-se perante um estado. Por isso o linguista que pretende compreender esse estado deve fazer tábua rasa de tudo o que o originou e ignorar a diacronia. Não pode entrar na consciência dos falantes senão suprimindo o passado.» [Saussure, *CLG*: 116, 117]

⁴ Vejam-se as seguintes citações de Noam Chomsky: «(...) Uma gramática de uma língua tem por objectivo ser a descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte idealizado.» [Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*: 4] «(...) podemos pensar no conhecimento que uma pessoa tem de uma língua particular como um estado da mente, realizado com base na combinação de mecanismos físicos. Consideramos língua-I como «aquilo que é conhecido» por uma pessoa neste estado de conhecimento. Este sistema finito, a língua-I, é aquilo que a gramática (...) pretende caracterizar.» [Chomsky, *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*: 57]

De Chuchurumel
 Aqui está o rato
 Que roeu o sebo
 Que unta o cordel
 Que prende a chave
 Que abre a porta
 Do castelo
 De Chuchurumel
 [...]

No caso acima exemplificado, a reiteração do processo de formação de orações relativas permite a construção de frases cada vez mais longas. Uma consequência evidente deste uso infinito de meios finitos é a de que é impossível estabelecer qual a frase mais comprida possível de uma língua, pois existe sempre a possibilidade de a tornar ainda mais comprida.

Mas a gramática da linguagem humana tem outra propriedade inesperada para o falante comum: as combinações de elementos que formam unidades mais vastas não são meras sequências lineares. Ilustremos esta afirmação com um exemplo simples. Dada a frase *Os miúdos gostam de gelados*, um falante comum convidado a pensar sobre o modo como ela é formada terá provavelmente a tentação de dizer que se escolhe a palavra *os*, junta-se à direita desta a palavra *miúdos*, junta-se à direita desta a palavra *gostam*, e assim sucessivamente.

Esta versão ingênua corresponde a um **modelo de estados finitos** (ou de Markov), que se pode explicar simplificadamente imaginando um mecanismo constituído por listas de palavras e por transições entre as listas, como se vê na Figura 1:

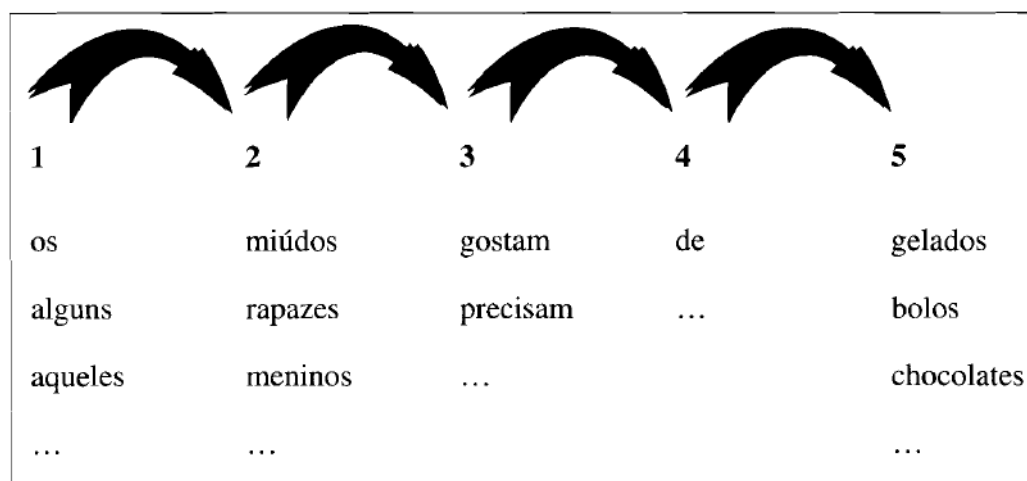


Figura 1 – Modelo de Estados Finitos

No exemplo em questão, o mecanismo escolheria *os*, na lista 1; transitaria para a lista 2, onde escolheria *miúdos*; transitaria para a lista 3, onde escolheria *gostam*; transitaria para a lista 4, onde escolheria *de* e, finalmente, transitaria para a lista 5, onde escolheria *gelados*.

Por muito plausível que esta concepção do processo de combinação de elementos linguísticos para formar unidades mais vastas possa parecer, o facto é que existem argumentos que mostram que ela não é nem correcta nem realista. Retenha-se que um mecanismo que forma cadeias markovianas, como o descrito na figura 1, dificilmente volta atrás e não guarda na memória elementos das transições por que já passou à espera de que eles venham a ser necessários mais adiante.

Ora, em primeiro lugar, voltar atrás e ser capaz de estabelecer **nexos entre elementos não contíguos** na cadeia falada são propriedades que caracterizam a engenharia que suporta a linguagem humana: são operações a que recorreremos continuamente quando planeamos e interpretamos expressões linguísticas. Exemplificando, um modelo markoviano não consegue descrever a combinação de palavras de uma frase com conjunções correlativas como *Não só o João leu o artigo como o comentou brilhantemente, uma vez que seria necessário que o mecanismo retivesse na memória não só, na primeira transição, para o associar a como, na sexta transição (ver capítulo 4).* Do mesmo modo, um modelo markoviano não consegue descrever a combinação de palavras de uma frase como *O que achas que a Maria vai oferecer ao Pedro?*, pois seria necessário que o mecanismo guardasse na memória *o que*, na primeira transição, até encontrar a posição a que o deve associar – a posição de objecto directo do verbo *oferecer*, na oração subordinada, sete transições adiante (ver capítulo 4).

Em segundo lugar, um modelo markoviano não consegue descrever a razão pela qual certas expressões são **ambíguas**, i.e., têm mais do que uma interpretação. Considere-se a frase *Ele trouxe o livro da biblioteca*. Qualquer falante do Português atribui a esta frase duas interpretações diferentes, parafraseáveis por: «Foi o livro da biblioteca (e não outro livro qualquer) que ele trouxe»; «Foi o livro que ele trouxe da biblioteca (e não outra coisa qualquer)». Ora a ambiguidade desta frase não é imputável à presença de elementos polissémicos ou homónimos (ver capítulo 3). Ela deve-se exclusivamente a razões **estruturais**, ou seja, ao modo como se combinaram as palavras para formar tal frase. Intuitivamente, a primeira interpretação corresponde ao processo de combinação em que *da biblioteca* se combina directamente com *o livro*, para formar a unidade *o livro da biblioteca*, com a relação gramatical de objecto directo, enquanto a segunda interpretação corresponde ao processo de combinação em que *o livro* e *da biblioteca* permanecem como duas unidades distintas, com duas relações gramaticais diferentes.

Assim, estes três tipos de factos levam-nos a concluir que o processo de combinação de elementos usado pela gramática não é meramente linear, da esquerda para a direita, antes envolve uma noção de **estrutura hierárquica** ausente nos modelos markovianos.

Outra das características da gramática da linguagem humana é o uso de «mnemónicas». As mnemónicas em questão são **categorias**, que servem para classificar os elementos da língua e que são simultaneamente usadas na formulação dos padrões de combinação de segmentos, morfemas e palavras: os elementos são classificados em certas categorias, em função das suas propriedades, e os padrões de combinação, extremamente simples e económicos, são definidos através de tais categorias. Exemplificaremos este procedimento com a combinação de segmentos fónicos para formar sílabas, antecipando conceitos e processos descritos com mais pormenor no capítulo 5.

Através das categorias **vogal**, **semivogal** e **consoante**, classificam-se todos os sons que cada língua usa para formar sílabas, morfemas e palavras. Paralelamente, a gramática «define» sílaba como o resultado da combinação hierárquica de duas unidades, uma das quais é complexa, que podemos descrever do seguinte modo: a unidade complexa sílaba (= σ) obtém-se pela combinação de uma unidade simples (chamemos-lhe A) com uma unidade complexa (chamemos-lhe R) que, por sua vez, resulta da combinação de uma unidade simples Nu com outra unidade simples Cd (ver capítulo 5).

Assim, a estrutura resultante deste processo de combinação pode visualizar-se de um dos três modos representados na figura 2:

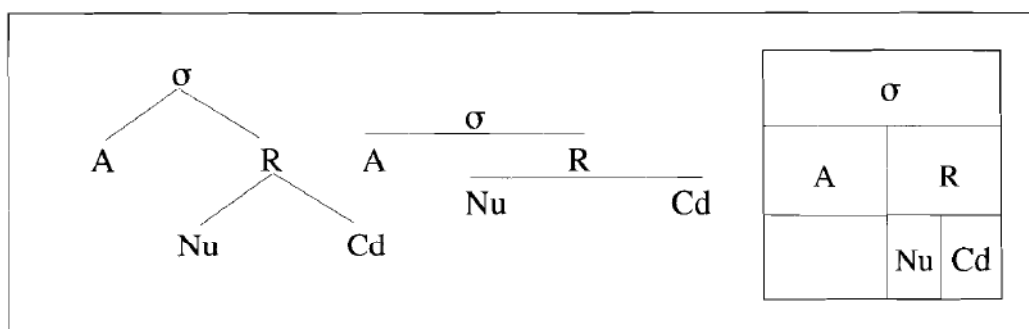


Figura 2 – Formas de Representação da Estrutura Hierárquica da Sílaba

Na sílaba existem então três posições disponíveis: A, Nu e Cd. A gramática especifica que A e Cd, as posições periféricas, podem ou não ser preenchidas, e que Nu, a posição central, tem obrigatoriamente de ser preenchida, e

define que, em Português, A só pode ser ocupada por consoantes, Nu por vogais e semivogais, Cd por consoantes. Uma vez que todos os sons usados pela língua estão classificados como vogais, semivogais ou consoantes, a gramática pode então formar todas as sílabas possíveis da língua portuguesa, desde a mais simples, em que apenas a posição Nu está preenchida (como acontece com a sílaba inicial das palavras *amarelo* ou *Évora*), até às mais complexas, em que todas as posições estão preenchidas (como acontece com as sílabas sublinhadas nas palavras *brusco* e *rapais*).

Estas propriedades das gramáticas das línguas naturais são uma das chaves mais importantes para a compreensão do «mistério» da rápida e uniforme aquisição da linguagem pelas crianças, do processo de desenvolvimento que desemboca no conhecimento da língua do falante adulto e do uso criativo que todos fazemos desse conhecimento.

Sumário:

Em síntese:

- por oposição às gramáticas normativas, as gramáticas descritivas têm como objectivo descrever os padrões de construção da língua de um modo tão rigoroso e exaustivo quanto possível;
- tal descrição tem como suporte:
 - as distinções conceptuais entre língua e fala, língua escrita e língua falada (com reconhecimento do primado do oral sobre o escrito), sincronia e diacronia;
 - a adopção do uso consagrado como critério;
 - a separação entre objectivos de descrição gramatical e juízos avaliativos de natureza sociocultural ou estética;
- concebida como descrição do conhecimento da língua, a gramática procura responder à seguinte questão: que tipo de «engenharia» suporta o conhecimento intuitivo que os falantes têm da sua língua e explica a rapidez e uniformidade com que a adquirem espontaneamente e a usam criativamente?
- do ponto de vista formal, a gramática é um sistema combinatório discreto, i.e., um mecanismo finito (em número de elementos e processos de combinação dos mesmos) que permite a formação de um número infinito de expressões resultantes da combinação reiterada desses elementos;
- as expressões formadas pela combinação de elementos não são meramente sequências lineares, antes são dotadas de estrutura hierárquica (cf. constituintes descontínuos, dependências a longa distância e ambiguidade estrutural);
- a gramática usa mnemónicas categoriais na classificação dos elementos que combina e na definição dos padrões de combinação dos mesmos.

Actividades: p. 59.

2.3 A organização da gramática

De acordo com a concepção apresentada na secção anterior, a gramática deve descrever, de uma forma sistemática, explícita, rigorosa e, de preferência, psicologicamente realista, o conhecimento que os falantes têm da sua língua.

Na organização da gramática devem então estar representados, de uma forma consistente e articulada, os vários aspectos (ou tipos) de saber intuitivo que a análise linguística mostrou serem reconhecíveis no conhecimento da língua.

Nesta secção, caracterizaremos brevemente os módulos essenciais que podemos isolar no conhecimento da língua, faremos corresponder cada um deles a uma parte ou componente da gramática, e proporemos o modelo de organização gramatical que será utilizado nos restantes capítulos.

É incontroverso que o conhecimento da língua envolve crucialmente a capacidade de atribuir significados a sequências de sons e, inversamente, de «formatar» significados em sequências de sons.

Esta capacidade envolve subsistemas complexos e articulados de conhecimento. Começemos por referir o subsistema que é mais óbvio para o falante comum: o módulo em que está registado o conhecimento que o falante tem das **palavras** da sua língua. Com efeito, as palavras (ou **itens lexicais**) são unidades constituídas por uma associação estável entre significado e som. Ser falante nativo do Português envolve, por exemplo, saber que:

- (a) a sequência fónica [primɐ'veɾɐ] pode corresponder a uma palavra (o nome de uma estação do ano, com a representação gráfica *primavera*) ou a duas (com a representação gráfica *prima Vera*);
- (b) *mal* é uma palavra da língua mas *lam* não é;
- (c) *cria* designa filhote de animal mas não de ser humano;
- (d) *cantamos* é uma forma verbal, enquanto *canção* é um nome;
- (e) usado literalmente, *sorrir* só se predica acerca de seres humanos;
- (f) *abrir e fechar* se opõem quanto ao significado, ao passo que *fechar e encerrar* têm sensivelmente o mesmo significado;
- (g) *infelizmente* é uma palavra complexa, constituída por vários elementos com significado, entre os quais se conta a palavra *feliz*.

O **conhecimento das palavras** (ou **conhecimento lexical**), que será desenvolvido no capítulo 3, é em si mesmo complexo, como os exemplos acima

mostram. A parte da gramática que representa esse conhecimento denomina-se léxico. O **léxico** inclui uma parte passiva, um **dicionário**, onde estão registadas as propriedades das palavras, e uma parte activa, um conjunto de **regras de formação de novas palavras** (entre as quais se incluem, por exemplo, a regra que permite formar um adjectivo pela combinação de *in-* com outro adjectivo (*in+feliz => infeliz*) e a que permite formar um advérbio pela combinação de um adjectivo com *-mente* (*feliz+mente => felizmente*).

O conhecimento da língua inclui igualmente um subsistema responsável pela combinação das palavras para formar expressões e frases bem formadas (i.e., que os falantes consideram pertencer à língua). Com efeito, nenhum falante do Português considera a expressão * *o fez cama a João* uma frase da língua, embora nela ocorram indubitavelmente palavras portuguesas. Este módulo do conhecimento da língua é igualmente responsável por os falantes atribuírem a expressões com as mesmas palavras combinadas diferentemente significados diferentes, como acontece com as frases *O João telefonou ao Pedro* e *O Pedro telefonou ao João*; inversamente, é este também o módulo responsável por estes atribuírem a expressões com combinações diferentes das mesmas palavras sensivelmente a mesma interpretação, como acontece com as frases *O Pedro foi ao cinema* e *Foi ao cinema, o Pedro*. O mesmo módulo está envolvido na atribuição de mais do que uma interpretação a frases estruturalmente ambíguas, como *Trouxe uma garrafa de vinho do Porto*, que pode significar «trouxe do Porto uma garrafa de vinho» ou «foi uma garrafa de vinho do Porto que trouxe», e na reconstituição/produção de nexos entre palavras ou expressões não contíguas na cadeia falada, como acontece com as expressões sublinhadas nas frases *Se procederes assim, então serás recompensado* e *Que pensas que a Maria te vai oferecer nos anos?*

A este módulo, o **conhecimento sintáctico**, que será objecto do capítulo 4, corresponde a parte da gramática chamada **sintaxe**. A sintaxe é uma parte activa da gramática, um sistema computacional, constituído por regras que usam **categorias** (como nome, verbo, adjectivo, preposição) e que definem as condições de boa formação das combinações de palavras.

Outro subsistema essencial do conhecimento da língua é o que determina a forma fónica das palavras e das combinações de palavras. Ser falante nativo do Português envolve, por exemplo:

- (a) saber o conjunto de sons significativos que esta língua usa (por exemplo, usa o som correspondente ao elemento sublinhado em *pato*, mas não o correspondente ao elemento sublinhado na palavra do Francês *mur*);

- (b) saber que algumas combinações de sons são legítimas e outras não (por exemplo, é legítima a combinação de sons correspondente aos elementos sublinhados em *branco*, mas não a correspondente aos elementos sublinhados na palavra do Inglês *skirt*);
- (c) dominar intuitivamente as regras gerais de atribuição de acento de palavra.

A este módulo, o **conhecimento fonológico**, que será objecto do capítulo 5, corresponde a parte da gramática chamada **fonologia**. A fonologia é constituída por um conjunto de regras e processos que definem as condições sobre a interpretação fonética das palavras e das combinações de palavras.

Outro subsistema essencial do conhecimento da língua é o que é responsável pela interpretação semântica das combinações de palavras. De que modo se processa a interpretação semântica de combinações de palavras? É ou não sensível à estrutura sintáctica dessas combinações? Porque é que as frases *Um só teste não foi corrigido pelo professor* e *O professor não corrigiu um só teste* têm interpretações semânticas diferentes (a primeira é parafraseável por «o professor corrigiu todos os testes menos um», a segunda por «o professor não corrigiu nenhum teste»)? Que diferenças existem quanto aos referentes das expressões sublinhadas nas frases *Os gatos são felinos* e *Não te esqueças de dar comida aos gatos*? De que processos dispõem as línguas para localizar expressões e frases no tempo?

A este módulo, o **conhecimento semântico composicional**, que será objecto do capítulo 6, corresponde a parte da gramática chamada **semântica (composicional)**. A semântica é constituída por um conjunto de regras que definem as condições sobre a interpretação das combinações de palavras.

Assim, a gramática é um sistema articulado de módulos, com a organização interna apresentada na figura 3.

Como o esquema mostra, o Léxico fornece os itens lexicais que a Sintaxe combina de acordo com princípios gerais e padrões específicos da língua em questão; dessa combinação resulta uma **representação sintáctica**, que os módulos Fonologia e Semântica interpretam, atribuindo-lhe respectivamente uma **representação fonética** e uma **representação semântica**.

A associação entre som e significado realizada pela gramática é independente do contexto. A gramática não especifica que uma frase como *Está calor* deve ser interpretada em certos contextos como um pedido para abrir uma janela ou ligar o ar condicionado; não caracteriza uma frase como *Importa-se de me passar o sal?* como apropriada nos contextos em que

Passa-me já o sal! não o seria; não atribui a uma frase como *Copérnico foi um dos primeiros defensores da teoria heliocêntrica* um estatuto informativo relativamente ao tema «concepções físicas do universo»; nem atribui o estatuto de relevante à resposta *Bem, vou-me casar com ele*, dada a uma afirmação como *Não gostei nada do tipo que me apresentaste há bocado*.

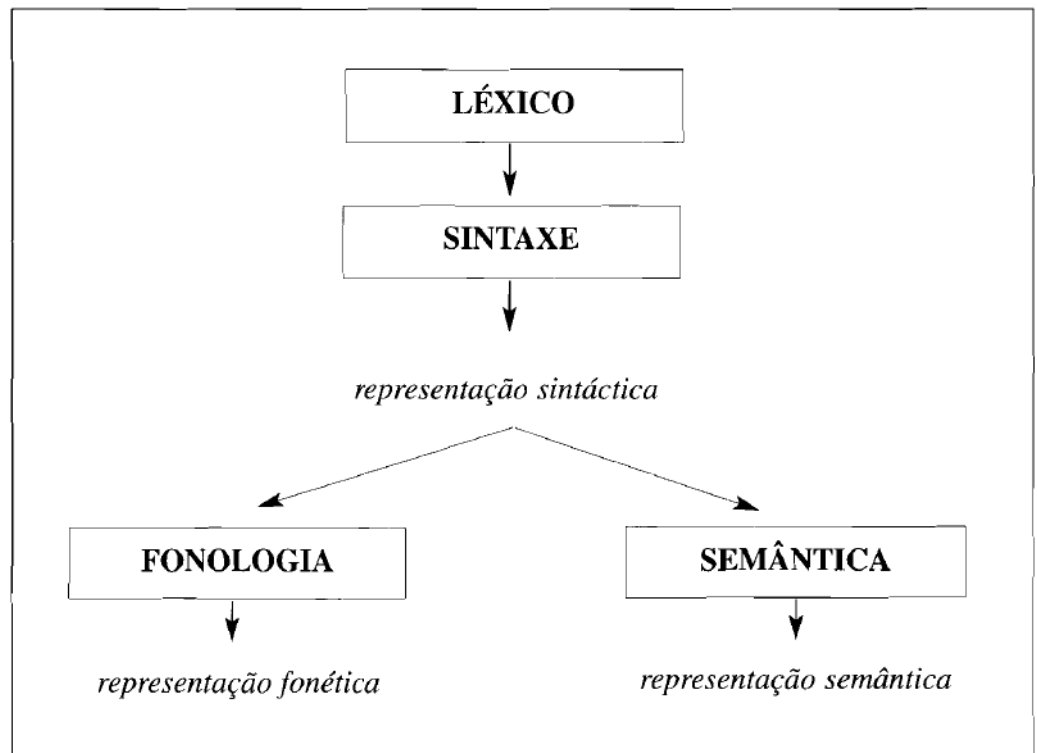


Figura 3 – Forma da Gramática: Módulos e Níveis de Representação

Contudo, todos estes aspectos constituem ingredientes importantes do modo como usamos a nossa língua. Uma forma de os captar é considerar a existência de um módulo que interage com a gramática, a **pragmática**, responsável pela interacção entre expressões linguísticas e contexto discursivo e situacional. Aspectos relevantes do contexto discursivo serão abordados em secções dos capítulos 4, 6 e 8. No capítulo 7 ocupar-nos-emos dos aspectos do uso da língua associados ao contexto situacional, reservando para o capítulo 8 a análise das propriedades mais significativas que distinguem o uso da língua no modo primário oral e no modo secundário escrito.

Sumário:

Em síntese:

- de modo a descrever o conhecimento intuitivo que os falantes têm da sua língua, a Gramática está organizada em vários módulos (ou componentes): o Léxico, a Sintaxe, a Fonologia e a Semântica;
- tais módulos estão articulados do seguinte modo: o Léxico fornece à Sintaxe os itens lexicais que esta combina, fornecendo uma representação sintáctica; a Fonologia e a Semântica interpretam tal representação atribuindo-lhe, respectivamente, uma representação fonética e uma representação semântica;
- a associação que a Gramática faz entre som e significado é independente do contexto;
- aspectos significativos do uso da língua como o significado contextual, a adequação, informatividade e relevância de um enunciado num dado contexto, que constituem o objecto de estudo da Pragmática, são descritos através da interacção da Gramática com outros módulos do sistema cognitivo dos seres humanos.

Actividades: p. 60.

2.4 O papel da reflexão gramatical no ensino da língua materna

Tendo ocupado o papel central nas aulas de língua materna durante séculos, a reflexão gramatical sofreu nas últimas décadas em Portugal uma significativa diminuição de espaço e peso.

Refugiados na pseudo-máxima «os alunos não gostam de gramática», influenciados pela metodologia comunicativa dominante no ensino das línguas estrangeiras ou conscientes de uma insegurança advinda da inexistência de uma nomenclatura gramatical aprovada para todo o ensino básico e secundário e da geral falta de qualidade das gramáticas pedagógicas disponíveis no mercado, os professores de língua portuguesa subalternizam, no tempo que lhe dedicam e no peso que lhe atribuem, a reflexão gramatical.

Terão razão em fazê-lo? Por outras palavras, será negligenciável ou nulo o papel da reflexão gramatical no ensino da língua materna?

Entendamo-nos em primeiro lugar sobre o conteúdo a atribuir à expressão ‘reflexão gramatical’. É claro que reflectir sobre a estrutura e o funcionamento da língua não é uma mera tarefa de apresentação de etiquetas e regras que se espera que os alunos memorizem. Trata-se, pelo contrário, de um trabalho, organizado e em progressão, de observação e sistematização dos paradigmas e grandes regularidades da língua. Neste sentido, a reflexão gramatical:

- (a) envolve a disponibilização, pelo professor, de **dados devidamente organizados**, que evidenciem um padrão de comportamento ou uma correlação de propriedades; supõe o convite para um jogo de descoberta desse padrão ou correlação;
- (b) obriga o professor a dar aos alunos a **oportunidade de treinar**, noutras actividades, o conhecimento entretanto adquirido;
- (c) exige como etapa final uma **avaliação do que foi aprendido** (ao nível do conhecimento, da compreensão e da aplicação).

Feita esta precisão, retomemos as perguntas atrás formuladas, procurando responder-lhes de um modo fundamentado.

Um primeiro argumento a favor da importância da reflexão gramatical no ensino da língua materna diz respeito ao papel, no desenvolvimento cognitivo, de actividades metacognitivas, i.e., de actividades que supõem uma distanciação relativamente aos produtos e aos processos de conhecimento, uma vez que têm como objecto tais produtos ou processos. Sendo a reflexão gramatical uma actividade de reflexão sobre comportamentos linguísticos e sobre (aspectos do) sistema de conhecimento que lhes subjaz, ela constitui uma **actividade metacognitiva**. Perguntas como «Porque é que chamas a este edifício casa e àquele *palácio?*», «O que é que há de semelhante e de diferente entre *O Pedro não gosta de gelados* e *O Pedro detesta gelados?*», «O que é que as palavras *coleira*, *papeira*, *peneira* têm de semelhante ao nível do som?», «Em *O livro que o meu pai me comprou tem uns desenhos muito cómicos*, *que* refere-se a quê?», «Porque é que dizer que *O meu AX apaixonou-se pelo CLIO do meu primo* é um disparate?» convidam à explicitação de aspectos do conhecimento da língua, a uma actividade de análise e reflexão que conduz à consciencialização do que antes era intuitivo.

Um segundo argumento a favor da importância da reflexão gramatical no ensino da língua materna decorre da existência de **variação linguística** (ver capítulo 1). Com efeito, nem todas as crianças, à chegada à escola,

dominam a mesma variedade do Português. Sendo certo que a língua de escolarização é o Português padrão, e que o sucesso escolar nas várias disciplinas curriculares depende em grande medida desta variedade (que é a que o professor usa e a que usam os manuais escolares), um dos objectivos do ensino da língua materna é o de fazer aceder todos os alunos ao Português padrão. Cumprir este objectivo sem desvalorizar outras variedades supõe a utilização de estratégias várias, de entre as quais avulta a sugestão de múltiplas actividades de reflexão gramatical, que facilitarão o acesso ao Português padrão dos alunos que o não dominam, pela consciencialização das propriedades que o distinguem da variedade com que chegaram à escola; além disso, tais actividades enriquecerão (do ponto de vista cognitivo e dos valores) os alunos que já dominam o Português padrão, pela tomada de consciência de outras variedades, tão estruturadas linguisticamente como aquela com que chegaram à escola. Enquadram-se neste tipo de actividades, por exemplo, a reflexão sobre formas típicas de variedades não cultas como *há-des*, *dissestes*, *ouvisto*, e sobre formas de tratamento a utilizar em contextos diferentes de interacção (*vocemecê/você/o(a) senhor(a)*, *ti Marialsenhora Maria*, *o velholo (meu) pai*,...)

Um terceiro argumento a favor da importância da reflexão gramatical no ensino do Português reside **na distinção entre oral e escrito**. Se o oral, de que a conversa informal é o melhor exemplo, é o modo primário de comportamento linguístico, o escrito envolve a mobilização de alguns saberes que não são intuitivos. Tratando-se de uma forma de comunicação mediada, em que nem interlocutores nem contexto situacional estão presentes, e em que as expectativas quanto à correcção formal e adequação são superiores às da conversa (cf. capítulo 7), o escrito recorre a estratégias próprias, mais exigentes do que a conversa. Assim, a reflexão gramatical desempenha um papel preponderante, pois permite consciencializar mecanismos e processos linguísticos desejavelmente mobilizados no escrito — por exemplo, de que mecanismos e processos dispõe a língua para assegurar a constância de um referente, para introduzir um novo referente no texto, para exprimir nexos de causalidade/finalidade/sequência temporal entre acontecimentos/situações, para localizar objectos/indivíduos no espaço, ...?

Sumário:

Em síntese:

- concebida como uma actividade organizada e em progressão destinada à observação e consciencialização dos paradigmas e regularidades significativas da língua, a reflexão gramatical desempenha um papel de relevo no ensino da língua materna, por três ordens de razões:
- trata-se de uma actividade metacognitiva;
- proporciona um meio de acesso ao Português padrão;
- pode ser usada estrategicamente na aprendizagem do escrito.

Actividades: p. 60.

Leituras complementares

DUARTE, I.

1996 «Gramáticas do Português». In Duarte & Miguel (orgs) *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Vol. III: Gramática e Varia*. Lisboa: APL/Colibri. Pp. 13-18.

1998 «Algumas Boas Razões para Ensinar Gramática». In *A Língua Mãe e a Paixão de Aprender. Homenagem a Eugénio de Andrade. Actas*. Porto: Areal Editores. Pp. 110-123.

FARIA, I. H., E. R. PEDRO, I. DUARTE & C. A. M. GOUVEIA

1996 «Introdução». In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Pp. 11-23.

Actividades

Gramática como instrumento de regulamentação do comportamento linguístico

1. Atribua o valor de Verdadeiro (V) ou Falso (F) a cada uma das afirmações seguintes:
 - 1.1 A escola de Alexandria tinha uma concepção instrumental de gramática.
 - 1.2 Para os alexandrinos, um dos objectivos da gramática era regulamentar o comportamento linguístico dos falantes.
 - 1.3 Para os gramáticos alexandrinos, a mudança linguística era um processo de corrupção da língua.
 - 1.4 Uma gramática que tem como objectivo regulamentar o comportamento linguístico dos falantes denomina-se descritiva.
 - 1.5 Uma gramática que contenha a afirmação «Deve evitar-se a construção *ter que* com o sentido de *dever*» tem uma preocupação normativa.
2. Enuncie três características negativas da concepção normativa de gramática que remonta à escola de Alexandria.

Gramática como descrição do conhecimento da língua

3. Atribua o valor de Verdadeiro (V) ou Falso (F) a cada uma das afirmações seguintes:
 - 3.1 A gramática descritiva utiliza a etimologia como critério de demarcação.
 - 3.2 Para a gramática descritiva, os dados linguísticos mais relevantes são os provenientes de textos literários de autores consagrados.
 - 3.3 Quando a gramática é concebida como descrição do conhecimento da língua, o foco da investigação linguística desloca-se de um sistema de comportamentos para um subsistema mental.
 - 3.4 A linguagem humana tem as propriedades de um sistema combinatório discreto.
 - 3.5. As propriedades estruturais da frase *Quem achas que telefonou?* podem ser descritas através de um modelo de estados finitos.
 - 3.6. A existência de ambiguidade estrutural é um indício de que as expressões linguísticas são dotadas de uma organização hierárquica.

A organização da gramática

4. Atribua o valor de Verdadeiro (V) ou Falso (F) a cada uma das afirmações seguintes:
 - 4.1. O Léxico é um módulo da gramática constituído exclusivamente por um repositório de palavras.
 - 4.2. A caracterização das propriedades das combinações de palavras constitui o objecto da Semântica.
 - 4.3. A Fonologia é o módulo da gramática responsável pela correcção da pronúncia.
 - 4.4. A relação entre som e significado estabelecida pela gramática é mediatizada pelo Léxico e pela Sintaxe.
 - 4.5. A gramática determina totalmente o modo como utilizamos o conhecimento da língua.

O papel da reflexão gramatical no ensino da língua materna

5. Atribua o valor de Verdadeiro (V) ou Falso (F) a cada uma das afirmações seguintes:
 - 5.1. Um dos principais objectivos da reflexão gramatical no ensino da língua materna é de natureza metacognitiva.
 - 5.2. A reflexão gramatical esgota-se na aprendizagem de uma nomenclatura gramatical.
 - 5.3. A reflexão gramatical não desempenha qualquer papel instrumental no ensino da língua materna.
 - 5.4. A reflexão gramatical pode contribuir para a valorização das variedades linguísticas distintas da variedade padrão.

Sugestão de resolução das actividades propostas

Gramática como instrumento de regulamentação do comportamento linguístico

1.1. V

1.2. V

1.3. V

1.4. F

1.5. V

2. Uma resposta possível seria:

- (a) O recurso a textos literários de épocas passadas como modelo regulamentador do comportamento linguístico dos falantes;
- (b) Uma concepção meramente instrumental de gramática;
- (c) Assystematicidade na descrição das regularidades da língua.

Gramática como descrição do conhecimento da língua

3.1. F

3.2. F

3.3. V

3.4. V

3.5. F

3.6. V

A organização da gramática

4.1. F

4.2. F

4.3. F

4.4. V

4.5. F

O papel da reflexão gramatical no ensino da língua materna

5.1. V

5.2. F

5.3. F

5.4. V

3. O Conhecimento das Palavras

Página intencionalmente em branco

Objectivos

Com a unidade **O Conhecimento das Palavras** pretende-se sensibilizar os formandos para os vários aspectos envolvidos no conhecimento lexical, com especial destaque para o significado e para a estrutura interna dos itens lexicais. A exploração destes aspectos permitirá a compreensão do papel desempenhado pelo conhecimento lexical na determinação da forma e do significado das expressões linguísticas.

O carácter aberto e «vivo» do léxico mental será exemplificado através da caracterização dos processos de que o Português dispõe para formar novas palavras.

A exploração das questões acima enunciadas será feita de modo a fornecer aos formandos os instrumentos indispensáveis à organização, descrição e análise de dados linguísticos relativos ao conhecimento lexical.

Assim, no final desta unidade, o formando:

- deve ter atingido um nível de conhecimento que lhe permita compreender:
 - os vários aspectos envolvidos no conhecimento lexical;
 - as formas de representação desses vários aspectos;
 - as propriedades das palavras que condicionam a forma das expressões linguísticas em que podem ocorrer;
 - a diferença entre significado literal, metafórico e contextual;
 - as relações semânticas estruturadoras do léxico mental;
 - a tipologia das unidades mínimas com significado;
 - a variedade dos processos flexionais disponíveis em Português;
 - os processos de formação de novas palavras disponíveis em Português;
- deve ser capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos na organização, descrição e análise de dados linguísticos relativos aos vários aspectos enunciados acima.

Página intencionalmente em branco

Introdução

Como foi referido no capítulo 2, os falantes de qualquer língua natural dominam um conjunto de princípios e regras gramaticais, em número relativamente reduzido, que são adquiridos durante o processo de aquisição da linguagem e que permanecem estáveis ao longo da vida. Pelo contrário, o número de palavras que um falante adulto médio conhece atinge as dezenas de milhar, e a sua «base de dados» lexical vai sendo permanentemente actualizada em função quer da experiência e dos novos conhecimentos do falante, quer das transformações culturais e tecnológicas que a sociedade em que vive vai sofrendo¹.

Assim, algumas palavras vão sendo esquecidas: é o que acontece com palavras pertencentes a terminologias relativas a domínios técnicos e científicos com que deixamos de estar em contacto ou com palavras pertencentes a gírias caídas em desuso. Exemplificando, é plausível que alguns de nós tenham eliminado do seu léxico mental palavras como *icosaedro* e *impedância*, aprendidas em Geometria e em Física; é igualmente provável que palavras como *flausina*, corrente nos anos sessenta com o significado de «rapariga moderna que traja com todas as extravagâncias da moda», tenham sido eliminadas ou, pelo menos, tenham passado para o léxico passivo (ver adiante) dos falantes que, nessa época, a incluíam no léxico activo (ver adiante).

Relativamente a muitas palavras, a experiência vai-nos levando a enriquecer o conhecimento que delas tínhamos anteriormente, por nos proporcionar a compreensão de que palavras a que só atribuíamos um significado têm, na realidade, dois ou mais. Exemplificando, quando em crianças aprendemos as palavras *pêra* e *verde* atribuímos-lhes como significado único, respectivamente, «um certo tipo de fruto» e «uma certa cor»; mais tarde, enriquecemos o conhecimento dessas palavras, aprendendo que *pêra* pode igualmente significar «um interruptor eléctrico com a forma de uma pêra» e «barba na parte inferior do queixo» e *verde* «qualidade de um fruto que ainda não está maduro» e «um certo tipo de vinho».

Noutros casos, são as transformações culturais e as inovações tecnológicas, em especial as de grande impacto na vida quotidiana, que levam os falantes a enriquecer o conhecimento que tinham de uma palavra. Exemplificando, de alguns anos a esta parte, *discoteca*, inicialmente, «coleção de discos fonográficos» e «local onde se guardam discos fonográficos», alargou-se posteriormente a «loja onde se vendem discos fonográficos» e «local de diversão onde se dança ao som de discos fonográficos» e, mais recentemente, a «loja onde se vendem vários tipos de suporte de registo de som» e «local de diversão onde se dança ao som de vários tipos de registo de som».

¹ Um estudo recente permitiu estimar em cerca de 45 000 o número de palavras diferentes que o estudante americano médio do ensino secundário conhece [apud Pinker (1995: 150)]. Neste tipo de estudos, as diferentes flexões da mesma palavra apenas contam uma vez: exemplificando, num estudo realizado para o Português as formas *gato*, *gata*, *gatos* e *gatas* apenas contam como uma palavra.

A nossa experiência de falantes leva-nos a aprender novas palavras quando contactamos com assuntos novos e alcançamos novos conhecimentos: assim, palavras como *acrónimo* e *massivo*, que serão utilizadas neste livro como termos técnicos, constituirão porventura uma novidade para muitos leitores do livro.

Finalmente, as transformações culturais, científicas e tecnológicas de grande impacto levam-nos a alargar o nosso léxico mental com palavras que a língua vai criando para designar novas realidades. Exemplificando, palavras como *eurocrata*, *faxar*, *laser* ou *CD* entraram recentemente tanto na língua portuguesa como no léxico mental do falante médio.

Como acontece noutras áreas do conhecimento linguístico, também o conhecimento lexical é sensível à distinção entre compreensão e produção. Por outras palavras, existe uma assimetria entre o número de palavras que um falante é capaz de compreender (o seu **léxico passivo**) e o número de palavras que usa (o seu **léxico activo**): o léxico passivo é sempre superior ao léxico activo².

² Nas obras completas de Shakespeare, um genial profissional da palavra, encontram-se 15 000 palavras diferentes [apud Pinker (1995: 149)]; um falante adulto americano médio conta com cerca de 5 000 palavras no seu léxico activo.

A ideia que os não especialistas têm da investigação sobre o conhecimento lexical é a de que a mesma tem por objectivo exclusivo a elaboração de **dicionários** do tipo dos que utilizamos mais correntemente. Ainda para os não especialistas, a elaboração de dicionários resume-se à inventariação e descrição dos significados de cada palavra; ora, havendo tantas dezenas de milhares de palavras numa língua, e sendo todas elas subtilmente diferentes e especiais, o reino das palavras será então um domínio de individualidades, de casos particulares que os lexicógrafos coleccionam com a paciência de um filatelista e descrevem com a minúcia de um ourives.

Mas esta ideia do senso comum não corresponde à realidade por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, a elaboração de dicionários tem sempre por suporte uma teoria mais ou menos explícita e mais ou menos elaborada sobre o que é uma palavra e sobre o que são os seus aspectos constitutivos, teoria essa que fornece ao lexicógrafo os critérios de identificação de palavra e o molde das descrições de todos os itens inventariados. Em segundo lugar, a descrição das palavras que encontramos nos dicionários correntes não esgota o elenco de questões interessantes que podemos formular sobre a natureza e a forma do conhecimento lexical. De entre essas questões salientem-se as seguintes: o que sabemos quando conhecemos uma palavra? Como é que as palavras estão representadas mentalmente? Que relações semânticas organizam o nosso léxico mental? Quando usamos a língua, como fazemos o acesso lexical no processo de compreensão e no de produção? Que tipo de «pistas» usamos quando aprendemos uma palavra? De que modo é que as propriedades das palavras determinam a forma e o significado das expressões e das frases? Será a

palavra a unidade mínima com significado? Terão as palavras estrutura interna? Que processos linguísticos usamos para formar novas palavras?

Como é evidente, a compreensão de algumas destas questões exige desenvolvimentos multi- e interdisciplinares, pois elas definem territórios onde confluem saberes de várias ciências (a Linguística, a Psicologia, as Neurociências). Neste capítulo limitar-nos-emos a explorar as questões fundamentais de índole especificamente linguística sobre a natureza e a forma do conhecimento lexical.

Sumário:

Em síntese:

- o léxico mental de cada falante vai-se enriquecendo e transformando ao longo da vida;
- a assimetria compreensão/produção regista-se igualmente ao nível do léxico: o léxico passivo de cada falante é consideravelmente mais vasto do que o seu léxico activo.

3.1 O que sabemos quando conhecemos uma palavra

Contrariamente a muitas das espécies que povoam a ficção científica, a espécie humana não é constituída por telepatas. Contudo, quase três milhões de anos de evolução genética dotaram-na de uma faculdade que permite que cada ser humano torne presente a outros seres humanos o que pensa, o que sente, o que quer.

As palavras podem caracterizar-se numa primeira aproximação como veículos que transportam de uma mente a outra uma determinada realidade conceptual.

Que propriedades distinguem este de outros veículos como, por exemplo, o gesto ou o desenho?

Em primeiro lugar, conhecer uma palavra é conhecer um **significado** indissociável de uma **forma fónica**³. Na comunidade linguística que fala Português, é impossível transmitir exactamente o significado da palavra

³ Esta ideia é central na teoria do **signo linguístico** proposta por Saussure: «O signo linguístico é [...] uma entidade psíquica com duas faces [...] Chamamos **signo** à combinação do conceito e da imagem acústica [...] A entidade linguística não existe senão pela associação do significante e do significado [...]». [Saussure, *CLG*: 99; 144]

mesa usando outra forma fónica que não seja ['mezɐ]. Alguns erros que nos fazem sorrir resultam do facto de os falantes terem associado um significado a uma forma fónica incorrecta (em geral próxima da forma correcta), como aconteceu com uma criança de seis anos que utilizava convictamente a palavra *paranóica* em vez de *parabólica* na expressão *antena paranóica* ou como acontece com muitos motoristas de táxi que usam a palavra *controlar* em vez de *contornar* em expressões como *controlar a placa*.

Que significado e forma fónica são dois aspectos essenciais do conhecimento das palavras mostra-o o facto de as duas perguntas típicas que fazemos quando contactamos pela primeira vez com uma palavra serem «O que é que isto quer dizer?» e «Como é que isto se pronuncia/lê?». (Abordaremos adiante com mais pormenor a questão do significado.)

Para além de se encontrarem indissociavelmente ligados, significado e forma fónica mantêm entre si uma **relação arbitrária** – i. e., não são as propriedades da entidade para a qual o significado remete que justificam a forma fónica da palavra⁴. Assim, nada nas características das entidades para que remete o significado das palavras *fogo*, *ser*, *redondo* exige que as suas respectivas formas fónicas sejam ['fogu], ['ser], [Ri'dõdu]. Só num pequeno número de palavras de cada língua se encontra uma relação motivada entre forma fónica e significado: nas chamadas **onomatopeias**, em que a forma fónica evoca propriedades da entidade designada, como acontece com as palavras portuguesas *miau*, *tique-taque*, *sussurrar*.

Mas conhecer uma palavra não consiste apenas em conhecer o seu significado e a sua forma fónica. Para qualquer falante do Português as palavras *fogo*, *ser* e *redondo* que aparecem nos exemplos (1) são, respectivamente, um nome, um verbo e um adjectivo, mesmo que o falante não saiba atribuir-lhes explicitamente tais rótulos gramaticais:

- (1) (a) O fogo destruiu o pinhal.
- (b) Ele quer ser astronauta.
- (c) A menina sentou-se no banco redondo.

Por outras palavras, conhecer uma palavra envolve conhecer a **categoria sintáctica** a que a mesma pertence, uma vez que tal conhecimento determina, por um lado, as posições que ela pode ocupar numa combinação de palavras (ver capítulo 4) e, por outro, os paradigmas flexionais em que pode entrar (ver adiante **Flexão**).

Conhecer uma palavra envolve também saber que condições ela impõe ao contexto sintáctico em que pode ocorrer – por outras palavras, saber a que categorias sintácticas ela exige que pertençam as palavras que podem

⁴ Foi Saussure quem propôs o **princípio do arbitrário do signo linguístico**, que formulou da seguinte maneira: «A relação que une o significante ao significado é arbitrária, ou ainda, uma vez que consideramos signo o total resultante da associação de um significante a um significado, podemos dizer mais simplesmente: **o signo linguístico é arbitrário**.» [Saussure, CLG: 100].

ser suas vizinhas numa expressão ou frase. Exemplificando, *amar* e *gostar* são palavras que pertencem à categoria verbo e que têm significados muito próximos; contudo, enquanto *amar* se constrói com duas expressões nominais, que terão as funções sintácticas de sujeito e de objecto directo, como no exemplo (2a), *gostar* constrói-se com uma expressão nominal, que terá a função de sujeito, e com uma expressão preposicional, que terá a função oblíqua de objecto preposicionado, como em (2b):

(2) (a) O João ama a Maria.

(b) O João gosta da Maria.

A nossa rejeição de sequências como (3) deve-se ao facto de sabermos intuitivamente que, nestas expressões, as condições sobre o contexto categorial impostas por *amar* e *gostar* não estão satisfeitas:

(3) (a) *O João ama da Maria.

(b) *O João gosta a Maria.

A este tipo de condições, que o conceito tradicional de **regência** capta no essencial, os linguistas têm chamado propriedades de **subcategorização** ou de **selecção categorial**⁵.

Outro aspecto incluído no conhecimento lexical com implicações no contexto em que a palavra pode ocorrer é directamente decorrente do significado da palavra. Consiste nos **papéis semânticos** que a palavra distribui pelas expressões que com ela se combinam para formar unidades linguísticas mais extensas. Exemplificando, *matar* e *assassinar* são ambos verbos, têm significados muito próximos e idênticas propriedades de subcategorização: exigem duas expressões nominais, que terão as funções de sujeito e de objecto directo, como acontece nos exemplos (4):

(4) (a) O temporal matou três pescadores.

(b) O réu assassinou dez polícias.

Quando pensamos no significado de *matar/assassinar*, verificamos que o podemos parafrasear por «alguém ou algo causou que alguém deixasse de estar vivo»; assim, para construir uma frase com *matar/assassinar*, é necessário escolher uma expressão identificável com o causador da morte e outra com a entidade morta. Por outras palavras, estes verbos distribuem pelas expressões nominais com que se constroem um papel semântico de **Causador** e um papel semântico de **Tema** (ou **Paciente**). Contudo, *matar* e *assassinar* distinguem-se quanto ao tipo de Causador que exigem: enquanto *matar* aceita que o Causador tenha causado a morte intencionalmente ou involuntariamente, *assassinar* exige que o Causador tenha tido a intenção de matar – por outras palavras, tenha o papel semântico de

⁵ Contrariamente ao que assumo neste livro, quer em *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), quer em *Knowledge of Language* (1986), obras de Chomsky em que são introduzidos, respectivamente, os termos ‘subcategorização’ e ‘selecção categorial’, não se considera incluída nestas propriedades a especificação categorial da expressão que terá a função de sujeito. As propriedades de regência das palavras de uma língua estão descritas em **dicionários de regências**, que constituem um instrumento de trabalho indispensável para os professores de língua.

Agente. Por isso, só metaforicamente aceitamos (5a), uma vez que a nossa cultura não atribui a forças da natureza como ‘temporais’ vontade e intencionalidade; sentimos que expressões como (5b) contêm um pleonasma, pois o advérbio repete o significado já contido no papel de Agente; consideramos anómalas expressões como (5c), porque o advérbio contradiz a intencionalidade codificada através do papel de Agente:

- (5) (a) O temporal assassinou três pescadores.
- (b) O réu assassinou deliberadamente dez polícias.
- (c) *O réu assassinou involuntariamente dez polícias.

Inversamente, consideramos bem formadas (e mais informativas do que (4b)) expressões como (6), uma vez que o papel de Causador atribuído por *matar* deixa em aberto se o acto foi ou não intencional:

- (6) (a) O réu matou deliberadamente dez polícias.
- (b) O réu matou involuntariamente dez polícias

Diz-se que um item lexical **selecciona semanticamente** as expressões a que atribui papéis semânticos e que as expressões que recebem tais papéis semânticos constituem os **argumentos** desse item.

Faz ainda parte do conhecimento que temos das palavras outra condição que alguns itens impõem ao contexto em que podem ocorrer. Decorrente do seu significado e dos papéis semânticos que distribuem às expressões com que se constroem, alguns itens exigem que os seus argumentos refiram entidades com certas propriedades semânticas. Exemplificando, um verbo psicológico como *assustar* exige que o argumento nominal com o papel semântico de **Experienciador**⁶ e a função de objecto directo designe uma entidade animada ou humana, como em (7a). A estranheza de uma frase como (7b) deve-se ao facto de o argumento experienciador (*a trovoada*) não designar uma entidade animada nem humana, pelo que tal frase não é interpretável como descrição de uma situação do mundo real. Somos, por isso, obrigados a interpretá-la como relativa a um universo fictício, em que forças da natureza sejam dotadas das propriedades que atribuímos aos animais e aos seres humanos:

- (7) (a) A trovoada assustou o miúdo.
- (b) *O miúdo assustou a trovoada.

As propriedades ou traços semânticos que um item exige que possuam os seus argumentos constituem as **restrições de selecção** desse item. Como ilustrado pelo exemplo acima, muitos efeitos estilísticos resultam da violação das restrições de selecção.

⁶ Experienciador é o papel semântico reservado a entidades que experimentam o estado ou actividade psicológica expressa pelo item que atribui este papel semântico.

Os linguistas representam o conhecimento que os falantes têm de uma palavra através de uma **entrada lexical**; por outras palavras, a entrada lexical de uma palavra constitui uma hipótese sobre o que está guardado acerca dessa palavra no nosso léxico mental. Numa entrada lexical, estão, pois, representados, os vários aspectos do conhecimento lexical mencionados anteriormente:

- (a) a forma fónica da palavra;
- (b) o(s) seu(s) significado(s);
- (c) a sua categoria sintáctica;
- (d) as suas propriedades de selecção categorial;
- (e) as suas propriedades de selecção semântica;
- (f) as suas restrições de selecção.

Sumário:

Em síntese:

- numa palavra, significado e forma fónica estão combinados de uma forma indissociável;
- a relação entre significado e forma fónica, embora indissociável, é arbitrária;
- conhecer uma palavra envolve o conhecimento intuitivo dos seguintes aspectos:
 - significado;
 - forma fónica;
 - categoria sintáctica a que a palavra pertence;
 - propriedades de subcategorização da palavra;
 - propriedades de selecção semântica da palavra;
 - restrições de selecção que a palavra impõe aos seus argumentos;
- uma entrada lexical é a representação, proposta pelos linguistas, dos aspectos acima mencionados.

Actividades: p. 100.

3.2 Palavra e constituinte de palavra

Uma das razões pelas quais os falantes têm um léxico passivo tão extenso e aprendem rapidamente e sem esforço palavras novas deve-se ao facto de muitas palavras terem elementos comuns.

Atentemos nas palavras do Quadro I:

Quadro I

A	B	C	D	E
norma	normal	normalizar	normalidade	normalmente
flor	floral			
	útil	utilizar		
	digno		dignidade	
	claro			claramente

Consideremos a primeira palavra da coluna A, o nome *norma*. As primeiras palavras das colunas B, C, D e E têm em comum uma parte da palavra *norma*, a unidade *norm-*, e distinguem-se pelos elementos *-al*, *-izar*, *-idade* e *-mente*. Estes elementos encontram-se em muitas outras palavras: reconhecemos *-al* em adjectivos como *floral*, *cerebral*; *-izar* em verbos como *utilizar*, *ridicularizar*; *-idade* em nomes como *dignidade*, *raridade*; *-mente* em advérbios como *claramente*, *provavelmente*. Por isso, dado o nome inventado *cutra*, se nos dessem as palavras igualmente inventadas *cutral*, *cutralizar*, *cutralidade*, *cutralmente*, saberíamos que *cutral* é um adjectivo, significando ‘propriedade relativa a *cutra*’, *cutralizar* um verbo, significando ‘tornar *cutral*’, *cutralidade* um nome significando ‘propriedade relativa a *cutral*’ e *cutralmente* um advérbio significando ‘de um modo *cutral*’.

Os elementos a negro no Quadro I são unidades mínimas com significado, que os linguistas baptizaram com o nome de **morfemas**⁷. Tal como as palavras, os morfemas são unidades linguísticas constituídas por um significado indissolúvelmente ligado a uma forma fónica; diferentemente das palavras, o resultado da combinação de morfemas não são combinações de palavras mas sim palavras.

No Quadro I encontramos dois tipos de morfemas: **radicais** e **afixos**. Os radicais são os morfemas que, numa palavra simples, como *claro* ou *flor*, determinam o significado da palavra. Em palavras simples, os radicais ou formam sozinhos a palavra como em *flor*, ou surgem combinados com

⁷ Na tradição estruturalista europeia, o termo ‘morfema’ estava reservado exclusivamente aos elementos mínimos com significado estritamente gramatical, utilizando-se o termo ‘lexema’ para os elementos mínimos com significado extragramatical. A tradição americana, que acabou por se impor, utiliza o termo ‘morfema’ para todos os elementos mínimos com significado, seja ele gramatical ou lexical.

morfemas gramaticais como em *claro* (ver adiante 3.3.); por esta razão, os radicais são maioritariamente **formas livres** ou **independentes**⁸. Pelo contrário, os afixos surgem sempre associados a radicais, pelo que se lhes chama **formas presas** ou **dependentes**. Os afixos que se seguem ao radical são chamados **sufixos**, enquanto os que precedem o radical recebem o nome de **prefixos**⁹. No Quadro I, apenas ocorriam afixos sufixais; no Quadro II apresentam-se afixos prefixais:

Quadro II

A	B	C	D
pôr	compor	recompor	descompor
pensar	compensar	repensar	
fazer		refazer	desfazer
cidadão	concidadão		
contente		recontente	descontente

Os afixos que surgem nos Quadros I e II transmitem informação de natureza lexical, i.e., têm um significado extragramatical, como acontece com todos os radicais. É este tipo de afixos, denominados **derivacionais**, que usamos quando formamos novas palavras (ver 3.4.). Como veremos adiante, a língua portuguesa usa igualmente sufixos que transmitem significados estritamente gramaticais, i.e., sufixos **flexionais**.

Sendo muitas palavras formadas por mais do que um morfema, um dos aspectos a ter em conta ao analisar uma palavra é a sua **estrutura interna**, i. e., a forma como estão organizados os morfemas que a constituem. Por outras palavras, um dos aspectos a ter em conta ao analisar uma palavra é a sua **estrutura de constituintes**.

Se considerarmos a palavra *normalmente*, que consta do Quadro I, sabemos intuitivamente que ela é complexa, reconhecendo nela o radical *norm-*, o sufixo adjectival *-al* e o sufixo adverbial *-mente*. Uma vez que os advérbios em *-mente* se formam a partir de adjectivos (e não de nomes, por exemplo, como o mostra a impossibilidade de formas como **normamente*, **mesamente*), somos levados a concluir que *norm-* se combina directamente com *-al*, para formar o adjectivo *normal* que, por sua vez, se combina directamente com *-mente*, para formar o advérbio *normalmente*. Assim, a estrutura interna desta palavra pode representar-se de uma das duas maneiras seguintes, que são equivalentes:

⁸ Alguns radicais eruditos comportam-se como formas presas, uma vez que se combinam obrigatoriamente com outros radicais para formar compostos (ver Processos de formação de novas palavras); repare-se em exemplos como *arborícola* (*arbor-* (árvore) + *-cola* (cultivador, habitante)), *omnívoro* (*omni-* (todo) + *-voro* (comedor)), *uníssono* (*uni-* (um) + *-sono* (que soa)), formadas a partir de radicais latinos, e em exemplos como *bibliófilo* (*biblio-* (livro) + *-filo* (amigo)), *hipopótamo* (*hipo-* (cavalo) + *-potamo* (rio)), *xenófobo* (*xeno-* (estrangeiro) + *-fobo* (inimigo)), formadas a partir de radicais gregos.

⁹ Por convenção, os morfemas que não constituem por si só palavras, são antecidos ou seguidos de um traço, consoante a posição que ocupam relativamente aos morfemas com que se podem combinar. Assim, são antecidos de um traço os sufixos e os radicais eruditos que ocorrem à direita de outros radicais; são seguidos por um traço os prefixos e a generalidade dos radicais.

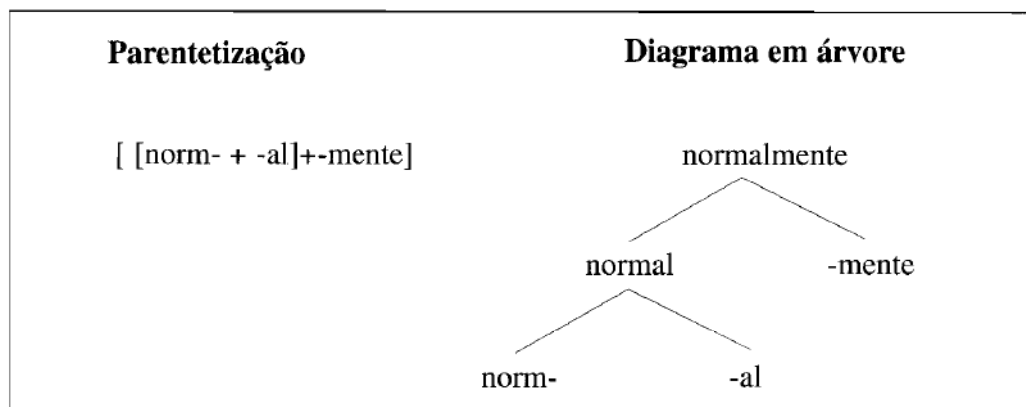


Figura 1

Se em palavras constituídas apenas por radicais e sufixos a organização interna dos constituintes é fácil de discernir, nem sempre se passa o mesmo em palavras que contêm igualmente prefixos. Assim, por exemplo, perante a palavra *subalternizar* podemos formular duas hipóteses plausíveis sobre a sua estrutura interna:

(8) (a) [[sub- + altern-]_A + -izar]_V¹⁰

(b) [sub- + [altern- + -izar]_V]_V

¹⁰ As etiquetas 'A' e 'V' designam, respectivamente, as categorias adjectivo e verbo.

A hipótese representada em (8a) defende que *sub-* se combina directamente com o radical *altern-* para formar o adjectivo *subalterno* e que este adjectivo se combina directamente com o sufixo verbal *-izar* para formar *subalternizar*. Por sua vez, a hipótese representada em (8b) sustenta que o radical *altern-* se combina directamente com o sufixo verbal *-izar* e que o verbo resultante desta combinação se junta então ao prefixo *sub-* para formar *subalternizar*. Como decidir qual das duas hipóteses é empiricamente adequada? Repare-se que a estrutura de constituintes sugerida pela hipótese (8b) supõe a existência da palavra **alternizar*, que não existe em Português; somos, assim, levados a excluir a hipótese (8b) e a considerar como mais adequada a hipótese (8a).

Comprendemos agora que a base de dados lexical de cada falante é composta por vários tipos de elementos:

- (a) elementos mínimos com significado, os morfemas, que incluem radicais e afixos;
- (b) palavras simples, constituídas apenas por um radical e em muitos casos por afixos flexionais;
- (c) palavras complexas de vários tipos, de entre as quais destacaremos aqui as que são formadas por um radical, um ou mais afixos derivacionais e frequentemente sufixos flexionais.

Deste modo, conhecendo os sufixos flexionais, um certo número de radicais e de afixos derivacionais, cada falante está apto a reconhecer e a armazenar no seu léxico mental um sem número de formas e de palavras construídas a partir da combinação de elementos já conhecidos. Ou seja, desde muito cedo que nos encontramos equipados para construir palavras a partir de morfemas que já conhecemos e para reconhecer formas de palavras e novas palavras, porque conseguimos identificar os morfemas que as constituem. Esta capacidade revela-se em produtos de **criatividade lexical** das crianças, que formam constantemente palavras conformes com as regras da língua, como nos exemplos reais *abrancado* (por *esbranquiçado*) *desvestir* (por *despir*), *quentar* (por *aquecer*), e nas reanálises infantis de muitas palavras, que os exemplos reais *Vou fazer a minha lete* (por reanálise de *toilete* como *tua- + -lete*), *O boneco tem dois bigos* (por reanálise de *umbigo* como *um- + -bigo*) ilustram.

Sumário:

Em síntese:

- as unidades mínimas com significado e forma fónica que se podem combinar para formar palavras são os morfemas;
- os morfemas subdividem-se em radicais (maioritariamente formas livres) e afixos (formas presas);
- quanto ao significado, os morfemas subdividem-se em morfemas lexicais (radicais e afixos derivacionais) e gramaticais (afixos flexionais);
- quanto à posição que ocupam na palavra, os afixos subdividem-se em prefixos (se precedem o radical ou outros prefixos) e sufixos (se se seguem ao radical ou a outros sufixos);
- uma vez que muitas palavras são combinações de morfemas, conhecer uma palavra envolve conhecer a sua estrutura interna, que os linguistas representam sob a forma de parentetizações ou de diagramas em árvore;
- dado que os morfemas são as unidades mínimas com significado e forma fónica, o léxico mental dos falantes contém, para além de palavras, morfemas lexicais e gramaticais, «tijolos» que lhes permitem compreender e criar palavras que nunca antes tinham ouvido.

Actividades: p. 101.

3.3 Flexão

Como se sabe, o Português dispõe de morfemas presos que codificam conceitos gramaticais como os de **número, género, pessoa e tempo**. Graças a estes morfemas, todos eles sufixos, cada palavra assume formas diferentes, que transmitem outros tantos valores gramaticais. Assim, dado um nome como *gato*, as várias combinações possíveis das categorias número e género originam as formas *gato* (masculino, singular), *gatos* (masculino, plural), *gata* (feminino, singular), *gatas* (feminino, plural).

Continuando com o mesmo exemplo, as quatro formas não constituem palavras distintas do item *gato*, antes são formas flexionadas da mesma palavra, contrariamente ao que se passa quando combinamos radicais com afixos derivacionais, em que se obtêm palavras diferentes (como em *norma, normal, normalizar, normalmente*, exemplos considerados na secção anterior). Esta ideia está representada nos dicionários, que apenas apresentam uma entrada para cada item, independentemente do número de formas flexionadas que o mesmo admita. Assume-se que cada item é representado na forma dita **não marcada** que corresponde, no caso dos determinantes, quantificadores, nomes e adjectivos, à forma masculina singular e, no caso dos verbos, à forma infinitiva não flexionada.

Em Português, as categorias nominais (em que se incluem determinantes, quantificadores, nomes, pronomes e adjectivos) flexionam tipicamente em número e género (ver Quadros III e IV). Existe ainda flexão de grau **aumentativo** e **diminutivo** (*casa/casarão/casinha; grande/grandão/grandinho*) e flexão de grau **superlativo absoluto** (por isso mesmo dito sintético) nos adjectivos (*belo/belíssimo, correcto/correctíssimo*), sendo os restantes graus dos adjectivos expressos por processos sintácticos, i.e., pela combinação de várias palavras (*mais belo do que/tão belo como/o menos belo/muito belo/belo, belo*).

Quanto aos verbos, flexionam em tempo, aspecto¹¹ e modo, valores gramaticais transmitidos por um único morfema (ver Quadro V), e em pessoa e número, valores igualmente expressos por um único morfema (ver Quadro VI).

A distinção terminológica **tempos simples vs tempos compostos** distingue os tempos verbais formados através de processos flexionais, que se encontram indicados no Quadro V, e os que são formados por processos sintácticos, i.e., através de perífrases que incluem um ou mais verbos auxiliares e um verbo principal ou copulativo (compare-se *fizera* com *tinha feito, faço* com *tenho feito, farei* com *terei feito*). Também as distinções de **voz** (entre activa e passiva, como em *comeu vs foi comido*), muitos valores **aspectuais** (e.g., *está a comer muito, anda a comer muito*, etc), **modais** (e.g., *tenho de sair, posso sair*) e mesmo **temporais** (como em *vou sair*) são assegurados em Português por processos sintácticos e não flexionais.

¹¹ Simplificadamente, a categoria gramatical 'aspecto' diz respeito ao tipo de situação denotada por uma palavra (e.g., estática vs dinâmica, como *saber vs pedalar*), à sua duração (e.g., *pontual vs durativo*, como *abro vs estou a abrir*), e ao ponto de referência adoptado para a descrever (e.g., *acabado vs inacabado*, como *comi vs comia*) (Ver capítulo 6).

Por oposição às categorias nominais e aos verbos, preposições, conjunções, interjeições e advérbios¹² não flexionam, dizendo-se por isso que se trata de classes de palavras **invariáveis**.

Recordemos agora as alternâncias de número e género mais produtivas em Português contemporâneo, que se apresentam nos Quadros III e IV:

Quadro III – Número

FORMA SINGULAR TERMINADA EM VOGAL OU DITONGO	FORMA SINGULAR TERMINADA EM CONSOANTE (DISTINTA DE <i>-l</i> ¹³)
∅ ¹⁴ / <i>-s</i>	∅ / <i>-es</i>
<i>mesa / mesas</i>	<i>abdómen / abdómenes</i>
<i>rede / redes</i>	<i>professor / professores</i>
<i>javali / javalis</i>	<i>inglês / ingleses</i>
<i>aluno / alunos</i>	<i>capataz / capatazes</i>
<i>peru / perus</i>	
<i>manhã / manhãs</i>	
<i>bem / bens</i>	
<i>jardim / jardins</i>	
<i>som / sons</i>	
<i>atum / atuns</i>	
<i>pai / pais</i>	
<i>mau / maus</i>	
<i>lei / leis</i>	
<i>chapéu / chapéus</i>	
<i>boi / bois</i>	
<i>mãe / mães</i>	
<i>mão / mãos</i> ¹⁵	

Quadro IV – Género

FORMA MASCULINA TERMINADA EM VOGAL	FORMA MASCULINA TERMINADA EM CONSOANTE
<i>-o / -a</i>	∅ / <i>-a</i>
<i>aluno / aluna</i>	<i>professor / professora</i>
<i>bonito / bonita</i>	<i>inglês / inglesa</i>
	<i>petiz / petiza</i>

¹² Alguns advérbios graduáveis aceitam superlativo absoluto sintético idêntico ao dos adjectivos, como é o caso de *muitíssimo*, *pouquíssimo*; no caso dos advérbios graduáveis terminados em *-mente*, forma-se o superlativo absoluto sintético do adjectivo e só depois se combina esta forma com *-mente*, como em *curiosíssimamente*, *estranhíssimamente*.

¹³ Com os nomes e adjectivos terminados em *-l*, as alternâncias singular/plural são as seguintes:

- (a) palavras terminadas em *-al*, *-el*, *-ol* e *-ul* e oxítonos terminados em *-il*: *-l-is*, como em *animal/animais*, *papel/papéis*, *anzol/anzóis*, *azul/azuis*; *canil/canis*, *funil/funis*, *vil/vis*;
- (b) paroxítonos terminados em *-il*: *-il-eis*, como em *fácil/fáceis*, *fóssil/fósseis*, *útil/úteis*.

¹⁴ O símbolo representa o chamado **morfema zero**. Quando a realização de uma categoria gramatical dada flexionalmente numa língua não corresponde a um morfema foneticamente realizado, diz-se que ela é assegurada pelo morfema zero: é o que acontece com a categoria número em Português, em que o singular, por oposição ao plural, não tem realização fonética própria.

¹⁵ A alternância de número mais produtiva para os nomes e adjectivos terminados em *-ão* é *-ão/-ões*. Todos os aumentativos e a generalidade das novas palavras terminadas em *-ão* que entram na língua formam deste modo o plural: *casarão/casarões*, *parvalhão/parvalhões*; *ião/iões*, *televisão/televisões*.

Quanto à flexão verbal, ela organiza-se em três paradigmas (as **conjugações**), indicados pela vogal que precede o morfema do infinitivo (-r), denominada **vogal temática**. Assim, verbos terminados em **-ar** pertencem à primeira conjugação, verbos terminados em **-er** à segunda e verbos terminados em **-ir** à terceira.

À combinação de um radical verbal com a respectiva vogal temática chama-se **tema verbal**; assim, o tema de *cantar* é *canta-*, o de *beber* é *bebe-*, o de *partir* é *parti-*.

Como o Quadro V mostra, um só morfema codifica a informação de tempo, aspecto e modo:

Quadro V – Flexão de Tempo, Aspecto e Modo

TEMPO VERBAL	MORFEMAS ASSOCIADOS A CADA CONJUGAÇÃO		
	1ª + 2ª + 3ª	Só 1ª	2ª + 3ª
PRESENTE IND.	Ø		
IMPERFEITO IND.		-va	-a
PRESENTE CONJ.		-e	-a
IMPERATIVO	Ø		
PERFEITO IND.	Ø		
MAIS-QUE- -PERFEITO IND. ¹⁶	-ra		
IMPERFEITO CONJ.	-sse		
FUTURO CONJ.	-r		
INFINITIVO	-r		
FUTURO IND.	-r + e/ r + a		
CONDICIONAL	-r + ia		
GERÚNDIO	-ndo		
PART. PASSADO	-do		

¹⁶ Como se sabe, este tempo simples caiu em desuso em Português contemporâneo, sendo substituído pelo mais-que-perfeito composto, formado pelo imperfeito do indicativo do verbo auxiliar *ter* e pelo particípio passado doutro verbo, como em *tinha comido* em vez de *comera*.

A organização dos tempos verbais do Quadro V reflecte a ideia de que todos os tempos simples se formam a partir de três temas:

- (a) o tema do **presente** – a partir do presente do indicativo formam-se o imperfeito do indicativo, o presente do conjuntivo e o imperativo;

- (b) o tema do **pretérito** – do pretérito perfeito do indicativo formam-se o mais-que perfeito do indicativo, o imperfeito do conjuntivo e o futuro do conjuntivo;
- (c) o tema do **infinitivo** – do infinitivo não flexionado formam-se o futuro do indicativo, o condicional, o infinitivo flexionado, o gerúndio e o particípio passado.

No Quadro VI, apresenta-se a realização morfológica das informações de pessoa e número em cada tempo verbal, i.e., a **desinência** que identifica a pessoa e o número:

Quadro VI – Flexão de Pessoa e Número

PESSOA + NÚMERO	TEMPO VERBAL	MORFEMA
PRIMEIRA SINGULAR	PRESENTE INDICATIVO	-o
	PERFEITO IND.	-i
	OUTROS TEMPOS	Ø
SEGUNDA SINGULAR	PERFEITO IND.	-ste
	IMPERATIVO	Ø
	OUTROS TEMPOS	-s
TERCEIRA SINGULAR	PERFEITO IND.	-u
	OUTROS TEMPOS	Ø
PRIMEIRA PLURAL	TODOS TEMPOS	-mos
SEGUNDA PLURAL ¹⁷	PERFEITO IND.	-stes
	OUTROS TEMPOS	-is
TERCEIRA PLURAL	PERFEITO IND.	-ram
	OUTROS TEMPOS	-m

¹⁷ Como se sabe, a segunda pessoa do plural apenas se utiliza nos dialectos setentrionais do Português Europeu, não sendo já usada nem nos dialectos centro-meridionais do PE, nem no Português brasileiro nem em algumas variantes africanas do Português.

O conhecimento dos paradigmas flexionais regulares mais produtivos atinge-se muito cedo. Durante uma certa fase do processo de aquisição da linguagem, a chamada fase das **sobregeneralizações** [ver Sim-Sim (1999: cap. 2)], as crianças integram todos os itens flexionáveis nos paradigmas regulares mais produtivos, visto que estes são os primeiros que elas dominam. É por esta razão que, nessa fase, as crianças produzem formas como *papeles*, *cordeles*, *pãos* ou *fazi*, *dizi*, *di*, *fazerei* ou reanalisam o género de certos itens, como no exemplo real *a mapa* (já que a esmagadora maioria dos nomes terminados em *-a* são do género

feminino em Português); regularizações análogas caracterizam as produções de falantes que aprendem Português como língua segunda ou estrangeira.

A integração de formas nos paradigmas regulares mais produtivos caracteriza igualmente os falantes adultos, sobretudo os que não dominam a norma culta. Por vezes, esta regularização estende-se igualmente a camadas que falam a norma culta, levando a prever que gerações futuras venham a fixar essa forma regularizada como pertencente à língua; é provavelmente esse o caminho que seguirá a forma da segunda pessoa do singular do pretérito perfeito, o único tempo verbal em que, como se pode observar no Quadro VI, a desinência de pessoa e número não se realiza através do morfema *-s*, que cada vez mais falantes produzem como **dissestes*, **fizestes*.

Sumário:

Em síntese:

- na língua portuguesa a morfologia flexional é sufixal;
- as categorias nominais flexionam em número, género e grau;
- os verbos flexionam em tempo, aspecto e modo e em pessoa e número;
- a flexão verbal de tempo, aspecto e modo organiza-se em três paradigmas, as conjugações, identificáveis pela vogal temática, que precede o morfema do infinitivo;
- os processos morfológicos flexionais regulares mais produtivos atingem-se muito cedo, dando origem a regularizações temporárias de formas durante o período de aquisição da linguagem, as sobre-generalizações, e a reanálises de formas excepcionais que permanecem na gramática de falantes adultos pouco escolarizados e, por vezes, se estendem a falantes da norma culta.

Actividades: p. 103.

3.4 Processos de formação de novas palavras

Cada comunidade linguística consome, transforma e cria palavras, pelo que o léxico de cada língua, longe de constituir um fundo estático, pode antes ser concebido como uma base de dados em actualização permanente. Itens há que desaparecem (os **arcaísmos**, de que *al* (= «outra coisa»), *asinha* (= «depressa»), *rem* (= «coisa»), *soer* (= «costumar») constituem exemplos), outros sofrem alterações de vários tipos no seu significado, outros ainda são criados por diversos processos (os **neologismos**).

Um exemplo típico e muito frequente de transformação de uma palavra é o da **extensão** do seu significado. Através deste processo, o item, que tinha inicialmente um significado mais restrito, alarga o seu significado, como aconteceu com *piloto*, inicialmente «indivíduo que regula a direcção de um barco», posteriormente «condutor de um automóvel de corrida» e «indivíduo que regula a direcção de um avião». É através deste processo que muitos itens ganham uma acepção psicológica, como ilustram os exemplos *abater* (cf. (9a)), *digerir* (cf. (9b)), *frio* (cf. (9c)), *cepo* (cf. (9d)):

- (9) (a) Ele anda muito abatido.
(b) Ele ainda não digeriu o que lhe dissemos.
(c) Ele anda muito frio com os amigos.
(d) Ele é um cepo.

Outro exemplo deste processo é a passagem de nomes próprios a nomes comuns associados às pessoas, marcas ou companhias identificadas pelo nome próprio: assim, a palavra brasileira para fotocopiar, *xerocar*, foi formada a partir de *Xerox*, o nome da companhia americana produtora de fotocopiadoras; *biquini*, importado do Inglês, teve a sua origem no nome de um atoll das Ilhas Marshall, *Bikini*, o mesmo acontecendo com *bermudas*, de Ilhas Bermudas; no período do Estado Novo, chamou-se *salazar* a um tipo de mealheiro e ainda hoje se chama *salazar* a uma rapadura.

Um processo de transformação do significado de um item menos significativo para o alargamento do léxico consiste não na extensão mas na mudança do significado de uma palavra: constituem exemplos deste tipo os itens *gesto*, que Camões ainda utiliza com o significado de «rosto, semblante», e *imbecilidade*, ainda corrente no século XVIII com o significado de «fraqueza».

Quanto à criação de neologismos, um processo quantitativamente significativo é o **empréstimo**. Segmentos importantes do léxico do Português

resultam de empréstimos de outras línguas. De facto, considerando apenas o período posterior à fundação da nacionalidade, são empréstimos:

- (10) (a) do Francês (= **galicismos**) palavras como *constatar, dama, detalhe, envelope, garagem, restaurante*;
- (b) do Inglês (= **anglicismos**) itens como *bife, clube, futebol, lanche, slogan, snobe*;
- (c) do Italiano (= **italianismos**) muitos termos de navegação (como *piloto*) e de música (como *cantata, maestro, ópera*), para além de palavras como *cicerone e piza*;
- (d) do Espanhol (= **hispanismos**) itens como *airoso, carabina, moreno, naípe, novilho, tasca*;
- (e) do Alemão (= **germanismos**) palavras como *arranjar, cobalto, frete, frota, jardim, quartzo*;
- (f) de línguas ameríndias (da América central e do Sul) termos de fauna e flora (como *abacate, ananás, chocolate*), para além de itens como *canibal, canoa, furacão, pampa*;
- (g) de línguas africanas palavras como *banana, batuque, cacimba, girafa, macaco, musseque*;
- (h) de línguas asiáticas itens como *bengala, bule, caqui, chá, leque, pagode*.

Quanto mais antigos são os empréstimos, tanto mais eles estão moldados à estrutura fonológica e ao sistema ortográfico da língua que os importa. Provavelmente a maioria de nós não tem consciência de que palavras como *bengala, jardim, frota, macaco* ou *piloto*, importadas para o Português na Idade Média e no período dos Descobrimentos, são empréstimos. Mas as hesitações de pronúncia e de escrita que temos perante empréstimos como *piza, slogan, snobe*, anteriormente referidos, ou *controlo, «croissant», maquilhagem, sanduíche, uísque*, as dúvidas quanto à flexão de palavras como *cachecol* ou «*hall*», mostram que os falantes ainda não «adoptaram» integralmente tais itens, i.e., que ainda não lhes concederam nacionalidade portuguesa de pleno direito.

Outro processo de alargamento do léxico através da criação de novas palavras é a **abreviação**, processo que consiste em eliminar uma sequência mais ou menos longa do final da palavra. São exemplos deste tipo *foto* (por «fotografia»), *metro* (por «metropolitano»), *otorrino* (por «otorrinolaringologista»), *porno* (por «pornográfico»), *prof* (por «professor»). Um caso particular de abreviação são as **siglas**, que têm por domínio combinações de palavras que designam uma entidade, como *BD* (por «banda dese-

nhada»), *CD* (por «disco compacto», mantendo a ordem da expressão em Inglês), *CP* (por «Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses»), *OUA* (por «Organização de Unidade Africana»), *UE* (por «União Europeia»).

Podem também formar-se novas palavras a partir dos elementos iniciais de expressões que designam instituições ou processos científico-tecnológicos, como acontece com *laser* (formado a partir da expressão inglesa «light amplification by stimulated emission of radiation»), *ONU* (formado a partir da expressão «Organização das Nações Unidas»), *palop* (formado a partir da expressão «país africano de língua oficial portuguesa»), *radar* (formado a partir da expressão inglesa «radio detection and ranging»), *sonar* (formado a partir da expressão inglesa «sound navigation ranging»), *vip* (formado a partir da expressão inglesa «very important person»); a este processo chama-se **acronímia**.

Também a partir do processo de **mistura** se podem criar novas palavras, pela combinação aleatória (i.e., sem motivação morfológica) de partes de duas ou mais palavras, como acontece com os itens *cavaquistão* (uma combinação de «Cavaco» e da terminação de nomes de países como «Paquistão»), *franglês* (uma combinação de «francês» e «inglês»), *motel* (um empréstimo resultante da combinação de «motor hotel»), *portinhol* (uma combinação de «português» e «espanhol»).

A **composição** é outro dos processos de criação de novas palavras. Os compostos são combinações de palavras «cristalizadas», em geral de categoria nominal (como *água-furtada*, *fim de semana*, *malmequer*, *navio escola*, *passatempo*, *saca-rolhas*, *vaivém*) ou adjectival (como *azul bebé*, *cinzento claro*, *cor de rosa*), embora possam ter como elementos constituintes verbos, preposições e advérbios¹⁸.

Nos compostos formados há mais tempo, os elementos constituintes podem sofrer alterações fonéticas e acentuais, como aconteceu com *aguardente*, *fidalgo*, *pernalta* ou *pontapé*, com um só acento de palavra e com redução vocálica. Neste tipo de compostos, a perda de autonomia acentual dos elementos constituintes e a supressão de sílabas ou vogais das palavras que os constituíam inicialmente está em geral reflectida na grafia, que os representa como uma só palavra.

Nos compostos em que os elementos constituintes preservam a autonomia acentual, mantém-se mais do que um acento de palavra, como acontece em *passatempo*, *couve-flor* ou *cor de rosa*; contudo, e como os três exemplos mostram, a grafia pode não reflectir a autonomia dos elementos constituintes, pois tais compostos ora surgem grafados como uma palavra só, ora com hífen, ora com autonomia gráfica de cada elemento.

¹⁸ Os compostos (não eruditos) de categoria verbal são em pequeno número em Português. Destaquem-se de entre eles combinações dos advérbios *bem/mal* com verbos, como *bendizer*, *benfazer*, *maldizer*.

Outro processo de formação de novas palavras muito produtivo é a **conversão**. Através deste processo, obtém-se uma nova palavra de categoria diferente de outra já existente, sem qualquer alteração na forma fónica; é muito frequente a conversão de formas infinitivas de verbos (= V) em nomes (= N) (vejam-se os exemplos *vai comer_V → o comer_N, está a olhar_V → o olhar_N, vai ser_V → um ser_N*), assim como a conversão de formas verbais participiais em adjectivos (= A) e a destes em nomes (vejam-se os exemplos *tem cozido_V → tão cozido_A → o cozido_N, tem sentido_V → tão sentido_A → um sentido_N*).

Como já foi referido na secção 3.2, pela combinação de um radical ou tema verbal (a forma **derivante**) com afixos derivacionais (i.e., com prefixos ou sufixos que têm significado lexical) formam-se novas palavras. Este processo morfológico, denominado **derivação**, permite formar verbos a partir de adjectivos, nomes e verbos (casos de **verbalização**), nomes a partir igualmente de adjectivos, nomes ou verbos (casos de **nominalização**) e adjectivos a partir de adjectivos, nomes ou verbos (casos de **adjectivização**). Os quadros VII, VIII e IX ilustram, respectivamente, os processos derivacionais de verbalização, nominalização e adjectivização:

Quadro VII – Verbalização

CATEGORIA DERIVANTE	FORMA DERIVANTE	AFIXO DERIVACIONAL	PALAVRA DERIVADA
ADJECTIVO	baix(o)	-ar	<i>baixar</i>
	fácil	-itar	<i>facilitar</i>
	útil	-izar	<i>utilizar</i>
NOME	escrav(o)	-izar	<i>escravizar</i>
	folh(a)	-ear	<i>folhear</i>
	plant(a)	-ar	<i>plantar</i>
VERBO	dormi(r)	-itar	<i>dormitar</i>
	fazer	des-	<i>desfazer</i>
	pensar	re-	<i>repensar</i>

Os sufixos *-ar* e *-izar* são muito produtivos em Português. Assim, os novos verbos formados na nossa língua usam centralmente estes dois sufixos, como exemplificam as palavras *clonar* (forma derivante: *clone*), *faxar* (forma derivante: *fax*), *digitalizar* (forma derivante: *digital*).

Quadro VIII – Nominalização

CATEGORIA DERIVANTE	FORMA DERIVANTE	AFIXO DERIVACIONAL	PALAVRA DERIVADA
ADJECTIVO	bel(o)	-eza	<i>beleza</i>
	clar(o)	-idade	<i>claridade</i>
	real	-ismo	<i>realismo</i>
NOME	leitor	-ado	<i>leitorado</i>
	nível	des-	<i>desnível</i>
	plum(a)	-agem	<i>plumagem</i>
VERBO	anima(r)	-ção	<i>animação</i>
	fingi(r)	-dor	<i>fingidor</i>
	pensa(r)	-mento	<i>pensamento</i>

Quadro IX – Adjectivização

CATEGORIA DERIVANTE	FORMA DERIVANTE	AFIXO DERIVACIONAL	PALAVRA DERIVADA
ADJECTIVO	lógico	i-	<i>ilógico</i>
	normal	a-	<i>anormal</i>
	real	-ista	<i>realista</i>
NOME	álcool	-ico	<i>alcoólico</i>
	fam(a)	-oso	<i>famoso</i>
	infern(o)	-al	<i>infern</i>
VERBO	cura(r)	-(t)ivo	<i>curativo</i>
	lava(r)	-vel	<i>lavável</i>
	tolera(r)	-nte	<i>tolerante</i>

Como se pode observar nos quadros VII, VIII e IX, enquanto a derivação por prefixação preserva sempre a categoria da forma derivante (i.e., a palavra derivada tem a mesma categoria da forma derivante), o mesmo não acontece com a derivação por sufixação. Assim, se alguns sufixos se com-

portam a este respeito como todos os prefixos (veja-se o exemplo do sufixo nominal *-ado*), muitos outros alteram a categoria da forma derivante (vejam-se os exemplos do sufixo verbal *-ar*, do sufixo nominal *-ção* ou do sufixo adjectival *-vel*).

Um caso particular de derivação, denominada **derivação regressiva**, é um processo de nominalização sobre radicais verbais que envolve supressão de sufixos, como em *cantar_V* → *canto_N*, *chorar_V* → *choro_N* e *perder_V* → *perda_N*. De um modo geral, assume-se que os nomes concretos são a forma derivante dos verbos correspondentes (como em *fax_N* → *faxar_V*, *planta_N* → *plantar_V*), ao passo que os nomes abstractos são formados por derivação regressiva a partir dos verbos correspondentes (para além dos exemplos acima, considerem-se igualmente os pares *embarcar_V* → *embarque_N*, *ganhar_V* → *ganho_N*).

Finalmente existe um terceiro processo derivacional que se distingue quer da derivação quer da derivação regressiva por consistir na formação de palavras por recurso simultâneo a prefixação e sufixação. Este processo, denominado **parassíntese** (ou **circunfixação**) origina formas como *aterrar* (*a-* + *terr(a)* + *-ar*), *embarcar* (*em-* + *barc(o)* + *-ar*), *empobrecer* (*em-* + *pobr(e)* + *-ecer*); note-se que em nenhum destes casos dispõe a língua de formas como **terr_V* ou **aterra_N*, **barcar_V* ou **embarco_N*, **pobrecer_V* ou **empobre_A*, pelo que é necessário supor que aos radicais *terr(a)*, *barc(o)* e *pobr(e)* se juntaram simultaneamente um prefixo e um sufixo.

Sumário:

Em síntese:

Podem criar-se novas palavras por processos morfológicos e não morfológicos;

- quanto aos processos não morfológicos,
 - a extensão actua sobre o significado da palavra;
 - a abreviação, a acronímia, a sigla e a mistura actuam por redução (de morfemas, sílabas ou segmentos menores do que a sílaba) de uma ou mais palavras,
 - o empréstimo introduz numa língua palavras oriundas de outras línguas, que são tanto menos reconhecidas como empréstimos quanto mais se tenham moldado ao sistema fonológico (e ao sistema ortográfico) da língua que os importa;
 - a composição transforma em palavras combinações de palavras, podendo os compostos mais antigos sofrer alterações fonéticas e acentuais profundas;
- quanto aos processos morfológicos,
 - a derivação actua pela combinação de um afixo derivacional com um radical ou com um tema verbal, designando-se nominalização, adjectivização e verbalização, consoante a palavra derivada é, respectivamente, um nome, um adjectivo ou um verbo;
 - a derivação regressiva é um caso particular de nominalização, envolvendo supressão de sufixos de uma forma derivante verbal;
 - a parassíntese cria novas palavras pela adição simultânea de um prefixo e de um sufixo;
 - a conversão cria novas palavras por mudança da categoria sintáctica da palavra, não envolvendo qualquer alteração da forma fónica.

Actividades: p. 104.

3.5 Mais sobre o significado

Se reflectirmos sobre o que encontramos em comum no significado de palavras como *assassino*, *lutador*, *sapateiro*, descobriremos certamente uma propriedade semântica parafraseável por «aquele que faz x», em que «faz x» corresponde, nos exemplos dados, a «assassina», «luta» e «faz sapatos». Em *assassino*, esta propriedade semântica é parte do significado do radical, enquanto em *lutador* e *sapateiro* ela é o essencial do significado dos sufixos derivacionais *-dor* e *-eiro*.

Do mesmo modo, se compararmos as palavras *azul*, *branco*, *rosado* e *verde*, constatamos que todas elas partilham a propriedade semântica «cor». Perante palavras como *andar*, *chegar*, *construir*, *fechar*, *matar*, chegaremos à conclusão que o significado de todas elas tem em comum uma propriedade parafraseável por «as entidades envolvidas nas situações por elas descritas sofrem mudança(s)», propriedade que os linguistas têm designado pelo termo «dinâmico», que as distingue de verbos como *estar*, *ficar*, *gostar* ou *saber*, cujo significado inclui a propriedade semântica contrária, i.e., «não dinâmico» ou «estativo».

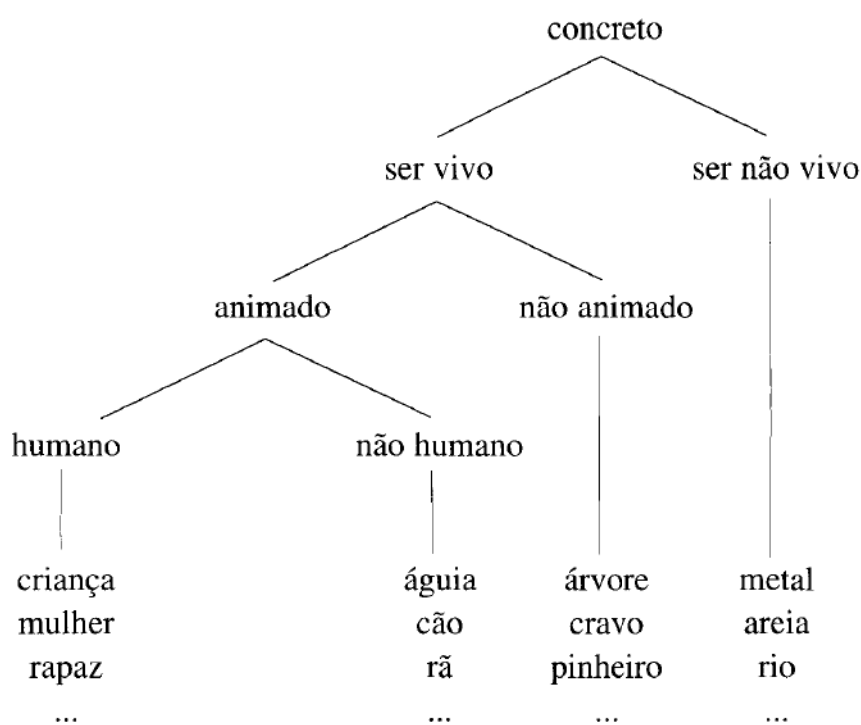
Dos exemplos dados podemos concluir que o significado de uma palavra é função do significado dos morfemas que a constituem e pode ser encarado como um conjunto de propriedades semânticas elementares, também chamadas **traços semânticos**.

Idealmente, um conjunto finito de traços semânticos, sobre o qual ainda não existe consenso, constitui o vocabulário universal graças ao qual será possível descrever o significado de todas as palavras das línguas do mundo. Contudo, existe unanimidade quanto à inclusão de traços como «abstracto», «cor», «dinâmico», «humano» em tal vocabulário.

Dado o êxito da concepção binária dos traços distintivos na descrição dos sistemas fonológicos das línguas naturais, também os traços semânticos são usualmente concebidos como traços binários – i.e., como propriedades que podem estar presentes ou ausentes numa dada palavra. Exemplificando, relativamente ao traço «cor», *amarelo* é especificado positivamente (ou seja, [+ cor]), enquanto *amigável* é especificado negativamente (ou seja, [- cor]).

O conhecimento do mundo categorizado em cada língua natural leva a que muitos traços semânticos se encontrem hierarquizados. Se considerarmos as propriedades «concreto», «ser vivo», «animado» e «humano», podemos estabelecer a seguinte hierarquia entre eles:

(11)



Dada a hierarquia apresentada, compreende-se facilmente que a presença de um traço mais baixo na hierarquia implica a presença dos traços hierarquicamente superiores: assim, palavras especificadas positivamente quanto ao traço «humano», são também caracterizadas pela presença dos traços superiores «animado», «ser vivo» e «concreto» – ou seja, se o significado de uma palavra inclui a propriedade [+ humano], ele inclui obrigatoriamente as propriedades [+ animado], [+ ser vivo] e [+ concreto], ou seja, estas últimas são **redundantes**.

Do facto de muitos traços semânticos estarem hierarquizados deriva que uma grande parte do léxico mental dos falantes se encontre também semanticamente hierarquizada. Assim, se considerarmos as palavras *animal*, *pessoa* e *mulher*, constatamos que a primeira tem um significado mais geral do que *pessoa* e *mulher*, pois é caracterizada pelo traço [+ animado] mas não especificada quanto ao traço «humano» (i.e., é [± humano]) ao passo que estas últimas têm o traço [+ humano], e que *pessoa* tem um significado mais geral do que *mulher*, pois não é especificada quanto aos traços «macho» e «fêmea», contrariamente a esta última.

Deste tipo de hierarquização decorrem relações de **subordinação conceptual** entre palavras, em que as palavras mais elevadas na hierarquia se comportam como nomes da classe ou espécie a que pertence a subclasse ou sub-espécie das palavras colocadas num ponto inferior da hierarquia, tendo estas últimas necessariamente um significado mais especificado e por isso mais restrito do que as primeiras. Assim, o significado de *animal* é menos especificado do que o de *pessoa* (*animal* é [± humano] enquanto *pessoa* é

[+ humano]) e o de *mulher* mais especificado e por isso mais restrito do que o de *pessoa* e de *animal*. Por outras palavras, *animal* mantém com *pessoa* uma relação de **hiperonímia** (tal como *pessoa* com *mulher* ou *peixe* com *salmão*); inversamente, *pessoa* mantém com *animal* uma relação de **hiponímia** (tal como *mulher* com *pessoa* ou *salmão* com *peixe*).

Conhecer e descrever o significado de uma palavra envolve igualmente o estabelecimento de relações mais gerais de implicação que os linguistas costumam representar através de **postulados de significado** (ver capítulo 6). Se considerarmos as palavras *azul*, *solteiro* e *voar*, podemos representar parte do conhecimento lexical que temos acerca delas através dos seguintes postulados de significado:

- (12) (a) Se *x* é azul, então *x* é um objecto concreto
(b) Se *x* é solteiro, então *x* não é casado
(c) Se *x* voa, então *x* desloca-se num meio aéreo

O conhecimento intuitivo que temos como falantes dos postulados de significado acima enunciados explica que nos sintamos obrigados a interpretar não literalmente combinações de palavras que violam um postulado associado a uma das palavras que nelas ocorram, como nos exemplos (13):

- (13) (a) Compre uma ideia azul.
(b) O meu tio solteiro é casado há dez anos.
(c) Ele voou escadas abaixo.

Quando duas ou mais palavras têm traços semânticos (quase) idênticos, encontram-se numa relação de **sinonímia**: *casa* e *residência*, *mirar*, *observar* e *ver*, *são* e *saudável* são exemplos de palavras **sinónimas**. Contudo, dificilmente se encontram casos de sinonímia perfeita, i.e., casos em que os sinónimos sejam intersubstituíveis em todos os contextos. Assim, *residência* não pode substituir *casa* em contextos como (14a), e *casa* não pode substituir *residência* em contextos como (14b):

- (14) (a) Vou a casa.
(b) A residência oficial do primeiro-ministro é o palácio de S. Bento.

Ver não pode substituir *mirar* nem *observar* em contextos como (15a), *mirar* e *observar* não podem substituir *ver* em contextos como (15b), *mirar* e *ver* não podem substituir *observar* em contextos como (15c):

- (15) (a) Ele mirou/observou a rapariga dos pés à cabeça.
(b) Já vi o último filme de Francis Ford Coppola.

- (c) Ele observou e registou os comportamentos defensivos da colónia de formigas.

Saudável não pode substituir *são* em contextos como (16a) e *são* não pode substituir *saudável* em contextos como (16b):

- (16) (a) Não tenho um único dente são.
(b) É saudável ter amigos.

Outra relação entre itens caracterizável com base em traços semânticos neles presente é a relação de **oposição** ou **antonímia**. A antonímia pode assumir três formas diferentes: antonímia **complementar**, antonímia **graduável** e antonímia **relacional**.

No caso da antonímia complementar, os termos da relação são complementares, como acontece com *presente/ausente*, *vivo/morto*. O significado de um oposto complementar pode, por isso, ser descrito como a negação do significado do outro — ou seja, *presente* = «não ausente», *ausente* = «não presente»; *vivo* = «não morto», *morto* = «não vivo».

No caso da antonímia graduável, a propriedade semântica relativamente à qual os termos se opõem é uma grandeza escalar (como temperatura, altura, cor, etc), havendo outros termos, para além dos opostos considerados, que a partilham e se distinguem dos termos da relação. Exemplificando, *quente/frio*, *alto/baixo*, *branco/preto* são opostos graduáveis. Assim, o significado de *quente* não é «não frio», uma vez que, para além de *frio*, existem numa escala de temperatura *gelado*, *tépido*, *morno*, *escaldante* (entre outros), caracterizando «não frio» não só *quente* como também *tépido*, *morno* e *escaldante*; inversamente, «não quente» é válido não só para *frio* mas também para *gelado*, *tépido* e *morno*.

No caso da antonímia relacional, os opostos mantêm entre si uma relação simétrica, i.e., um deles é a imagem especular do outro. É esta a relação existente entre *comprar* e *vender* ou *professor* e *aluno*. No primeiro caso, *comprar* e *vender* partilham um traço semântico parafraseável por «transferência de uma mercadoria contra dinheiro»; *comprar* descreve tal transferência de um modo que é simétrico do de *vender*: se *x compra y* e *a z*¹⁹, então *z vende y* e *a x*. No segundo caso, *professor* e *aluno* partilham uma propriedade semântica, «transferência de conhecimentos»; *professor* descreve tal transferência com uma orientação simétrica da de *aluno*: se *x é professor de y*, então *y é aluno de x*.

Existem muitas vezes entre palavras de significados diferentes, mas não opostos, relações de identidade fónica e/ou gráfica. Quando dois ou mais itens têm significados diferentes e formas fónicas e gráficas idênticas, diz-se que são **homónimos** (como *achar* (= «encontrar») e *achar* (= «julgar»);

¹⁹ Na interpretação em que *z* designa a entidade à qual *y* foi comprado e não a entidade para a qual *y* foi comprado.

partir (= «quebrar») e *partir* (= verbo de movimento); *a* (= artigo), *a* (= preposição), *a* (= pronome pessoal átono)).

Quando dois ou mais itens têm significados diferentes, formas gráficas diferentes e formas fónicas idênticas, diz-se que são **homófonos** (como é o caso de *concelho* e *conselho*, *cosido* e *cozido*, *maça* e *massa*).

Quando dois ou mais itens têm significados e formas fónicas diferentes mas formas gráficas idênticas, como acontece com *olho* (= forma do verbo *olhar*) e *olho_N*, *sede* (= «edifício») e *sede* (= «vontade de beber»), denominam-se **homógrafos**.

A **polissemia** (i.e., o facto de uma palavra ter mais do que um significado), a homonímia e a homofonia (quando processamos linguagem oral) ou a homografia (quando lemos) podem originar **ambiguidade** — ou seja, podem levar os falantes a atribuir mais do que uma interpretação a uma combinação de palavras. Assim, uma frase como *Não gosto de pêras* pode ser interpretada como «não gosto dos frutos chamados pêras», «não gosto de um certo tipo de barbas» ou «não gosto de interruptores eléctricos em forma de pêra». Uma frase como *Também o achei* pode ser interpretada como «também encontrei isso» ou «também julguei isso».

Quando uma combinação de palavras é ambígua por uma das quatro razões acima expostas, diz-se que tal ambiguidade é de natureza **lexical**, uma vez que a origem da ambiguidade reside na presença de um item lexical polisémico ou homónimo/homófono/homógrafo de outro(s).

Sumário:

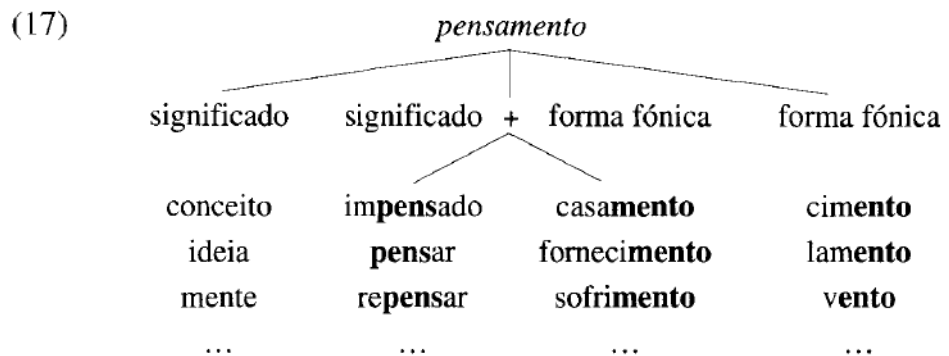
Em síntese:

- o significado de uma palavra pode ser descrito através da combinação de propriedades semânticas elementares, designadas traços semânticos;
- os traços semânticos são em geral concebidos como propriedades binárias;
- muitos traços semânticos estão hierarquizados conceptualmente, pelo que os itens que os possuem se encontram também hierarquizados uns relativamente aos outros: um item A mais elevado na hierarquia é hiperónimo de outro item B menos elevado na mesma hierarquia, sendo B um hipónimo de A;
- na descrição do conhecimento que os falantes têm do significado de uma palavra devem ter-se em conta relações gerais de implicação, representadas sob a forma de postulados de significado;
- entre palavras cujo significado possa ser descrito através de traços semânticos quase idênticos estabelece-se uma relação de sinonímia;
- entre palavras que se caracterizam por valores opostos para certo(s) traço(s) semântico(s) estabelece-se uma relação de antonímia complementar (o significado de um dos opostos é a negação do significado do outro), graduável (os antónimos opõem-se entre si e em relação a outros itens) ou relacional (os opostos são simétricos);
- relações de identidade entre forma fónica e/ou forma gráfica de duas ou mais palavras (homonímia, homofonia e homografia) e polissemia de um item (i.e., o facto de uma dada palavra ter mais do que um significado) podem originar ambiguidade da expressão em que tais palavras ocorram.

Actividades: p. 105.

3.6 Relações associativas, campos semânticos e famílias de palavras

Sendo as palavras combinações indissociáveis de significados e formas fónicas, é possível estabelecer relações entre elas com base apenas no significado, na combinação significado-forma fónica e apenas na forma fónica. Este tipo de relações, a que Saussure chamou **associativas**, pode ilustrar-se para a palavra *pensamento* do seguinte modo:



Considerando em primeiro lugar as associações entre palavras no plano exclusivo do significado, as mais importantes das quais já foram referidas na secção 3.5, destaque-se aqui que, pelo facto de muitos traços semânticos estarem conceptualmente hierarquizados, e de muitas palavras os partilharem, vastas áreas do nosso léxico mental estão organizadas naquilo que os linguistas denominaram **campos semânticos**.

As palavras que pertencem ao mesmo campo semântico partilham os mesmos traços do hiperónimo que dá o nome ao campo e são, para além disso, especificadas quanto a traços semânticos relativamente aos quais o hiperónimo não apresenta especificação, tendo, por isso, um significado mais restrito do que o hiperónimo. Tomando como exemplo o campo semântico dos termos de parentesco, as palavras que o integram partilham traços como [+ concreto, + ser vivo, + animado, + parentesco]; dentro do campo, alguns itens estão ordenados superiormente a outros, como acontece com *progenitor* (não especificado quanto aos traços «macho» e «fêmea») em relação a *pai* e *mãe* (especificados quanto a estes traços); alguns itens do campo não são especificados quanto ao traço «humano» (como acontece com *pai*, *mãe*), enquanto outros são caracterizados como [+ humano] — veja-se o caso de *sogro* ou *cunhado*, reservados a sistemas de parentesco humanos —, e outros ainda são especificados como [- humano] — como acontece com *cria*, reservado a filhos de não humanos.

Se considerarmos as associações entre palavras envolvendo simultaneamente significado e forma fônica, verificamos que, dada a sua formação, muitas palavras partilham o mesmo radical ou o mesmo sufixo derivacional. Retomando o exemplo de *pensamento*, apresentado acima, itens como *pensamento*, *impensado*, *pensar*, *pensativo*, *repensar*, etc. partilham o radical *pens-*, e palavras como *pensamento*, *casamento*, *estrangulamento*, *fornecimento*, *impedimento*, *sofrimento*, etc. partilham o sufixo derivacional nominal *-mento*. As palavras que apresentam constituintes morfológicos idênticos (mais precisamente, radicais ou afixos derivacionais idênticos) pertencem à mesma **família de palavras**.

Se os falantes têm consciência da semelhança de constituição morfológica de palavras formadas a partir de processos derivacionais produtivos na língua (como nos casos exemplificados acima), já o mesmo não se passa com palavras que, apesar de terem o mesmo **étimo** (i.e., a sua origem é a mesma palavra em geral latina), entraram na língua em épocas e por vias diferentes. As formas mais distantes do étimo latino sofreram as alterações fonéticas características da passagem do Latim ao Português, e diz-se que entraram na língua por via popular; as formas mais próximas do étimo latino entraram no Português mais tarde, por via erudita, por influência do movimento renascentista, e constituem na realidade empréstimos latinos, designados **cultismos**. Estas palavras, que *chão/plaino/plano/porão* (do Latim *planum*), *cheio/pleno* (do Latim *plenum*), *olho/óculo* (do Latim *oculum*), *selo/sigilo* (do Latim *sigilum*) exemplificam, chamam-se **divergentes**.

As relações de associação entre palavras baseadas exclusivamente na forma fônica das mesmas, que, no caso exemplificado acima, nos podem levar a associar a *pensamento* itens como *cimento*, *lamento*, *lento*, *vento*, em que as sequências fônicas idênticas não correspondem a nenhum morfema lexical da palavra *pensamento*, são especialmente exploradas em poesia e estão na base quer de lapsos linguísticos quer de jogos de palavras. Assim, a mecânica da rima funda-se na similaridade fônica das sequências que incluem a vogal tónica e os segmentos à sua direita; *praia-mar* por *preia-mar*, *comeu a pala* por *comeu a palha*, *estive a fazer foras* por *estive a fazer horas*, *sofro de magnésia* por *sofro de amnésia* são exemplos²⁰ de lapsos que têm a sua raiz na similaridade fônica entre as palavras substituídas e na antecipação ou manutenção dos articuladores em posições em que se encontrarão ou encontravam para produzir um determinado segmento (ver capítulo 5). A deliciosa passagem da *Alice no País das Maravilhas* em que a Tartaruga Falsa conta à Alice quais as matérias que tinha estudado na escola usa crucialmente a similaridade fônica como processo estilístico — veja-se o seguinte excerto:

Para começar havia Bulir [por *ler*], Escravar [por *escrever*] e Conter [por *contar*] [...] e depois os diferentes ramos da Aritmética: Ambição [por *adi-*

⁴⁰ Exemplo retirado de Faria, et alii (1996) 'Se o paradigma da ciência cognitiva se tornasse dominante no âmbito da educação, que mudanças poderíamos esperar ao nível do ensino da língua materna?'. In I. Diarte e I. Leiria (eds) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. II. APL/Colibri: Lisboa.

ção], Distracção [por *subtracção*], Derisão [por *divisão*] e Mortificação [por *multiplicação*].²¹

²¹ [Levis Carrol, *Alice no País das Maravilhas*. Trad. port.: Lisboa, Ed. Afrodite, 2ª ed., 1976, p. 212]

Sumário:

Em síntese:

- podem estabelecer-se relações associativas entre palavras com base exclusivamente no seu significado, exclusivamente na sua forma fónica, ou nos morfemas lexicais que as constituem;
- as palavras associáveis exclusivamente com base no significado pertencem ao mesmo campo semântico;
- as palavras associáveis com base nos morfemas lexicais que as constituem pertencem à mesma família de palavras;
- palavras com o mesmo étimo latino que entraram na língua em épocas diferentes e por vias diferentes (popular *vs* erudita) denominam-se palavras eruditas;
- relações entre palavras estabelecidas exclusivamente com base na forma fónica são especialmente exploradas em poesia e estão na origem de muitos lapsos linguísticos e jogos de palavras.

Actividades: p. 108.

Leituras Complementares

FROMKIN, V. & R. RODMAN

1988 *An Introduction to Language*. 6ª edição. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers. Pp. 158-171.

RIO-TORTO, G. M.

1998 *Morfologia Derivacional. Teoria Geral e Aplicação ao Português*. Porto: Porto Editora. Pp. 83-132

SIM-SIM, I.

1999 *Desenvolvimento da Linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta. Cap. 2, secção 2.

Actividades

O que sabemos quando conhecemos uma palavra

A.

1. Considere as seguintes palavras:

a, baixo, calha, largo, roda, salto, solar

Encontre um argumento que mostre que, em cada caso, está na presença de palavras diferentes, que correspondem a diferentes entradas no léxico mental dos falantes do Português, e não à mesma palavra com significados diferentes.

2. Procure dois pares de palavras que, como *amar* e *gostar*, pertençam à mesma categoria sintáctica, tenham significados semelhantes mas propriedades de subcategorização diferentes.
3. Dê exemplo de duas palavras que exijam que a expressão nominal que seleccionam como objecto directo tenha o traço semântico abstracto.

B.

(Actividade destinada a alunos dos 3º e 4º anos: distinção de palavras com formas fónicas parecidas)

1. Peça aos alunos que completem as seguintes frases com as palavras da lista abaixo:
 - (1) O _____ do João é uma palmada no ombro.
 - (2) Faz-me o favor de _____ esta música.
 - (3) Falta-me _____ o desenho a azul.
 - (4) _____ fazer contas é útil.
 - (5) A Maria levanta-se de madrugada para _____ as vacas.
 - (6) Vou _____ este bolo.
 - (7) Gosto do _____ das amoras.
 - (8) O herói conseguiu _____ a lança no ombro do bandido.
 - (9) Ontem à noite na quinta as vacas fartaram-se de _____.
 - (10) O _____ da sala de aula é 30 metros.

(11) Ninguém consegue _____ o futuro.

(12) O João gosta de _____ o trabalho dos outros.

comprimento *cumprimento* *mugir* *mungir*

contornar *controlar* *provar* *prever*

gravar *cravar* *saber* *sabor*

(Actividade destinada a crianças de 3/4 anos: o *nonsense* pela violação de restrições de selecção.)

2. Diga aos alunos as seguintes frases anómalas e peça-lhes que expliquem porque é que elas são disparatadas:

(1) Atirei o telefone ao chão e ele desatou a chorar.

(2) Eu perguntei ao sol porque é que ele era tão quentinho.

(3) O pé da mesa meteu um golo.

(4) O meu carro casou com o jipe do meu vizinho.

(5) O João assustou o vento.

(6) Eu cortei o pão com um abraço.

Palavras e constituintes de palavra

A.

(Realize estas actividades sem recurso a dicionário e gramáticas)

4. Considere o seguinte texto:

Os destinos de amor patético determinados por diferenças de fortuna capitalizada predominam, como é natural, na ficção camiliana, frequentemente localizada cerca de meados do século, que o autor pessoalmente conhecia. Mas comecemos por recordar o âmbito de variabilidade dos conflitos de ordem lineagista atentando nos casos mais notórios: o caso de *Anátema*, que é, no seu conjunto de três gerações, o de um enredo melodramático provocado por uma questão fútil de primazia heráldica e por uma sádica vingança por parte de um bastardo; o caso de *O Senhor do Paço de Ninães*, com um jovem nobre rural cuja esperança amorosa é preterida pela de outro jovem nobre desonesto, dissipador mas dispendo de mais altas

influências áulicas, e que, depois de muitas aventuras moral e patrioticamente exemplares, acaba aos 65 anos como ermitão a abençoar e perdoar a fácil cedência da sua antiga noiva, empobrecida, entrevada e semilouca (em parte de remorso); o caso de *A Doida do Candal*, 1867, já no limiar do liberalismo, que é o de duas mulheres, uma popular e mãe, e finalmente louca, e outra nobre, que vêm morrer o homem por ambas amado, devido à rivalidade e ao rancor de motivação terratenente nobiliárquica; [...] ²²

²² [Oscar Lopes, *A Busca de Sentido. Questões de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Pág. 44].

- 4.1. Faça uma lista das palavras novas que nele encontrou;
- 4.2. Diga o que aprendeu sobre cada uma delas a partir da leitura do texto;
- 4.3. Tente identificar as pistas que o/a conduziram às descobertas que enumerou na resposta anterior.
5. Identifique os radicais e afixos derivacionais das seguintes palavras: *amigável, criteriosamente, perfuração, reconverter*.
- 5.1. Dê exemplo de outras palavras do Português em que ocorram os mesmos afixos derivacionais.

B.

(Actividade destinada a sensibilizar os alunos para os mecanismos de «construção» de palavras novas permitidos pela morfologia derivacional)

5. Forneça aos alunos a seguinte lista de «tijolos» com que podem formar palavras:

des-	amarel(o)	-ar
in-	film(e)	-ado
	cómod(o)	-ecer
	folh(a)	-agem

Peça-lhes que os combinem de modo a formarem o maior número possível de palavras.

(Actividade destinada a sensibilizar os alunos para o facto de nem todas as partes de palavras a que isoladamente podemos atribuir significado constituírem morfemas).

6. Dada a seguinte lista de palavras, peça aos alunos que digam quais aquelas que reconhecem ser formadas por «tijolos» mais pequenos com significado:

- | | |
|--------------|--------------|
| (a) capaz | (e) marquês |
| (b) desenho | (f) prova |
| (c) escolar | (g) refazer |
| (d) leiteiro | (h) trocista |

Flexão

A.

6. Procure explicar as razões dos seguintes erros:

- (1) *Qualqueres pessoas sabem isso.
- (2) *Há-des dizer-me quando podemos jantar juntos.
- (3) *O crianço está bonito.
- (4) *Eu já sabi isso mas esqueci-me.
- (5) *A actora é muito perfeita!

7. Como se exemplifica no texto, em Português, a distinção entre sexos é muitas vezes assegurada através da flexão de género (cf., por exemplo, *gato/gata*). Dê três exemplos que mostrem que, na nossa língua, a distinção entre sexos pode igualmente ser assegurada por meios lexicais e não flexionais.

8. Dado o texto apresentado abaixo, indique as categorias gramaticais que nele estão realizadas através de processos flexionais:

«O rapaz chegou mais atrasado do que pensámos. Por isso, só vamos concluir o relatório amanhã.»

B.

(Actividades de treino da flexão verbal e nominal; explique primeiro aos seus alunos o que é a «língua dos Pufos»)

5. Peça-lhes que completem em «língua de Pufos» o seguinte texto:

Os dois Pufos decidiram _____ (*pufanhar*) cogumelos e lá _____ (*pufartir*) para a floresta. O Pufo desafinado _____ (*pufantarolar*) durante todo o caminho, _____ (*pufeixar*) o amigo doido. Quando _____ (*pufontrar*) uma clareira cheia de cogumelos, _____ (*pufeter-se*) ao trabalho.

6. Peça aos seus alunos que completem em «língua de Pufos» o seguinte texto:

Os _____ (*pufapel*) com a letra das _____ (*pufú-sica*) do Pufo desafinado voaram. A _____ (*pufato*) do maestro levou-os para os _____ (*pufilhote*) e os _____ (*pufamigo*) do Pufo desafinado não foram _____ (*pufapaz*) de os encontrar.

Processos de formação de novas palavras

A.

9. Identifique o processo de formação de cada uma das palavras em itálico nas frases seguintes:

- (1) Não tenho nenhuma *consideração* por ele.
- (2) Os adolescentes sofrem de *pizamania*.
- (3) Nunca vi nenhum *ovni*.
- (4) *Desconheço* quem possa ter esse livro.
- (5) Este país tem a mania do *dr*.
- (6) Trata-se de um *falar* característico desta freguesia.
- (7) O *porão* do Airbus ia cheio de cães.

10. Considere as formas apresentadas em (a) a (h):

- | | |
|----------------|------------------|
| (a) brancação | (e) sloganesco |
| (b) refaxar | (f) hamburgueiro |
| (c) radarmente | (g) invernalizar |
| (d) altoso | (h) boniteza |

-
- 10.1 Diga, justificando porquê, quais as que poderiam vir a ser palavras do Português e quais as que não poderiam.
- 10.2 Descreva o significado das formas que considerou poderem vir a ser palavras do Português.

B.

(Actividade de emprego e consciencialização da derivação sufixal)

7. Dê aos seus alunos a seguinte lista de palavras:
- | | |
|-------------|-------------|
| (a) cozinha | (f) vaca |
| (b) ferrar | (g) pedra |
| (c) ferro | (h) pescar |
| (d) lavar | (i) soldar |
| (e) livro | (j) treinar |
- 7.1. Peça-lhes que indiquem as palavras correspondentes com o significado de «pessoa que faz x/ pessoa que trabalha com x»;
- 7.2. (Só para alunos da 2ª fase) Peça-lhes que procurem a propriedade comum às palavras a que juntaram o «tijolo» *-eiro* e a propriedade comum às palavras a que juntaram o «tijolo» *-dor*.

(Actividade de sensibilização da abreviação como processo de formação de novas palavras)

8. Peça aos alunos que identifiquem a palavra «comprida» correspondente a cada uma das palavras abreviadas da lista abaixo:
- | | |
|-----------|-----------|
| (a) prof | (d) metro |
| (b) foto | (e) moto |
| (c) manif | (f) fac |

Mais sobre o significado

A.

11. Utilizando os traços semânticos «dinâmico», «movimento», «comunicação verbal», «emotivo», distinga o significado dos seguintes itens: *amar, afirmar, chegar, estar*.

12. Classifique os opostos da seguinte lista:

- | | |
|---------------------|-----------------------|
| (a) dar/receber | (d) móvel/imóvel |
| (b) gordo/magro | (e) nómada/sedentário |
| (c) interno/externo | (f) pôr/tirar |

13. Considere o seguinte excerto de *As Lições do Tonecas*:

Professor - [...] A circulação...Qual é a artéria mais importante que o menino conhece?

Tonecas - A artéria mais importante que eu conheço é a Rua do Ouro...

Professor - Que disparate, menino!...Eu refiro-me às artérias vasos...

Tonecas - Ah! Artérias com vasos ... com vasos...só se for na Rua do Jardim do Regedor... Aí é que deve haver vasos ...No Jardim...

Professor - Não diga mais asneiras! ... A artéria mais importante do corpo humano é a aorta... Percebeu?...

Tonecas - Ó senhor professor: mas na horta não há vasos ... Há couves, nabijas, ervilhas...²³

Em que propriedades e relações linguísticas se baseia o humor do diálogo acima transcrito?

²³ [José de Oliveira Cosme, *As Lições do Tonecas*. Lisboa, Livrolândia, 1988, pp. 100--101].

B.

(Actividade de identificação de palavras através do seu significado; pode ser realizada oralmente ou por escrito)

9. Peça à turma que indique a palavra que tem como significado:

- (a) homem que fabrica pão
- (b) cor da relva
- (c) objecto que serve para coser
- (d) estado em que se fica depois de correr muito
- (e) aparelho que se usa para falar à distância
- (f) peça de vestuário que serve para proteger as mãos
- (g) homem muito mais alto do que é normal

- (h) casa fabricada pelos pássaros
- (i) sensação que nos dá vontade de beber
- (j) traçar linhas que representam coisas, animais e pessoas
- (k) traçar letras que formam palavras
- (l) o que se chama a quem não diz a verdade
- (m) o que se diz de quem não gosta de gastar dinheiro

(Actividade de enriquecimento de palavras já conhecidas, para realizar com alunos dos 3º e 4º anos)

10. Organize os seus alunos em grupos e entregue a cada grupo a seguinte lista de palavras: *agulha, barra, grave, renda, vela*.
- 10.1 Peça a cada grupo que construa frases em que ocorra cada uma dessas palavras;
- 10.2 Peça a cada grupo que diga qual o significado que atribui a cada uma dessas palavras;
- 10.3 Depois de analisados os resultados, forneça à turma frases que permitam aos alunos descobrir novos significados de cada uma das palavras;
- 10.4 Peça aos alunos que registem esses novos significados.

(Actividade de enriquecimento vocabular: emprego de sinónimos)

11. Peça aos alunos que substituam cada palavra em itálico por outra com o mesmo significado:
 - (1) Fui ver um filme *engraçado*. (4) A exposição *encerra* às 17 h.
 - (2) O meu *carro* é amarelo. (5) *Desvia-te* da poça de água.
 - (3) *Ouve* o que te estou a dizer. (6) Muitos cactos têm *espinhos*.

(Actividade de enriquecimento vocabular: emprego de antónimos)

12. Peça aos alunos que substituam cada palavra em itálico por outra com significado contrário:
 - (1) *Abre* a janela. (4) *Traz* o caderno.
 - (2) Desenha um carro *grande*. (5) A construção está *feita*.
 - (3) Fala *alto*. (6) As albufeiras estão *cheias*.

Relações associativas, campos semânticos e famílias de palavras

A.

14. Construa um campo associativo em torno da palavra *dental*.
15. Considere o campo semântico dos meios de transporte;
 - 15.1 Proponha traços semânticos comuns a todos os membros do campo;
 - 15.2 Proponha traços que lhe permitam distinguir o significado dos seguintes itens pertencentes a este campo: *avião, barco, planador*.

B.

(Actividade de consciencialização dos vários planos em que é possível estabelecer relações associativas)

13. Peça aos alunos que associem outras palavras ao nome *gelado*, presente numa frase como *Adoro comer gelados*, levando-os a organizar tais palavras com base só no significado, só no som ou na combinação significado-som.
14. Peça aos alunos que estabeleçam uma hierarquia (da mais geral para a mais particular) entre as seguintes palavras/expressões:
 - (a) árvore, pinheiro, vegetal;
 - (b) animal, pardal, pássaro;
 - (c) futebol, futebol de salão, jogo;
 - (d) água, alimento, bebida;
 - (e) bairro, cidade, rua;
 - (f) frase, palavra, sílaba.
15. Peça aos alunos que completem as seguintes adivinhas com palavras que rimem:
 - (1) Vinte mil meninas
numa varanda
todas a chorar
para a mesma _____.
(as telhas)
 - (2) Ave sou e não voo
tenho lã, não sou carneiro
nessas duas palavras
disse o meu nome _____.
(a avelã)
 - (3) Sou frio também sou quente
sou fraco também sou forte
nunca posso estar parado
vejam lá a minha _____.
(o vento)
 - (4) Eu no campo me criei
metida entre verdes laços
o que mais chora por mim
é quem me faz em _____.
(a cebola)

Sugestões de resolução das actividades propostas

A.

1. Em todos os casos, bastaria o facto de pertencerem a categorias sintácticas diferentes para mostrar que se trata de palavras diferentes:

a artigo (*a menina*), preposição (*vou a Londres*), pronome pessoal átono (*não a vi*)

baixo adjectivo (*um homem baixo*), verbo (*baixo já o som*)

calha nome (*a calha é larga*), verbo (*calha bem*)

largo nome (*ainda não deram nome ao largo*), adjectivo (*o sofá é demasiado largo*)

roda nome (*prefiro a roda de madeira*), verbo (*roda o botão para a esquerda*)

salto nome concreto (*o salto do sapato*), nome abstracto (*o salto do atleta japonês*), verbo (*não salto essa vala*)

solar nome (*estive num solar minhoto*), adjectivo (*energia solar*)

2. Exemplos possíveis são:

x combater y / x lutar contra y combater selecciona duas expressões nominais como argumentos, *lutar* selecciona uma expressão nominal e uma preposicional.

Ex: *A sociedade deve combater a toxicodependência.*

A sociedade deve lutar contra a toxicodependência.

x presenciar y / x assistir a y presenciar selecciona como argumentos duas expressões nominais, *assistir* selecciona uma expressão nominal e uma expressão preposicional.

Ex: *Duas testemunhas presenciaram o acidente.*

Duas testemunhas assistiram ao acidente.

3. Exemplos possíveis são *debater* (*uma questão, um tema, uma ideia*, mas não **um cavalo, *uma casa, *uma pessoa*) e *formular* (*uma hipótese, um desejo, uma regra*, mas não **um papel, *uma cadeira, *uma saia*).

4. O objectivo desta actividade é levar o formando a tomar consciência das «pistas» a que recorre correntemente perante uma palavra desconhecida.

Entre as pistas fornecidas pelo contexto linguístico, contam-se a categoria sintáctica a que pertence a palavra, a expressão em que está integrada e o papel que nela desempenha. Se *patético* fosse uma palavra desconhecida, a sua posição na frase e o facto de concordar com o nome *amor* levar-nos-iam a saber que se trata de um adjetivo que modifica tal nome; possuidores desta informação, concluiríamos que o seu significado está restringido a propriedades que possam qualificar sentimentos.

Por outro lado, a estrutura interna das palavras pode igualmente fornecer importantes pistas sobre as propriedades de uma palavra desconhecida. Se *terratenente* fosse uma palavra desconhecida, nela reconheceríamos os elementos «terra» e «tenente» (aquele que ocupa, possui) e, formulando a hipótese de que o seu significado resultasse da combinação do significado dos seus constituintes, chegaríamos a algo como «possuidor de terras».

5.

	prefixos	radical/tema verbal	sufixos
<i>amigável</i>		amiga(r)	-vel
<i>critériosamente</i>		critéri(o)	-oso, a -mente
<i>perfuração</i>	per-	fura(r)	-ção
<i>reconverter</i>	re- con-	verte(r)	

5.2. Exemplos possíveis são:

- vel: amável, bebível, contável, lavável, prestável, provável;
- oso: amoroso, espantoso, fabuloso, guloso, maravilhoso, penoso;
- mente: amorosamente, espantosamente, fabulosamente, gulosamente, maravilhosamente, penosamente;
- per-: percorrer, perdurar, perfilhar, perfazer, pernoitar, perturbar;
- ção: animação, coroação, destruição, oração, salvação, traição;
- re-: reanimar, reavaliar, recomeçar, recompensar, reconstruir, redefinir;
- com/con-: compadre, companheiro, compor, consoante, conter, contornar;

6. (1) **qualqueres*: perdida a consciência da constituição morfológica da palavra, e ocorrendo os morfemas flexionais tipicamente em final de palavra, a excepção *quaisquer* é alvo de regularização;
- (2) **há-des*: a forma é reanalisada como uma palavra só; uma vez que os morfemas flexionais ocorrem tipicamente em final de palavra, a desinência é colocada à direita do complexo;
- (3) **o criouço*: como muitos nomes especificados quanto ao sexo variam em género, o nome *criança* é reanalisado como variável em género;
- (4) **sabi*: o verbo irregular *saber* é alvo de regularização;
- (5) **actora*: sendo morfema zero/-a uma alternância de género mais produtiva em Português do que -tor/-triz e -dor/triz, existe regularização do paradigma flexional.

7. Exemplos possíveis são:

homem / mulher

genro / nora

pai / mãe

8. Género: atrasado (-o)

Número: o (-Ø), rapaz (-Ø), atrasado (-Ø), relatório (-Ø);

Pessoa e número: chega (-Ø), pensámos (-mos), vamos (-mos)

Tempo, aspecto e modo: chegou (-Ø), pensámos (-Ø)

Embora *vamos* e *concluir* apresentem morfemas que exprimem tempo, aspecto e modo, o valor destas categorias é dado pela perífrase verbal *vamos concluir* e não por cada forma verbal independentemente.

9. (1) *consideração*: derivação por sufixação (5) *dr*: sigla
- (2) *pizamania*: composição (6) *falar*: conversão
- (3) *ovni*: acronímia²⁴ (7) *porão*: extensão
- (4) *desconheço*: derivação por prefixação

²⁴ Acrónimo de *objecto voador não identificado*.

10. O objectivo desta actividade é tomar consciência da distinção entre palavras não existentes na língua, mas possíveis, por serem formadas a partir de processos derivacionais produtivos, e palavras não existentes e impossíveis, por serem formadas a partir de processos derivacionais inexistentes na língua. Assim:

- 10.1. (a) *brancação: *-ção* é um sufixo nominal que selecciona como formas derivantes temas verbais e não adjectivos;
- (c) *radarmente: *-mente* é um sufixo adverbial que selecciona como formas derivantes adjectivos e não nomes;
- (d) *altoso: *-oso* é um sufixo adjectival que selecciona como formas derivantes nomes e não adjectivos;

As restantes formas, embora não existentes, são bem formadas:

- (b) refaxar: *re-* pode combinar-se com verbos para formar novos verbos;
- (e) sloganesco: o empréstimo *slogan* já entrou na língua (e.g., encontra-se dicionarizado), e *-esco* é um sufixo adjectival que selecciona formas derivantes nominais;
- (f) hamburgueiro: admitindo que o empréstimo *hamburguer* já entrou na língua, *-eiro* é um sufixo adjectival que selecciona formas derivantes nominais;
- (g) invernizar: existe o adjectivo *invernal* e o sufixo verbal *-izar* selecciona formas derivantes adjectivos ou nominais;
- (h) boniteza: *bonito* é um adjectivo e *-eza* é um sufixo nominal que selecciona formas derivantes adjectivos.
- 10.2. (b) refaxar: «voltar a faxar»
- (e) sloganesco: «referente/semelhante a slogan»
- (f) hamburgueiro: «relativo a hamburguer»
- (g) invernizar: «causar tornar-se invernal»
- (h) boniteza: «propriedade de ser bonito».

11.

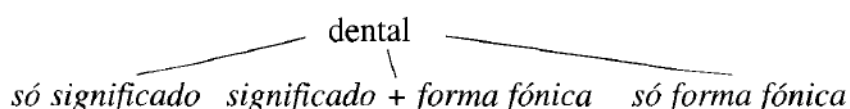
ITENS	dinâmico	movimento	com. verbal	emotivo
amar	-	-	-	+
afirmar	+	-	+	-
chegar	+	+	-	-
estar	-	-	-	-

12. (a) Opostos relacionais (d) Opostos complementares
 (b) Opostos graduáveis (e) Opostos graduáveis
 (c) Opostos complementares (f) Opostos relacionais

13. O humor deste diálogo baseia-se em jogos de palavras envolvendo:

Homonímia: *circulação, artéria, vaso*

Similaridade fónica: *aorta/horta*

14. 

boca	dente	normal	tal
mastigar	dentição	central	mal
digestão	dentado	frontal	animal
gingiva	dentífrico	infernál	hospital
...

15.

15.1 Uma resposta possível seria: [+ concreto], [- ser vivo], [+ transporte]

15.2 Uma resposta possível seria:

ITENS	aéreo	marítimo	com motor
avião	+	-	+
barco	-	+	±
planador	+	-	-

B.

1. (1) cumprimento (5) mungir (9) mugir
 (2) gravar (6) provar (10) comprimento
 (3) contornar (7) sabor (11) prever
 (4) saber (8) cravar (12) controlar
2. (1) «chorar» é próprio de pessoas e não de telefones
 (2) não se fazem perguntas a coisas, só a pessoas
 (3) os objectos não podem meter golos, só as pessoas

- (4) só as pessoas é que podem casar
- (5) só as pessoas e os animais é que ficam assustados
- (6) «abraço» não é um instrumento que sirva para cortar
3. Espera-se que os alunos construam as seguintes palavras:
- desfolhar incómodo amarelar amarelado amarelecer filmagem
 filmar filmado folhagem
 incomodar incomodado
4. O objectivo desta actividade é levar os alunos a perceber que nem todas as sequências fónicas similares a palavras ou morfemas constituem de facto palavras ou morfemas. Espera-se que o professor os guie para atingirem o resultado:
- (c) escolar: escola + ar (como *familiar*)
- (d) leiteiro: leite + eiro (como *pedreiro*)
- (g) refazer: re + fazer (como *reconstruir*)
- (h) trocista: troça + ista (como *fadista*)
5. pufanhar pufartiram pufantarolou pufeixando pufontraram pufeteram-se
6. pufapéis pufúsicas pufata pufilhotes pufamigos pufapazes
- 7.
- 7.1. (a) cozinheiro (f) vaqueiro
 (b) ferrador (g) pedreiro
 (c) ferreiro (h) pescador
 (d) lavrador (i) soldador
 (e) livreiro (j) treinador
- 7.2. *-eiro* junta-se a nomes, *-dor* junta-se a verbos.
8. (a) professor (d) metropolitano
 (b) fotografia (e) motocicleta
 (c) manifestação (f) faculdade
9. (a) padeiro (f) luva (j) desenhar
 (b) verde (g) gigante (k) escrever

- (c) agulha (h) ninho (l) mentiroso
 (d) cansado (i) sede (m) avarento/sovina
 (e) telefone

10. Espera-se que sejam considerados, no final do exercício:

agulha (de coser), agulha (de pinheiro)

barra (de chocolate), barra (de uma saia)

grave (sério, preocupante), grave (som grave)

renda (bordado), renda (de casa)

vela (de barco), vela (de cera)

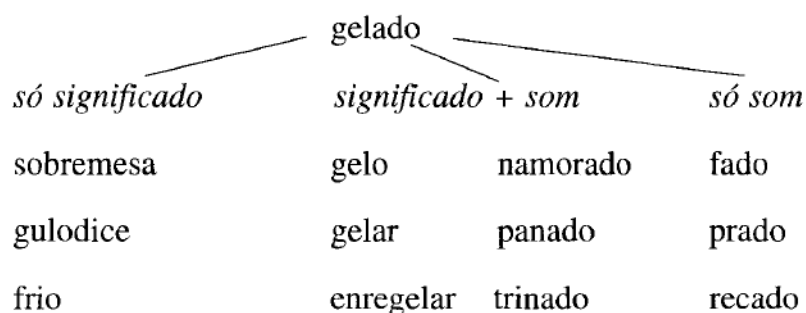
11. Respostas possíveis são:

- (1) divertido (4) fecha
 (2) automóvel (5) afasta-te
 (3) escuta (6) picos

12. Respostas possíveis são:

- (1) fecha (4) leva
 (2) pequeno (5) desfeita
 (3) baixo (6) vazias

13. Uma resposta possível é:



14. (a) vegetal, árvore, pinheiro (d) alimento, bebida, água

(b) animal, pássaro, pardal (e) cidade, bairro, rua

(c) jogo, futebol, futebol de salão (f) frase, palavra, sílaba

15. (1) banda (3) sorte

(2) inteiro (4) pedaços

Página intencionalmente em branco

4. O Conhecimento Sintático

Página intencionalmente em branco

Objectivos

Com o capítulo **O Conhecimento Sintáctico** pretende-se sensibilizar os formandos para as propriedades das combinações de palavras que constituem expressões legítimas da língua. São destacadas nesta unidade: (a) propriedades estruturais (constituência e categoria a que pertence cada palavra e expressão), (b) propriedades relacionais (função sintáctica que cada constituinte desempenha na expressão de que faz parte) e (c) propriedades de ordem linear das combinações de palavras (padrões de ordem de palavras). São descritos os dois grandes processos de formação de frases complexas — coordenação e subordinação — e respectiva tipologia.

No final desta unidade, o formando deve ser capaz de:

- identificar e compreender os conceitos de constituinte e constituinte imediato;
- aplicar os testes de identificação de constituintes;
- representar a estrutura de constituintes de uma frase até ao nível dos constituintes principais;
- identificar e compreender os conceitos de categoria sintáctica e de distribuição;
- aplicar a metodologia distribucional para a atribuição de categoria sintáctica a uma palavra ou expressão;
- identificar e compreender o conceito de relação gramatical e a tipologia de funções sintácticas;
- aplicar os testes relevantes de identificação de funções sintácticas;
- compreender que os processos de concordância são sensíveis às funções sintácticas;
- identificar e compreender a ordem básica de palavras do Português;
- compreender os valores associados a ordens alternativas;
- identificar o tipo de construções ou expressões que exigem uma alteração da ordem básica de palavras;
- identificar frases complexas formadas por coordenação;
- compreender propriedades sintácticas essenciais das frases coordenadas;

-
- identificar frases complexas formadas por subordinação;
 - distinguir os grandes tipos de subordinação (substantiva, adjectiva e adverbial) e compreender as suas propriedades essenciais.

Introdução

Ocupar-nos-emos neste capítulo das propriedades das combinações de palavras, mantendo presente que os falantes conhecem intuitivamente tais propriedades. O conhecimento sintáctico intuitivo permite a cada falante realizar operações muito complexas (quase) automaticamente quando ouve e quando fala, e dota-o da possibilidade de se pronunciar sobre a boa formação de frases da língua.

Na realidade, se excluirmos um número pequeno (embora utilizado com muita frequência) de combinações de palavras constituídas por **expressões fixas** — fórmulas de saudação (*e.g.*, *Como estás?*, *Estás bom?*) e de delicadeza (*e.g.*, *Dá-me licença?*, *Se faz favor*); pedidos estandarizados de desculpa (*e.g.*, *Desculpe*, *Peço desculpa*), de informação (*e.g.*, *Que horas são?*) ou de realização de uma acção (*e.g.*, *Tem lume?*) — a generalidade das frases que ouvimos e produzimos no nosso dia a dia de falantes são **combinações livres**, i.e., não fazem parte de um reportório fixo que vamos usando repetitivamente como se fôssemos papagaios.

O objectivo do estudo sintáctico é caracterizar o tipo de conhecimento que suporta a nossa capacidade de compreender e produzir combinações livres de palavras, sejam elas frases simples (constituídas por uma única oração), frases complexas (constituídas por mais do que uma oração) ou frases elípticas (com elementos omissos recuperáveis a partir do contexto discursivo ou situacional).

Nas páginas que se seguem, partiremos à descoberta dos principais ingredientes deste conhecimento e passaremos em revista alguns instrumentos inventados pela Linguística para os descrever.

4.1 Intuições sobre a estrutura das combinações de palavras

Uma observação mais atenta das combinações livres de palavras que constituem expressões legítimas na nossa língua mostra que as mesmas não são totalmente livres, ou seja, existem condições de diversa natureza que as restringem: algumas dessas condições, as que derivam das propriedades específicas de cada item lexical, foram já referidas no capítulo anterior¹. Exploraremos adiante a importância e o peso dessas propriedades na determinação da estrutura e da forma das combinações de palavras.

¹ Recordem-se os conceitos de categoria sintáctica, selecção categorial, selecção semântica e restrições de selecção.

Mas, antes de o fazermos, concentremo-nos nas intuições que os falantes possuem sobre a estrutura das frases da sua língua. Perante uma frase como *Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena*, concordarão certamente que as palavras que nela ocorrem se organizam em pequenos grupos, que constituem unidades sintáticas. Assim, a relação estabelecida entre *rapariga* e *loura* é mais estreita do que a estabelecida entre *loura* e *comprou*: *loura* modifica *rapariga* e não o verbo; do mesmo modo, *essa* mantém uma relação estreita com a expressão *rapariga loura*: «aponta» para uma *rapariga loura* (e não *morena* ou *ruiva*) que se encontre perto do interlocutor. Continuando o mesmo exercício, *uma* combina-se com *pena* e constitui a unidade *uma pena*, que se combina com *com* para formar a unidade maior *com uma pena*, a qual se combina com *chapéu* para formar a unidade ainda maior *chapéu com uma pena*, que, por sua vez, se combina com *um* para formar *um chapéu com uma pena*, que, combinada com *comprou*, forma a unidade *comprou um chapéu com uma pena*, a qual, finalmente, se combina com *essa rapariga loura* para formar a unidade *Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena*.

A cada palavra ou combinação de palavras que funciona como uma unidade sintática chama-se **constituente**; na frase considerada, *essa rapariga loura* e *um chapéu com uma pena*, por exemplo, são constituintes. Os constituintes que se combinam para formar uma unidade sintática maior denominam-se **constituintes imediatos**² dessa unidade; retomando a frase considerada, *comprou* e *um chapéu com uma pena* são constituintes imediatos da unidade *comprou um chapéu de uma pena*. Quando determinamos a estrutura de uma combinação de palavras, analisando o modo como cada palavra se combina em unidades sucessivamente maiores e mais complexas estruturalmente, estamos a fazer **análise em constituintes** – por outras palavras, estamos a determinar a **estrutura de constituintes** da frase.

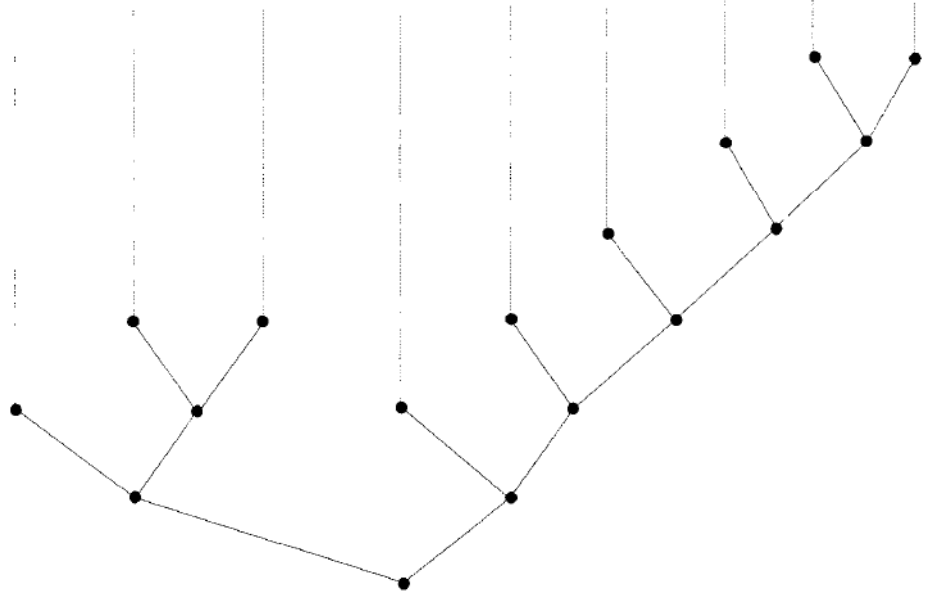
Reparem que a análise em constituintes da frase que considerámos como exemplo foi descrita em dez linhas e meia de prosa extremamente repetitiva. Conscientes de que o discurso corrido não é a melhor forma de descrever estruturas, os linguistas propuseram outras formas gráficas de representação deste tipo de análise — veja-se (1) e (2), duas representações diferentes (mas equivalentes) da análise descrita dois parágrafos acima:

² O termo 'constituente imediato' foi introduzido pelo linguista estruturalista norte-americano Leonard Bloomfield no livro *Language*, publicado em 1933. Mas a análise em constituintes por ele preconizada só foi tornada operacional através dos trabalhos subsequentes de Rulon Wells (em particular no artigo "Immediate Constituents", de 1947) e de Zellig Harris (em particular no livro *Methods in Structural Linguistics*, de 1951, e no artigo "Distributional Structure", de 1954), que a basearam em critérios distribucionais. No artigo "Three Models for the Description of Language", de 1956, e no livro *Syntactic Structures*, de 1957, Noam Chomsky propôs uma formalização da análise em constituintes sob a forma de um tipo de gramática formal denominada gramática sintagmática independente do contexto.

(1)

Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena

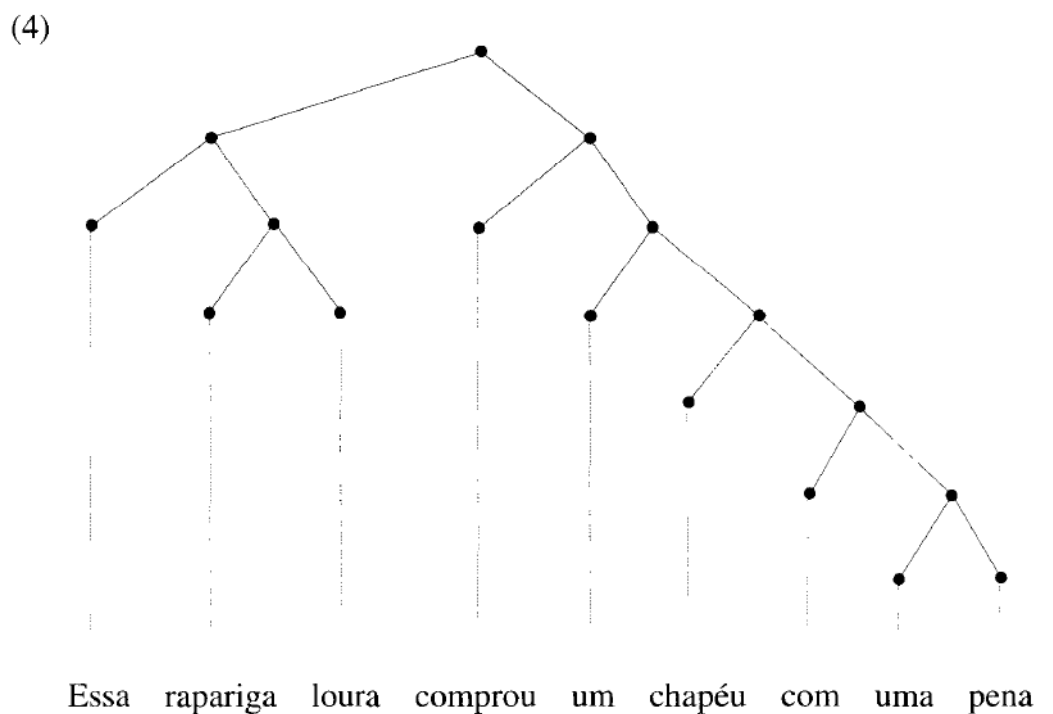
(2) Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena



Em (1), a análise em constituintes está representada através de uma **caixa de Hockett**, o linguista estruturalista americano que propôs este tipo de representação; em (2), a análise em constituintes está representada através de um **diagrama em árvore**. Tanto em (1) como em (2) a análise está representada de uma forma **ascendente**, i.e., dos constituintes mais pequenos, as palavras, para as unidades maiores e mais complexas. Mas a mesma análise pode ser representada de forma **descendente**, i.e., partindo das unidades maiores para os constituintes mais pequenos — veja-se (3) e (4):

(3)

Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena
Essa	rapariga	loura	comprou	um	chapéu	com	uma	pena



Uma forma de representar a estrutura de constituintes de uma combinação de palavras neutra quanto à organização ascendente vs descendente dos constituintes é a **parentetização**, tipo de representação em que parêntesis rectos definem os limites esquerdo e direito de cada unidade sintáctica — veja-se (5):

(5) [[Essa [rapariga loura]] [comprou [um [chapéu [com [uma pena]]]]]]

Como as cinco representações mostram, os constituintes imediatos da frase que tomámos como exemplo são as expressões *essa rapariga loura* e *comprou um chapéu com uma pena*, as quais desempenham, respectivamente, as funções sintácticas de **sujeito** e de **predicado**. Os constituintes imediatos da expressão com a função de predicado são *comprou* e *um chapéu com uma pena*. Os constituintes imediatos de uma frase e da expressão com a função de predicado dessa frase são os **constituintes principais** da frase.

As intuições dos falantes sobre a estrutura das frases podem ser confirmadas através de **testes de constituência**, que permitem identificar os constituintes principais de cada frase³. Os testes de constituência são ferramentas inventadas pelos linguistas, que envolvem manipulações da frase que se pretende analisar através de três operações fundamentais: **substituição**, **deslocação** e **retoma anafórica**. Quando as unidades sintácticas determinadas intuitivamente são efectivamente constituintes principais da frase, o resultado da aplicação destes testes são frases gramaticais; caso contrário, as sequências resultantes são agramaticais.

A generalização empírica que suporta a utilização destes testes é a seguinte: só constituintes suficientemente altos na estrutura da frase (como é o caso dos constituintes principais) podem ser substituídos por uma palavra só, podem ser deslocados ou podem constituir o antecedente de uma expressão anafórica⁴.

Vejamos de que modo é possível aplicar tais testes ao exemplo em consideração. Considere-se, em primeiro lugar, a hipótese de que *essa rapariga loura* é um dos constituintes imediatos da frase:

(6) *essa rapariga loura*

(a) Teste de Substituição (por um pronome pessoal)

Essa rapariga loura	comprou um chapéu com uma pena
Ela	comprou um chapéu com uma pena

(b) Teste de Deslocação (por Clivagem⁵ e por Deslocação à Direita⁶)

Foi essa rapariga loura que comprou um chapéu com uma pena.
 Comprou um chapéu com uma pena, essa rapariga loura.

³ Alguns dos testes (nomeadamente os que recorrem a operações de substituição) podem ser usados para determinar outros constituintes para além dos principais.

⁴ Como veremos adiante, uma expressão anafórica é uma palavra ou expressão cuja referência não pode ser estabelecida directamente, sendo necessário procurar no discurso anterior ou subsequente uma expressão em que ela “parasita” – o seu antecedente. Assim, na frase *O João cortou-se quando a Maria o assustou*, a referência do pronome reflexo é estabelecida obrigatoriamente pela expressão *o João*, e a referência do pronome pessoal átono *o*, que ocorre na oração subordinada temporal, é estabelecida preferencialmente pela mesma expressão.

⁵ A Clivagem é um processo que permite “partir” uma frase e colocar um constituinte em posição de contraste pela introdução de uma forma do verbo *ser* e da palavra *que*: o constituinte destacado ocorre entre a forma do verbo *ser* e a palavra *que*.

⁶ A Deslocação à Direita é um processo sintáctico que coloca um constituinte à direita da frase a que pertence, separando-o do restante material através de uma pausa (representada na escrita por uma vírgula). Consoante a função sintáctica da expressão deslocada à direita, pode ou não ocorrer na oração um pronome com a mesma referência: compare-se *Comprou um chapéu com uma pena, essa rapariga loura* com *Emprestei-o ao João, o CD que me oferecete nos anos*.

(c) Teste de Retoma Anafórica (em estruturas de coordenação)

Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena mas todos acham que ela fez um disparate.

(*ela = essa rapariga loura*)

Repare-se que, se pensássemos que *essa rapariga* era um constituinte principal e *loura* outro, os resultados da aplicação dos mesmos testes seriam sequências agramaticais:

(7) *essa rapariga*

(a) Teste de Substituição (por um pronome pessoal)

	Essa rapariga	loura	comprou um chapéu com uma pena
*	Ela	loura	comprou um chapéu com uma pena

(b) Teste de Deslocação (por Clivagem e por Deslocação à Direita)

*Foi essa rapariga que loura comprou um chapéu com uma pena.

*Loura comprou um chapéu com uma pena, essa rapariga.

(c) Teste de Retoma Anafórica (em estruturas de coordenação)

*Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena mas todos acham que ela palerma fez um disparate.

(*ela = essa rapariga*)

Vejam agora se a aplicação dos mesmos testes confirma o estatuto de constituinte principal de *um chapéu com uma pena*, no exemplo em análise:

(8) *um chapéu com uma pena*

(a) Teste de Substituição (por um pronome pessoal)

	Essa rapariga loura	comprou	um chapéu com uma pena
	Essa rapariga loura	comprou-	o

(b) Teste de Deslocação (Clivagem e Passiva)

Foi um chapéu com uma pena que essa rapariga loura comprou.

Um chapéu com uma pena foi comprado por essa rapariga loura.

(c) Teste de Retoma Anafórica (em estruturas de coordenação)

Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena e ofereceu-o à irmã.

(o = *um chapéu com uma pena*)

De novo, se se considerasse *um chapéu* um constituinte principal e *com uma pena* outro, os resultados da aplicação do mesmo teste mostrariam que tal análise é incorrecta – veja-se (9):

(9) *um chapéu*

(a) Teste de Substituição (por um pronome pessoal)

	Essa rapariga loura	comprou	um chapéu	com uma pena
*	Essa rapariga loura	comprou-	o	com uma pena ⁷

(b) Teste de Deslocação (Clivagem e Passiva)

* Foi um chapéu que essa rapariga loura comprou com uma pena.

* Um chapéu foi comprado com uma pena por essa rapariga loura.

(c) Teste de Retoma Anafórica (em estruturas de coordenação)

* Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena e ofereceu-o com uma flor à irmã.

(o = *um chapéu*)

⁷ Repare-se que a sequência resultante só seria gramatical na interpretação, completamente distinta da da frase de partida, em que *com uma pena* indicaria a moeda utilizada para comprar o chapéu (imaginando que a mesma está a ser produzida numa sociedade em que penas funcionem como moeda). A mesma observação se aplica aos resultados da aplicação do teste de deslocação. Quanto ao resultado da aplicação do teste de retoma anafórica, ele só seria uma frase gramatical se *um chapéu com uma pena* fosse o antecedente do pronome *o* e *com uma flor* uma expressão que indicasse que o presente (*o chapéu com uma pena*) tinha sido acompanhado de uma flor.

Vejamos agora como podemos utilizar os mesmos testes para confirmar que *comprou um chapéu com uma pena* é um constituinte principal. Como esta unidade sintáctica é de um tipo diferente das anteriores (concretamente, pertence a uma categoria sintáctica diferente, assunto que exploraremos adiante), os testes de substituição, deslocação e retoma anafórica assumem uma forma específica – veja-se (10):

(10) *comprou um chapéu com uma pena*

(a) Teste de Substituição (por um único verbo)

Essa rapariga loura	comprou um chapéu com uma pena
Essa rapariga loura	saiu

⁸ A Pseudo-Clivagem é um processo sintáctico que “parte” uma frase e põe em evidência a expressão com a função de predicado, pela introdução de *o que*, de uma forma do verbo *fazer* ou *acontecer* e de uma forma do verbo *ser*: todo o material que não o predicado é colocado à direita de *o que*, seguido da forma do verbo *fazer* ou *acontecer* e da forma do verbo *ser*, ocorrendo o constituinte com a função de predicado em posição final.

(b) Teste de Deslocação (Pseudo-Clivagem⁸)

O que essa rapariga loura fez foi **comprar um chapéu com uma pena**.

(c) Teste de Retoma Anafórica (em estruturas de coordenação e em pares pergunta-resposta⁹)

Essa rapariga loura **comprou um chapéu com uma pena** e eu **também** .

(*também = comprei um chapéu com uma pena*)

P: O que é que essa rapariga loura fez?

R: **Comprou um chapéu com uma pena.**

⁹ O teste de Retoma Anafórica para determinação do constituinte com a função de predicado que assume a forma de um par pergunta-resposta funciona do seguinte modo: formula-se uma interrogativa com a forma *o que*-constituente com a função de sujeito-forma do verbo *fazer* ou *acontecer*: a resposta não redundante (i.e., que apenas inclui informação não contida na pergunta) é o constituinte com a função de predicado. Como veremos adiante, este teste permite distinguir, dentro do constituinte que inclui o verbo, as expressões por ele seleccionadas e as que o não são.

Mais uma vez, se tivéssemos identificado *comprou* como um constituinte principal que se combinasse directamente com *essa rapariga loura* e com *um chapéu com uma pena* para formar a frase, os resultados da aplicação deste teste seriam sequências agramaticais – veja-se (11):

(11) *comprou*

(a) Teste de Substituição (por um único verbo)

Essa rapariga loura	comprou	um chapéu com uma pena
* Essa rapariga loura	saiu	um chapéu com uma pena

(b) Teste de Deslocação (Pseudo-Clivagem)

* O que essa rapariga fez a um chapéu com uma pena foi **comprar** .

(c) Teste de Retoma Anafórica (em estruturas de coordenação e em pares pergunta-resposta)

* Essa rapariga loura **comprou** um chapéu com uma pena e eu **também** um gorro.

(*também = comprei*)

- * { P: O que é que essa rapariga louca fez a um chapéu com uma pena?
R: Comprou. }

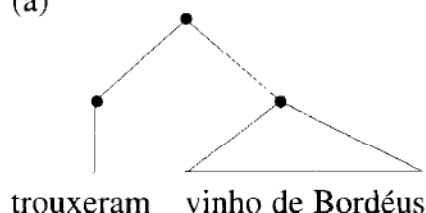
Em síntese, as intuições dos falantes sobre o modo como se organizam as palavras numa frase, bem como os resultados gramaticais vs agramaticais das manipulações efectuadas pelos testes de constituição constituem evidência empírica para a estrutura de constituintes. Um terceiro argumento para a organização em constituintes das combinações de palavras é a **ambiguidade estrutural** (ou sintáctica). Como já foi referido, existem frases a que os falantes atribuem genuinamente mais do que uma interpretação, apesar de nelas não ocorrerem palavras polissémicas (cf. (12)):

(12) (a) Eles trouxeram vinho de Bordéus.

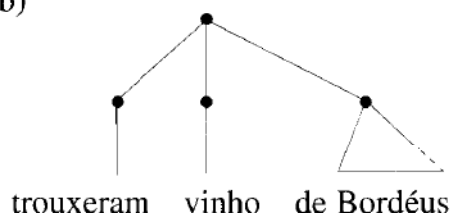
(b) Os filmes e as telenovelas interessantes são um óptimo divertimento.

A frase (12a) pode ter duas interpretações, parafraseáveis por *Foi vinho de Bordéus que eles trouxeram* e *Foi de Bordéus que eles trouxeram vinho*. No primeiro caso, *vinho de Bordéus* é um constituinte principal, e a frase significa que houve pessoas (*eles*) que trouxeram um tipo específico de vinho, conhecido pelo nome de *vinho de Bordéus*; no segundo caso, *vinho* e *de Bordéus* são dois constituintes principais que se combinam com o verbo para formarem a unidade *trouxeram vinho de Bordéus*, e a frase significa que o local de onde eles trouxeram vinho foi Bordéus (o vinho podia ser vinho do Reno, Beaujolais ou qualquer outro). Ou seja, a raiz da ambiguidade da frase reside no modo como se organizam em constituintes as palavras que nela ocorrem – veja-se em (13) a parte relevante da estrutura de constituintes correspondente a cada uma das interpretações:

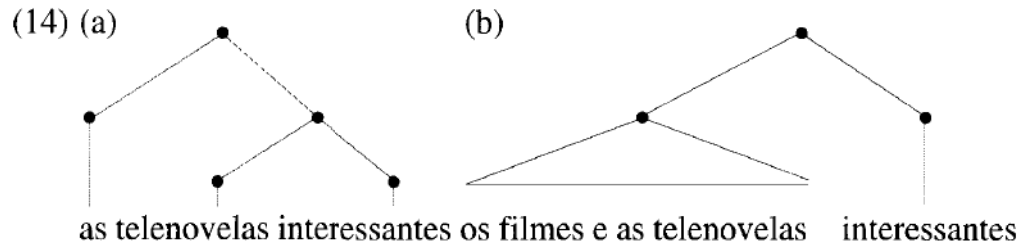
(13) (a)



(b)



O mesmo acontece com a frase (12b), que pode significar que *todos os filmes e apenas as telenovelas interessantes são um óptimo divertimento* ou que *só os filmes interessantes e as telenovelas interessantes constituem um óptimo divertimento*. No primeiro caso, *interessantes* combina-se directamente com *telenovelas* para formar a unidade *telenovelas interessantes*; no segundo caso, *interessantes* combina-se directamente com toda a unidade *os filmes e as telenovelas* – veja-se em (14) a parte relevante da estrutura de constituintes correspondente a cada uma das interpretações:



Sumário:

Em síntese:

- as combinações de palavras são, na sua maioria, combinações livres, sujeitas a certas condições;
- como o mostram as intuições dos falantes, as combinações de palavras são dotadas de uma estrutura hierárquica — a estrutura de constituintes —, como o mostram o comportamento das combinações de palavras perante operações de substituição, deslocação e retoma anafórica, e a existência de ambiguidade estrutural;
- numa combinação de palavras, os constituintes que se combinam directamente para formar o constituinte com a função sintáctica de predicado e a frase denominam-se constituintes principais;
- a análise em constituintes pode ser representada de várias formas, entre as quais a caixa de Hockett, o diagrama em árvore e a parentização, e pode mostrar a organização ascendente ou descendente dos constituintes;
- a identificação dos constituintes principais pode ser confirmada por testes de constituência, que recorrem a operações de substituição (substituição de uma expressão por uma palavra só), deslocação (utilizando diversos tipos de processos: Clivagem, Deslocação à Direita, Passiva, Pseudo-Clivagem,...) e retoma anafórica (em estruturas de coordenação e em pares pergunta-resposta).

Actividades: p.176

4.2 Tipos de constituintes: categorias sintáticas

Até este momento considerámos a estrutura de constituintes das combinações de palavras sem nos preocuparmos com a natureza dos constituintes que nelas ocorrem. Contudo, como foi referido no capítulo 2, uma das características das línguas naturais é utilizar «mnemónicas» categoriais para definir os padrões possíveis de combinação dos elementos que delas fazem parte.

No caso das combinações de palavras, as «mnemónicas» utilizadas são **categorias sintáticas** ou **classes de palavras**. Para as designar, os linguistas continuam a utilizar termos consagrados na tradição gramatical greco-latina para as partes do discurso (adjectivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção), restringindo por vezes o significado de alguns deles (*e.g.*, nome), e introduziram, quando necessário, novos termos (complementador e quantificador, por exemplo).

Ao considerar nome, adjectivo ou verbo como categorias sintáticas e não morfológicas, a Linguística rompe com a tradição gramatical greco-latina. Que argumentos justificam esta ruptura?

Em primeiro lugar, existem muitas línguas sem morfologia flexional (ou com morfologia flexional muito reduzida), que classificam as palavras em nome, adjectivo, verbo, etc. (é isto que acontece com muitas línguas orientais como o Chinês-Mandarim e o Vietnamita): assim, não é possível, nestas línguas, usar critérios morfológicos para identificar as categorias a que pertencem as palavras.

Em segundo lugar, os critérios morfológicos são demasiado particulares para permitirem definições universais (ou mesmo tipológicas) das classes de palavras. Para dar um exemplo, não podemos definir um adjectivo como uma categoria que flexiona em género e número e admite variação de grau (normal, comparativo e superlativo) nem intralinguisticamente (*i.e.*, dentro da mesma língua) nem interlinguisticamente (*i.e.*, entre línguas). Assim, na mesma língua, nem todos os adjectivos admitem variação de grau, como o mostram os seguintes exemplos do Português: *uma rapariga bonita/mais bonita do que a irmã/muito bonita vs um funcionário governamental/*mais governamental do que o irmão/*muito governamental*.

Interlinguisticamente, mesmo considerando línguas tipologicamente próximas, como o Português e o Inglês, verificamos que, enquanto em Português o adjectivo flexiona em género e número, em Inglês o adjectivo é invariável: *uma rapariga simpática/os miúdos simpáticos vs a nice girl/the nice kids*.

Em terceiro lugar, e este constitui o argumento mais forte, os casos de homonímia mostram que só o contexto sintáctico permite ao falante saber que categoria atribuir a uma dada palavra. Exemplificando, a que categoria (e subclasse) pertence a palavra *canto*? Há três respostas possíveis para esta pergunta e, considerando a palavra isoladamente, não é possível decidir por nenhuma delas; mas, na frase *Canto entusiástica e desafinadamente, quando ouço o canto dos pássaros, sentada no meu canto favorito do jardim*, todos estarão de acordo em identificar a primeira ocorrência de *canto* como uma forma do verbo *cantar*, a segunda como um nome deverbal formado a partir do verbo *cantar* e a terceira como um nome comum, sem nenhuma relação com o verbo *cantar*.

Pelas três razões acima apontadas, assumiremos, como o faz a Linguística contemporânea, que as categorias que identificam tipos de constituintes numa combinação de palavras são de natureza sintáctica.

Estabelecida a natureza sintáctica de categorias como nome, adjectivo ou verbo, enfrentamos o problema da definição de cada um deles. Como estão lembrados, a tradição gramatical define tais conceitos em termos nocionais (i.e., apelando para o tipo de referentes que tais conceitos designam), como se pode ver, por exemplo, nos seguintes excertos:

Chamam-se **substantivos** [na terminologia que estamos a utilizar, nomes] os *nomes* das pessoas, coisas e animais, e das acções, qualidades ou estados [...]

[In A. Nunes de Figueiredo & A. Gomes Ferreira, *Compêndio de Gramática Portuguesa*. 3.a ed. Lisboa: Sá da Costa. 1968. P. 89.]

As palavras com que indicamos os estados e qualidades existentes nas pessoas, coisas e animais, chamam-se **adjectivos qualificativos** [...]

[Id: p. 90]

Verbo é a palavra que anuncia uma *acção* ou exprime a *qualidade, estado* ou *existência* de uma pessoa, animal ou coisa, considerados no tempo...

[Ibid: p. 136]

As definições acima transcritas levantam problemas sérios de classificação quando as queremos aplicar. Assim, consideremos as seguintes combinações de palavras: *entidades intervenientes* e *situação actual*. De acordo com a definição de adjectivo (qualificativo) apresentada acima, a *intervenientes* não pode ser atribuída a categoria adjectivo, uma vez que esta palavra não designa «estados e qualidades existentes nas pessoas, coisas e animais», antes refere uma propriedade agentiva das entidades em questão, como se pode ver através da paráfrase *entidades que intervêm*. Do mesmo modo, a definição de verbo como uma palavra que pode exprimir «a *qualidade, estado* ou *existência* de uma pessoa, animal ou coisa, considerados no tempo» leva-nos a hesitar quanto à atribuição de categoria a *situação* na expressão *situação actual*, uma vez que nela a *situação* em questão se encontra localizada no tempo (o presente).

Por razões desta natureza, os linguistas preocuparam-se com a procura de critérios objectivos que permitissem a atribuição não equívoca de uma categoria sintáctica às palavras de línguas tipologicamente muito diferentes.

Deve-se à Linguística estruturalista europeia (com os conceitos de **relações sintagmáticas** e **paradigmáticas**) e à Linguística estruturalista norte-americana (com o conceito de **distribuição** e uma metodologia de análise distribucional) a proposta de tais critérios.

O conceito saussuriano¹⁰ de **relações sintagmáticas** (ou *in praesentia*) permite pensar as combinações de palavras (tais como as de morfemas e de segmentos fónicos) como sequências de elementos co-presentes, que mantêm entre si determinados nexos; por seu lado, o conceito igualmente saussuriano de **relações paradigmáticas**¹¹ (associativas ou *in absentia*) permite pensar cada ponto da sequência como uma posição que pode ser ocupada por uma classe de elementos equivalentes ao que nele ocorre efectivamente. Exemplificando (e recordando o que dissemos no capítulo 2 acerca do modelo de estados finitos), a frase *Os miúdos comeram o gelado* pode ser descrita como uma combinação de palavras que ocupam cinco posições sintácticas (cf. (15a)) e que podem alternar com outras categorialmente equivalentes (cf. (15b)):

(15) (a) Os miúdos comeram o gelado.

Alguns	rapazes	devoraram	um	bolo
Vários	homens	compraram	esse	pudim
Estes	meninos	beberam	muito	sumo

Esta forma de conceber as combinações de elementos da língua deu origem a que, na análise das combinações de segmentos fónicos, morfemas ou palavras, se utilizem duas operações fundamentais, a que já recorremos ao analisar a estrutura interna das palavras, no capítulo anterior: **segmentação** (i.e., divisão da sequência nas unidades relevantes — neste caso, palavras) e **comutação** ou **substituição**.

Capitalizando nos conceitos e operações acima referidos, os linguistas americanos, que se viam confrontados com a necessidade de descrever e analisar as línguas ameríndias, tipologicamente muito diferentes das línguas indo-europeias e sem tradição escrita, propuseram como critério para a atribuição de categoria a uma palavra a **distribuição**. A distribuição de uma palavra é a soma dos contextos sintácticos em que ela pode ocorrer, definindo-se **contexto sintáctico** como os vizinhos que uma palavra pode ter à sua esquerda e à sua direita (ou seja, as palavras e as unidades sintácticas que a podem preceder e seguir).

¹⁰ Ou seja, um conceito proposto pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure no *Cours de Linguistique Générale*.

¹¹ Ver nota 10.

O procedimento adoptado para agrupar as palavras de uma língua em categorias sintácticas era, então, o seguinte: seleccionava-se uma amostra da língua (um *corpus*) considerada representativa; inventariavam-se os contextos de ocorrência de cada palavra que nela ocorria; determinava-se a distribuição de cada palavra; verificava-se quais as palavras que tinham a mesma distribuição; quando necessário, recorria-se a informantes que eram consultados sobre a legitimidade de ocorrências não atestadas no *corpus*.

A seguinte generalização constituía o critério para incluir as palavras numa dada categoria sintáctica: se duas palavras têm a mesma distribuição (i.e., se são distribucionalmente equivalentes), pertencem à mesma categoria sintáctica. Exemplificando (e simplificando bastante), em Português, as palavras pertencentes à classe dos nomes ocorrem tipicamente precedidas de determinantes ou quantificadores e eventualmente de adjectivos, e podem ser seguidas de adjectivos, expressões preposicionais ou orações subordinadas relativas ou completivas, como se pode ver em (16):

- (16) (a) estes belos quadros de Monet
(b) muitos quadros belos de Monet
(c) os belos quadros que Monet pintou

Uma das consequências, empiricamente comprovável, da definição distribucional das categorias sintácticas é a seguinte: duas palavras da mesma categoria não podem co-ocorrer no mesmo ponto de uma combinação de palavras (os linguistas costumam dizer no mesmo ponto da cadeia sintagmática). Curiosamente, um gramático português do século XVI já referido no capítulo 1, João de Barros, já disso se apercebera, revelando-se distribucionalista *avant la lettre* ao afirmar:

Nome sustantivo chamamos àquelle que per si póde estár e nam recebe ésta palávra *cousa*. *Nome ajectivo*, ao que nam tem *ser* per si, mas está encostádo ao sustantivo, e pode receber em si ésta palávra *cousa*, como quando digo: *ó que feroso caválo, que brávo touro*. [...] E diremos: *cousa fermósa, cousa bráva* e nam *caválo cousa, touro cousa*, por serem sustantivos que nam recebem em si outros.

[João de Barros, *Grammática da Língua Portuguesa*. Apud *Textos Pedagógicos e Gramaticais de João de Barros*. Introdução, Selecção Notas e Leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Verbo. P. 57]

Como explicava João de Barros, não é possível pôr a co-ocorrer no mesmo ponto da cadeia sintagmática duas palavras pertencentes à mesma categoria: **cavalo coisa*, **toiro coisa*, tal como **casa palácio*, **pessoa mulher*, ou **rapaz alto elevado*, **situação difícil complicada*, ou ainda **vou comer almoçar agora*, **eles foram voaram para Londres* são combinações de palavras ilegítimas porque, respectivamente, dois nomes, dois adjectivos e dois verbos concorrem para ocupar a mesma posição sintáctica.

Outra consequência, também empiricamente comprovável, da definição distribucional das categorias sintáticas é a seguinte: se duas palavras podem co-ocorrer contiguamente numa combinação de palavras não pertencem à mesma categoria sintática. Assim, como também observava João de Barros no excerto acima transcrito, a legitimidade de sequências como *cavalo formoso*, *touro bravo*, ou *rapaz alto*, ou *a sopa* ou ainda *ele tossiu* mostra que as palavras nelas presentes não pertencem à mesma categoria sintática.

Uma pergunta que alguns de vós estarão porventura a formular é a seguinte: como é que uma definição distribucional das categorias sintáticas permite estabelecer distinções tradicionais (que continuam a mostrar-se relevantes) como **comum** vs **próprio** (relativamente aos nomes), **definido** vs **indefinido** (relativamente aos artigos) ou **transitivo** vs **intransitivo** (relativamente aos verbos)? Outros estarão provavelmente a lembrar-se do que podem parecer contra-exemplos à primeira generalização acima formulada: se duas palavras da mesma categoria não podem co-ocorrer no mesmo ponto da cadeia sintagmática, como podem ser legítimas na nossa língua expressões como *rio Tejo*, *exploração agrícola lucrativa* ou *ele já tinha saído*, em que encontramos contíguos, respectivamente, dois nomes, dois adjetivos e dois verbos?

Começemos por considerar os possíveis contra-exemplos, porque eles fornecem a pista essencial para responder à primeira pergunta. Embora nas três combinações de palavras ocorram contiguamente dois membros da mesma categoria, eles pertencem a duas **subclasses** diferentes dessa categoria. No primeiro caso, um nome comum que designa um acidente geográfico combina-se com um nome próprio: esta possibilidade verifica-se não só com nomes geográficos e topográficos (*e.g.*, *Praça Martim Moniz*, *Av. D. Carlos*) como com nomes de parentesco (*e.g.*, *avô João*, *tia Alda*), títulos profissionais e nobiliárquicos (*e.g.*, *engenheiro Duarte Pacheco*, *Dr. Santos*; *Príncipe Carlos*, *Infanta Cristina*), cargos públicos (*e.g.*, *Presidente Clinton*, *Chanceler Khol*) e formas de tratamento (*e.g.*, *senhor Silva*, *menina Paula*). No segundo caso, um adjetivo da subclasse dos adjetivos classificadores (ver adiante) combina-se com um adjetivo da subclasse dos adjetivos avaliativos. No terceiro caso, um verbo da subclasse dos verbos auxiliares combina-se com um verbo da subclasse dos verbos principais (ver adiante).

O que é importante destacar é que a determinação das subclasses reconhecíveis numa categoria sintática obedece, também ela, a critérios distribucionais. Assim, se considerarmos a categoria nome, verificamos que muitas palavras desta categoria têm a distribuição apresentada simplificada em (16) — pertencem à subclasse dos nomes comuns —, enquanto outras têm uma distribuição mais restrita do que estas: em particular, ocorrem fre-

¹² Em expressões como *a Lisboa que eu amo*, *o João das orelhas grandes*, *o Pessoa da Mensagem*, *um Oteló irlandês*, as palavras sublinhadas estão a ser usadas como nomes comuns, uma vez que estas expressões aceitam as seguintes paráfrases: *a parte de Lisboa que eu amo*, *o rapaz de orelhas grandes chamado João*, *o poeta da Mensagem*, *um indivíduo irlandês ciumento como Oteló* (ou *um actor irlandês que desempenha o papel de Oteló*). Ver capítulo 6.

quentemente sem determinante (como acontece com muitos nomes de países, cidades e personalidades: *Portugal*, *França*; *Lisboa*, *Nova Iorque*; *Camões*, *Galileu*, *Carlos Magno*), só podem ser precedidas de artigo definido, e à sua direita não podem ocorrer adjectivos, expressões preposicionais, orações relativas restritivas ou orações substantivas que com eles se combinem directamente para formar uma unidade sintáctica¹² (e.g., **João louro*, **Pedro de gravata*, **Espanha que eu conheço*). Verificamos igualmente que nomes da subclasse dos nomes comuns podem ser vizinhos à esquerda de nomes da subclasse dos nomes próprios, e, inversamente, que nomes da subclasse dos nomes próprios podem ser vizinhos à direita de nomes da subclasse dos nomes comuns.

Encontrámos então resposta à primeira pergunta: distinções sintacticamente relevantes como nomes comuns vs próprios, artigos definidos vs indefinidos ou verbos transitivos vs intransitivos são estabelecidas através do conceito de subclasse, sendo as subclasses identificadas através de critérios distribucionais.

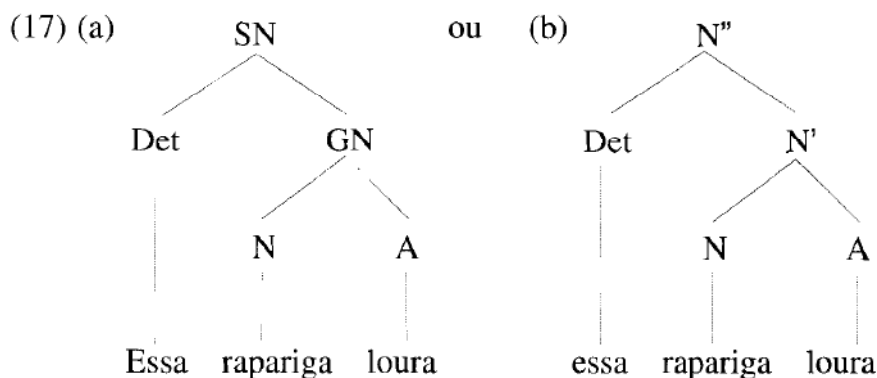
Podemos agora compreender a razão pela qual se utilizam testes de substituição para identificação de constituintes: se, no mesmo ponto de uma cadeia sintagmática, uma determinada expressão pode ser substituída por uma palavra só, isso significa que são distribucionalmente equivalentes, ou seja, que pertencem à mesma categoria sintáctica. Por outro lado, se, no mesmo ponto de uma cadeia sintagmática, uma palavra pode ser substituída por outra palavra, então isso significa que são distribucionalmente equivalentes, i.e., que pertencem à mesma categoria e subclasse sintáctica.

Vamos então retomar a frase que nos serviu de exemplo no início deste capítulo para testar as nossas intuições sobre a estrutura das combinações de palavras (*Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena*), para identificar as categorias a que pertencem os seus constituintes.

O constituinte imediato da frase mais à esquerda (*essa rapariga loura*) pode ser substituído por um pronome pessoal: as unidades sintácticas que podem ser substituídas por um pronome pessoal são de tipo nominal, i.e., têm como elemento central sintacticamente um nome (neste caso, *rapariga*). Os linguistas costumam chamar ao elemento central de um constituinte, que define a categoria deste, o **núcleo** do constituinte.

No constituinte em análise, encontramos então três unidades de tipo nominal: a mais pequena, a palavra *rapariga*; uma intermédia, *rapariga loura*, formada pela combinação de um nome e de um adjectivo; a unidade máxima, *essa rapariga loura*, formada pela combinação de um determinante demonstrativo com a unidade intermédia de tipo nominal *rapariga loura* (veja-se o fragmento relevante das representações equivalentes (1) a (5)).

Embora as três unidades sejam de tipo nominal, não faz sentido chamar a todas nome, uma vez que *rapariga loura* é uma unidade mais complexa do que *rapariga* e *essa rapariga loura*, por sua vez, é ainda mais complexa do que *rapariga loura*. Assim, os linguistas inventaram etiquetas que tornam claro o diferente grau de complexidade das unidades sintácticas pertencentes à mesma categoria: ao núcleo do constituinte dá-se o nome da categoria sintáctica a que pertence (ou esse nome com o super-escrito zero); à unidade sintáctica formada pela combinação do núcleo com um complemento dá-se o nome de **grupo nominal, verbal, adjectival**, etc, consoante a categoria a que pertença o núcleo (ou dá-se o nome da categoria a que pertence o núcleo com o super-escrito aspa simples, que se lê ‘barra’); ao constituinte resultante da combinação de uma palavra com um grupo nominal, verbal, adjectival, etc. dá-se o nome de **sintagma nominal, adjectival, verbal**, etc. (ou o nome da categoria a que pertence o núcleo com o super-escrito aspa dupla, que se lê ‘duas barras’). Em (17a) e (17b) mostra-se a estrutura de constituintes de *essa rapariga loura* com a identificação do tipo de categoria a que cada um dos seus constituintes pertence¹³:

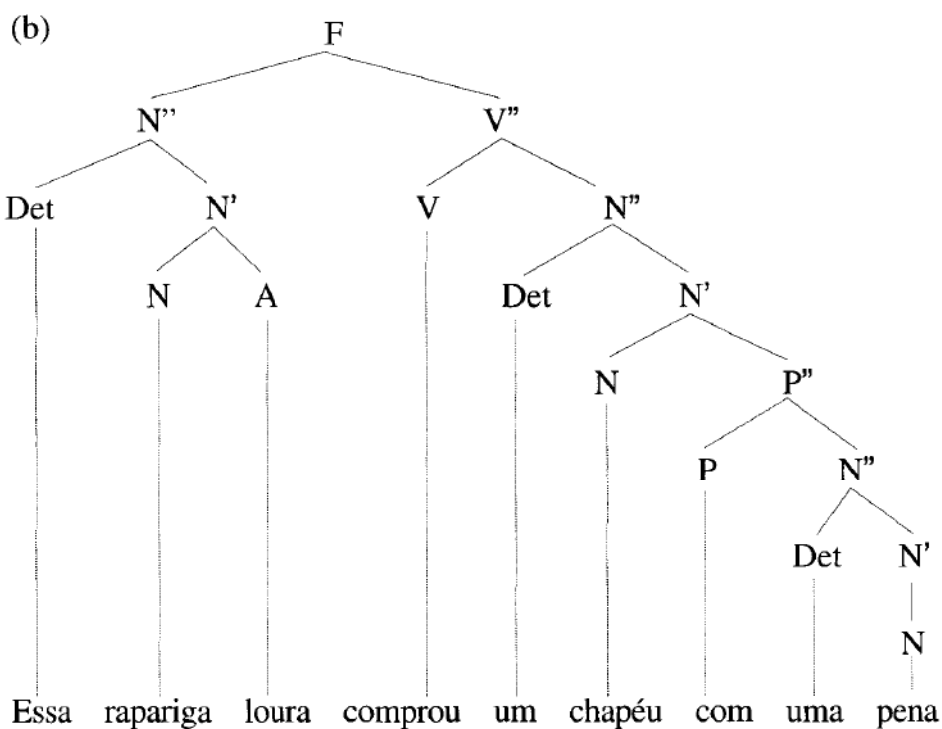
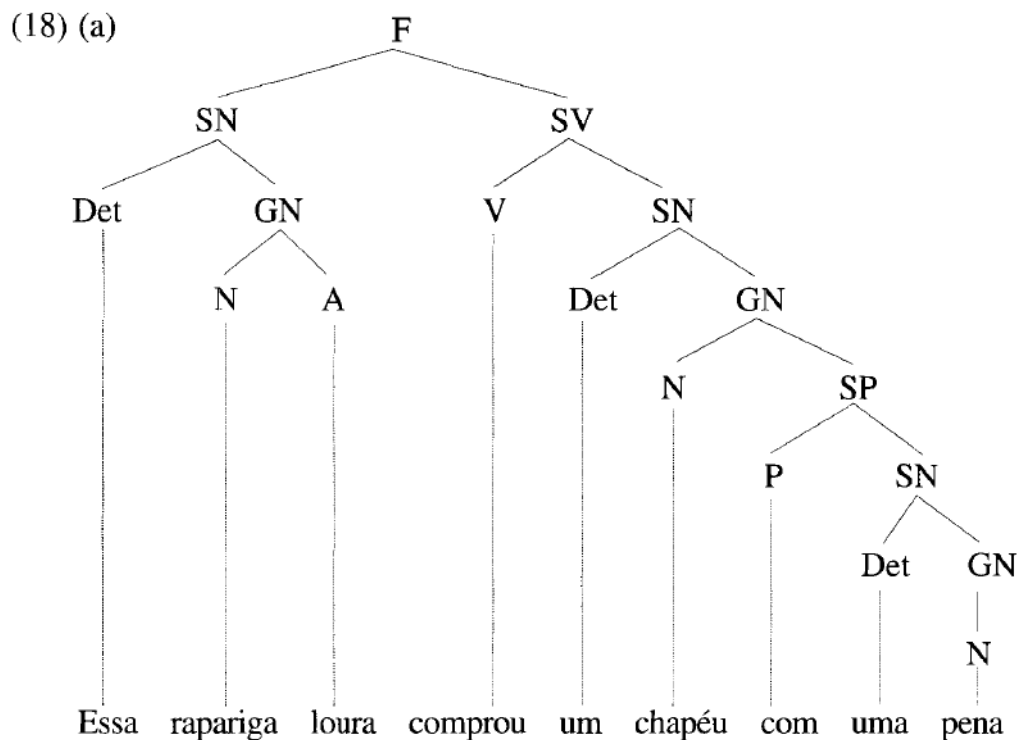


Às representações que, como (17), indicam o tipo categorial de cada constituinte chama-se representações **etiquetadas**.

¹³ Na realidade, como veremos adiante, *loura* não é um complemento do nome *rapariga* mas sim um modificador, razão pela qual a representação da estrutura interna de *rapariga loura* é ligeiramente diferente da apresentada aqui. O mesmo acontece com *chapéu com uma pena*, uma vez que *com uma pena* é um modificador e não um complemento de *chapéu*. SN, GN, N, Det e A são abreviaturas, respectivamente, de sintagma nominal, grupo nominal, determinante e adjectivo.

Generalizando o tipo de etiquetas apresentado acima a todas as categorias sintáticas, (18a) e (18b) constituem representações etiquetadas equivalentes da estrutura de constituintes da frase *Essa rapariga loura comprou um chapéu com uma pena*¹⁴:

¹⁴ Serão utilizadas as abreviações SV para 'sintagma verbal' e SP para 'sintagma preposicional'.



Em (18a, b), uma vez que os constituintes SV e SP não contêm qualquer palavra que se combine com a unidade formada pela combinação do núcleo com o complemento, poupa-se a indicação do nível intermédio de estrutura.

Sumário:

Em síntese:

- as unidades sintáticas em que se organizam as combinações de palavras estão classificadas em categorias (como nome, verbo, adjetivo);
- estas categorias são de natureza sintática e não morfológica;
- dadas as limitações das definições nocionais, as categorias sintáticas são determinadas através do método distribucional, que desenvolve e operacionaliza os conceitos saussurianos de relações sintagmáticas e paradigmáticas;
- o método distribucional, que recorre a operações de segmentação e de substituição, estabelece que duas palavras distribucionalmente equivalentes pertencem à mesma categoria sintática;
- critérios distribucionais podem levar a reconhecer a existência de subclasses numa categoria sintática;
- as representações da estrutura de constituintes que contêm informação sobre a categoria a que pertence cada unidade sintática denominam-se representações etiquetadas;
- para dar conta do diferente tipo de complexidade interna de cada tipo de unidade sintática, utilizam-se etiquetas como N-GN-SN, V-GV-SV (ou, equivalentemente, N-N'-N'', V-V'-V'').

Actividades: p. 180.

4.3 Relações gramaticais e processos de concordância

Os constituintes de uma combinação de palavras mantêm entre si determinadas **relações gramaticais**, ou seja, desempenham certas **funções sintáticas** na frase a que pertencem.

Assim, numa oração (ou frase simples), o SV (a expressão que tem como constituinte central o verbo e que denota uma propriedade ou relação, dinâmica ou não dinâmica) tem a função sintática de **predicado** e o SN ou a F

constituente imediato da frase (a expressão nominal/frásica a que é atribuído tal predicado), tem a relação gramatical de **sujeito** — vejam-se os exemplos (19):

- (19) (a) **O actor** sujeito **tossiu** predicado.
 (b) **Os meus amigos catalães** sujeito **vêm a Portugal em Abril** predicado.
 (c) **Já chegaram** predicado **os livros que encomendei** sujeito.
 (d) **Surpreende a Maria** predicado **que ele tenha chegado atrasado** sujeito.

Nas frases (19a, b, c), as expressões com a relação gramatical de sujeito da frase simples (19a, b) e da frase complexa (19c) são expressões nominais; em (19d), o sujeito da frase complexa é uma frase. Um teste eficaz para reconhecer sujeitos de natureza nominal é substituí-los pela forma nominativa (não preposicionada) do pronome pessoal, colocar esta em posição pré-verbal e combiná-la com as restantes palavras que formam a oração: se o resultado for uma frase gramatical, isso significa que a expressão substituída desempenha a função de sujeito. Em (20), apresentam-se os resultados desta operação sobre as expressões dentro da moldura simples em (19a,b,c):

- (20) (a) **Ele** tossiu.
 (b) **Eles** vêm a Portugal em Abril.
 (c) **Eles** já chegaram.

Repare-se que, se a operação se aplicasse apenas à parte das expressões que se encontra a negro (cf. (21)), os resultados seriam frases agramaticais, pelo que são os constituintes *o actor*, *os meus amigos catalães* e *os livros que encomendei* que desempenham a função de sujeito, respectivamente, nas frases simples (19a) e (19b) e na frase complexa (19c):

- (21) (a) ***O ele** tossiu
 (b) ***Eles** catalães vêm a Portugal em Abril.
 (c) ***Eles** já chegaram que encomendei.

Como o resultado dos testes de substituição mostra, a relação gramatical de sujeito é desempenhada por um constituinte principal da frase e não apenas pelo núcleo nominal desse constituinte ou pelo determinante e pelo nome.

Os sujeitos frásicos (cf. (19d)) podem igualmente ser identificados através de um teste de substituição; um sujeito frásico é substituível pelo pronome demonstrativo *isso* em posição pré-verbal (cf. (22a)) e não pode ser substituído pelo pronome demonstrativo *o* (cf. (22b)):

(22) (a) Isso surpreende a Maria.

(b) *Surpreende-o a Maria.

Como o Português europeu contemporâneo é uma **língua de sujeito nulo**, ou seja, admite sujeitos sem realização lexical em frases finitas, é usual ocorrerem frases em que o sujeito, seleccionado semanticamente pelo verbo, está omissivo; por convenção, representa-se um sujeito sem realização lexical como um traço entre dois parêntesis rectos — vejam-se os exemplos (23):

(23) (a) [-] fui ao cinema ontem.

(b) [-] passámos férias no Brasil.

Apesar de nos exemplos (23) não ocorrer nenhuma palavra com a relação gramatical de sujeito, através da flexão verbal podemos reconstituir tal sujeito: é a contrapartida nula de *eu* (em (23a)) e de *nós* (em (23b)); a tradição gramatical luso-brasileira designa este tipo de sujeitos **sujeito subentendido**.

Sendo uma língua de sujeito nulo, o Português europeu contemporâneo recorre a duas estratégias para exprimir o **sujeito indeterminado** (i.e., sem referência definida), — usa a terceira pessoa do plural com sujeito omissivo (cf. (24a)) ou a terceira pessoa do singular acompanhada do pronome átono *se* (cf. (24b)):

(24) (a) [-] perguntaram-me isso há bocado.

(b) [-] diz-se que os escalões do IRS vão ser alterados.

Nos casos em que uma oração contém um verbo impessoal, i.e., em que ocorre um mero **sujeito gramatical** que não é seleccionado semanticamente pelo verbo (os linguistas costumam chamar-lhe **sujeito expletivo**), o Português recorre igualmente à estratégia nula (compare-se (25a) com (25b, c)):

(25) (a) [-] chove.

(b) It pleut.

(c) Il rains.

Considerem-se agora os exemplos (26):

(26) (a) O actor tossiu.

(b) O actor partiu o leque da actriz principal.

(c) O actor telefonou ao encenador.

- (d) O actor **partiu** para Londres.
- (e) O actor **ofereceu** bilhetes para o espectáculo aos estudantes.
- (f) O actor **guardou** as críticas no armário da cozinha.

Nestes exemplos, o constituinte com a função de predicado, um SV, é constituído exclusivamente pelo verbo, como acontece em (26a), pelo verbo e por um SN ou um SP, como é o caso de (26b, c, d), ou pelo verbo e por um SN e um SP, situação ilustrada por (26e, f). Em (26b) a (26f), as expressões que se combinam com o verbo para formar o SV são **complementos** do verbo, ou seja, são elementos por ele seleccionados (cf. capítulo 3).

Quando um complemento seleccionado pelo verbo é de natureza nominal ou frásica, a sua relação gramatical denomina-se **objecto directo** (ou **complemento directo**): em (26b), (26e) e (26f), respectivamente, os SNs *o leque da actriz principal*, *bilhetes para o espectáculo* e *as críticas* têm a função de objecto directo. Um teste eficaz para determinar qual o constituinte que desempenha a função de objecto directo numa oração envolve, de novo, a operação de substituição: se o objecto directo for de natureza nominal, a sua substituição pela forma acusativa do pronome pessoal (*o*, *a*, *os*, *as*) origina frases gramaticais (veja-se em (27) o resultado deste teste aplicado a (26b, e, f)):

- (27) (a) O actor partiu-**o**.
- (b) O actor ofereceu-**os** aos estudantes.
- (c) O actor guardou-**as** no armário da cozinha.

Repare-se que este teste mostra que o objecto directo em (26b, e, f) é o constituinte principal *o leque da actriz principal*, *bilhetes para o espectáculo* e *as críticas* e não apenas o núcleo nominal destas unidades sintácticas (compare-se (27) com (28)):

- (28) (a) *O actor partiu-o da actriz principal.
- (b) *O actor ofereceu-os para o espectáculo aos estudantes.
- (c) *O actor guardou-as as no armário da cozinha.

Quando o objecto directo é uma frase (cf. (29a)), o teste consiste em verificar se tal frase é substituível pelo pronome demonstrativo *o* (invariável) (cf. (29b)):

- (29) (a) Ele disse que vamos ao cinema logo.
- (b) Ele disse-**o**.

Os SPs que ocorrem nas frases (26) são complementos do verbo. Em (26c) e (26e), tais expressões são introduzidas pela preposição *a* e podem ser substituídas pela forma dativa do pronome pessoal (cf. (30)):

(30) (a) O actor telefonou-lhe.

(b) O actor ofereceu-lhes bilhetes para o espectáculo.

Os complementos introduzidos pela preposição *a* que podem ser substituídos pela forma dativa do pronome pessoal têm a relação gramatical de **objecto indirecto** (ou **complemento indirecto**).

Os complementos preposicionados seleccionados pelos verbos *partir* e *guardar* nas frases (26d) e (26f), respectivamente, *para Londres* e *no armário da cozinha*, não podem ser substituídos por formas átonas do pronome pessoal, mas apenas por outras expressões preposicionais ou adverbiais (cf. (31)):

(31) (a) O actor partiu para lá/para essa cidade.

(b) O actor guardou as críticas lá/ali/nesse sítio.

Os complementos dos verbos com estas propriedades desempenham funções sintácticas **oblíquas** (por oposição às funções sintácticas **centrais** de sujeito, objecto directo e objecto indirecto). Um modo eficaz de determinar se SPs e SAdv são complemento do verbo consiste em utilizar um teste de retoma anafórica em pares pergunta-resposta, como exemplificado em (10c); se o SP ou SAdv não puder ocorrer na pergunta e tiver de ocorrer na resposta, é um complemento do verbo. (32) e (33) mostram os resultados da aplicação deste teste às frases (26d) e (26f):

(32) (a) – O que é que o actor fez?

– Partiu para Londres.

(b) $\left. \begin{array}{l} - \text{O que é que o actor fez para Londres?} \\ * \left\{ \begin{array}{l} - \text{Partiu.} \end{array} \right\} \end{array} \right\}$

(33) (a) – O que é que o actor fez?

– Guardou as críticas no armário da cozinha.

(b) $\left. \begin{array}{l} - \text{O que é que o actor fez no armário da cozinha?} \\ * \left\{ \begin{array}{l} - \text{Guardou as críticas.} \end{array} \right\} \end{array} \right\}$

Note-se crucialmente que, nos exemplos (b), é o conjunto pergunta-resposta que é agramatical.

Os verbos como *tossir*, que não seleccionam complementos, pertencem à subclasse dos **intransitivos**; os verbos como *partir* (= *quebrar*) ou *dizer*, que seleccionam um complemento com a relação gramatical de objecto directo, pertencem à subclasse dos **transitivos directos**; os verbos como *telefonar* ou *partir* (verbo de movimento), que seleccionam um complemento preposicionado que pode ter a relação gramatical de objecto indirecto ou de oblíquo, pertencem à subclasse dos **transitivos indirectos**; finalmente, os verbos como *oferecer* e *guardar*, que seleccionam um complemento com a relação gramatical de objecto directo e outro preposicionado pertencem à subclasse dos **ditransitivos** (outro nome dado a esta subclasse é **transitivos directos e indirectos**).

Todos os verbos referidos no parágrafo anterior pertencem à grande subclasse dos **verbos principais**. Para além desta subclasse, a categoria verbo integra a subclasse dos **verbos copulativos** (ou **predicativos** ou **de significação indefinida**), que seleccionam como complemento um SN, um SA, um SP ou um SAdv com a função sintáctica de **predicativo de sujeito** (ver (34)) e a subclasse dos **verbos auxiliares**, que seleccionam como complemento um SV (cf. (35)):

- (34) (a) O João **é** [médico] **predicativo do sujeito.**
 (b) Os miúdos **estão** [muito contentes] **predicativo do sujeito.**
 (c) A Maria **ficou** [em casa] **predicativo do sujeito.**
 (d) O teatro **é** [perto do Chiado] **predicativo do sujeito.**
- (35) (a) O João **tinha** [SV ido ao cinema].
 (b) Os livros **foram** [SV oferecidos à associação de estudantes].
 (c) Os miúdos **estão** [SV a fazer os trabalhos de casa].
 (d) [-] **vamos** [SV sair logo à noite].

Também os nomes e os adjectivos podem seleccionar complementos. Neste caso, os complementos são tipicamente SPs em que o complemento da preposição pode ser uma expressão nominal (cf. (36)) ou uma frase (cf. (37)):

- (36) (a) **medo** do escuro
 (b) **destruição** de Roma pelos bárbaros
 (c) **útil** aos alunos
 (d) **preocupado** com a situação

- (37) (a) **proposta** de que passemos férias juntos
 (b) **hipótese** de passarmos férias juntos
 (c) **responsável** por que a obra seja entregue a tempo
 (d) **interessados** em resolverem o problema

As preposições exigem sempre um complemento, que é tipicamente un SN ou uma frase, como se pode ver nos exemplos (36) e (37).

Os constituintes que estão presentes numa oração sem serem seleccionadas pelos verbos, nomes, adjectivos e preposições que nela ocorrem desempenham a função sintáctica de **modificador** (termos sinónimos de modificador são **adjunto** e **circunstante**).

Os modificadores podem pertencer a várias categorias sintácticas e podem modificar constituintes de categorias diferentes. Assim, as expressões adjectivais internas a um SN desempenham tipicamente a função de modificador do nome (cf. (38)); consoante a subclasse a que pertencem e a posição que ocupam na oração, as expressões adverbiais podem modificar toda a frase (cf. (39a)), o predicado (cf. (39b)) ou um SN (cf. (39c)); as expressões preposicionais podem modificar o SV (cf. (40a)) ou grupos nominais (cf. (40b)); as orações relativas modificam tipicamente grupos nominais (cf. (41a)), enquanto as orações adverbiais modificam em geral frases (cf. (41b)):

(38) (a) A **miúda** loura desatou a chorar.

(b) A **mala de couro** castanha estragou-se

(39) (a) Provavelmente **eles telefonam-nos à noite**.

(b) Eles **telefonam-nos** amanhã.

(c) Só **a Maria** fez o trabalho.

(40) (a) Eles **compraram o livro** na livraria.

(b) Comprei **um jornal** com oito suplementos.

(41) (a) **Os livros** que nós comprámos não existem na biblioteca.

(b) **A Maria telefonou ao Pedro** quando soube da notícia.

Os modificadores apresentados nos exemplos (38) a (41) contribuem para a construção da referência das expressões que modificam, quer restringindo-a, como acontece com os modificadores de grupos nominais, quer quantificando ou localizando espacial ou temporalmente o predicado ou a totalidade da oração: por esta razão, os linguistas chamam-lhes **modificadores restritivos**.

Um modo eficaz de distinguir SPs ou SAdvS complementos de um verbo de SPs ou SAdvS modificadores do SV é recorrer ao teste de retoma anafórica em pares pergunta-resposta. Como foi referido anteriormente, os complementos do verbo não podem ocorrer na pergunta e têm de ocorrer na resposta não redundante; pelo contrário, os modificadores do SV podem ocorrer na pergunta — veja-se (42), que mostra a aplicação deste teste à frase (40a):

(42) P: – O que é que eles fizeram **na livraria**?

R: – Compraram o livro.

Mas ocorrem também em muitas frases modificadores que fornecem informação adicional sobre as expressões que modificam, sem contribuírem para a construção da referência das mesmas. Por isso, este tipo de modificadores surge como um parêntesis na frase, algo que se acrescenta à expressão modificada: os linguistas chamam-lhes **modificadores apositivos**.

Os modificadores de nomes próprios e de pronomes pessoais são sempre apositivos (cf. (43)); orações relativas que descrevem situações ou propriedades dos antecedentes consideradas pelo locutor como características dos mesmos têm igualmente o estatuto de modificadores apositivos (cf. (44)). Como se pode ver nos exemplos, o estatuto apositivo deste tipo de modificadores faz deles unidades prosódicas, facto assinalado na escrita colocando-os entre vírgulas:

(43) (a) **O João**, simpático e divertido, é um bom amigo.

(b) **D. Dinis**, o Lavrador, foi um importante poeta.

(44) (a) **As baleias**, que são mamíferos, devem ser protegidas.

(b) **Na Lua**, que é um satélite da Terra, não há vida.

As relações gramaticais têm um importante papel na interpretação semântica das frases. Com efeito, combinações das mesmas palavras são interpretadas diferentemente quando as relações gramaticais são diferentes (cf. (45a, b)); por outro lado, combinações das mesmas palavras com uma ordem diferente mas idênticas relações gramaticais recebem essencialmente a mesma interpretação (compare-se (45a) com (45c)):

(45) (a) O Paulo sujeito ama a Maria objecto directo.

(b) A Maria sujeito ama o Paulo objecto directo.

(c) [-] ama a Maria objecto directo, o Paulo sujeito.

Mas as relações gramaticais são também decisivas em **processos de concordância**, que se reflectem na presença de afixos flexionais que transportam informação gramatical idêntica (*e.g.*, de pessoa, de número, de género) em diferentes palavras que ocorrem na mesma frase.

No Português europeu contemporâneo, a expressão com a relação gramatical de sujeito desencadeia concordância do verbo em pessoa e número (cf. (46)) e do predicativo do sujeito, em género e número, quando este é um adjectivo ou um nome sem determinante (cf. (47)):

- (46) (a) Eu (1ª, sing) comprei (1ª, sing) esses livros em Londres.
 (b) Tu (2ª, sing) compraste (2ª, sing) esses livros em Londres.
 (c) O João (3ª, sing) comprou (3ª, sing) esses livros em Londres.
 (d) Nós (1ª, plu) comprámos (1ª, plu) esses livros em Londres.
 (e) Os miúdos (3ª, plu) compraram (3ª, plu) esses livros em Londres.

- (47) (a) O João (masc, sing) é simpático (masc, sing).
 (b) Elas (fem, plu) são simpáticas (fem, plu).
 (c) A Maria (fem, sing) é médica (fem, sing).
 (d) Eles (masc, plu) são médicos (masc, plu).

O sujeito determina também a concordância do participio passado passivo, em género e número (cf. (48)):

- (48) (a) Esses livros (masc, plu) foram comprados (masc, plu) pelos miúdos.
 (b) A Maria (fem, sing) foi castigada (fem, sing).

Também os determinantes, quantificadores e modificadores adjectivais concordam em género e número com o núcleo nominal do SN a que pertencem (cf. (49)):

- (49) (a) a (fem, sing) bata (fem, sing) amarela (fem, sing)
 (b) todos (masc, plu) OS (masc, plu) barcos (masc, plu) antigos (masc, plu).

Sumário:

Em síntese:

- nas frases a que pertencem, os constituintes desempenham relações gramaticais;
- em cada frase, o SV tem a função sintáctica de predicado, e o constituinte nominal ou oracional que com ele se combina para formar a frase tem a função de sujeito;
- as relações gramaticais centrais são sujeito, objecto directo (relação desempenhada pelas expressões nominais ou frásicas seleccionadas pelo verbo) e objecto indirecto (relação desempenhada por expressões preposicionais seleccionadas pelo verbo e substituíveis pelo pronome átono *lhe(s)*); os restantes complementos preposicionais e adverbiais, quer de verbos, quer de nomes, adjectivos ou preposições, desempenham funções oblíquas;
- através de testes de substituição por pronomes pessoais e demonstrativos, identificam-se com clareza as expressões com a relação gramatical de sujeito, objecto directo e objecto indirecto;
- através de um teste de retoma anafórica em pares pergunta-resposta é possível identificar as expressões preposicionais e adverbiais que são seleccionadas pelo verbo: se são complementos do verbo não podem ocorrer na pergunta e têm de ocorrer na resposta;
- o tipo e número de complementos exigido pelo verbo permite-nos distinguir, nesta categoria, três grandes subclasses: verbos principais (organizáveis nas subclasses intransitivos, transitivos directos, transitivos indirectos, ditransitivos), verbos copulativos (seleccionam um complemento com a função de predicativo do sujeito) e verbos auxiliares (seleccionam um complemento SV);
- podem igualmente ocorrer nas frases expressões com funções sintácticas de modificação restritiva e apositiva;
- as relações gramaticais desempenham um papel determinante na interpretação semântica das frases e no desencadeamento de processos de concordância.

Actividades: p. 183 e ss.

4.4 Ordem de palavras

Na esmagadora maioria das línguas do mundo as combinações de palavras em **frases declarativas** (i.e., em asserções afirmativas ou negativas) obedecem a uma das três seguintes **ordens básicas: SVO** (ordem verbo-medial: o sujeito precede o verbo e este precede os seus complementos), **VSO** (ordem verbo-inicial) e **SOV** (ordem verbo-final).

A ordem básica de palavras de uma língua, também denominada **ordem não marcada**, é a ordem estruturalmente mais simples e discursivamente mais neutra – quer dizer, aquela em que não se dá nenhum destaque especial a qualquer dos elementos da frase.

A língua portuguesa é uma língua verbo-medial. Isto não significa que todas as frases declarativas do Português correspondam ao padrão SVO. Na realidade, razões de natureza discursiva (como a escolha de uma expressão diferente da que tem a relação gramatical de sujeito para assunto acerca do qual se afirma ou nega alguma coisa, ou o estatuto de informação nova do sujeito ou do sujeito e do objecto simultaneamente) e construções sintácticas específicas (como as orações relativas em que o pronome relativo não tem a relação gramatical de sujeito) podem levar a que a ordem básica seja alterada. Assim, considerem-se os seguintes exemplos:

- (50) (a) [Os miúdos]_S [devoraram]_V [o gelado]_O.
 (b) [O gelado]_O, [devoraram]_V -no [os miúdos]_S.
 (c) [Devoraram]_V [os miúdos]_S [o gelado]_O.
 (d) [Devoraram]_V [o gelado]_O [os miúdos]_S.

A frase (50a), com a ordem básica SVO, pode ocorrer num discurso em que se esteja a narrar o que aconteceu durante uma festa de anos de uma criança (e.g., *Chegou finalmente a hora do lanche. Os miúdos devoraram o gelado mas não tocaram nas sanduíches*). Mas esta frase pode igualmente ocorrer como resposta a uma pergunta como *O que é que aconteceu?* (cf. Falante A: *O que é que aconteceu?* Falante B: *Os miúdos devoraram o gelado*), caso em que toda a frase transmite **informação nova**, i.e., informação desconhecida para quem fez a pergunta.

A frase (50b) não é discursivamente neutra, uma vez que se faz do objecto *o gelado* o assunto sobre o qual se afirma ou nega alguma coisa (os linguistas costumam dizer «o **tópico** acerca do qual se faz uma predicação») e o sujeito *os miúdos* é a parte da frase que transmite a informação com maior grau de novidade (os linguistas costumam dizer «o **foco informacional**»). Por isso, esta frase, em que o objecto em posição inicial é retomado

que acontece com o pronome relativo *que* em (51a), com o pronome interrogativo *o que* em (51b), frase que contém uma oração subordinada interrogativa indirecta, e em (51c), uma oração interrogativa directa, e com a expressão que integra o quantificador exclamativo *que* em (51d), uma frase exclamativa. Porque a maioria das palavras que têm esta propriedade começam pela letra *q* em Português, é usual chamar-lhes **palavras-Q**, tal como é habitual designar as expressões que contêm estas palavras **sintagmas-Q**.

Como é visível nos exemplos (51), esta propriedade das palavras e expressões-Q origina ordens de palavras diferentes da ordem básica nas orações relativas, interrogativas e exclamativas, quando a palavra ou expressão-Q não tem a relação gramatical de sujeito.

Nas interrogativas directas como (51c), nas exclamativas como (51d) e, num subconjunto de orações adverbiais não finitas¹⁵ (concretamente, nas gerundivas não preposicionadas e nas participiais), existe igualmente uma alteração ao padrão básico de ordem de palavras. Com efeito, nestes tipos de construções frásicas, o verbo precede obrigatoriamente o sujeito, como mostra o contraste de gramaticalidade entre os exemplos apresentados em (52) e (53) — o símbolo ‘?’ à esquerda de uma sequência assinala que ela tem um estatuto marginal na língua, ou seja, não é completamente gramatical, mas também não é completamente excluída pela gramática da língua:

- (52) (a) O que devoraram os miúdos? (= (51c))
- (b) Que grande gelado devoraram os miúdos! (= (51d))
- ↑
↑
V
S
- (c) Devorando os miúdos o gelado desta maneira, ele acaba-se num instante.
- (d) Devorado o gelado pelos miúdos, acabou-se o lanche.
- ↑
↑
V
S
- (53) (a) * O que os miúdos devoraram?
- (b) ?/* Que grande gelado os miúdos devoraram!
- (c) * Os miúdos devorando o gelado desta maneira, ele acaba-se num instante.
- (c) * O gelado devorado pelos miúdos, acabou-se o lanche.

Note-se que, quando interrogativas directas e exclamativas com palavras-Q são construídas, respectivamente, com *é que* e com *que*, o sujeito precede

¹⁵ O conceito de oração adverbial não finita será clarificado adiante.

legitimamente o verbo (cf. (54a, b)); o mesmo acontece em orações gerundivas iniciadas pela preposição *em* (cf. (54c)):

- (54) (a) O que é que os miúdos devoraram?
(b) Que grande gelado que os miúdos devoraram!
(c) Em os miúdos devorando o gelado, acaba-se o lanche.

Outro exemplo de construções sintácticas que envolve preferencialmente uma alteração à ordem básica de palavras é o caso de frases contendo orações substantivas completivas (na tradição gramatical luso-brasileira, integrantes) com a relação gramatical de sujeito da frase complexa — comparem-se os exemplos (55) com (56):

- (55) (a) Surpreendeu os amigos que o João tivesse chegado atrasado à festa.
 ↑ ↑ ↑
 V O S
- (b) É possível que o João chegue atrasado à festa.
 ↑ ↑
 V S
- (c) É verdade que o João chegou atrasado à festa.
 ↑ ↑
 V S

- (56) (a) Que o João tenha chegado atrasado à festa surpreendeu os amigos.
(b) ? Que o João chegue atrasado à festa é possível.
(c) ? Que o João chegou atrasado à festa é verdade.

A comparação entre (55) e (56) leva-nos a concluir que, quando o sujeito de uma frase é ele próprio uma frase, a ordem de palavras preferencial é aquela em que tal sujeito ocorre em posição final da frase complexa (os linguistas designam os sujeitos frásicos que ocorrem em posição final **sujeitos extrapostos**).

Na realidade, não são só os sujeitos oracionais que ocorrem preferencialmente em posição final. Como o exemplo (57a) mostra, objectos directos oracionais ocorrem preferencialmente em posição final, o mesmo acontecendo com objectos directos nominais que contenham orações (cf. (57b, c)):

- | | | | |
|----------|----------------------|------------------------|----------------------------|
| (60) (a) | [_{Det} um] | [_A falso] | [_N médico] |
| | (b) | [_{Det} o] | [_A presumível] |
| (61) (a) | [_{Det} um] | [_N médico] | [_A falso] |
| | (b) | ?[_{Det} o] | [_N assassino] |
| | | | [_A presumível] |

Repare-se que, enquanto a expressão em (60a) tem uma única interpretação, parafraseável por «um indivíduo que se faz passar por médico sem o ser», a expressão numerada como (61a) é ambígua: tem a mesma interpretação que (61a) e outra interpretação, parafraseável por «um médico que é mentiroso, em quem não se pode confiar».

Adjectivos pertencentes à classe designada pelos linguistas como **classificadores**, i.e., adjectivos que não exprimem propriamente qualidades mas antes situação, nacionalidade, matéria, origem, classe ou pertença, ocorrem obrigatoriamente à direita do nome — compare-se (62) com (63):

- | | | | |
|----------|-----------------------|---------------------------|---|
| (62) (a) | [_{Det} um] | [_N navegador] | [_A português] |
| | (b) | [_{Det} uma] | [_N exploração] |
| | (c) | [_{Det} a] | [_N arquitectura] |
| | (d) | [_{Det} um] | [_N regime] |
| (63) (a) | *[_{Det} um] | [_A português] | [_N navegador] ¹⁶ |
| | (b) | *[_{Det} uma] | [_A agrícola] |
| | (c) | *[_{Det} a] | [_A religiosa] |
| | (d) | *[_{Det} um] | [_A democrático] |

¹⁶ A expressão é possível se *português* for usado como um nome e *navegador* como adjectivo, com a interpretação “um indivíduo português que é navegador” e não “um navegador que é de nacionalidade portuguesa”, como em (62a).

Adjectivos pertencentes à classe de **qualidade objectiva**, i.e., que designam qualidades objectivamente observáveis e, em muitos casos, passíveis de medida, seguem-se igualmente ao nome — compare-se (64) com (65):

- | | | | |
|----------|------------------------|------------------------|------------------------|
| (64) (a) | [_{Det} uma] | [_N sopa] | [_A quente] |
| | (b) | [_{Det} um] | [_N banco] |
| | (c) | [_{Det} um] | [_N bairro] |
| | (d) | [_{Det} uma] | [_A jóia] |
| (65) (a) | *[_{Det} uma] | [_A quente] | [_N sopa] |
| | (b) | *[_{Det} um] | [_A alto] |
| | (c) | */[_{Det} um] | [_A pobre] |
| | (d) | ?[_{Det} uma] | [_A antiga] |
| | | | [_N jóia] |

Alguns dos adjectivos pertencentes a esta classe, dependendo dos nomes com que se combinam, aceitam posição pré-nominal. A colocação pré-nominal desta classe de adjectivos produz um valor expressivo (cf. (66)) ou provoca uma alteração do significado do adjectivo, que passa de objectivo a avaliativo (cf. (67)):

(66) (a) uma **forte** ventania

(b) um **imenso** vale

(c) uma **grande** sala

(67) (a) um **pobre** homem (= um homem infeliz, desgraçado)

(b) um **velho** amigo (= um amigo do peito, que pode não ser idoso)

(c) uma **grande** descoberta (= uma descoberta importante)

Finalmente, os adjectivos da classe dos **avaliativos**, i.e., que exprimem qualidades subjectivas, embora tenham como posição básica a posição pós-nominal, admitem facilmente a posição pré-nominal — compare-se (68) com (69):

(68) (a) [_{Det} uma] [_N mulher] [_A bela]

(b) [_{Det} uma] [_N situação] [_A péssima]

(c) [_{Det} um] [_N rapaz] [_A corajoso]

(69) (a) [_{Det} uma] [_A bela] [_N mulher]

(b) [_{Det} uma] [_A péssima] [_N situação]

(c) [_{Det} um] [_A corajoso] [_N rapaz]

Numa expressão nominal em que ocorra mais do que um adjectivo pertencente a subclasses diferentes, é usual antepor ao nome o adjectivo de qualidade objectiva (se co-ocorre com um adjectivo classificador (cf. (70)) ou o adjectivo avaliativo (cf. (71)):

(70) (a) a **actual** situação **política**

(b) uma **grande** exploração **agrícola**

(c) as **antigas** lendas **nórdicas**

(71) (a) uma **linda** rapariga **irlandesa**

(b) um **péssimo** romance **naturalista**

(c) um **adorável** urso **peludo**

Independentemente da classe a que pertençam, sempre que os adjectivos se constroem com complementos, ocorrem obrigatoriamente em posição pós-nominal — compare-se (72) com (73):

- (72) (a) um autor [SA [A orgulhoso] [SP da sua reputação]]
 (b) uma loja [SA [A cheia] [SP de objectos de bom gosto]]
 (c) um colega [SA [A especializado] [SP em vulcanologia]]
 (d) o engenheiro [SA [A responsável] [SP pela obra]]
- (73) (a) *um [A orgulhoso] autor [SP da sua reputação]
 (b) *uma [A cheia] loja [SP de objectos de bom gosto]
 (c) *um [A especializado] colega [SP em vulcanologia]
 (d) *o [A responsável] engenheiro [SP pela obra]

Sumário:

Em síntese:

- em cada língua natural, as combinações de palavras estão sujeitas a um padrão básico;
- o padrão básico oracional pode ser alterado por razões de natureza discursiva ou devido à presença de construções sintácticas específicas (como é o caso das construções contendo palavras-Q);
- no Português europeu contemporâneo, o padrão básico oracional nas frases declarativas é aquele em que o sujeito, com a função discursiva de tópico, precede o verbo e em que o objecto, com a função discursiva de foco informacional, se segue ao verbo;
- no Português europeu contemporâneo, o padrão básico para a formação de expressões preposicionais é aquele em que a preposição precede o seu complemento;
- no Português europeu contemporâneo, o padrão básico para a formação de SNs é aquele em que os determinantes e quantificadores precedem o nome e os modificadores preposicionais e oracionais ocorrem em posição pós-nominal;

- no Português europeu contemporâneo, a posição básica dos adjectivos que modificam o nome depende da subclasse a que pertencem: os adjectivos negativos e conjecturais são pré-nominais, os restantes são pós-nominais;
- de entre os adjectivos cuja posição básica é pós-nominal, os classificadores não aceitam ocorrer antes do nome, os de qualidade objectiva ganham valor expressivo ou interpretação subjectiva quando colocados em posição pré-nominal e os avaliativos podem, de uma forma geral, anteceder o nome;
- independentemente da classe a que pertencem, os adjectivos ocorrem obrigatoriamente em posição pós-nominal quando são acompanhados de complementos.

Actividades: p. 186 e ss.

4.5 Frases simples e frases complexas

Nos parágrafos anteriores, utilizámos o conceito intuitivo de frase, sem nos preocuparmos com a sua definição ou com os modos como as frases se combinam para formar unidades sintácticas mais complexas. Ocupar-nos-emos aqui das propriedades das frases simples e dos processos sintácticos que permitem construir frases complexas.

Todas as frases simples exprimem uma **predicação**, i.e., atribuem uma propriedade a uma entidade ou mais entidades (cf. (74a)) ou estabelecem uma relação entre entidades (cf. (74b)):

(74) (a) Os miúdos brincaram muito.

(b) Os miúdos comeram um gelado de framboesas.

Numa frase simples, o elemento central da predicação é um verbo que se combina com os seus argumentos (ver capítulo 3) de acordo com os padrões sintácticos da língua. Em (74a), atribui-se a propriedade *brincar (muito)* ao argumento externo do verbo (*os miúdos*); em (74b), exprime-se uma relação (*comer*) entre o argumento externo do verbo (*os miúdos*) e o seu argumento interno (*um gelado de framboesas*). Através das desinências flexionais do verbo, cada uma das predicções expressa é localizada temporalmente: em ambos os exemplos considerados, a utilização do pretérito perfeito do indicativo permite-nos localizar a predicação no passado.

Como vimos anteriormente, o verbo combina-se com os seus argumentos internos para formar uma expressão verbal com a função sintáctica de predicado, a qual se combina com uma expressão nominal ou frásica com a função de sujeito. As predicções expressas por **frases simples** organizam-se, assim, sintacticamente, como domínios com tempo gramatical em que um SV, o predicado, é atribuído a um SN, o sujeito.

Uma frase pode exprimir diferentes atitudes proposicionais do falante. Assim, uma frase **declarativa** pode exprimir uma asserção (cf. (75)); uma frase **interrogativa** exprime tipicamente um pedido de informação ou de acção (cf. (76)); uma frase **imperativa** exprime uma ordem ou um desejo (cf. (77)); uma frase **exclamativa** exprime uma atitude avaliativa, positiva ou negativa, do falante (cf. (78)):

(75) (a) A seca destruiu as colheitas.

(b) A Expo 98 foi inaugurada em Maio.

(c) O João não vem à festa.

(d) As notas não são publicadas hoje.

(76) (a) Abres a janela?

(b) Onde é que esses morangos foram comprados?

(c) Eles ainda não telefonaram?

(d) Quem é que não foi ouvido no julgamento?

(77) (a) Come a sopa!

(b) Não sejas palerma!¹⁷

(78) (a) Que linda que esta serra é!

(b) A peça foi encenada tão absurdamente!

(c) Não compraste o livro por um preço tão exorbitante!

(d) O espectáculo não pode ter sido montado em tão pouco tempo!

Nos exemplos (75)-(78), cada frase é uma frase simples. Ou seja, cada frase coincide com um **período** — a tradição gramatical luso-brasileira denomina-o **período simples** e chama à frase simples que o constitui **oração absoluta**. Mas uma das propriedades mais interessantes das línguas naturais é o facto de se poderem combinar frases com outras frases, de modo a obter unidades frásicas complexas¹⁸ — os linguistas chamam-lhes **frases complexas** e a tradição gramatical luso-brasileira fala neste caso de **período composto**.

¹⁷ Como se sabe, o imperativo apenas se conjuga na 2.ª pessoa do singular e do plural, fornecendo o presente do conjuntivo as formas supletivas de 1ª pessoa do plural e de 3ª pessoa (do singular e do plural) em frases afirmativas, e sendo utilizado supletivamente para todas as pessoas em frases negativas.

¹⁸ Esta possibilidade assenta numa propriedade formal da linguagem humana que se denomina **recursividade** (ver capítulo 2).

As línguas naturais dispõem essencialmente de dois processos de construção de frases complexas: a **coordenação** e a **subordinação**.

As frases complexas formadas por coordenação podem ser ligadas por dois tipos de **conectores** (i.e., de elementos de ligação): **pausas**, representadas na escrita através de vírgulas, e **conjunções coordenativas**. O quadro abaixo apresenta a tipologia de **conjunções coordenativas** mais utilizadas no Português contemporâneo:

Quadro I – Conjunções Coordenativas

COPULATIVAS (OU ADITIVAS)	<i>e, nem</i>	<i>nem...nem, não só...mas também, não só...como (também)</i>
ADVERSATIVAS	<i>mas, porém, todavia contudo</i>	
DISJUNTIVAS (OU ALTERNATIVAS)	<i>ou</i>	<i>ou...ou, quer...quer</i>
CONCLUSIVAS	<i>logo, pois, portanto, por conseguinte, por isso</i>	

Quando se utiliza uma conjunção só (ver coluna 2), esta nunca ocorre no primeiro membro coordenado (veja-se (79)); quando se utilizam conjunções **correlativas** (ver coluna 3), estas precedem cada um dos membros coordenados (veja-se (80)):

(79) (a) O João foi ao cinema **e** a Maria ficou em casa.

(b) O João foi ao cinema, **mas** a Maria ficou em casa.

(c) O João vai à festa **ou** a Maria fica inconsolável.

(d) O João foi à festa, **portanto** a Maria ficou contente.

(80) (a) **Nem** o João foi ao cinema, **nem** a Maria ficou em casa.

(b) **Não só** o João foi ao cinema **como (também)** a Maria foi ao teatro.

(c) **Ou** o João vai à festa, **ou** a Maria fica inconsolável.

Nos exemplos acima, a ligação entre os membros coordenados é assegurada por conjunções coordenativas: a tradição gramatical luso-brasileira denomina este tipo de coordenação **sindética**.

Em (79) e (80), a frase complexa contém dois membros coordenados (os linguistas chamam-lhe coordenação **binária**). Contudo, em muitos casos, as frases complexas formadas por coordenação contêm mais do que dois membros (diz-se então que se trata de coordenação **múltipla**):

(81) (a) Cheguei, vi e venci.

(b) Vais à Expo, assistes ao concerto, mas estás em casa às duas.

Como se vê em (81), quando existe coordenação múltipla, utilizam-se pausas para assegurar a coordenação aditiva entre os vários membros coordenados e uma conjunção para assegurar a ligação entre o penúltimo membro coordenado e o último. Quando dois membros coordenados são ligados através de pausa, diz-se que a coordenação é **assindética**. Se a coordenação múltipla exprime uma **enumeração** (veja-se (82)), utilizam-se exclusivamente pausas como conectores:

(82) (a) Saio às dez, vou ao mercado, compro peixe, estou de volta ao meio-dia, tenho o almoço pronto à uma.

(b) Partimos a 8, chegamos a Roma à noite, visitamos Florença, Pisa e Siena, passamos uma semana na Sardenha, estamos de volta a 22.

Embora seja tradicionalmente afirmado que as orações coordenadas são independentes sintacticamente, na verdade existe uma assimetria estrutural entre cada membro coordenado e o que se lhe segue. Assim, e considerando apenas exemplos de coordenação binária: (a) a ordem linear entre os membros coordenados não pode ser invertida (veja-se o contraste entre (83) e (79)); (b) o sujeito do primeiro membro coordenado pode fixar a referência do sujeito omissa do segundo membro coordenado mas o inverso não se verifica (veja-se o contraste entre (84a) e (84b)):

(83) (a) ***E** a Maria ficou em casa, o João foi ao cinema.

(b) ***Mas** a Maria ficou em casa, o João foi ao cinema.

(c) ***Ou** a Maria fica inconsolável, o João vai à festa.

(d) ***Portanto** a Maria ficou contente, o João foi à festa.

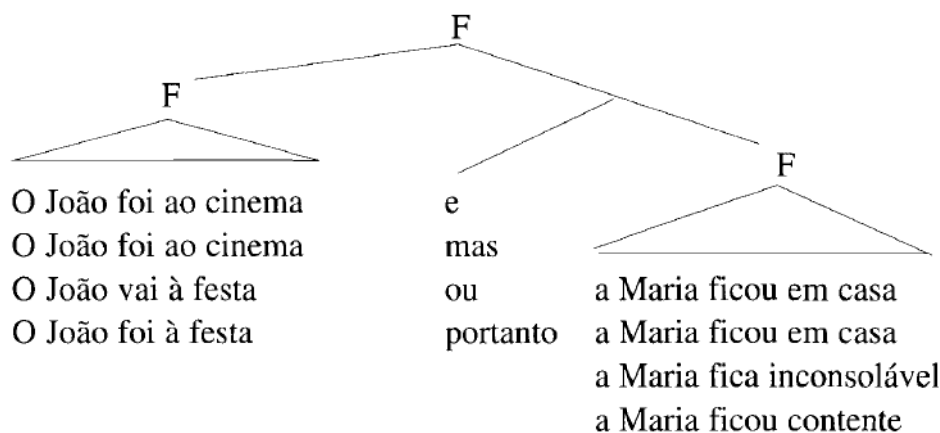
(84) (a) [O João]_i foi ao teatro, mas [-]_i não gostou da peça¹⁹.

(b) *[-]_i foi ao teatro, mas [o João]_i não gostou da peça.

Esta assimetria sugere a seguinte representação (simplificada) da estrutura da coordenação frásica binária ((85) representa a estrutura dos exemplos (79)):

¹⁹ Por convenção, a identidade referencial entre duas expressões assinala-se atribuindo a ambas o mesmo índice referencial (utilizam-se para o efeito as letras *i*, *j*, *k* apostas como subscritos às duas expressões). Inversamente, se duas expressões não têm o mesmo referente, atribui-se-lhes índices referenciais diferentes — por exemplo: [O João]_i, feriu-[o]_j, com a lâmina de barbear, [Ele]_j, quer que [o João]_i, vá à festa.

(85)



A interpretação que atribuímos a frases com coordenação múltipla como as exemplificadas em (86) baseia-se igualmente na estrutura sintáctica assimétrica das frases coordenadas:

(86) (a) O João telefonou e a Maria mandou um fax, mas tu não lhes respondeste.

(b) Convidaram-nos para a festa, mas nem a Maria pode ir nem o Pedro está cá nesse dia.

Em (86a), a oração adversativa opõe-se à frase complexa formada pelos dois membros coordenados aditivamente (cf. (87a)); por sua vez em (86b), o primeiro membro opõe-se ao segundo membro adversativo, que contém uma frase complexa formada por coordenação copulativa (cf. (87b)):

(87) (a) [[[O João telefonou]1º membro do 1º membro coord [e a Maria mandou um fax] 2º membro do 1º membro coord]1º membro coord, [mas tu não lhes respondeste]2º membro coord]

(b) [[Convidaram-nos para a festa]1º membro coord, [mas [nem a Maria pode ir]1º membro do 2º membro coord [nem o Pedro está cá nesse dia]2º membro do 2º membro coord]2º membro coord]

Note-se ainda que é possível coordenar orações subordinadas, como o mostram os exemplos (88):

(88) (a) O João disse [[que a Maria trazia bebidas] [e que o Pedro se encarregava das sobremesas]].

(b) O livro [[que comprei] [mas que ainda não li]] está em cima da mesa.

(c) [[Embora seja tarde] [e ainda que todos estejamos cansados]], temos de acabar o trabalho.

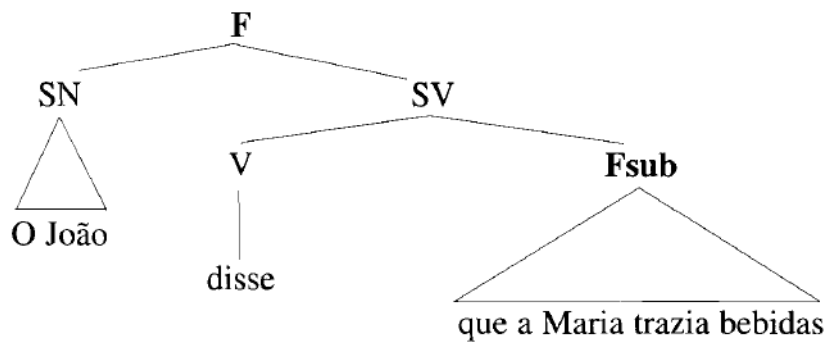
Em (88a) está exemplificada uma coordenação de subordinadas completivas (ver adiante), em (88b) uma coordenação de subordinadas relativas e em (88c) uma coordenação de subordinadas concessivas.

Um segundo processo de formação de frases complexas é a **subordinação**. O que caracteriza as estruturas subordinadas é o facto de se tratar de estruturas de **encaixe** — i.e., a subordinada é um constituinte, essencial ou acessório, de toda a frase superior. Assim, frases como (89) têm a representação muito simplificada apresentada em (90):

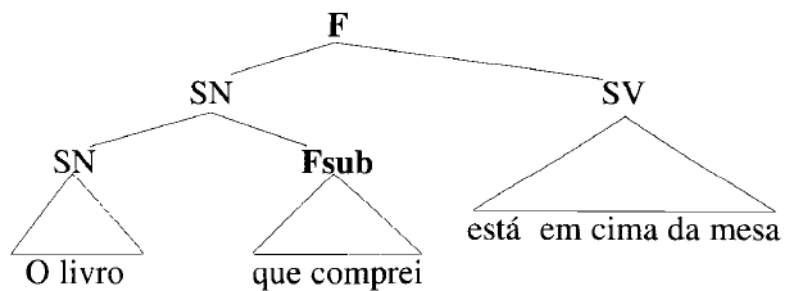
(89) (a) [O João disse [F_{sub} que a Maria trazia bebidas]].

(b) [O livro [F_{sub} que comprei] está em cima da mesa].

(90) (a)



(b)



Repare-se que, contrariamente ao que afirma a tradição gramatical luso-brasileira, na frase (89a), a expressão *O João disse* não constitui uma oração (principal ou subordinante, consoante os autores), uma vez que falta ao verbo o seu argumento interno com a relação gramatical de objecto directo. Do mesmo modo, em (89b), *o livro está em cima da mesa* não constitui uma oração, uma vez que estamos a eliminar da combinação de palavras uma expressão (a subordinada relativa *que comprei*) que faz parte do constituinte com a relação gramatical de sujeito. Assim, e como as representações (90) mostram, deveremos neste caso utilizar o termo **frase superior**²⁰ ou **frase total**²¹ para referir toda a frase complexa e **frase** (ou **oração**) **subordinada** para referir a unidade frásica que é constituinte da frase total.

²⁰ Outros termos que os linguistas utilizam são **frase mais alta** e **frase-matriz**.

²¹ O gramático português Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816) utiliza este termo na sua *Grammatica Philosophica*.

As frases subordinadas podem ocupar posições de tipo diferente nas frases superiores de que fazem parte. Quando ocupam posições destinadas a argumentos, i.e, posições ocupadas tipicamente por expressões nominais, denominam-se **substantivas**. Assim, as subordinadas substantivas ora se encontram na posição reservada ao argumento externo (têm, neste caso, a relação gramatical de sujeito — cf. (91)), ora na posição reservada ao argu-

mento interno não preposicionado (caso em que desempenham a função de objecto directo — cf. (92)), ora nas posições reservadas a argumentos internos preposicionados (tendo, neste caso, uma relação gramatical oblíqua — cf. (93)):

(91) (a) [_F [_{Fsub} Que ele não nos tenha cumprimentado] surpreende-me].

(b) [_F É verdade [_{Fsub} que ele não colaborou no trabalho]].

(c) [_F É possível [_{Fsub} que ele venha à festa]].

(92) (a) [_F Ela sabe [_{Fsub} que me pode telefonar]].

(b) [_F Lamento [_{Fsub} que ele não venha à festa]].

(c) [_F Quero [_{Fsub} que supervises o trabalho dos estagiários]].

(93) (a) [_F Ele responsabilizou-se por [_{Fsub} terminar o relatório]].

(b) [_F Agrada-me a proposta de [_{Fsub} que ele venha trabalhar connosco]].

(c) [_F A Maria sente-se orgulhosa por [_{Fsub} os seus alunos terem sido premiados]].

Uma vez que são argumentos de verbos, nomes e adjectivos da frase superior (por outras palavras, visto que são seleccionadas por itens lexicais da frase superior), este tipo de frases subordinadas denominam-se **completivas** ou **integrantes**. Consoante a categoria sintáctica a que pertence o item que selecciona a completiva, esta recebe a designação de **completiva de verbo** (vejam-se (92) e os exemplos (a) de (91) e (93)), **completiva de nome** (vejam-se os exemplos (b) de (91) e (93)) e **completiva de adjectivo** (vejam-se os exemplos (c) de (91) e (93)).

A relação de dependência sintáctica entre uma subordinada completiva e o item da frase superior que a selecciona como argumento concretiza-se de várias maneiras. Em primeiro lugar, o modo da completiva depende da subclasse a que pertence o verbo, nome ou adjectivo que a selecciona. Assim, e exemplificando exclusivamente com completivas de verbo, verbos das subclases dos declarativos (como *afirmar*, *dizer*) e epistémicos (como *pensar* ou *saber*) exigem que ocorra na completiva modo indicativo²²; pelo contrário, verbos das subclases dos psicológicos (como *surpreender* ou *lamentar*) e dos volitivos e optativos (como *querer* ou *desejar*) exigem modo conjuntivo na completiva que seleccionam — veja-se o contraste entre (91a)-(92) e (94)):

²² Na realidade os factos são mais complexos. Factores como a presença da negação podem legitimar a presença do conjuntivo em completivas seleccionadas por estas subclases de verbos. Para mais informação sobre este assunto consulte-se Mateus, Brito, Duarte & Faria (1989), capítulo 12.

- (94) (a) *_{[F} _{[Fsub} Que ele não nos **tem** cumprimentado] surpreende-me].
 (b) *_{[F} Ela sabe _{[Fsub} que me **possa** telefonar]].
 (c) *_{[F} Lamento _{[Fsub} que ele não **vem** à festa]].
 (d) *_{[F} Quero _{[Fsub} **que supervisas** o trabalho dos estagiários]].

Em segundo lugar, os introdutores de orações completivas dependem de novo da subclasse a que pertence o verbo que as selecciona. Assim, enquanto a generalidade das completivas finitas é introduzida por *que* (tradicionalmente classificado como conjunção subordinativa integrante e a que os linguistas chamam **complementador**), as completivas finitas seleccionadas por verbos que exigem ou admitem interrogativas indirectas (veja-se, respectivamente, (95a) e (95b)) são introduzidas pelo complementador *se* (também classificado tradicionalmente como conjunção subordinativa integrante):

- (95) (a) _{[F} O João perguntou à Maria _{[Fsub} **se** ela vinha à festa]].
 (b) _{[F} O João não sabe _{[Fsub} **se** a Maria vem à festa]].

Por seu lado, as completivas não finitas, i.e., cujo verbo ocorre no infinitivo (flexionado ou não flexionado) são em geral introduzidas por um elemento subordinador sem realização lexical (vejam-se os exemplos (96)):

- (96) (a) _{[F} O João afirmou _{[Fsub} **Ø terem** sido expulsos os espões]].
 (b) _{[F} Os miúdos pretendem _{[Fsub} **Ø [-] ir** à Expo no fim de semana]].

Mas as completivas infinitivas objecto de verbos da subclasse dos declarativos de ordem são introduzidas pelo subordinador *para* (veja-se (97))²³:

- (97) (a) _{[F} O João disse à Maria _{[Fsub} **para ela vir** à festa]].
 (b) _{[F} Os miúdos pediram aos pais _{[Fsub} **para [-] irem** a um campo de férias]].

Como já foi referido atrás, as orações subordinadas completivas podem ser identificadas através de testes de substituição. As completivas com a função sintáctica de sujeito podem ser substituídas pelo pronome demonstrativo invariável *isso* em posição pré-verbal (cf. (98)); as completivas com a função de objecto directo podem ser substituídas pelos pronomes demonstrativos *isso* e *-o* (cf. (99)); as completivas que funcionam como complementos preposicionados de verbos e adjectivos podem ser substituídas pelo pronome demonstrativo *isso* precedido da preposição relevante (cf. (100a, c)); as completivas que funcionam como complementos preposicionados de nomes podem ser substituídas pelo determinante demonstrativo variável *esse* precedendo o nome que selecciona a completiva (cf. (100b)):

²³ Repare-se que *para*, neste contexto, não é uma preposição mas uma conjunção subordinativa, uma vez que, quando a completiva é finita, em vez de *para que* ocorre apenas *que*: *O João disse à Maria que viesse à festa*.

- (98) (a) **Isso** surpreende-me. (cf. (91a))
(b) **Isso** é verdade. (cf. (91b))
(c) **Isso** é possível. (cf. (91c))
- (99) (a) O João sabe **isso**/O João sabe-**o**. (cf. (92a))
(b) Lamento **isso**/Lamento-**o**. (cf. (92b))
(c) Quero **isso**/ Quero-**o**. (cf. (92c))
(d) O João perguntou **isso** à Maria/O João perguntou-**o** à Maria. (cf. (95a))
(e) O João disse **isso** à Maria/O João disse-**o** à Maria (cf. (97a))
- (100) (a) Ele responsabilizou-se por **isso**. (cf. (93a))
(b) Agrada-me **essa** proposta. (cf. (93b))
(c) A Maria sente-se orgulhosa por **isso**. (cf. (93c))

Também um subtipo de orações relativas se qualifica como substantivas — as chamadas **relativas sem antecedente expresso** ou **livres**, que as frases (101) exemplificam:

- (101) (a) [_F [_{Frel} Quem vai ao mar] perde o lugar].
(b) [_F O João odeia [_{Frel} o que o faz pensar]].
(c) [_F O João vende o quadro [_{Frel} a quem fizer a oferta mais alta]].
(d) [_F Jantámos ontem [_{Frel} onde vocês fizeram a festa de anos]].

Este tipo de relativas, muito frequente em provérbios, ocorre em posições típicas de expressões nominais quando são utilizadas as formas *quem* e *o que* (posição de sujeito, como acontece em (101a), de objecto directo, como acontece em (101b), de objecto indirecto, como acontece em (101c)) e em posições típicas de expressões preposicionais, quando ocorre a forma *onde* (veja-se (101d)). Encontram-se excluídos das orações relativas livres os pronomes relativos *que*, *cujo* e *o qual*.

O quadro abaixo apresenta a tipologia das orações subordinadas substantivas:

Quadro II – Subordinação Substantiva

TIPO DE SUBSTANTIVA	ITEM DA FRASE SUPERIOR QUE A SELECIONA	FUNÇÃO SINTÁCTICA DA SUBSTANTIVA
COMPLETIVA	Verbo	Sujeito
		Objecto directo
		Oblíqua (complemento preposicionado)
	Nome	Sujeito
		Oblíqua (complemento preposicionado)
	Adjectivo	Sujeito
Oblíqua (complemento preposicionado)		
RELATIVA LIVRE		Sujeito
		Objecto directo
		Objecto Indirecto
		Oblíqua (complemento preposicionado)
		Oblíqua (adjunto)

A subordinação **adjectiva** é um processo de formação de frases complexas em que a frase encaixada ocupa posições típicas de adjectivos. As subordinadas com esta propriedade são as **relativas com antecedente expresso**, que as frases (102) ilustram;

- (102) (a) [_{SN} Os miúdos [_{Frel} que acabaram o trabalho]] estão a brincar no recreio.
- (b) [_{SN} O livro [_{Frel} que comprei ontem]] foi muito caro.
- (c) [_{SN} O amigo [_{Frel} a quem oferecemos o CD com a banda sonora do Shine]] adorou a prenda.
- (d) [_{SN} A conferência [_{Frel} a que fui assistir ontem]] teve lugar na Aula Magna da Reitoria.
- (e) [_{SN} O autor [_{Frel} cujo último romance foi um êxito]] passa férias nas Galápagos.

As orações relativas com antecedente expresso são constituintes de um SN e ocupam nele posições típicas de adjectivos atributivos — compare-se (102) com (103):

- (103) (a) [SN Os miúdos **mais rápidos**] estão a brincar no recreio.
(b) [SN O livro **técnico**] foi muito caro.
(c) [SN O amigo **homenageado**] adorou a prenda.
(d) [SN A conferência **interessante**] teve lugar na Aula Magna da Reitoria.
(e) [SN O autor **famoso**] passa férias nas Galápagos.

Em todas as orações relativas (quer livres, quer com antecedente expresso), ocorre um pronome relativo (ou uma expressão contendo um elemento relativo), *que*, por ser uma palavra-Q, é atraído para a posição inicial da oração subordinada. Tal palavra ou expressão-Q desempenha uma função sintáctica no interior da oração relativa; por outras palavras, nos exemplos (104), reconstituimos o pronome relativo como associado, respectivamente, à posição de sujeito, de objecto directo, de objecto indirecto e a posições de complemento preposicionado ou adjunto do verbo ou do nome:

- (104) (a) [SN Os miúdos [_{Frel} **que** [-] acabaram o trabalho]] estão a brincar no recreio.
(b) [SN O livro [_{Frel} **que** comprei [-] ontem]] foi muito caro.
(c) [SN O amigo [_{Frel} **a quem** oferecemos o CD com a banda sonora do Shine [-]]] adorou a prenda.
(d) [SN A conferência [_{Frel} **a que** fui assistir [-] ontem]] teve lugar na Aula Magna da Reitoria.
(e) [SN O autor [_{Frel} [**cujo** último romance [-]] foi um êxito]] passa férias nas Galápagos.

Ao caracterizar uma oração relativa com antecedente expresso, é necessário identificar a expressão que fixa o valor referencial do pronome relativo, i.e., o seu **antecedente**. Nos exemplos (96), tal expressão é, respectivamente, *os miúdos*, *o livro*, *o amigo*, *a conferência*, *o autor*. A relação entre o antecedente e o pronome relativo é usualmente representada atribuindo o mesmo índice referencial a ambos:

- (105) (a) [_{SN} [Os miúdos]_i [_{Frel} **que**_i acabaram o trabalho]] estão a brincar no recreio.
- (b) [_{SN} [O livro]_i [_{Frel} **que**_i comprei ontem]] foi muito caro.
- (c) [_{SN} [O amigo]_i [_{Frel} **a quem**_i oferecemos o CD com a banda sonora do Shine]] adorou a prenda.
- (d) [_{SN} [A conferência]_i [_{Frel} **a que**_i fui assistir ontem]] teve lugar na Aula Magna da Reitoria.
- (e) [_{SN} [O autor]_i [_{Frel} [**cuj**_i + o último romance] foi um êxito]] passa férias nas Galápagos.

Em Português e nas restantes línguas românicas, a oração relativa ocorre adjacente à direita ao seu antecedente: ou seja, entre o antecedente e a oração relativa não pode ocorrer outro material lexical²⁴.

²⁴ Esta não é uma propriedade universal das relativas. Em Inglês, por exemplo, podem ocorrer relativas extrapostas: compare-se [[A boy]_i *who*_i *was crying*] *entered the room* ([[um miúdo]_i *que*_i *estava a chorar*] *entrou na sala*) com [A boy]_i *entered the room* [*who*_i *was crying*] (*[um miúdo]_i *entrou na sala* [*que*_i *estava a chorar*]).

As orações relativas adjectivas consideradas até aqui restringem a referência do seu antecedente: por outras palavras, em (105a), o SV *estão a brincar no recreio* não é predicado acerca de *os miúdos* em geral mas apenas acerca de *os miúdos que acabaram o trabalho*. Às relativas com esta propriedade chama-se relativas **restritivas** (ou **determinativas** ou **não apositivas**), uma vez que funcionam como modificadores restritivos.

Mas existem igualmente relativas adjectivas que não contribuem para restringir a referência dos respectivos antecedentes, como os exemplos (106) mostram:

- (106) (a) [_{SN} [As abelhas]_i, [_{Frel} **que**_i são insectos]], fabricam mel.
- (b) [_{SN} [Lisboa]_i, [_{Frel} **que**_i é a capital de Portugal]], situa-se na margem direita do Tejo.
- (c) [_{SN} [O meu irmão]_i, [_{Frel} **que**_i é escultor]], vive em Nova Iorque.

Nos exemplos (106), as expressões verbais *fabricam mel*, *que é a capital de Portugal* e *vive em Nova Iorque* são predicadas acerca dos antecedentes *as abelhas*, *Lisboa* e *o meu irmão*: neste caso, as orações relativas constituem uma espécie de parêntesis que contém informação adicional sobre o antecedente. As relativas que se comportam como as exemplificadas em (106) denominam-se **apositivas** ou **explicativas**, uma vez que funcionam como modificadores apositivos.

Jerónimo Soares Barbosa fazia já esta distinção entre relativas restritivas e apositivas, quando afirmava acerca da forma *que*, que classificava como «demonstrativo conjuntivo» (i.e., como demonstrativo que servia para ligar orações):

Quando elle [=que] liga as orações incidentes [=relativas], umas vezes é **explicativo**, se o que afirma a oração incidente se acha já incluído na idéa do sujeito ou do predicado da oração principal, e o *que*, por conseguinte, se pode mudar na causal *porque*: outras vezes **restrictivo**, se o que a proposição incidente afirma é um accessorio novo, e não comprehendido nos termos da oração principal; [...].

[*Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*. 1.ª edição póstuma: 1822. 7.ª edição. Lisboa: Academia Real das Sciencias. P. 117].

Existe um subtipo interessante de relativa adjectiva, que as frases (107) exemplificam:

(107)(a) [O João não veio à festa]_i, [_{SN} [facto]_i] [_{Frel} que_i aborreceu a Maria]].

(b) [A Maria esteve calada o tempo todo]_i, [_{SN} [coisa]_i] [_{Frel} que_i surpreendeu toda a gente]].

Nas frases (107), a oração relativa tem como antecedente os nomes *facto* e *coisa*²⁵ e tem uma interpretação restritiva relativamente a esse antecedente. No entanto, tal antecedente retoma anaforicamente a frase anterior e todo o SN contendo o antecedente e a relativa está em aposição a tal frase. Embora impropriamente, estas relativas costumam ser classificadas como apositivas, com antecedente frásico.

Todas as relativas aqui exemplificadas se iniciam por um pronome relativo (ou uma expressão contendo uma forma relativa) que, por se tratar de uma palavra-Q, é atraído para a posição inicial da oração, existindo internamente à oração relativa uma lacuna na posição correspondente à função sintáctica desempenhada pela expressão relativa. Esta forma de construir orações relativas corresponde à estratégia **canónica** de formação de relativas em Português e, de uma forma geral, esta é a única estratégia referida nas gramáticas. Contudo, no Português europeu padrão oral e em variantes não standardizadas do Português europeu, são utilizadas duas outras estratégias de formação de relativas, exemplificadas em (108) e (109):

(108) (a) (?)Ele ofereceu-me [[as flores] [_{Frel} que eu gosto mais]].

(b) (?)Não consegui [[a informação] [_{Frel} que preciso]].

(109) (a) *O João não conhece [[o restaurante] [_{Frel} que nós jantámos lá ontem]].

(b) *[[O amigo] [_{Frel} que eu lhe ofereci um CD autografado]] ficou todo contente.

A estratégia ilustrada pelos exemplos (108), denominada **cortadora**²⁶, consiste em iniciar a oração relativa com a forma invariável *que* e em suprimir uma preposição exigida pelo verbo, deixando uma lacuna na posição relevante da oração relativa (compare-se *que eu gosto mais* com *de que eu gosto*

²⁵ Outros antecedentes possíveis deste subtipo de relativas são *coisa essu, facto esse*.

²⁶ O primeiro estudo sobre relativas do Português formadas através de estratégias alternativas à estratégia canónica deve-se ao linguista brasileiro Fernando Tarallo, precocemente desaparecido, na sua tese de doutoramento intitulada *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese* (1983).

mais e que preciso com de que preciso). Nos exemplos (109) utiliza-se a estratégia denominada **resumptiva**, que consiste em iniciar a oração relativa pela forma invariável *que* e em deixar na posição em que habitualmente ocorre a lacuna um pronome ou um advérbio (compare-se *que nós jantámos lá ontem com onde nós jantámos ontem e que eu lhe dei um CD autografado com a quem eu dei um CD autografado*). Os falantes do Português europeu reagem melhor a exemplos como (108) (muitos de vós e eu própria utilizamos a estratégia cortadora na conversa informal) do que a exemplos como (109), característicos de variantes não padrão do Português europeu, e muito frequentes no Português do Brasil e de Moçambique.

A subordinação **adverbial** é um processo de formação de frases complexas em que a frase encaixada ocupa posições típicas de expressões adverbiais. Assim, as orações subordinadas adverbiais ocorrem geralmente à esquerda ou à direita da frase superior (veja-se (110)) e a sua substituição por expressões adverbiais origina frases gramaticais (veja-se (111)):

- (110) (a) [[_{Fsub} Quando chegar a casa], tomo um duche frio].
 (b) [[_{Fsub} Se tiveres dúvidas sobre o trabalho], podes telefonar-me].
 (c) [O João está triste, [_{Fsub} porque a Maria não lhe deu os parabéns]].
 (d) [Ele vem à conferência, [_{Fsub} embora chegue atrasado]].
- (111) (a) **Depois** tomo um duche frio.
 (b) **Com certeza** podes telefonar-me.
 (c) O João está triste **lá longe**.
 (d) Ele vem à conferência **logo**.

Contrariamente ao que verificámos que acontecia com a coordenação, a subordinada adverbial tanto pode preceder como seguir-se ao restante material da frase superior, sem que tal facto origine a agramaticalidade da frase complexa (comparem-se os exemplos (110) com os (112)):

- (112) (a) [Tomo um duche frio [_{Fsub} quando chegar a casa]].
 (b) [Podes telefonar-me [_{Fsub} se tiveres dúvidas sobre o trabalho]].
 (c) [[_{Fsub} Porque a Maria não lhe deu os parabéns], o João está triste].
 (d) [[_{Fsub} Embora chegue atrasado], ele vem à conferência].

As subordinadas adverbiais são introduzidas por conjunções (ou locuções conjuncionais) subordinativas, que a tradição gramatical luso-brasileira classifica com base na interpretação que atribuímos à subordinada que introduzem.

Tal como as subordinadas completivas, também as adverbiais podem ser finitas (com o verbo no indicativo (cf. (112c)) ou no conjuntivo (cf.

(112a,b,d)) ou não finitas; neste último caso, as orações adverbiais podem ser infinitivas (cf. (113)), participiais (cf. (114)) ou gerundivas (cf. (115)), consoante o verbo se encontra no infinitivo (flexionado ou não flexionado), no particípio passado ou no gerúndio:

(113) (a) [Ele saiu _[Fsub] para levar os miúdos à Expo].

(b) [O João está triste _[Fsub] por não o terem convidado para a festa]

(114) (a) [_[Fsub] Acabada a reunião], fomos todos jantar].

(b) [_[Fsub] Uma vez corrigidos os testes], o professor afixou imediatamente as pautas].

(115) (a) [_[Fsub] Estando mal preparado para o exame], o meu amigo repro-
vou].

(b) [_[Fsub] Em sendo oito horas], vou para casa].

O modo verbal das subordinadas adverbiais depende da conjunção ou locução conjuncional que as introduz, como se pode ver no quadro abaixo, que apresenta a tipologia dos introdutores de orações adverbiais finitas e não finitas mais frequentes no Português europeu contemporâneo²⁷:

²⁷ Ver BECHARA 1983: 161-
-165.

Quadro III – Introdutores de Orações Adverbiais

	ADVERBIAIS	FINITAS	ADVERBIAIS NÃO FINITAS
	INDICATIVO	CONJUNTIVO	
CAUSAIS	<i>porque, como, que; visto que, uma vez que, dado que</i>		<i>dado/visto+infinitivo ø+gerúndio ø+part. passado</i>
CONDICIONAIS		<i>se, caso; desde que</i>	<i>a+infinitivo</i>
CONCESSIVAS		<i>embora; ainda que, se bem que</i>	<i>apesar de+infinitivo</i>
CONFORMATIVAS	<i>como, conforme, segundo</i>		
FINAIS		<i>para que</i>	<i>para/a fim de+infinitivo</i>
MODAIS		<i>sem que</i>	<i>sem+infinitivo</i>
PROPORCIONAIS	<i>à medida que, ao passo que</i>		
TEMPORAIS	<i>quando, mal, enquanto; assim que, logo que</i> ²⁸	<i>quando, mal, enquanto; assim que, logo que, antes que</i>	<i>antes/de/depois de+infinitivo ø/em+ gerúndio ø/uma vez+part.passado</i>

²⁸ Estas conjunções e locuções conjuncionais seleccionam indicativo com tempo passado e presente; seleccionam conjuntivo com tempo futuro, que pode ser expresso quer pelo presente quer pelo futuro do conjuntivo.

Há dois tipos de frases encaixadas **que** a tradição gramatical luso-brasileiro inclui na subordinação adverbial, mas **que** apresentam propriedades comuns com a subordinação substantiva: as **comparativas** e as **consecutivas**, exemplificadas, respectivamente, em (116) e (117):

(116) (a) Ele é **tão** simpático [_{Fsub} **como** eu esperava (que fosse)].

(b) Às vezes é **mais** perigoso mentir [_{Fsub} (**do**) **que** dizer verdade].

(117) (a) O João fala **tanto** [_{Fsub} **que** toda a gente fica farta].

(b) Há **tão** poucos médicos nesse hospital [_{Fsub} **que** encerraram três serviços].

As frases comparativas exprimem um termo de uma comparação, enquanto as consecutivas exprimem um efeito ou uma consequência do elevado grau de uma propriedade expressa na frase superior. Contudo, estas orações não ocorrem em posições típicas de adverbiais — por exemplo, não podem preceder o restante material da frase superior mantendo a mesma interpretação, como o mostra o contraste entre (116)-(117) e (118):

(118) (a) * [_{Fsub} **Como** eu esperava (que fosse)] ele é **tão** simpático.

(b) * [_{Fsub} (**Do**) que dizer verdade] às vezes é **mais** perigoso mentir.

(c) * [_{Fsub} **Que** toda a gente fica farta] o João fala **tanto**.

(d) * [_{Fsub} **Que** encerraram três serviços] há **tão** poucos médicos nesse hospital.

Além disso, a ocorrência destes dois tipos de subordinadas depende da presença de certos itens na frase superior — concretamente, de expressões que exprimem o grau, como o mostra o contraste entre (116)-(117) e (119), o que as aproxima das subordinadas completivas, também elas seleccionadas por um item da frase superior:

(119) (a) *Ele é simpático [_{Fsub} **como** eu esperava (que fosse)]²⁹.

(b) *Às vezes é perigoso mentir [_{Fsub} (**do**) **que** dizer verdade].

(c) *O João fala [_{Fsub} **que** toda a gente fica farta].

(d) *Há poucos médicos nesse hospital [_{Fsub} **que** encerraram três serviços].

²⁹ Agramatical na interpretação aqui relevante, aquela em que a subordinada é consecutiva.

Sumário:

Em síntese:

- as palavras combinam-se para formar frases simples (= orações), i.e., domínios de predicção dotados de tempo gramatical;
- em função das atitudes proposicionais que exprimem, as frases podem ser declarativas, interrogativas, imperativas ou exclamativas;
- existem essencialmente dois processos de construção de frases complexas: a coordenação e a subordinação;
- consoante o número de membros coordenados, a coordenação pode ser binária ou múltipla; consoante o tipo de conectores utilizados, a coordenação pode ser sindética (os conectores são conjunções coordenativas simples ou correlativas) ou assindética;
- as frases coordenadas são estruturalmente assimétricas: a ordem linear entre os membros coordenados não pode ser alterada; só o sujeito do primeiro membro coordenado pode fixar a referência do sujeito nulo dos restantes membros coordenados; qualquer membro de uma coordenação pode ser coordenado a outro membro formado ele próprio por coordenação;
- o processo de subordinação consiste em encaixar uma frase noutra frase superior, i.e., a oração subordinada é um constituinte, essencial ou acessório, da frase superior;
- consoante o tipo de posição ocupada pela frase subordinada, a subordinação denomina-se substantiva (a frase subordinada ocupa posições típicas de expressões nominais), adjectiva (a frase subordinada ocupa posições típicas de expressões adjectivais) ou adverbial (a frase subordinada ocupa posições típicas de expressões adverbiais);
- as subordinadas completivas e as relativas livres são instâncias de subordinação substantiva;
- as subordinadas completivas são sempre seleccionadas por um item da frase superior (um verbo, um nome ou um adjectivo) e, consoante as propriedades de selecção desse item, desempenham na frase superior funções sintácticas de sujeito, objecto directo ou oblíquas (complementos preposicionados);

- a dependência sintáctica entre as completivas e o item lexical que as selecciona concretiza-se em particular no modo da completiva (indicativo *vs* conjuntivo) e no introdutor da completiva (*que vs se; Ø vs para*);
- as relativas com antecedente expresso são instâncias de subordinação adjectiva e, consoante funcionam como modificadores restritivos ou apositivos, denominam-se restritivas ou apositivas;
- em Português europeu, este tipo de frases subordinadas contém sempre um antecedente, adjacente à esquerda à frase relativa, e, em posição inicial da subordinada, um pronome relativo (ou uma expressão contendo um pronome relativo), associado a uma lacuna no interior da subordinada (relativas canónicas);
- paralelamente às relativas adjectivas canónicas, ocorrem em várias variedades do Português relativas cortadoras e resumptivas;
- as subordinadas adverbiais são instâncias de subordinação adverbial; este tipo de subordinadas pode ocorrer em posição inicial ou final da frase superior;
- nas subordinadas adverbiais finitas, o modo (indicativo *vs* conjuntivo) é seleccionado pela conjunção ou locução conjuncional subordinativa que introduz a oração; as subordinadas adverbiais não finitas classificam-se em participiais, infinitivas e gerundivas, consoante o verbo se encontra no participípio passado, no infinitivo (flexionado ou não flexionado) e no gerúndio;
- as subordinadas comparativas e consecutivas, classificadas como adverbiais pela tradução gramatical luso-brasileira, não partilham propriedades típicas deste tipo de subordinadas e apresentam propriedades que as aproximam das subordinadas completivas.

Actividades: p. 189 e ss.

Leituras complementares

DUARTE, I. & A. M. BRITO

- 1996 «Sintaxe». In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Pp. 247-303.

FROMKIN, V. & R. RODMAN

- 1998 *An Introduction to Language*. 6ª edição. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers. Pp. 106-133.

PERES, J. A. & T. MÓIA

- 1995 *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Cap. 2.

Actividades

Intuições sobre a estrutura das combinações de palavras

A.

1. Represente, através de uma caixa de Hockett, a estrutura das frases (1)-(3):
 - (1) Os meninos dos quatro anos comeram gelatina.
 - (2) O Pedro comeu gelatina.
 - (3) Eles comeram gelatina.
2. Utilizando testes de identificação de constituintes, prove que as expressões a negro nas frases abaixo são constituintes principais:
 - (4) O Ali Bá Bá **descobriu o tesouro dos quarenta ladrões**.
 - (5) O Ali Bá Bá descobriu **o tesouro dos quarenta ladrões**.
 - (6) O Sigurd vive **na cidade mais setentrional da Europa**.
3. As frases abaixo são estruturalmente ambíguas. Indique a parte relevante da estrutura sintáctica subjacente a cada uma das interpretações que lhes atribuímos.
 - (7) Portugal importa presunto de Espanha.
 - (8) Vêem-se no céu estrelas e planetas brilhantes.

B.

(5-6 anos)

1. Ouve com atenção as frases que eu vou dizer:
 - (1) Os meninos dos quatro anos comeram gelatina.
Pergunta: Quais são os dois bocados mais importantes da frase?
 - (2) O Pedro comeu gelatina.
Pergunta: Quais são os dois bocados mais importantes da frase?
 - (3) Eles comeram gelatina.
Pergunta: Quais são os dois bocados mais importantes da frase?

2. Ouve com atenção as frases que eu vou dizer:

(1) Os meninos dos quatro anos comeram gelatina.

Pergunta: Quem comeu a gelatina?

(2) O Pedro comeu gelatina.

Pergunta: Quem comeu a gelatina?

(3) Eles comeram gelatina.

Pergunta: Quem comeu a gelatina?

3. Ouve com atenção as frases que eu vou dizer:

(4) A Branca de Neve comeu uma maçã envenenada.

Pergunta: O que é que a Branca de Neve fez?

(5) O Ali Bá Bá descobriu o tesouro dos quarenta ladrões.

Pergunta: O que é que o Ali Bá Bá fez?

(6) O Lobo Mau enganou o Capuchinho Vermelho.

Pergunta: O que é que o Lobo Mau fez?

(1º ciclo)

4. Lê as frases (1), (2), (3):

(1) Os meninos dos quatro anos comeram gelatina.

(2) O Pedro comeu gelatina.

(3) Eles comeram gelatina.

4.1 Divide-as nas suas duas partes mais importantes.

4.2 Escreve cada uma delas no quadro abaixo:

(1)		
(2)		
(3)		

5. Considera as expressões que estão debaixo de A e as que estão debaixo de B:

A	B
molhou a fralda	o avião a jacto
já aterrou	o meu amigo Pedro
trabalha num hospital	o bebé
comeu um pacote de pipocas	o meu pai

5.1 Combina cada expressão de A com uma expressão de B, de modo a fazeres uma frase.

5.2 Escreve no quadro abaixo cada frase que fizeste, dividida nas suas duas partes mais importantes.

(1)		
(2)		
(3)		
(4)		

6. Lê a seguinte frase:

(4) Os ladrões roubaram a arma secreta.

Se quiseres dividir a frase nas suas duas partes mais importantes, o resultado é:

(4)	Os ladrões	roubaram a arma secreta
-----	------------	--------------------------------

Repara agora na parte a negro. Se tentares dividi-la nas suas duas partes mais importantes, o resultado é:

(4)	Os ladrões	roubaram	a arma secreta
-----	------------	-----------------	-----------------------

6.1 Faz a mesma coisa para as frases (5), (6), (7) e (8):

(5) Os meninos telefonaram aos amigos.

(6) O pirata enterrou o tesouro roubado.

(7) Os ursos entraram numa gruta enorme.

(8) As focas brincaram com a minha bola.

(5)		

(6)				

(7)				

(8)				

7. Lê a seguinte frase:

(9) O pai guardou o passaporte na secretária.

Se quiseres dividi-la nas suas duas partes mais importantes, o resultado é:

(9)	O pai	guardou o passaporte na secretária
-----	-------	---

Repara agora na parte a negro. Se tentares dividi-la nas suas partes mais importantes, encontras três:

(9)	O pai	guardou	o passaporte	na secretária
-----	-------	----------------	---------------------	----------------------

7.1 Faz a mesma coisa para as frases (10), (11), (12), (13).

(10) O pai levou a bicicleta para o jardim.

(11) A mãe pôs morangos no bolo.

(12) O avô trouxe o meu irmão para casa.

(13) O Pedro ofereceu um camião ao Zé.

(10)				
	O pai			

(11)				
	O pai			

(12)				
	O pai			

(13)				
	O pai			

Tipos de constituintes: categorias sintáticas

A.

1. Mostre que as expressões a negro nas frases abaixo são distribucionalmente equivalentes:
 - (1) **O meu marido** arranjou a torradeira.
 - (2) **Um amigo da minha filha** arranjou a torradeira.
 - (3) **O técnico que eu chamei** arranjou a torradeira.
 - 1.1 Indique o item lexical que é núcleo sintático da expressão a negro.
 - 1.2 Indique a categoria a que pertence tal item lexical.
2. Mostre que as palavras e expressões a negro nas frases abaixo são distribucionalmente equivalentes:
 - (4) O conferencista **gaguejou**.
 - (5) Quando lhe fizeram essa pergunta, o conferencista **começou a gaguejar**.
 - (6) O conferencista **cumprimentou a assistência**.
 - (7) O conferencista **distribuiu o texto da conferência pelo público**.
 - 2.1 As palavras sublinhadas nas frases (4) a (7) pertencem à mesma subclasse? Justifique a sua resposta.
3. Considere o seguinte *corpus*:
 - (8) **Todos** os miúdos comeram gelado.
 - (9) **Todos** esses miúdos comeram gelado.
 - (10) **Todos** eles comeram gelado.
 - (11) ***Todos** miúdos comeram gelado.
 - (12) ***Todos** uns miúdos comeram gelado.
 - 3.1 Indique a distribuição da forma a negro no referido *corpus*.
 - 3.2 Procure outro item lexical do Português com uma distribuição idêntica.
4. Considere o seguinte *corpus*:
 - (13) O João comprou um carro **alto**.
 - (14) O **alto** na perna já está a desaparecer.
 - (15) Ela fala **alto**.

4.1. Usando critérios distribucionais, mostre que as formas a negro não pertencem à mesma categoria sintáctica.

4.2. Indique a categoria sintáctica a que pertence cada uma das formas, justificando a classificação que propõe.

B.

(5-6 anos)

1. Ouve a frase que eu vou dizer:

(1) O **menino** jogou à bola.

Inventa outras frases em que, em vez de *menino*, apareça outra palavra.

2. Ouve a frase que eu vou dizer:

(2) As bolas **vermelhas** estão no recreio.

Inventa outras frases em que, em vez de *vermelhas*, apareça outra palavra.

3. Ouve a frase que eu vou dizer:

(3) O Pedro **tirou** o carrinho ao Zé.

Inventa outras frases em que, em vez de *tirou*, apareça outra palavra.

(1º ciclo)

4. Observa a seguinte frase:

(1) O **menino** jogou à bola.

4.1 Constrói frases novas, substituindo a palavra *menino* por outra palavra:

(1) (a) O _____ jogou à bola.

(b) O _____ jogou à bola.

(c) O _____ jogou à bola.

(d) O _____ jogou à bola.

(e) O _____ jogou à bola.

4.2. Como sabes, à palavra *menino* e às palavras que escreveste em vez de *menino* chama-se **nomes**. Vê se descobres palavras que sejam nomes nas frases (4), (5), (6):

(4) Os tios chegaram hoje.

(5) O professor leu uma história.

(6) O meu pai comprou dois bilhetes para o cinema.

5. Observa a seguinte frase:

(7) A minha mãe comprou um peixe tropical.

5.1 Constrói frases novas, substituindo a palavra *comprou* por outra palavra:

(7) (a) A minha mãe _____ um peixe tropical.

(b) A minha mãe _____ um peixe tropical.

(c) A minha mãe _____ um peixe tropical.

(d) A minha mãe _____ um peixe tropical.

(e) A minha mãe _____ um peixe tropical.

5.2 Como sabes, à palavra *comprou* e às palavras que escreveste em vez de *comprou* chama-se **verbos**. Vê se descobres palavras que sejam verbos nas frases (8), (9), (10):

(8) O Pedro caiu no recreio.

(9) O bebé tem fome.

(10) Todos os meninos fizeram a mesma conta.

6. Observa a seguinte frase:

(11) A minha mãe comprou muitos balões **vermelhos** para a festa.

6.1 Constrói frases novas, substituindo a palavra *vermelhos* por outra palavra:

(11) (a) A minha mãe comprou muitos balões _____ para a festa.

(b) A minha mãe comprou muitos balões _____ para a festa.

(c) A minha mãe comprou muitos balões _____ para a festa.

(d) A minha mãe comprou muitos balões _____ para a festa.

(e) A minha mãe comprou muitos balões _____ para a festa.

6.2 Como sabes, à palavra *vermelhos* e às palavras que escreveste em vez de *vermelhos* chama-se **adjectivos**. Vê se descobres palavras que sejam adjectivos nas frases (12), (13), (14):

(12) O Pedro tem um amigo antipático.

(13) O bebé louro está com sono.

(14) As cadeiras pequeninas são para os meninos dos três anos.

Relações gramaticais e processos de concordância

A.

1. Nas frases abaixo, identifique o constituinte com a função sintáctica de sujeito da frase superior, justificando a sua resposta com os testes relevantes:

(1) Os ingleses que eu conheço falam mal línguas estrangeiras.

(2) A proposta de aumentar a quota foi recusada pela assembleia geral.

(3) Os livros de histórias que encomendei ainda não chegaram.

(4) Agrada-me que tenhas gostado da festa.

(5) É impossível dar-lhe razão.

2. Nas frases abaixo, distinga os complementos preposicionados do verbo dos adjuntos do verbo, justificando a sua resposta com os testes relevantes:

(6) As minhas tias guardavam papéis sem importância num cofre enorme.

(7) O João mora em Lisboa.

(8) Comprámos esse livro no CCB.

3. Nas frases abaixo, identifique o constituinte com a relação gramatical de objecto directo da frase superior, justificando a sua resposta com os testes relevantes:

(9) Compreendo os problemas que essa solução traz.

(10) Disse ao Pedro que lhe telefonaria à noite.

(11) Encontrei um leque de plumas numa velha mala de viagem.

B.

(5-6 anos)

1. As frases que vais ouvir têm um erro. Diz cada frase sem esse erro.
 - (1) *Os menino comeram gelado.
 - (2) *Os meus primo estão a jogar à bola.
 - (3) *Essas pipoca são boas.
2. As frases que vais ouvir têm um erro. Diz cada frase sem esse erro.
 - (4) *Os meninos comeu pipocas.
 - (5) *Nós fazia bonecos com barro.
 - (6) *Os palhaços diz muitos disparates.
3. As frases que vais ouvir têm um erro. Diz cada frase sem esse erro.
 - (7) *A mãe comprou balões vermelho.
 - (8) *O Pedro desenhou uma cara redondo.
 - (9) *A galinha espertalhão enganou a raposa.

(1º ciclo)

4. Observa as frases erradas:
 - (4) *Os meninos comeu pipocas.
 - (5) *Nós fazia bonecos com barro.
 - (6) *Tu disse muitos disparates.
 - (10) *Tu realmente disse muitos disparates.

4.1 Identifica o erro e corrige-o.

4.2 Preenche o seguinte quadro:

	O Sujeito está	O verbo está	O verbo devia estar
(4)	na 3. ^a pessoa no plural	na _____ pessoa no _____	na _____ pessoa no _____
(5)	na 1. ^a pessoa no plural	na _____ pessoa no _____	na _____ pessoa no _____

(6)	na 2. ^a pessoa no singular	na _____ pessoa no _____	na ____ pessoa no ____
(10)	na 2. ^a pessoa no singular	na _____ pessoa no _____	na ____ pessoa no ____

4.3 Depois do que observaste, qual das três regras abaixo achas que temos de aplicar para construir frases correctas em Português:

- A. O verbo concorda em pessoa com o sujeito.
- B. O verbo concorda em número com o sujeito.
- C. O verbo concorda em pessoa e número com a palavra que vem imediatamente antes dele.
- D. O verbo concorda em pessoa e número com o sujeito.

5. Observa as expressões erradas:

- (11) *balões vermelho
- (12) *uma cara redondo
- (13) *as galinhas espertalhão

5.1 Identifica o erro e corrige-o.

5.2 Preenche o seguinte quadro:

	O nome está	O adjectivo está	O adjectivo devia estar
(11)	no masculino no plural	no _____ no _____	no ____ no ____
(12)	no feminino no singular	no _____ no _____	no ____ no ____
(13)	no feminino no plural	no _____ no _____	no ____ no ____

5.3 Depois do que observaste, qual das três regras abaixo achas que temos de aplicar para construir expressões nominais correctas contendo adjectivos em Português:

-
- A. Os adjectivos concordam com o nome em pessoa.
 - B. Os adjectivos concordam com o nome em número.
 - C. Os adjectivos concordam com o nome em género e número.
 - D. Os adjectivos concordam com o nome em género.
6. Todas as expressões nominais que são sujeito de uma frase:
- a) podem ser substituídas pelos pronomes *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, consoante a forma em que o verbo está;
 - b) esse pronome pode ser combinado com o predicado, e o resultado é uma frase correcta.
- 6.1 Aplica este teste para descobrires qual a expressão nominal com a função de sujeito nas frases abaixo:
- (14) O bebé louro partiu a caneca.
 - (15) A mochila do Pedro está suja.
 - (16) Todos os meninos de bibe azul foram para a praia.

Ordem de palavras

A.

1. Justifique a alteração ao padrão básico de ordem de palavras das frases abaixo:
 - (1) O livro **que acabei de ler** é apaixonante.
 - (2) Esse livro, o João comprou-o ontem.
 - (3) O colar de pérolas, encontrou-o um passageiro do metropolitano.
2. Explique as razões da agramaticalidade das seguintes combinações de palavras:
 - (4) *O assassino alegado foi preso.
 - (5) *O João disse que ia ao cinema ao Pedro.
 - (6) *O João encontrado tinha um amigo dos tempos da escola.

B.

(5-6 anos)

3. Ouve estas quatro palavras:

(7) gelado, delicioso, branco, este

(8) com, amigo, meu, o

(9) comido, tinha, gelado, o

3.1. Junta-as de maneira a que façam sentido.

4. Muda o que está mal nestas frases que vais ouvir:

(10) *Os amigos meus andam neste colégio.

(11) *Tenho uma verde mochila.

(12) *Os bebés gelatina amarela comeram.

(1º ciclo)

5. Constrói expressões do Português com as seguintes palavras:

(13) com, amigo, meu, o

(14) cores, de, muito, vivas

(15) crescidas, essas, para, pessoas

(16) estreitas, várias, em, ruas

5.1 Observa as expressões que construiste. Todas elas podem ser divididas em duas partes mais importantes. Faz essa divisão no quadro abaixo:

	?	Expressão nominal
(13)		
(14)		
(15)		
(16)		

5.2 Escreve no sítio do ponto de interrogação o nome da categoria a que pertencem as palavras da coluna 1.

6. Observa as frases seguintes:

(17) O bebé partiu a caneca.

(18) O meu amigo Pedro encontrou uma nota de cem escudos.

(19) A professora comeu uma fatia do meu bolo de anos.

6.1 Identifica o sujeito e o objecto directo de cada uma das frases e escreve-o na coluna certa do quadro abaixo:

	Sujeito	Verbo	Objecto (directo)
(17)		partiu	
(18)		encontrou	
(19)		comeu	

6.2 Troca a ordem entre o verbo e o objecto directo e escreve o resultado no quadro abaixo:

	Sujeito	Objecto (directo)	Verbo
(20)			partiu
(21)			encontrou
(22)			comeu

6.3 (20), (21) e (22) são frases gramaticais?

6.4 Troca agora a ordem entre o sujeito e o verbo e escreve o resultado no quadro abaixo:

	Verbo	Sujeito	Objecto (directo)
(23)	partiu		
(24)	encontrou		
(25)	comeu		

6.5 Ditas sozinhas, (23), (24) e (25) são frases gramaticais?

6.6 Qual é então a ordem segundo a qual aparecem normalmente o sujeito, o verbo e o objecto (directo) nas frases da nossa língua?

Frases simples e frases complexas

A.

1. Considere as seguintes frases complexas:

- (1) O João telefonou, mas eu não falei com ele.
- (2) O João foi ao cinema e a Maria foi ao teatro ou o João foi ao teatro e a Maria foi ao cinema?
- (3) Cheguei, vi, e venci.

1.1 Caracterize o tipo de coordenação presente em cada uma delas.

1.2 Indique, através de uma parentetização, a estrutura sintáctica de cada uma delas (não analise a estrutura interna de cada frase simples).

2. Transcreva e caracterize as frases subordinadas presentes em cada um dos exemplos seguintes:

- (3) Quem tudo quer tudo perde.
- (4) As tentativas de solucionar o conflito têm sido infrutíferas.
- (5) É difícil acreditar nela.
- (6) Ele perguntou se a reunião foi adiada.
- (7) Ele vem à festa se o avião não se atrasar.

2.1 Represente, através de uma parentetização, a estrutura de cada uma das frases complexas acima (não analise a estrutura interna da frase subordinada nem a parte não relevante da estrutura interna da frase superior).

3. Construa exemplos que mostrem que a seguinte afirmação é verdadeira: quando ocorrem «empilhadas» uma relativa restritiva e uma relativa apositiva, a restritiva precede obrigatoriamente a apositiva.

B.

(5-6 anos)

1. Ouve as duas frases que eu vou dizer:

- (1) O bebé queria a chupeta. O pai deu-lhe a chupeta.
- (2) Eu queria ir à praia. Está a chover.
- (3) O Pai Natal deu-me muitos presentes. Fiquei muito contente.

1.1. Junta as duas frases numa frase só.

2. Ouve as frases que eu vou dizer:

(4) Gosto do presente que o pai comprou.

P: O que é que o pai comprou?

(5) O cavalinho foi ter com a menina que trazia uma cenoura.

P: Quem é que trazia uma cenoura?

(6) O cavalinho que o Pedro tem é castanho.

P: O que é que o Pedro tem?

(7) O cão que mordeu o gato é muito grande.

P: Quem é que mordeu o gato?

(1º ciclo)

3. Escolhe a palavra da lista ao lado que permite completar melhor cada uma das frases seguintes:

LISTA DE PALAVRAS

(8) Eu queria ir à praia _____ está a chover. quando

(9) O Pedro está triste _____ caiu da bicicleta. se

(10) Vamos jogar à bola _____ tu quiseres. mas

(11) Adorei o filme _____ vi ontem. porque

(12) O farol apita _____ há nevoeiro. que

4. Junta cada uma das duas frases de maneira a fazeres uma frase só:

(13) Gosto do presente. O pai comprou esse presente.

(14) O cavalinho foi ter com a menina. Essa menina trazia uma cenoura.

(15) O cavalinho é castanho. O Pedro tem esse cavalinho.

(16) O cão é muito grande. Esse cão mordeu o gato.

(17) Gosto do sítio. Fizemos um piquenique nesse sítio.

5. Nas frases abaixo, sublinha a frase mais pequena que está dentro da frase maior:

(18) O Pedro disse que me dava um soco.

(19) O pai prometeu que íamos ao cinema.

(20) É verdade que eu não emprestei a bola ao Pedro.

(21) Não sei se o Pedro me convida para os anos dele.

Sugestões de resolução das actividades propostas

Intuições sobre a estrutura das combinações de palavras

A.

1. Representação ascendente:

(1)	Os	meninos	de	os	quatro	anos	comeram	gelatina
	Os	meninos	de	os	quatro	anos	comeram	gelatina
	Os	meninos	de	os	quatro	anos	comeram	gelatina
	Os	meninos	de	os	quatro	anos	comeram	gelatina
	Os	meninos	de	os	quatro	anos	comeram	gelatina
	Os	meninos	de	os	quatro	anos	comeram	gelatina

(2)	O	Pedro	comeu	gelatina
	O	Pedro	comeu	gelatina
	O	Pedro	comeu	gelatina

(3)	Eles	comeram	gelatina
	Eles	comeram	gelatina
	Eles	comeram	gelatina

(4) O Ali Bá Bá **descobriu o tesouro dos quarenta ladrões.**

a) Teste de retoma anafórica em pares pergunta-resposta:

P: O que é que o Ali Bá Bá fez?

R: Descobriu o tesouro dos quarenta ladrões.

- b) Teste de retoma anafórica em estruturas de coordenação:

O Ali Bá Bá descobriu o tesouro dos quarenta ladrões e o irmão também.

(também = descobriu o tesouro dos quarenta ladrões)

- (5) O Ali Bá Bá descobriu **o tesouro dos quarenta ladrões**.

- a) Teste de substituição:

O Ali Bá Bá descobriu-o.

(o = o tesouro dos quarenta ladrões)

- b) Teste de deslocação (Clivagem)

Foi o tesouro dos quarenta ladrões que o Ali BáBá descobriu.

- (6) O Sigurd vive **na cidade mais setentrional da Europa**.

- a) Teste de substituição:

O Sigurd vive lá.

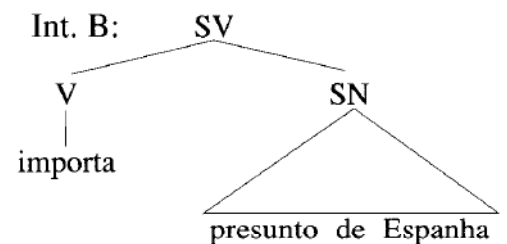
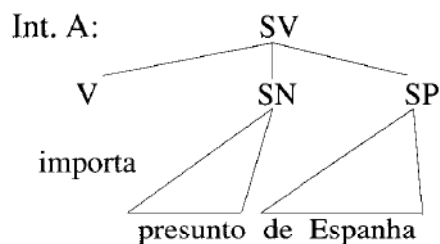
(lá = na cidade mais setentrional da Europa)

- b) Teste de deslocação (Clivagem)

É na cidade mais setentrional da Europa que o Sigurd vive.

3.

- (7) Portugal importa presunto de Espanha.



A interpretação A permite as seguintes paráfrases:

É presunto que Portugal importa de Espanha.

É de Espanha que Portugal importa presunto.

Presunto, Portugal importa-o de Espanha.

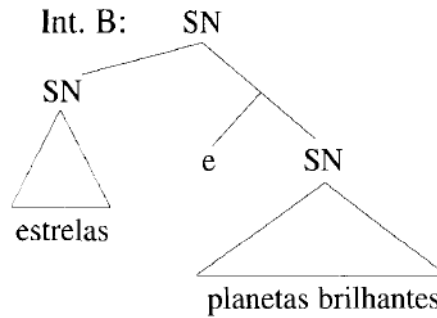
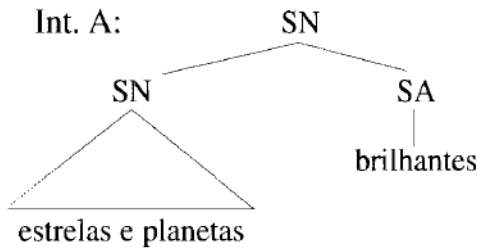
A interpretação B permite as seguintes paráfrases:

É presunto de Espanha que Portugal importa.

Presunto de Espanha, Portugal importa.

Presunto de Espanha, Portugal importa-o.

(8) Vêm-se no céu estrelas e planetas brilhantes.



A interpretação A permite as seguintes paráfrases:

Vêm-se no céu tanto estrelas brilhantes como planetas brilhantes

A interpretação B permite as seguintes paráfrases:

Vêm-se no céu planetas brilhantes e estrelas

B.

(5-6anos)

1. (1) Os meninos dos quatro anos comeram gelatina
- (2) O Pedro comeu gelatina
- (3) Eles comeram gelatina
2. (1) Os meninos dos quatro anos
- (2) O Pedro
- (3) Eles
3. (4) comeu uma maçã envenenada
- (5) descobriu o tesouro dos quarenta ladrões
- (6) enganou o Capuchinho Vermelho

(1º ciclo)

4. 4.1 (1) Os meninos dos quatro anos comeram gelatina
- (2) O Pedro comeu gelatina
- (3) Eles comeram gelatina

4.2

(1)	Os meninos dos quatro anos	comeram gelatina
(2)	O Pedro	comeu gelatina
(3)	Eles	comeram gelatina

5.

5.1 molhou a fralda o avião a jacto
 já aterrou o meu amigo Pedro
 trabalha num hospital o bebé
 comeu um pacote de pipocas o meu pai

5.2

(a)	o avião a jacto	já aterrou
(b)	o bebé	molhou a fralda
(c)	o meu amigo Pedro	comeu um pacote de pipocas
(d)	o meu pai	trabalha num hospital

6.

6.1

(5)	Os meninos	telefonaram aos amigos	
	Os meninos	telefonaram	aos amigos
(6)	O pirata	enterrou o tesouro roubado	
	O pirata	enterrou	o tesouro roubado
(7)	Os ursos	entraram numa gruta enorme	
	Os ursos	entraram	numa gruta enorme
(8)	As focas	brincaram com a minha bola	
	As focas	brincaram	com a minha bola

7.

7.1

(10)	O pai	levou	a bicicleta	para o jardim
	O pai	levou	a bicicleta	para o jardim

(11)	A mãe	pôs	morangos	no bolo
	A mãe	pôs	morangos	no bolo

(12)	A avô	trouxe	o meu irmão	para casa
	A avô	trouxe	o meu irmão	para casa

(13)	O Pedro	ofereceu	um camião	ao Zé
	O Pedro	ofereceu	um camião	ao Zé

Tipos de constituintes: categorias sintáticas

A.

1. a) Ocorrem no mesmo contexto sintático: entre a fronteira inicial da oração e o SV com a relação gramatical de predicado;

Assim:

- b) São comutáveis:

(1) (a) $\left\{ \begin{array}{l} \text{O meu marido} \\ \text{Um amigo da minha filha} \\ \text{O técnico que eu chamei} \end{array} \right\}$ arranjou a torradeira.

- c) São substituíveis pelo mesmo SN (a forma nominativa do pronome pessoal):

(1) (b) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Ele} \\ \text{Ele} \\ \text{Ele} \end{array} \right\}$ arranjou a torradeira.

1.1 (1) *marido*

(2) *amigo*

(3) *técnico*

1.2 Categoria N.

2. As palavras e expressões a negro nas frases abaixo são distribucionalmente equivalentes porque:

- a) Ocorrem no mesmo contexto sintáctico: entre um SN e a fronteira final da frase;

Assim:

- b) São comutáveis:

(4) (a) $\left\{ \begin{array}{l} \text{gaguejou} \\ \text{começou a gaguejar} \\ \text{cumprimentou a assistência} \\ \text{distribuiu o texto da conferência pelo público} \end{array} \right\}$
 O conferencista

- c) São substituíveis pelo mesmo SV, por exemplo:

(4) (b) $\left\{ \begin{array}{l} \text{tropeçou} \\ \text{tropeçou} \\ \text{tropeçou} \\ \text{tropeçou} \end{array} \right\}$
 O conferencista

2.1 Embora pertençam todas à classe V, não pertencem à mesma subclasse de verbos. Como se mostra em (4c) a (4g), não são intersubstituíveis:

- (4) (c) *O conferencista **gaguejou a assistência.**
 (d) *O conferencista **começou a assistência.**
 (e) *O conferencista **gaguejou o texto da conferência pelo público.**
 (f) *O conferencista **cumprimentou o texto da conferência pelo público.**
 (g) *O conferencista **distribuiu a gaguejar.**

Gaguejar pertence à subclasse dos verbos intransitivos, *começar* à subclasse dos verbos auxiliares, *cumprimentar* à subclasse dos verbos transitivos (directos) e *distribuir* à subclasse dos verbos ditransitivos.

3.

3.1 A forma *todos* ocorre entre a fronteira inicial da frase e um artigo definido (*os*), um determinante demonstrativo (*esses*) ou um pronome pessoal (*eles*). Não pode ser seguido nem de artigo indefinido (ver (12)) nem de um nome (ver (11)).

3.2 A distribuição de *todos* é característica de uma subclasse de quantificadores universais a que se tem chamado ‘pré-determinantes’. A distribuição de *ambos*, um quantificador da mesma subclasse, é idêntica à de *todos*.

4.

4.1 Nos contextos em que ocorre nas frases (13), (14) e (15) a forma *alto* não pode ser substituída por palavras pertencentes à mesma categoria. Assim, se substituirmos *alto* por um adjetivo nas três frases, as frases resultantes correspondentes a (14) e (15) são agramaticais:

(13) (a) O João comprou um carro lindo.

(14) (a) *O lindo na perna está a desaparecer.

(15) (a) *Ela fala lindo.

Se substituirmos *alto* por um nome nas três frases, as frases resultantes correspondentes a (13) e (15) são agramaticais:

(13) (b) *O João comprou um carro inchaço.

(14) (b) O inchaço na perna está a desaparecer.

(15) (b) *Ela fala inchaço.

Se substituirmos *alto* por um advérbio nas três frases, as frases resultantes correspondentes a (13) e (14) são agramaticais:

(13) (c) *O João comprou um carro inteligivelmente.

(14) (c) *O inteligivelmente na perna está a desaparecer.

(15) (c) Ela fala inteligivelmente.

Corroborando a conclusão de que a forma *alto* nas frases consideradas corresponde a palavras de categorias diferentes, só em (13) e (15) é passível de alteração de grau e só em (13) e (14) é passível de variação de número:

(13) (d) O João comprou um carro muito alto.

(14) (d) *O muito alto na perna está a desaparecer.

(15) (d) Ela fala muito alto.

(13) (e) O João comprou uns carros altos.

(14) (e) Os altos na perna estão a desaparecer.

(15) (e) *Ela fala altos.

4.2 Através dos resultados das manipulações sintáticas feitas na resposta à pergunta anterior, podemos concluir que em (13) *alto* é uma forma da categoria adjectivo (é substituível por outros adjectivos e, como é típico desta categoria sintáctica, co-ocorre com um N à sua esquerda, admite variação de grau e de número); em (14), *alto* é uma forma da categoria nome (é substituível por outros nomes e, como é típico desta categoria sintáctica, não co-ocorre com um N à sua esquerda, não admite variação de grau e admite variação de número); em (15) *alto* é uma forma da categoria advérbio (é substituível por outros advérbios e, como é típico dos advérbios desta subclasse, admite variação de grau e não admite variação de número).

B.

(5-6 anos)

1., 2., 3. O objectivo destes exercícios é começar a sensibilizar os alunos para posições típicas que categorias sintáticas principais ocupam numa combinação de palavras. Os alunos devem ser expostos com alguma frequência a este tipo de exercícios, que devem ser feitos colectivamente, e que podem ser apresentados como variantes do jogo *Aqui vai um barquinha carregadinha de...*. O professor deve utilizar como molde frases curtas, e explorar tanto diferentes categorias sintáticas (essencialmente, nomes, verbos (várias subclasses de verbos principais) e adjectivos) quanto diferentes posições em que cada uma delas pode ocorrer.

(1º ciclo)

4., 5. e 6. Os exercícios 4.1., 5.1. e 6.1. têm os mesmos objectivos dos três anteriores, só que estão construídos para uma etapa em que os alunos já lêem e escrevem e já aprenderam as etiquetas nome, verbo e adjectivo. Estes exercícios devem ser realizados em pequenos grupos e cada grupo deve ser encorajado a encontrar o maior número de substitutos possível. Desta forma, e para além de treinar um aspecto específico do conhecimento explícito da língua, este tipo de exercício pode também contribuir para o enriquecimento do léxico.

Nos exercícios 4.2., 5.2. e 6.2., procura-se que os alunos apliquem o conhecimento resultante da tarefa anterior na identificação de palavras pertencentes a uma dada categoria sintáctica. É crucial que o professor forneça aos grupos frases simples, com vocabulário pertencente ao léxico activo dos alunos.

Os resultados dos exercícios 4.2., 5.2. e 6.2. são, obviamente:

4.2 (4) Os **tios** chegaram hoje.

(5) O **professor** leu uma **história**.

(6) O meu **pai** comprou dois **bilhetes** para o **cinema**.

5.2 (8) O Pedro **caiu** no recreio.

(9) O bebé **tem** fome.

(10) Todos os meninos **fizeram** a mesma conta.

6.2 (12) O Pedro tem um amigo **antipático**.

(13) O bebé **louro** está com sono.

(14) As cadeiras **pequeninas** são para os meninos dos três anos.

Relações gramaticais e processos de concordância

A.

1. (1) *Os ingleses que eu conheço*

a) Teste de substituição pela forma nominativa do pronome pessoal:

(1) (a) Eles falam mal línguas estrangeiras.

b) Teste de deslocação (Deslocação à direita):

(1) (b) Falam mal línguas estrangeiras, os ingleses que eu conheço.

(2) *A proposta de aumentar a quota*

a) Teste de substituição pela forma nominativa do pronome pessoal:

(2) (a) Ela foi recusada pela assembleia geral.

b) Teste de deslocação (Deslocação à direita):

(2) (b) Foi recusada pela assembleia geral, a proposta de aumentar a quota.

(3) *Os livros de histórias que encomendei*

a) Teste de substituição pela forma nominativa do pronome pessoal:

(3) (a) Eles ainda não chegaram.

- b) Teste de deslocação (Deslocação à direita):
- (3) (b) Ainda não chegaram, os livros de histórias que encomendei.
- (4) *que tenhas gostado da festa*
- a) Teste de substituição pelo pronome demonstrativo tónico *isso*:
- (4) (a) Isso não me agrada
- b) Teste de substituição pelo pronome demonstrativo átono *o*:
- (4) (b) *Não mo agrada.
- (5) *dar-lhe razão*
- a) Teste de substituição pelo pronome demonstrativo tónico *isso*:
- (5) (a) Isso é impossível.
- b) Teste de substituição pelo pronome demonstrativo átono *o*:
- (5) (b) *É-o impossível.
2. (6) *num cofre enorme*: complemento preposicionado do verbo *guardar* (trata-se de um argumento interno do verbo).
- a) P: O que é que as minhas tias faziam?
R: Guardavam papéis sem importância num cofre enorme.
- b) P: O que é que as minhas tias faziam num cofre enorme?
R: *Guardavam papéis sem importância.
- (7) *em Lisboa*: complemento preposicionado do verbo *morar* (trata-se de um argumento interno do verbo).
- a) P: O que é que acontece com o João?
R: Mora em Lisboa.
- b) P: O que é que acontece com o João em Lisboa?
R: *Mora.
- (8) *no CCB*: adjunto do SV (não é um argumento interno do verbo *comprar*).
- a) P: O que é que fizemos?
R: Comprámos esse livro no CCB.

b) P: O que é que fizemos no CCB?

R: Comprámos esse livro.

3. (9) *os problemas que essa solução traz*

a) Teste de substituição pela forma acusativa do pronome pessoal:

(9) (a) Compreendo-os.

(10) *que lhe telefonaria à noite*

a) Teste de substituição pelo pronome demonstrativo tónico *isso*:

(10) (a) Disse isso ao Pedro.

b) Teste de substituição pelo pronome demonstrativo átono *o*:

(10) (b) Disse-o ao Pedro.

(11) *um leque de plumas*

a) Teste de substituição pela forma acusativa do pronome pessoal:

(11) (a) Encontrei-o numa velha mala de viagem.

B.

(5-6 anos)

1., 2., 3. O objectivo deste tipo de exercícios é consciencializar os alunos para processos que eles já dominam: concordância sujeito-verbo, concordância entre nome e determinantes/quantificadores e entre nome e adjetivo em posição atributiva. Não é usada nesta etapa qualquer metalinguagem gramatical.

(1º ciclo)

4.

4.1 (4) comeram

(5) fazíamos

(6) disseste

(13) disseste

4.2	O Sujeito está	O verbo está	O verbo devia estar
(4)	na 3. ^a pessoa no plural	na <u>3.^a</u> pessoa no <u>singular</u>	na <u>3.^a</u> pessoa no <u>plural</u>
(5)	na 1. ^a pessoa no plural	na <u>3.^a</u> pessoa no <u>singular</u>	na <u>1.^a</u> pessoa no <u>plural</u>
(6)	na 2. ^a pessoa no singular	na <u>3.^a</u> pessoa no <u>singular</u>	na <u>2.^a</u> pessoa no <u>singular</u>
(10)	na 2. ^a pessoa no singular	na <u>3.^a</u> pessoa no <u>singular</u>	na <u>2.^a</u> pessoa no <u>singular</u>

4.3 D O verbo concorda em pessoa e número com o sujeito.

5.

5.1 (11) vermelhos

(12) redonda

(13) espertalhonas

5.2	O nome está	O adjectivo está	O adjectivo devia estar
(11)	no masculino no plural	no <u>masculino</u> no <u>singular</u>	no <u>masculino</u> no <u>plural</u>
(12)	no feminino no singular	no <u>masculino</u> no <u>singular</u>	no <u>feminino</u> no <u>singular</u>
(13)	no feminino no plural	no <u>masculino</u> no <u>singular</u>	no <u>feminino</u> no <u>plural</u>

5.3 C Os adjectivos concordam com o nome em género e número.

6.

6.1 Frase (14):

a) o bebé louro ele

b) Ele partiu a caneca.

Frase (15)

- a) a mochila do Pedro ela
- b) Ela está suja.

Frase (16)

- a) todos os meninos de bibe azul eles
- b) Eles foram para a praia.

Ordem de palavras

A.

1. (1) Na frase a negro existe um pronome relativo *que*, como palavra-Q, é atraído para a posição inicial da oração. Assim, a ordem de palavras é nesta frase é: O (S) V.
 - (2) O constituinte *esse livro*, apesar de não ter a relação gramatical de sujeito, é o tópico da frase. Por isso, ocorre em posição inicial da frase, sendo repetido na posição típica dos objectos directos por um pronome.
 - (3) O constituinte o colar de *pérolas*, apesar de não ter a relação gramatical de sujeito, é o tópico da frase. Por isso, ocorre em posição inicial da frase, sendo repetido na posição típica dos objectos directos por um pronome. Adicionalmente, o constituinte com a relação gramatical de sujeito, um passageiro *do metropolitano*, é o foco informacional, razão pela qual ocorre em posição final.
- 2.
 - (4) A frase é agramatical porque um adjectivo da subclasse dos adjectivos negativos e conjecturais ocorre à direita do nome.
 - (5) A frase é agramatical porque o constituinte com a relação gramatical de objecto directo é uma frase e, portanto, deve ocorrer à direita do objecto indirecto argumento interno do verbo *dizer*.
 - (6) A frase é agramatical porque o verbo principal *encontrado* precede o verbo auxiliar em vez de se lhe seguir.

B.

(5-6 anos)

3., 4. O objectivo destes exercícios é consciencializar os alunos de padrões de ordem de palavras que eles dominam já com à-vontade. No exercício 3., trabalham-se padrões de ordem internos ao SP, ao SN e ao SV. No exercício 4., trabalha-se um padrão de ordem interno ao SN (o determinante possessivo só pode ocorrer em posição pós-nominal se o SN for indefinido) e o padrão básico de ordem de palavras numa frase declarativa simples.

(1º ciclo)

5. O objectivo deste exercício é consciencializar os alunos de padrões de ordem de palavras que eles dominam já com à-vontade. Trabalham-se aqui padrões de ordem internos ao SP e ao SN

(13) com o meu amigo

(14) de cores muito vivas

(15) para essas pessoas crescidas

(16) em várias ruas estreitas

5.1

	?	Expressão nominal
(13)	com	o meu amigo
(14)	de	cores muito vivas
(15)	para	essas pessoas crescidas
(16)	em	várias ruas estreitas

5.2 Preposição.

6. Este exercício tem um objectivo idêntico ao do anterior. Trabalha-se aqui o padrão de ordem básica das declarativas simples com verbos transitivos directos. O mesmo tipo de exercício pode ser feito com transitivos indirectos e com ditransitivos.

6.1

	Sujeito	Verbo	Objecto (directo)
(17)	O bebé	partiu	a caneca
(18)	O meu amigo Pedro	encontrou	uma nota de cem escudos
(19)	A professora	comeu	uma fatia do meu bolo de anos

6.2

	Sujeito	Objecto (directo)	Verbo
(20)	O bebé	a caneca	partiu
(21)	O meu amigo Pedro	uma nota de cem escudos	encontrou
(22)	A professora	uma fatia do meu bolo de anos	comeu

6.3 Não

6.4

	Verbo	Sujeito	Objecto (directo)
(23)	Partiu	o bebé	a caneca
(24)	Encontrou	o meu amigo Pedro	uma nota de cem escudos
(25)	Comeu	a professora	uma fatia do meu bolo de anos

6.5 Não.

6.6 Em primeiro lugar o sujeito, a seguir o verbo e depois o objecto directo.

Frases simples e frases complexas

A.

1.

1.1 (1) Coordenação sindética binária aditiva.

(2) Coordenação sindética binária adversativa. Tanto o 1º como o 2º membros coordenados são frases complexas formadas por coordenação sindética binária aditiva.

(3) Coordenação múltipla aditiva assindética e sindética.

- 1.2 (1) [[O João telefonou], [mas [eu não falei com ele]]].
- (2) [[[O João foi ao cinema] [e [a Maria foi ao teatro]]] [ou [[o João foi ao teatro] [e [a Maria foi ao cinema]]]]?]
- (3) [[Cheguei] [, [[vi] [e [venci]]]].
2. (3) *Quem tudo quer* – frase subordinada substantiva relativa livre; o pronome relativo tem a relação gramatical de sujeito da frase relativa; toda a frase relativa tem a relação gramatical de sujeito da frase superior.
- (4) *(de) solucionar o conflito* – frase subordinada substantiva completiva não finita seleccionada pelo nome *tentativas* e introduzida pela preposição *de*; tem uma relação gramatical oblíqua: é complemento preposicionado do nome que a selecciona.
- (5) *acreditar nela* – frase subordinada substantiva completiva não finita seleccionada pelo adjectivo *difícil*; tem a relação gramatical de sujeito da frase superior e, como acontece frequentemente com este tipo de completivas, está extraposta.
- (6) *se a reunião foi adiada* – frase subordinada substantiva completiva (interrogativa indirecta) seleccionada pelo verbo *perguntar*; tem a relação gramatical de objecto directo da frase superior.
- (7) *se o avião não se atrasar* – frase subordinada adverbial condicional.
- 2.1 (3) [[Quem tudo quer] tudo perde].
- (4) [[[As tentativas [de resolver o conflito]] foram infrutíferas].
- (5) [É difícil [acreditar nela]].
- (6) [Ele perguntou [se a reunião foi adiada]].
- (7) [[Ele vem à festa] [se o avião não se atrasar]].
3. Exemplos possíveis são (a) e (b), que contrastam com os exemplos agramaticais (a)' e (b)':
- (a) Os poetas que eu conheço, que andam sempre nas nuvens, odeiam festas.
- (b) As abelhas que abundam no meu jardim, que são insectos, fazem um mel óptimo.
- (a) *Os poetas, que andam sempre nas nuvens, que eu conheço odeiam festas.
- (b) *As abelhas, que são insectos, que abundam no meu jardim fazem um mel óptimo.

B.

(5-6 anos)

1.

1.1 (1) O bebé queria a chupeta e o pai deu-lha.

(2) Eu queria ir à praia mas está a chover.

(3) O Pai Natal deu-me muitos presentes e/por isso fiquei muito contente.

2. Com este tipo de exercício pretende-se sensibilizar os alunos para o funcionamento dos pronomes relativos como palavras que remetem para um antecedente.

(4) O presente.

(5) A menina

(6) O cavalinho

(7) O cão

(1º ciclo)

3. (8) Eu queria ir à praia **mas** está a chover.

(9) O Pedro está triste **porque** caiu da bicicleta.

(10) Vamos jogar à bola **se** tu quiseres.

(11) Adorei o filme **que** vi ontem.

(12) O farol apita **quando** há nevoeiro.

4. (13) Gosto do presente **que** o pai comprou.

(14) O cavalinho foi ter com a menina **que** trazia uma cenoura.

(15) O cavalinho **que** o Pedro tem é castanho.

(16) O cão **que** mordeu o gato é muito grande.

(17) Gosto do sítio **onde/em que** fizemos um piquenique.

5. (18) O Pedro disse que me dava um soco.

(19) O pai prometeu que íamos ao cinema.

(20) É verdade que eu não emprestei a bola ao Pedro.

(21) Não sei se o Pedro me convida para os anos dele.

Página intencionalmente em branco

5. O Conhecimento Fonológico

Página intencionalmente em branco

Objectivos desta unidade didáctica

Com a unidade **O Conhecimento Fonológico** pretende-se sensibilizar os formandos para os dois aspectos envolvidos na organização dos **sons da fala**: o **segmental** e o **prosódico**. A observação das estruturas fónicas do Português permitirá a reflexão (i) sobre as regularidades gramaticais que envolvem os vários níveis de funcionamento dos sons da fala e (ii) sobre a adequação dos instrumentos gramaticais à descrição e à explicação dos processos fonológicos.

A apresentação das questões abordadas neste capítulo será iniciada com o tratamento das relações complexas que se estabelecem entre os sons do Português e a sua representação ortográfica, o que permitirá partir para a adopção de um **sistema biunívoco e universal de representação gráfica** daquelas unidades linguísticas. Identificados os sons do Português, proceder-se-á à sua descrição e à sua classificação com base (i) em critérios físicos de natureza articulatória e (ii) em critérios de natureza fonológica. Em seguida, e após a apresentação das ferramentas necessárias para a representação gramatical do conhecimento fonológico, observar-se-ão os funcionamentos segmental e prosódico do Português. Finalmente, será colocado em destaque o papel da sílaba na estruturação do conhecimento fonológico, durante o processo de aquisição do Português.

No final desta unidade, o formando deve ter atingido um nível de conhecimento que lhe permita:

- identificar os sons do Português;
- explicitar as relações complexas que se estabelecem entre a realidade fónica e a sua representação ortográfica;
- representar os sons do Português a partir da utilização do Alfabeto Fonético Internacional;
- representar foneticamente os sons que constituem um enunciado de fala, através do processo de transcrição fonética;
- descrever e classificar articulatoriamente os sons do Português;
- manipular as ferramentas gramaticais apresentadas que permitem representar o conhecimento fonológico (segmental e prosódico);

- compreender os processos fonológicos do Português apresentados que envolvem o tratamento de informação relativa ao funcionamento:
 - dos segmentos (vogais, semivogais e consoantes),
 - do acento,
 - da entoação e
 - da sílaba;
- compreender de que modo os trabalhos na área da aquisição podem contribuir para a identificação das unidades de análise e para a aferição dos instrumentos gramaticais usados na representação do conhecimento fonológico;
- ser capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos na organização, descrição e análise de dados linguísticos relativos aos vários aspectos tratados.

Introdução

A utilização da linguagem verbal para a comunicação entre os indivíduos da espécie humana tem o seu formato mais frequente na produção de enunciados de fala. Em falantes não alfabetizados ou em comunidades sem um sistema de escrita implantado, a fala é a única forma de linguagem verbal. No processo de aquisição de uma língua, o modo de obtenção da informação necessária sobre o sistema linguístico em questão é o contacto com os enunciados de fala dos outros falantes da língua da comunidade em que a criança está inserida. A avaliação das propriedades da fala revela-se assim, à partida, uma tarefa fundamental para a descrição do conhecimento que temos de uma língua natural.

Quando falamos, produzimos enunciados que constituem uma sequência fónica. No entanto, é possível identificar, na produção de cada enunciado, unidades discretas designadas como **sons da fala**. O contínuo fónico que usamos para comunicar é, assim, constituído por uma cadeia de sons. Como veremos adiante, os sons da fala não transportam significado por si só: a palavra *ler* remete para uma acção específica de identificação de um registo escrito mas os sons que a constituem ([l], [e], [r])¹ não possuem, isoladamente, qualquer significado no Português. Como se afirmou no capítulo 3, conhecer uma palavra é conhecer um significado indissociável de uma forma fónica. As palavras de uma língua são assim agrupamentos de sons, os quais, por si só, não transportam significados mas contribuem para a construção do significado da palavra em que se inserem.

Os sons que usamos para falar são o resultado de movimentos de um conjunto de órgãos e de músculos a que chamamos aparelho de produção de fala ou aparelho fonador². Os sons usados nas línguas do mundo são apenas um subgrupo dos sons que este aparelho vocal humano é capaz de produzir: o riso, o choro, um gemido ou um grito são produzidos pelo aparelho fonador e, no entanto, não existem como sons com função linguística. Por outro lado, os sons de uma só língua são um subgrupo dos sons usados para a comunicação verbal em todas as línguas do mundo. Por exemplo, o som [θ], que ocorre na palavra *thing* do Inglês, não é usado no Português. Mais ainda, nem todos os agrupamentos de sons são possíveis numa língua: no Português, uma sequência de sons do tipo *fsktsɹp* não constitui uma palavra possível. A descrição sistemática e rigorosa do inventário de sons de um sistema linguístico e do modo como estes se organizam faz parte da informação contida na gramática de uma língua. A parte da gramática que trata esta informação é designada como módulo fonológico e desempenha as seguintes tarefas: (i) determina os sons com função linguística no sis-

¹ Os parêntesis rectos [] representam transcrição fonética.

² Mais à frente, neste capítulo, dar-se-á informação sobre a importância da identificação dos movimentos desenvolvidos pelo aparelho fonador, durante a produção da fala, para a descrição e classificação dos sons de uma língua.

tema e (ii) explicita a forma como esses sons co-habitam na cadeia fónica, de modo a constituírem estruturas legítimas na língua em observação.

Retomando a informação fornecida no capítulo 2, o conhecimento da língua envolve a capacidade de atribuir significados a sequências de sons e, inversamente, de "traduzir" significados em sequências de sons; desta forma, o conhecimento fonológico remete para a capacidade de reconhecer e de utilizar:

- (i) os sons da língua;
- (ii) o modo como eles se relacionam na sequencialidade segmental da cadeia fónica.

A Fonologia explicita, assim, esse conhecimento fonológico através de princípios gerais que definem as condições sobre a interpretação fonética das palavras e das combinações de palavras. A representação sintáctica é interpretada pelos módulos 'Fonologia' e 'Semântica', os quais lhes atribuem, respectivamente, uma representação fonética e uma representação semântica. Desta forma, completa-se o processo de associação entre o som e o significado.

A Fonologia trata dois tipos de informação gramatical:

- (i) a informação relativa aos sons ou segmentos com função na língua (Fonologia segmental, por tratar dos segmentos);
- (ii) a informação relativa a aspectos da fala que interagem com os sons numa sequência fónica, tais como o acento, a sílaba, a entoação, as pausas e o ritmo (Fonologia suprasegmental ou prosódia, por tratar dos elementos que se sobrepõem aos segmentos na cadeia fónica - os factos prosódicos).

Mas nem toda a informação fónica presente nos enunciados de fala tem, como se verá adiante, função gramatical na língua. Assim, é preciso avaliar primeiro as propriedades físicas da fala (o modo como os sons são produzidos pelo aparelho fonador, o modo como a sua transmissão se efectua no meio que é o ar e o modo como os sons são ouvidos pelos receptores)³ para depois proceder à determinação dos sons ou dos factos prosódicos que têm função gramatical na língua. A disciplina que estuda as propriedades físicas dos sons da fala, através das quais é possível a sua identificação, descrição e classificação, é a Fonética. Como se verá à frente, neste capítulo, Fonética e Fonologia são campos do saber que estabelecem relações estreitas no tratamento da informação relativa ao conhecimento fonológico que integra a gramática de uma língua.

³ Como se verá adiante, estas três fases de trabalho remetem para as três etapas da comunicação: o polo emissor é responsável pela produção da fala; a transmissão da fala é feita por um meio físico, o ar; a cadeia fónica atinge o polo receptor, onde se dá a audição e a interpretação da cadeia fónica.

Nas secções que se seguem, veremos de que modo é possível identificar, descrever e classificar os sons usados para a interpretação fonética das palavras e das combinações de palavras do Português.

5.1. Relações entre sons da fala e ortografia

A primeira informação explícita que recebemos na escola sobre o funcionamento dos sons da fala é a de que eles se dividem em dois tipos: as vogais e as consoantes⁴. A observação inicial sobre o relacionamento entre vogais e consoantes nas palavras remete para a alternância regular da sua distribuição dentro das palavras. Neste facto se baseia a história de que a seguir transcrevemos um excerto [In Manuel António Pina (1995) *O têplu-quê e outras histórias*. Porto: Ed. Afrontamento. pp. 10-13]:

"(...) havia duas espécies de letras, as vogais por um lado, que eram só cinco, e as consoantes - a chamada "esmagadora maioria" - do outro lado. As privilegiadas eram as vogais. Na palavra *privilegiado*, por exemplo (...), só os Is apareciam três vezes e o a uma e o e e o o também uma cada um; e embora a palavra *privilegiado* tivesse na sua Constituição seis vogais e outras seis consoantes, das vogais só ficava de fora o u (...), ao passo que das consoantes ficavam de fora ao todo 13!

Já na palavra *trabalhar* era o contrário; havia seis consoantes e só uma vogal, o a, que andava de uma sílaba para a outra para parecer que havia lá muitas vogais a trabalhar...

(...)

As vogais podiam entrar em toda a parte, quer dizer, em todas as palavras, e até tinham palavras só para elas, e as consoantes não; algumas consoantes, praticamente, nem entravam em palavras nenhuma, como o xis ou o quê (...)

Aliás, as vogais tinham tanto medo das consoantes - que eram muitas mais - que só muito raramente as deixavam andar juntas (...)."

Para além de evocar a existência de padrões de alternância na distribuição de vogais e de consoantes nas palavras, o texto acima transcrito baseia a definição das propriedades inerentes ao funcionamento das vogais e das consoantes na observação da **ortografia** ("havia duas espécies de letras, as vogais (...) e as consoantes). É deste modo que os falantes de uma língua são iniciados à reflexão sobre o **sistema de sons da sua língua**: essa reflexão é mediada - e muitas vezes distorcida - pela aprendizagem do sistema ortográfico oficial.

⁴ Esta classificação dicotómica não é suficiente, como se verá adiante: um terceiro grupo, o das semivogais, completa a lista das classes principais de sons das línguas naturais.

Antes de entrarem na escola, as crianças adquiriram já a quase totalidade do conhecimento necessário para a produção de enunciados fónicos aceitáveis na sua língua materna, de forma a interagirem com os outros indivíduos da comunidade linguística a que pertencem. Ao iniciarem o seu percurso escolar, as crianças são confrontadas com um **código escrito**, o da ortografia, e têm de aprender que aquele sistema ortográfico existe para representar os sons da sua língua. Assim, são-lhes fornecidas regras de **relação entre sons da fala e símbolos do código ortográfico** que muitas vezes distorcem a reflexão sobre a 'gramática dos sons' da língua por não definirem a distinção entre duas realidades distintas, a dos sons da fala e a da ortografia. A reflexão sobre a ortografia, enquanto convenção cultural e política para a comunicação verbal escrita, (i) ou é sobrevalorizada relativamente ao tratamento da informação sobre os sons da fala (ii) ou toma mesmo um papel exclusivo naquilo que deveria ser uma avaliação dos sons da fala adequada ao desenvolvimento cognitivo das crianças no início da escolaridade.

Os **sons** são substituídos por letras ou **grafemas**, que passam a ser a unidade mínima de análise, a qual não é gramatical e remete apenas para a aprendizagem de um sistema ortográfico (para mais informação sobre relações entre o oral e o escrito, veja-se o capítulo 8). Cabe aos professores e aos investigadores que se interessam pelo ensino e aprendizagem do Português pensar na utilização de uma tipologia de descrição e de classificação simplificada dos sons (i) que permita explicitar a distinção entre os dois sistemas (fala e ortografia) e (ii) que torne menos penoso (e, sempre que possível, lúdico) o processo de aprendizagem do código ortográfico.

Em seguida, veremos de que modo a ortografia pode ser um trampolim para a reflexão sobre a identificação dos sons do Português, embora não constitua, de facto, uma ferramenta gramatical adequada ao tratamento das **unidades linguísticas a que chamamos sons de uma língua**.

Voltando à supremacia das letras sobre os sons, evoque-se o exemplo da representação das **vogais**. Todos nós aprendemos na escola que o Português tem cinco vogais: <a>⁵, <e>, <i>, <o> e <u>. No entanto, a realidade fónica do Português é bem diferente. De facto, no sistema de sons do Português, não há cinco mas catorze vogais (nove vogais orais e cinco vogais nasais):

⁵ Neste capítulo, os parêntesis angulares <> são usados para representar versões ortográficas.

Vogais do Português

Vogais orais

1. a vogal [a]⁶ em <casa>;
2. a vogal [ɐ] em <casa>;
3. a vogal [i] em <grande>;
4. a vogal [ɛ] em <ferro>;
5. a vogal [e] em <seco>;
6. a vogal [i] em <filme>;
7. a vogal [ɔ] em <toça>;
8. a vogal [o] em <lobo>;
9. a vogal [u] em <uva>;

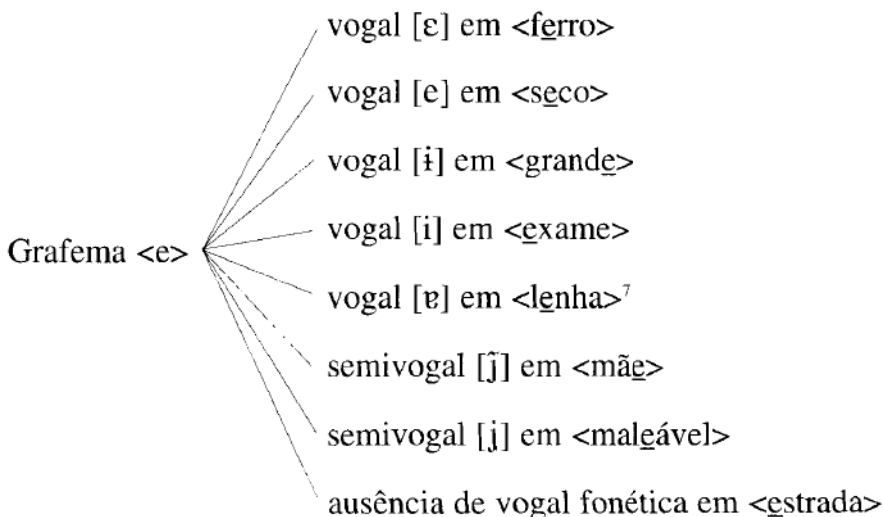
Vogais nasais

1. a vogal [ẽ] em <manta>;
2. a vogal [ẽ̃] em <pente>;
3. a vogal [ĩ] em <fim>;
4. a vogal [õ] em <monte>;
5. a vogal [ũ] em <fundo>;

⁶ Os símbolos que transcrevem as vogais são do Alfabeto Fonético Internacional, que será apresentado ainda nesta secção.

A listagem anterior mostra que um mesmo símbolo ortográfico ou grafema pode representar mais do que um som do Português: por exemplo, o grafema <a> representa dois sons diferentes na palavra <casa>; também o grafema <o> representa um som na palavra <lobo> e outro som na palavra <toça>. E se um mesmo grafema pode representar mais do que um som, o inverso também é verdade: um mesmo som da fala pode ser representado de diversas formas na ortografia. A vogal [i], por exemplo, é representada por <i> na palavra <filme> e por <e> na palavra <exame>.

Um caso extremo de complexidade na relação entre o inventário fonético de vogais do Português e a sua representação ortográfica é o do grafema <e>, que pode representar os seguintes sons do Português:



⁷ Este exemplo funciona apenas para dialectos do Português em que o som [e] seja produzido como [ɐ], em palavras como <lenha>, <coelho> e <cereja>, como é o caso do Português padrão.

Em alguns casos, um som pode até ser representado por mais do que um símbolo ortográfico, normalmente um **dígrafo** (conjunto de duas letras para a representação de um só som). É o caso dos sons do Português [ʎ] (em <falha>) e [ɲ] (em <manha>), que são sempre representados, respectivamente, pelos dígrafos <lh> e <nh>. É ainda o caso das vogais nasais, que podem ser representadas na ortografia por uma vogal com um til (<irmã>, <lã>) ou por uma vogal seguida de uma das consoantes nasais <m> ou <n> (<lente>, <compras>).

Uma vez que a relação entre grafemas e sons da língua não é biunívoca, é preciso usar um sistema gráfico que permita a representação inequívoca dos sons que constituem o inventário fonético de uma língua. Neste sentido, foi criado o **Alfabeto Fonético Internacional (AFI)**, um conjunto de símbolos gráficos que constitui um sistema biunívoco e universal de representação dos sons da fala. O sistema é **biunívoco** porque a um símbolo gráfico corresponde apenas um som e um som é sempre representado pelo mesmo símbolo gráfico; é **universal** porque permite representar todos os sons de todas as línguas do mundo.

Em seguida, apresentam-se apenas os símbolos necessários para a representação dos sons do Português, divididos em três classes principais, a saber, **vogais, consoantes e semivogais**⁸:

⁸ É também possível designar as semivogais como semiconsoantes ou glides. Sobre as propriedades fonéticas destas três classes de sons, veja a secção seguinte deste capítulo.

⁹ Esta é a listagem dos sons do Português padrão. Para mais informação sobre símbolos do AFI para outras variedades do Português, consulte-se Delgado-Martins (1988), Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990) e Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (1996).

Sons do Português⁹

<i>Vogais</i>	<i>Semivogais</i>	<i>Consoantes</i>
[a] <ca <u>s</u> a>	[j] <pai <u>j</u> >	[p] <pa <u>t</u> o>
[ɐ] <ca <u>s</u> a>	[w] <pa <u>w</u> >	[b] <ba <u>t</u> a>
[ɨ] <gra <u>n</u> de>		[t] <to <u>c</u> a>
		[d] <do <u>c</u> a>
[ɛ] <fe <u>r</u> ro>	[ʝ] <mã <u>e</u> >	[k] <ca <u>b</u> o>
[e] <se <u>c</u> o>	[w̃] <pã <u>o</u> >	[g] <ga <u>t</u> o>
[i] <fi <u>l</u> me>		[f] <fi <u>g</u> a>
		[v] <vi <u>g</u> a>
[ɔ] <to <u>c</u> a>		[s] <sa <u>c</u> o>
[o] <lo <u>b</u> o>		[z] <ca <u>s</u> a>
[u] <lo <u>b</u> o>		[ʃ] <chu <u>v</u> a>
		[ʒ] <ge <u>n</u> te>
[ẽ] <ma <u>n</u> ta>		[m] <mo <u>t</u> a>
[ẽ] <le <u>n</u> ço>		[n] <no <u>t</u> a>
[i] <fi <u>m</u> >		[ɲ] <ma <u>n</u> ha>
[õ] <fo <u>n</u> te>		[l] <la <u>t</u> a>
[ũ] <at <u>u</u> m>		[ʎ] <ma <u>l</u> >
		[ʎ] <fa <u>l</u> ha>
		[r] <ca <u>r</u> o>
		[R] <ca <u>r</u> ro>

Uma vez que a fala é um contínuo fónico, uma das aplicações possíveis do AFI é a da **transcrição fonética** desse contínuo fónico que constitui um enunciado de fala. A transcrição fonética é a representação linear dos sons que se sucedem numa sequência de fala, através da utilização dos símbolos do AFI. Assim, a produção da palavra <livro> será transcrita como [ˈlivru], a da palavra <fonética> como [fuˈnetikɐ] e a da palavra <sons> como [ˈsõʃ] (o acento é representado pelo símbolo ' e pode ser colocado sobre a vogal tónica ([lívru]) ou antes da sílaba tónica ([ˈlivru])).

Mas um enunciado de fala pode ser constituído por várias palavras em sequência. Assim, a produção da sequência <A Maria trabalha em casa> será transcrita como [ɐ mɐˈriɐ trɐˈbaʎɐ ẽʃ ˈkazɐ]¹⁰. Imagine-se que alguém produz a sequência <Ontem, a Susana foi à praia> com uma pausa no local assinalado com a vírgula. A transcrição do enunciado de fala será [ˈõtẽʃ // ɐ suˈzɐnɐ ˈfoj a ˈpraʃɐ]¹¹; no entanto, a produção da pausa não é obrigatória neste contexto e o enunciado pode ser produzido como [ˈõtẽʃ ɐ suˈzɐnɐ ˈfoj a ˈpraʃɐ].

Quando se faz a transcrição fonética de um enunciado de fala, há que estar atento ao modo como o falante produziu os sons ou **segmentos**. Frequentemente, numa situação de fala espontânea, há sons que não são produzidos por interferência de uma velocidade de fala acelerada. As palavras <desespero>, <desinteresse> e <tesouro> podem ser produzidas, respectivamente, como [dizɨʃˈperu], [dizĩtɨˈresi] e [tɨˈzoru], numa situação de leitura lenta de um poema, mas podem ser produzidas como [dzʃˈperu], [dzĩtˈres] e [tˈzoru], numa situação de conversa entre dois falantes. A queda de vogais átonas é, como se verá adiante, um dos processos mais frequentes na produção de enunciados de fala em Português. Uma outra prova da ineficácia da ortografia como ferramenta gramatical para a identificação e descrição dos processos fonológicos a que os sons de uma língua estão sujeitos é o caso da produção do morfema do plural em Português. Na ortografia, o plural do sistema nominal marca-se através de um <s> em final de palavra (<as casas>; <os dados>; <os alvos perigosos>). O som correspondente à marca do plural antes de uma pausa é [ʃ]. No entanto, quando a palavra termina com a marca do plural, o som que lhe corresponde pode ser produzido de três formas diferentes ([ʃ], [ʒ] ou [z]), condicionadas pela qualidade do som inicial da palavra que se lhe segue¹²:

Produção da marca do plural em Português

<as <u>casas</u> >	[ɐʃ ˈkazɐʃ]
<as <u>casas</u> dos perigos>	[ɐʃ ˈkazɐʒ duʃ piˈriɡuʃ]
<as <u>casas</u> dos <u>dados</u> >	[ɐʃ ˈkazɐʒ duʒ ˈdaduʃ]
<as <u>casas</u> dos <u>arcos</u> >	[ɐʃ ˈkazɐʒ duʒ ˈarkuʃ]
<as <u>áreas</u> com alvos>	[ɐz ˈarjɐʃ kõ ˈaʎvuʃ]

¹⁰ Tradicionalmente, as palavras gramaticais (como é o caso do determinante e da preposição nesta transcrição) não são acentuadas; é dito que só as palavras lexicais transportam acento.

¹¹ Podem usar-se o símbolo / para uma pausa breve e o símbolo // para uma pausa longa. A propósito do funcionamento das pausas nos enunciados de fala, veja-se o capítulo 8.

¹² Este fenómeno de alteração das propriedades dos sons motivada pelo contacto entre o último som de uma palavra e o primeiro som da palavra que se lhe segue é designado como um fenómeno de sândi.

<as grandes áreas>	[ɐz 'grɛ̃diz 'arjɐ]
<as pequenas áreas>	[ɐ] pɨ'kenɐz 'arjɐ]
<as áreas amarelas>	[ɐz 'arjɐz emɐ'relɐ]

Com o recurso à ortografia oficial, seria impossível representar as diferentes produções da marca do plural em função de diferentes sons no início da palavra seguinte. Deste modo, o uso do AFI é útil não só (i) para a representação de sons isolados e (ii) para a transcrição da cadeia fónica mas também (iii) para o tratamento dos **processos fonológicos** das línguas naturais, ou seja, para o estudo das alterações que os sons sofrem em determinados contextos.

Sumário

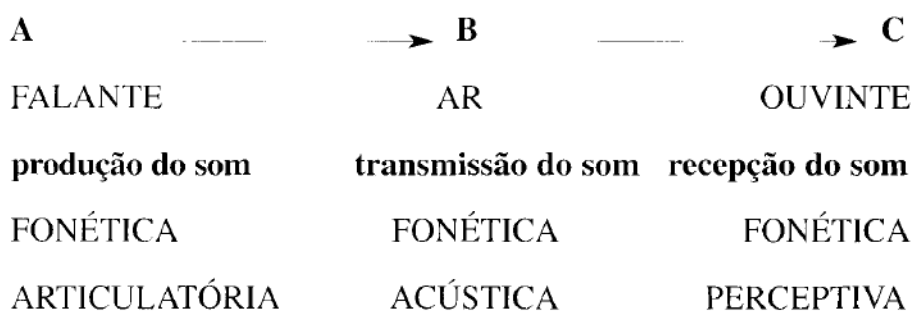
Em síntese:

- a reflexão sobre os sons do Português torna-se muito complexa se for baseada no sistema de representação ortográfica oficial por não haver uma relação biunívoca entre som e grafema;
- o código ortográfico não é adequado à representação dos sons do Português porque um mesmo grafema pode representar mais do que um som da fala;
- inversamente, um mesmo som pode ser representado por diferentes grafemas;
- dado que a relação entre os grafemas da ortografia oficial e os sons da língua não é biunívoca, há que criar um **sistema gráfico que estabeleça uma relação biunívoca entre um som e a sua representação gráfica** (a um símbolo gráfico corresponde apenas um som; um som é representado apenas por aquele símbolo gráfico), para que não haja discrepâncias na identificação dos sons da língua;
- uma vez que é tarefa do professor iniciar os seus alunos na utilização da ortografia, a reflexão sobre o sistema de sons da língua pode ser mediada pela manipulação dos grafemas na escrita mas deve explicitar as diferenças básicas entre sistema ortográfico e sistema de sons, enquanto realidades distintas: o primeiro é uma convenção (como os sinais de fogo dos índios, o morse ou os hieróglifos dos egípcios) e o segundo é decorrente da nossa capacidade biológica para comunicar através de sons produzidos pelo aparelho fonador.

Actividades: p. 255

5.2. Descrição e classificação dos sons da fala

Como já foi referido, o módulo da gramática designado por Fonologia tem como objectivos centrais (i) a definição dos sons que desempenham funções linguísticas numa dada língua e (ii) a descrição e a explicação dos processos fonológicos que os sons de um sistema linguístico sofrem ou provocam, nas relações que estabelecem com outros sons contextualmente próximos. Estas tarefas da Fonologia recebem auxílio do trabalho desenvolvido na área da Fonética. Foi já dito que a fonética identifica, descreve e classifica os sons da fala a partir da observação das suas propriedades físicas. Essas propriedades podem ser de três tipos - articulatórias, acústicas e perceptivas -, estando cada uma delas relacionada com um ponto específico do percurso do som na comunicação verbal:



Neste capítulo, centrar-nos-emos na apresentação do trabalho que a Fonologia importa da Fonética articulatória¹³. Neste sentido, referir-se-ão, em seguida, as etapas de produção dos sons da fala e a informação que dessas etapas se recupera para a sua descrição e classificação.

A viagem do som

Para que haja **produção de fala**, é preciso que um comando cerebral inicial seja dado, no sentido da articulação final do som:

- no cérebro, existe informação linguística a ser fornecida por um polo emissor;
- essa informação entra no sistema nervoso central e é transmitida pelo sistema nervoso periférico aos músculos e órgãos que são activados no momento da produção de um som da fala (o conjunto de

¹³ A informação vinda da Fonética articulatória é, de facto, a que mais frequentemente tem sido usada pela Fonologia para a caracterização dos sons da fala. Sobre Fonética acústica e Fonética perceptiva, consulte-se Delgado-Martins (1988), Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990) e Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (1996).

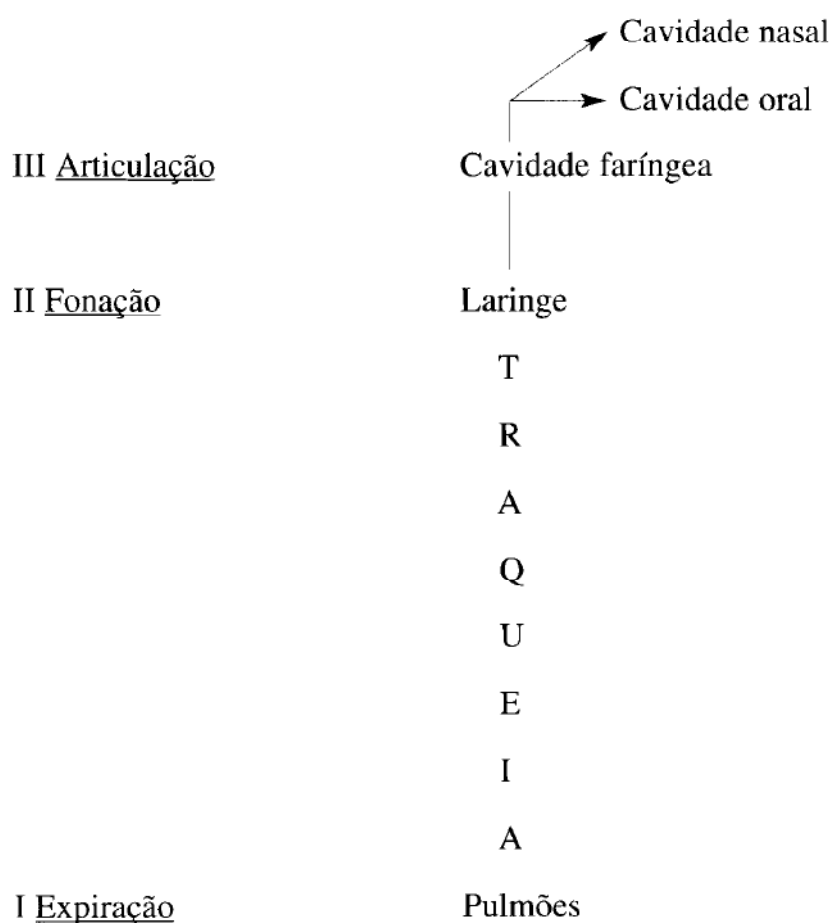
músculos e órgãos envolvidos na produção da fala é designado por **aparelho de produção de fala** ou **aparelho fonador**);

- recebida a informação, os órgãos e músculos designados para a tarefa de produção da fala entram em acção e produzem o som ou sons a que corresponde a informação linguística inicialmente contida no cérebro, concretizada no acto de fala.

Das várias etapas da produção dos sons da fala, a que é recuperada para a definição das características dos sons é a da activação dos músculos e órgãos do aparelho fonador. Os pulmões, a laringe, a faringe (ou cavidade faríngea), a boca (ou cavidade oral) e as fossas nasais (ou cavidade nasal)¹⁴ são as partes fundamentais do aparelho fonador observadas para a identificação das posições que os órgãos e músculos assumem no momento da produção dos sons da fala.

¹⁴ Nenhum destes elementos anatómicos tem como função exclusiva a produção de sons da fala: as suas funções primárias são a da respiração e a da ingestão de alimentos.

O som é uma massa de ar em movimento no aparelho fonador:



Essa massa de ar é gerada pelos **pulmões** (*fase I: expiração*), através de um movimento de expiração, e circula na traqueia até atingir a **laringe**, onde se situam as **cordas vocais** (os músculos mais importantes da laringe, para a produção de fala) e a **glote** (o espaço circunscrito entre as cordas vocais). Após atravessar a laringe, tendo provocado a vibração das cordas vocais ou não (*fase II: fonação*), a massa de ar entra nas cavidades supraglotais (cavidade faríngea ou faringe, cavidade oral e cavidade nasal). Nestas cavidades, a massa de ar é moldada e assume o seu formato final (*fase III: articulação*): o som da fala.

A massa de ar que constitui o som da fala é transmitida como sinal acústico em forma de onda sonora; esse sinal acústico é captado pelo aparelho auditivo do ouvinte, no polo receptor da comunicação, e é transmitido pelo sistema nervoso periférico ao sistema nervoso central, que o conduz ao cérebro do ouvinte, onde é decodificado.

Características articulatórias dos sons da fala¹⁵

Para a definição da identidade dos sons ou **segmentos fonéticos**, são determinantes a etapa da fonação e a da articulação (a fase da expiração é igual em todos os sons, logo, não permite distinções na sua caracterização).

¹⁵ Para a observação da representação mais detalhada do aparelho fonador, com identificação dos seus constituintes, consulte-se Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990) *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta. pp. 46-47.

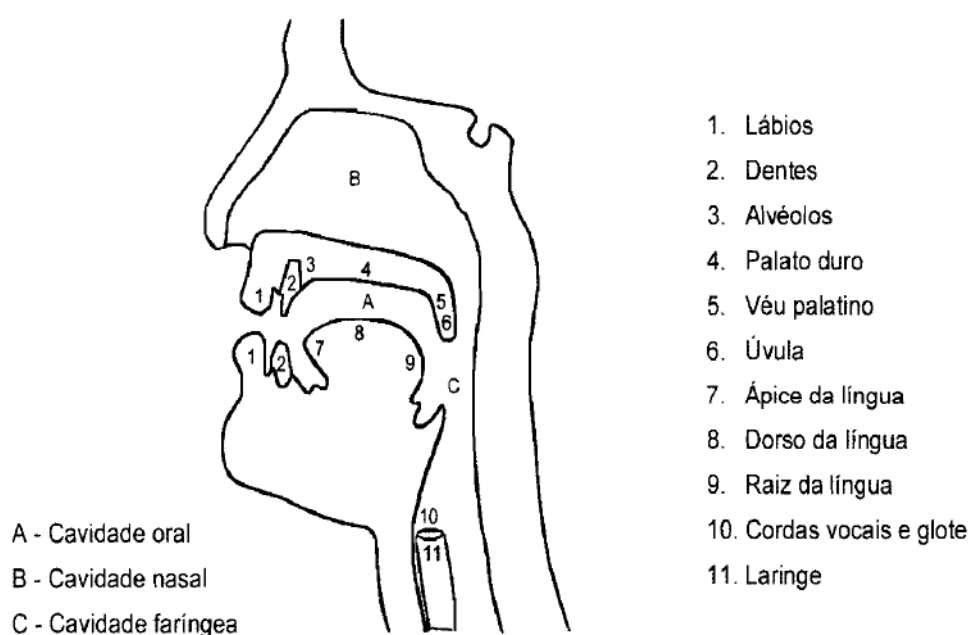


Figura 1 – Representação esquemática dos elementos do aparelho fonador envolvidos na produção de diferentes sons da fala.

¹⁶ Se se colocar a mão sobre a zona anterior do pescoço correspondente à da localização da laringe, é possível sentir a vibração das cordas vocais.

A etapa da fonação é responsável pela produção de **voz**: na laringe, o ar atravessa a glote, fazendo ou não vibrar as cordas vocais. Assim, a primeira forma de distinguir os sons entre si consiste em observar o que acontece nesta etapa da produção¹⁶:

- os sons **vozeados** ou **sonoros** são produzidos com vibração das cordas vocais;
- os sons **não vozeados** ou **surdos** são produzidos sem vibração das cordas vocais:

Sons do Português

Vozeados [b, d, g, v, z, ʒ, m, n, ñ, l, ʎ, ʎ̃, r, R, a, e, i, ε, e, i, o, u, j, w]

Não vozeados [p, t, k, f, s, ʃ]

É nas cavidades supraglotais que a massa de ar que constitui o som sofre mais transformações. A cavidade faríngea não desempenha um papel determinante na articulação dos sons do Português. Já a cavidade nasal permite distinguir os sons orais dos sons nasais. Um som é **nasal** sempre que há passagem simultânea do ar pela cavidade nasal e pela cavidade oral (o véu palatino¹⁷ afasta-se da parede rinofaríngea¹⁸ e permite a passagem simultânea do ar pela boca e pelas fossas nasais); um som é **oral** sempre que o ar atravessa a cavidade oral sem atravessar a cavidade nasal (o véu palatino toca na parede rinofaríngea e impede a passagem do ar pelas fossas nasais):

¹⁷ De acordo com o *Dicionário de Termos Linguísticos*, o véu palatino é a 'parte móvel e não óssea do palato que continua o palato duro e culmina na úvula'.

¹⁸ A parede rinofaríngea é uma zona de transição entre a cavidade oral e a cavidade nasal.

Sons do Português

Nasais [m, n, ñ, ã, õ, i, o, u, j, w]

Orais [p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʃ, ʒ, l, ʎ, ʎ̃, r, R, a, e, i, ε, e, i, o, u, j, w]

Das três cavidades supraglotais, a cavidade oral é a que desempenha um papel mais activo na formação de um som da fala. Na cavidade oral, existem elementos móveis, os **articuladores**, que se movimentam em direcção a zonas imóveis, para a formação dos vários sons. Os articuladores

mais importantes são os **lábios**, o **maxilar inferior**, a **língua** e o **véu palatino**.

Dos vários articuladores, a língua é o mais móvel, pelo que é tradicionalmente dividida em três partes: o **ápice** (ou ponta, na zona anterior), o **dorso** (zona central) e a **raiz** (zona posterior).

A forma como os articuladores se movimentam e o modo como a massa de ar que é o som atravessa a cavidade oral determinam a natureza dos segmentos:

- são **vogais** e **semivogais** todos os sons na produção dos quais o ar transita livremente na cavidade oral;
- são **consoantes** todos os sons na produção dos quais há obstruções à passagem do ar na cavidade oral.

Sons do Português

Vogais e semivogais [a, ɐ, ɨ, ε, e, i, ɔ, o, u, j, w]

Consoantes [p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʃ, ʒ, m, n, ɲ, l, ʎ, ʎ̃, r, ʀ]

Na produção das vogais, embora **ténues**, existem alguns movimentos dos articuladores na cavidade oral. A **abertura da cavidade oral** determina parcialmente a identidade das vogais:

Vogais do Português

Fechado	[i]	[i̯]	[u]
Médio	[e]	[ɐ]	[o]
Aberto	[ɛ]	[a]	[ɔ]

A projecção dos lábios (**arredondado/não arredondado**) e o movimento de recuo ou de avanço da raiz da língua (**recuado/não recuado**) são os dois outros parâmetros que permitem finalizar a caracterização das vogais do Português:

Classificação articulatória das vogais do Português

	não arredondado		arredondado
fechado	[i]	[ɨ]	[u]
médio	[e]	[ɐ]	[o]
aberto	[ɛ]	[a]	[ɔ]
	não recuado	recuado	

As semivogais [j] e [w] têm as mesmas características que as suas vogais correspondentes: [i]/[j] e [u]/[w]. Tradicionalmente, diz-se que a diferença entre cada elemento do par (vogal/semivogal) reside no tempo de produção: a produção de uma vogal dura mais tempo do que a produção da sua semivogal correspondente.

As consoantes distinguem-se entre si (i) pela forma como a massa de ar que é o som atravessa a cavidade oral (**modo de articulação**) e (ii) pela localização da obstrução criada pelos articuladores na cavidade oral (**ponto de articulação**).

Quanto ao *modo de articulação*:

- as consoantes são **oclusivas** quando há uma oclusão, ou seja, um toque dos articuladores na cavidade oral ([p, b, t, d, k, g]);
- as consoantes são **fricativas** quando os articuladores se aproximam, sem se tocarem, criando uma zona de fricção do ar ([f, v, s, z, ʃ, ʒ]);
- as consoantes são **vibrantes** quando existe movimento de vibração do articulador ([r, R]);
- as consoantes são **laterais**¹⁹ quando o ar passa pelas zonas laterais da língua ([l, λ, ʎ]).

¹⁹ O conjunto das laterais e das vibrantes é tradicionalmente designado como o grupo das líquidas.

Quanto ao *ponto de articulação*:

- as consoantes são **bilabiais** quando há movimento dos dois lábios ([p, b, m]);
- as consoantes são **labiodentais** quando o lábio do maxilar inferior se desloca em direcção aos dentes do maxilar superior ([f, v]);
- as consoantes são **dentais** quando o ápice da língua toca ou se aproxima dos dentes ([t, d, s, z]);

- as consoantes são **alveolares** quando o ápice da língua toca nos alvéolos ([l, n, r])²⁰;
- as consoantes são **palatais** quando o dorso da língua se eleva em direcção ao palato duro ([ʃ, ʒ, ɲ, ʎ]²¹);
- as consoantes são **velares** quando a raiz da língua exerce um movimento de retracção em direcção ao véu palatino ([k, g]);
- as consoantes são **uvulares** quando existe movimento da úvula ([R]).

Apresenta-se, em seguida, o quadro de classificação das consoantes do Português, quanto ao modo de articulação e quanto ao ponto de articulação:

Classificação articulatória das consoantes do Português

	bilabiais	labiodentais	dentais	alveolares	palatais	velares	uvulares
oclusivas	p, b		t, d			k, g	
fricativas		f, v	s, z		ʃ, ʒ		
nasais	m			n	ɲ		
laterais				l	ʎ		
vibrantes				r			R

A utilização de uma tipologia de classificação dos sons de base articulatória permite identificar grupos de segmentos que partilham determinadas propriedades físicas. Por exemplo, os segmentos na produção dos quais existe uma obstrução total à passagem do ar na cavidade oral constituem o grupo das consoantes oclusivas ([p, b, t, d, k, g]); os sons na produção dos quais existe projecção dos lábios constituem o grupo dos segmentos arredondados ([ɔ, o, u, w]); os sons na produção dos quais não existe vibração das cordas vocais constituem o grupo dos sons não vozeados ou surdos ([p, t, k, f, s, ʃ]). Cada um destes grupos constitui uma **classe natural**, ou seja, um conjunto de segmentos (i) que partilha determinado número de propriedades físicas (neste caso, articulatórias) e (ii) que sofre ou provoca processos fonológicos semelhantes²².

²⁰ Não existe consenso quanto à classificação articulatória do grupo [t, d, s, z, n, l, r]. A classificação aqui adoptada é a de Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990: 50). O segmento [ʃ] não surge na tabela de classificação articulatória apresentada nesta página por ter dois pontos de articulação: um ponto de articulação principal, alveolar, e um ponto de articulação secundário, correspondente a uma velarização.

²¹ Em Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990: 50), faz-se uma classificação deste grupo em pré-palatais ([ʃ, ʒ]) e palatais ([ɲ, ʎ]).

²² Por exemplo, em Português, as vogais sofrem fechamentos (ou elevações) em posição átona e, em alguns contextos, as consoantes palatais assumem o vozeamento da consoante que se lhes segue. Na secção 'Processos fonológicos', serão dados estes e outros exemplos de processos que afectam grupos de segmentos ou classes naturais do Português.

Sumário

Em síntese:

- a Fonética identifica, descreve e classifica os sons da fala a partir da observação das suas propriedades físicas;
- numa perspectiva articulatória, um som da fala é constituído por uma massa de ar em movimento no aparelho fonador;
- a observação da configuração dos órgãos e músculos do aparelho fonador na produção dos sons da fala permite-nos definir tipologias de classificação destas unidades.

Actividades: p. 257

5.3. Segmentos fonológicos

Retome-se a definição das tarefas da Fonologia:

- definição dos sons que desempenham funções linguísticas numa dada língua;
- descrição e explicação dos processos fonológicos que os sons de um sistema linguístico sofrem ou provocam, nas relações que estabelecem com outros sons contextualmente próximos.

Na secção anterior, vimos de que modo a Fonética fornece informação que pode ser reciclada em ferramentas gramaticais a usar na concretização da segunda tarefa da Fonologia (*descrição e explicação dos processos fonológicos que os sons de um sistema linguístico sofrem ou provocam, nas relações que estabelecem com outros sons contextualmente próximos*): uma tipologia de classificação articulatória dos sons da fala como a que foi apresentada constitui uma ferramenta gramatical fundamental para a descrição e a explicação dos processos fonológicos, ou seja, dos fenómenos que afectam os sons quando inseridos num contexto específico (relembre-se, a título ilustrativo, o caso já apresentado das diferentes produções da marca de plural em Português, em função da qualidade do segmento inicial da palavra seguinte). Nas várias línguas do mundo, é possível detectar processos fonológicos que ocorrem apenas com fricativas, outros que só se verificam com palatais ou ainda outros que afectam apenas nasais (na secção 'Processos fonológicos', serão apresentados alguns exemplos do Português).

Mas o cumprimento da primeira tarefa da Fonologia (*definição dos sons que desempenham funções linguísticas numa dada língua*) é independente do trabalho da Fonética. A metodologia usada na Fonologia para a identificação dos sons com função linguística num sistema (as **unidades fonológicas**) foi introduzida pela Fonologia estruturalista e é a que a seguir se explicita.

Como já foi referido, do conjunto de sons que o aparelho de produção de fala consegue produzir, apenas um subconjunto corresponde aos sons da fala usados em todas as línguas do mundo; desse conjunto de sons da fala usados nas línguas do mundo, apenas um subconjunto é usado como inventário de segmentos de uma língua específica. Por exemplo, o som [θ] da palavra <thing> é um som do inglês; muitos falantes do Português conseguem articular o som [θ] mas essa capacidade é meramente articulatória, não sendo por isso que o som [θ] faz parte do inventário de segmentos do Português. Por outro lado, há sons do Português que existem no nível fonético mas que não desempenham uma função gramatical fonológica no sistema: por exemplo, a palavra <aba> pode ser produzida de duas formas no Português, ['abə] e ['aβə]: no primeiro caso, a consoante é a oclusiva bilabial vozeada [b]; no segundo caso, a consoante é a oclusiva fricativada bilabial [β]. No entanto, em ambos os casos, a palavra tem o mesmo significado, o que mostra que a substituição de um som pelo outro é irrelevante para a definição da função que o som desempenha naquele contexto; a distinção é fonética, não fonológica. Mas, no par ['patə]/['batə] (<pata>/<bata>), a substituição da oclusiva bilabial não vozeada [p] pela oclusiva bilabial vozeada [b] provocou uma alteração de significado, o que prova que [p] e [b] desempenham funções fonológicas distintas no Português: são dois **fonemas** ou **segmentos fonológicos**²³ do Português (/p/ e /b/).

Em que consiste, então, a metodologia estruturalista de identificação de fonemas ou segmentos fonológicos de uma língua? A metodologia é designada como o processo de **comutação em pares mínimos**:

- contrastam-se duas palavras de uma língua com extensão e constituição idênticas (o **par mínimo**; exemplo: ['patə]/['batə]);
- a única diferença entre ambas as palavras consiste na substituição de um segmento por outro (a **comutação**; exemplo: ['patə]/['batə]);
- se os sons comutados (unidades fonéticas, representadas entre []) permitirem obter significados diferentes para as duas palavras, esses sons correspondem a **unidades distintivas**, ou seja, unidades com uma função fonológica na língua (os **fonemas** ou **segmentos fonológicos**, representados entre //); os fonemas são representações abstractas dos sons com função gramatical (fonológica) na língua;

²³ O termo 'fonema' é de base estruturalista; o termo 'segmento fonológico' é de base generativa.

quando falamos, não produzimos unidades abstractas mas sons fisicamente descritíveis: essas realizações concretas dos fonemas nos enunciados de fala são os seus **fonemes** (em ['patɐ], [p] é fone de /p/; em ['batɐ], [b] é fone de /b/);

- se os sons comutados não permitirem obter significados diferentes para as duas palavras (['abɐ]/['aβɐ]), esses sons não desempenham funções distintivas na língua, logo, não correspondem a fonemas diferentes mas a realizações fonéticas de um mesmo fonema (em Português, [b] e [β] são duas realizações fonéticas do fonema /b/, ou seja, dois **alofones** de um mesmo fonema).

A aplicação ao Português da metodologia estruturalista de detecção de fonemas (comutação em pares mínimos) permite-nos definir o quadro de fonemas ou segmentos fonológicos do Português:

Fonemas ou segmentos fonológicos do Português²⁴:

	Pares mínimos		Fonemas
<i>Consoantes</i>			
<i>oclusivas</i>	['patɐ]/['batɐ]	<pata>/<bata>	/p/ /b/
	['tɔkɐ]/['dɔkɐ]	<toca>/<doca>	/t/ /d/
	['katu]/['gatu]	<cacto>/<gato>	/k/ /g/
<i>fricativas</i>	['fakɐ]/['vakɐ]	<faca>/<vaca>	/f/ /v/
	['surɐ]/['zurɐ]	<surra>/<zurra>	/s/ /z/
	['aʃɐ]/['aʒɐ]	<acha>/<haja>	/ʃ/ /ʒ/
<i>nasais</i>	['mɛtɐ]/['nɛtɐ]	<meta>/<neta>	/m/ /n/
	['liɲu]/['limu]	<linho>/<limo>	/ɲ/ /m ²⁵ /
<i>laterais</i>	['falɐ]/['faʎɐ]	<fala>/<falha>	/l/ /ʎ/
<i>vibrantes</i>	['muru]/['muru]	<muro>/<murro>	/r/ /R/

²⁴ Alguns dos exemplos são retirados de Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (1996: 174-175).

²⁵ O fonema / m / já tinha sido definido no par mínimo anterior; a repetição surge para a identificação do fonema / ɲ /.

Semivogais

['paj]/['paw] <pai>/<pau> /j/ /w/

Vogais

orais ['pɔ]/['pɛ] <pó>/<pé> /ɔ/ /ɛ/

['rasɐ]/['risɐ] <raça>/<riça> /a/ /i/

['mɔru]/['muru] <morro>/<murro> /o/ /u/

['medu]/['mudu] <medo>/<mudo> /e/ /u/

nasais ['mẽtu]/['mitu] <manto>/<mito> /ẽ/ /i/

['pẽti]/['pɔti] <pente>/<pote> /ẽ/ /ɔ/

['fĩte]/['fite] <finta>/<fita> /ĩ/ /i/

['sõbrɐj]/['sɔbrɐj] <sombras>/<sobras> /õ/ /ɔ/

['mũdu]/['mudu] <mundo>/<mudo> /ũ/ /u/

Alguns destes fonemas têm apenas um **fone** (uma única realização fonética): é o caso de /f/, cuja única realização fonética possível é [f]. Mas há alguns fonemas com mais do que uma realização fonética possível (alofones): é o caso de /b/, com os alofones [b] e [β]. Em seguida, enunciam-se alguns fonemas do Português que apresentam mais do que uma realização fonética possível, os alofones desse fonema, identificados pela não alteração de significado após a comutação dos sons:

Exemplos de alofones no Português

<i>Pares mínimos</i>	<i>Ortografia</i>	<i>Fonema e respectivos alofones</i>		
['abɐ]/['aβɐ]	<aba>/<aba>	/b/	-	[b]/[β]
['fadɐ]/['faðɐ]	<fada>/<fada>	/d/	-	[d]/[ð]
['agɐtɐ]/['aɣɐtɐ]	<ágata>/<ágata>	/g/	-	[g]/[ɣ] ²⁶

Outro caso de **variação alofônica** no Português remete para o fonema /l/, o qual pode assumir dois formatos fonéticos, [l] ou [ɫ], conforme o seu contexto de ocorrência: (i) em início de sílaba, só [l] é possível (['lagu]

²⁶ Em termos articulatórios, os sons dos pares [b]/[β], [d]/[ð] e [g]/[ɣ] são semelhantes entre si, excepto no tipo de obstrução à passagem do ar na cavidade oral: [b, d, g] são oclusivas, logo, são produzidas com obstrução total: [β, ð, ɣ] são oclusivas fricativizadas, ou seja, são produzidas com aproximação mas não com toque dos articuladores.

²⁷ As duas excepções à natureza átona de [ɐ, i] ocorrem com [ɐ] antes de consoante nasal (cama ['kɐmɐ]) e de consoante palatal (lenha ['lɛɲɐ]).

e não *['ʎagu]; ['falu] e não *['faʎu]); (ii) em final de sílaba, só [ʎ] é possível (['mɛʎ] e não *['mɛl]; ['maʎtɐ] e não *['maltɐ]). Assim, o fonema /ʎ/ tem dois alofones em Português, [l] e [ʎ], cuja ocorrência é dependente do contexto. Finalmente, as vogais [ɐ] e [i] são também casos de variação alofónica no Português. Por ocorrerem geralmente²⁷ em posição átona, diz-se que são alofones de um fonema com o formato da vogal que surge em posição tónica (['pɛku]/[pɨ'kar]; ['seku]/[si'kar]; ['saku]/[sɐ'kar]).

Sumário

Em síntese:

- não é o facto de os falantes de uma língua saberem articular um som que torna esse som um elemento do inventário fonético dessa língua;
- o inventário fonético de uma língua (o conjunto de sons usados nessa língua para a produção de fala) pode ser mais lato do que o seu inventário fonológico;
- o inventário fonológico de uma língua é o conjunto de representações abstractas dos sons com função gramatical nesse sistema linguístico (os fonemas);
- a detecção de fonemas de uma língua é feita pelo processo de comutação em pares mínimos, segundo o qual se determinam o formato dos fonemas e as suas realizações fonéticas possíveis.

Actividades: p. 260

²⁸ O formato das regras ou dos princípios que dão conta dos processos fonológicos depende da linguagem formal adoptada em cada modelo teórico gramatical. Uma vez que o objectivo desta secção é o de explicitar alguns processos fonológicos do Português sem adoptar nenhum quadro teórico específico, as regras encontradas serão apresentadas apenas enquanto descrição do fenómeno em observação mas não formalizadas (para a utilização de regras fonológicas escritas numa linguagem formal, consulte-se Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990) e Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (1996)).

5.4. Processos fonológicos

Como foi referido anteriormente, existem segmentos ou grupos de segmentos (as classes naturais) que sofrem ou provocam sistematicamente as mesmas mutações em determinados contextos (os **processos fonológicos**). Porque são sistemáticos numa dada língua, esses processos fonológicos integram o módulo fonológico da gramática sob a forma de regras ou de princípios²⁸. Os processos fonológicos mais frequentes nas línguas do mundo podem ser distribuídos pelos cinco tipos que se seguem:

Tipos de processos fonológicos

- **inserção:** produção de um segmento que não existe na representação fonológica (em alguns dialectos do Português, [ɐ 'azɐ] <a asa> é produzido como [ɐj'azɐ], com inserção de uma semivogal);
- **supressão:** apagamento de um segmento que está representado na forma fonológica da palavra (em situação de fala espontânea, a vogal [i] do Português desaparece, como em [t'ʎadu] para [ti'ʎadu] <telhado> ou em [ɾ'paʃtu] para [ɾi'paʃtu] <repasto>);
- **assimilação:** identificação (total ou parcial) de um segmento com um outro segmento contextualmente próximo (em Português, uma fricativa palatal em final de sílaba adquire o vozeamento da consoante seguinte, como em ['kaʃtu] <casto> ([ʃ] é não vozeado porque [t] é não vozeado) e em ['muʒgu] <musgo> ([ʒ] é vozeado porque [g] é vozeado));
- **dissimilação:** diferenciação de um segmento relativamente a um outro segmento contextualmente próximo (nos pares ['leɲɐ]/['lɛɲɐ] e ['teʎɐ]/['tɛʎɐ], a vogal [e], produzida em alguns dialectos do Português, é transformada em [ɐ] no Português europeu padrão por afastamento das propriedades da vogal em relação às do segmento que a segue);
- **metátese:** transposição das posições dos segmentos (os erros *[ivɪɐ'sẽw̃] para [ilivɪ'sẽw̃] <elevação> e *[diʃpɛrɛti'zar] para [diʃpɛrɛzi'tar] <desparasitar>, constituem exemplos de metátese na produção de duas consoantes da palavra).

Observem-se agora alguns processos fonológicos do Português que envolvem consoantes. Retome-se o primeiro exemplo que foi dado, neste capítulo, de ocorrência sistemática de um processo fonológico no Português, o da alternância na qualidade da fricativa que marca o plural, condicionada pelo formato do segmento inicial da palavra seguinte:

Produção da marca do plural em Português

I	II	III
[ɐʃ 'kazɐʃ] <as casas>	[uʒ 'daduʃ] <os dados>	[uz 'aʃvuʃ] <os alvos>
[uʃpɪ'riɣuʃ] <os perigos>	[ɐʒ 'bɔɮɐʃ] <as bolas>	[ɐz'arjɐʃ] <as áreas>
[ɐʃ 'tɔkɐʃ] <as tocas>	[uʒ 'gatuʃ] <os gatos>	[ɐz 'abɐʃ] <as abas>

O processo em causa consiste numa assimilação. A consoante fricativa final da palavra assimila propriedades do segmento inicial da palavra seguinte: por exemplo, o [ʃ] do determinante é não vozeado porque o segmento seguinte ([k]) é não vozeado ([ʎʃ 'kazɐʃ]); o [ʒ] do determinante é vozeado porque o segmento seguinte ([d]) é vozeado ([uʒ 'daduʃ]). A observação do comportamento de [ʃ] em final de palavra leva à formulação da regra que dá conta do processo fonológico em causa:

- uma consoante fricativa em final de palavra produz-se como [ʃ] antes de consoante não vozeada;
- uma consoante fricativa em final de palavra produz-se como [ʒ] antes de consoante vozeada;
- uma consoante fricativa em final de palavra produz-se como [z] antes de vogal.

O processo de assimilação do vozeamento da consoante seguinte também se verifica quando a fricativa palatal ([ʃ] ou [ʒ]) se encontra em final de sílaba, no interior da palavra:

Fricativas palatais em final de sílaba, dentro da palavra

I

[ˈpaʃtɐ] <pasta>

[ˈpiʃku] <pisco>

[ˈraʃpɐ] <raspa>

[ˈkaʃkɐ] <casca>

[ˈseʃtɐ] <cesta>

II

[ˈmuʒgu] <musgo>

[ˈaʒnu] <asno>

[ˈfiʒgɐ] <fisga>

[ˈmeʒmu] <mesmo>

[ˈruʒgɐ] <rusga>

Tal como em final de palavra, também dentro da palavra:

- uma consoante fricativa em final de sílaba é produzida como [ʃ] antes de consoante não vozeada;
- uma consoante fricativa em final de sílaba é produzida como [ʒ] antes de consoante vozeada.

Um outro processo fonológico do Português relaciona-se com a produção da lateral alveolar. Como foi já afirmado, o fonema /l/ pode assumir dois formatos fonéticos ([l] ou [ɫ]), conforme o seu contexto de ocorrência. O [l] ocorre apenas em início de sílaba; o [ɫ] ocorre apenas em final de sílaba. Vejam-se os seguintes exemplos:

Lateral alveolar

I		II	
['lavɐ]	<lava>	['mɛɫgɐ]	<melga>
['lumɨ]	<lume>	['faɫtɐ]	<falta>
[ilu'zẽw̃]	<ilusão>	['maɫ]	<mal>
[ɐ'ladu]	<alado>	['suɫ]	<sul>

A regra que dá conta do processo fonológico observado é a seguinte:

- a consoante lateral alveolar é produzida como [l] em início de sílaba;
- a consoante lateral alveolar é produzida como [ɫ] (alveolar velarizada) em final de sílaba.

Observem-se agora alguns processos fonológicos que envolvem as vogais da língua em estudo. Vários dialectos do Português permitem a produção da vogal média e não recuada /e/ antes de uma consoante palatal (cf. coluna I em baixo); pelo contrário, uma das características do Português europeu padrão é a de não permitir a ocorrência daquela vogal antes de uma consoante palatal (cf. coluna II em baixo). Vejam-se os seguintes exemplos:

Vogal /e/ antes de consoante palatal

	I	II
<lenha>	['leɲɐ]	['lɛɲɐ]
<senha>	['seɲɐ]	['sɛɲɐ]
<telha>	['teɫɐ]	['tɛɫɐ]
<coelho>	[ku'eɫu]	[ku'eɫu]
<joelho>	[ʒu'eɫu]	[ʒu'eɫu]

A vogal /e/ é não recuada; as consoantes palatais /ɲ/ e /ʎ/, que surgem à direita da vogal, são também não recuadas. Ambos os segmentos em sequência, vogal e consoante palatal, têm em comum o facto de serem não recuados. Através de um processo fonológico de dissimilação que ocorre no Português europeu padrão, a vogal distancia-se da consoante palatal,

tornando-se recuada (o /e/ passa a ser produzido como [ɐ]). A dissimilação dá-se ao nível da propriedade articulatória 'recuado/não recuado' e é formulada na seguinte regra:

- a vogal /e/ transforma-se em [ɐ] antes de consoante palatal.

Observe-se um outro processo fonológico do Português, que afecta as vogais átonas ou não acentuadas²⁹. Uma mesma vogal fonológica é produzida com um formato fonético em posição tónica ou acentuada (formato esse igual ao da vogal fonológica) e com outro formato fonético em posição átona. Vejam-se os exemplos:

²⁹ Na secção seguinte, referir-se-á o funcionamento do acento no Português.

Vogais átonas

I Vogais tónicas

[ˈkazɐ] <casa>

[ˈraʃpɐ] <raspa>

[ˈɾɛgɐ] <rega>

[ˈmɛɫ] <mel>

[ˈmedu] <medo>

[ˈsedu] <cedo>

[ˈmɔdɐ] <moda>

[ˈɾɔtɐ] <rota>

[ˈlobu] <lobo>

[ˈfogu] <fogo>

II Vogais átonas

[kɐˈziɲɐ] <casinha>

[ɾɛʃpɐ ˈdɔɾ] <raspador>

[ɾigɐˈdɔɾ] <regador>

[mɪˈladu] <melado>

[mɪˈdɾikɐʃ] <medricas>

[siˈdiɲu] <cedinho>

[muˈdiʃtɐ] <modista>

[ɾuˈtɛjɾu] <roteiro>

[luˈbiɲu] <lobinho>

[fuˈgɛjɾɐ] <fogueira>

Como se pode verificar no conjunto de dados apresentado, as vogais /a, ɛ, e, ɔ, o/ alteram o seu formato fonético em posição átona (as vogais /i, u/ não sofrem alterações neste contexto, como se verifica nos exemplos [ˈlivru] <livro> / [livɾɐ ˈɾiɐ] <livraria> e [ˈmuru] <muro> / [muˈɾaʎɐ] <muralha>). Este processo fonológico é consequência do enfraquecimento das vogais em posição átona: o acento torna mais fortes as vogais, o que permite a manutenção do seu formato fonológico; contrariamente, a ausência de acento enfraquece as vogais, criando condições para a sua alteração.

A descrição do processo fonológico de enfraquecimento das vogais em posição átona é a seguinte:

Em posição átona,

- a vogal /a/ produz-se como [ɐ];
- as vogais /ɛ, e/ produzem-se como [ɨ];
- as vogais /ɔ, o/ produzem-se como [u].

Relembre-se a classificação das vogais quanto à abertura da cavidade oral:

Vogais do Português

fechado	[i]	[ɨ]	[u]
médio	[e]	[ɐ]	[o]
aberto	[ɛ]	[a]	[ɔ]

As vogais abertas são as mais fortes e as fechadas são as mais fracas. As vogais fonológicas /a, ɛ, e, ɔ, o/, que surgem em posição tónica, são abertas (/a, ɛ, ɔ/) ou médias (/e, o/); as vogais que surgem em posição átona são fechadas ([ɨ, u]) ou médias ([ɐ]). Assim, o processo fonológico em observação representa um fenómeno de enfraquecimento das vogais átonas, que consiste num movimento articulatorio de fechamento da cavidade oral.

Sumário

Em síntese:

- certos grupos de segmentos (as classes naturais) sofrem e provocam processos fonológicos comuns, os mais frequentes dos quais são as inserções, as supressões, as assimilações, as dissimilações e as metáteses;
- o módulo fonológico da gramática, para além de efectuar a tarefa da identificação dos sons com e sem função linguística no sistema, tem como objectivo central o de descrever e explicar os processos fonológicos que envolvem esses sons.

Actividades: p. 261

5.5. Aspectos prosódicos

Nesta secção, far-se-á referência às propriedades prosódicas do Português. Como já foi enunciado anteriormente, o módulo fonológico da gramática integra dois tipos de informação linguística: (i) a informação segmental (relativa aos segmentos e aos processos fonológicos que estes sofrem ou provocam numa língua) e (ii) a informação prosódica ou suprasegmental (relativa a processos que co-habitam com os segmentos na cadeia fónica mas cujo funcionamento envolve elementos hierarquicamente superiores, como o acento, a entoação, as pausas, o ritmo e a sílaba). Em seguida, far-se-á uma apresentação do modo como estes elementos prosódicos surgem no Português.

5.5.1 O acento

No início da escolaridade, aprendemos a distinguir a sílaba tónica da(s) sílaba(s) átona(s) de uma palavra através da seguinte metodologia: se 'chamarmos' a palavra, gritando, a sílaba que prolongamos corresponde à sílaba tónica ou acentuada daquela palavra (se 'chamarmos' o *Pedro*, a sílaba que prolongamos é *Pe* e não *dro*, logo, o acento está na sílaba *Pe*; do mesmo modo, se 'chamarmos' a palavra *reguila*, a sílaba prolongada é *gui*, logo, esta é a sílaba acentuada).

O acento institui, assim, esta relação de contraste entre sílabas dentro da palavra: em cada palavra, existe sempre uma sílaba acentuada, a mais forte, que se opõe à(s) restante(s) sílaba(s) não acentuada(s), a(s) mais fraca(s). Este contraste de forças entre a sílaba tónica e a(s) sílaba(s) átona(s) da palavra corresponde a valores fonéticos superiores de intensidade, de duração e de altura³⁰ na vogal da sílaba tónica.

Uma outra informação que nos é transmitida diz respeito à relação entre o facto prosódico 'accento' e a sua representação na ortografia: o acento só é representado na ortografia quando a sua ocorrência na palavra não segue a atribuição regular de acento no Português (por exemplo, a palavra <máscara> é acentuada graficamente porque a produção da palavra não segue a regra geral de acentuação do Português - ['maʃkərə]). O facto de palavras como <casa> ou <boca> não terem acento gráfico significa, não que as palavras não têm uma sílaba acentuada, mas que o acento segue o seu padrão regular de funcionamento no Português (['kazə] e ['bokə]). Todas as palavras lexicais (nomes, adjetivos, verbos e advérbios) são acentuadas. Tradicionalmente, afirma-se que as palavras gramaticais (artigos, preposições, conjunções, pronomes) não são acentuadas³¹.

Embora recaia sobre uma vogal, o acento é propriedade da sílaba e torna-a proeminente em relação à(s) outra(s) sílaba(s) da palavra. Cabe à Fono-

³⁰ Em termos fonéticos, a intensidade relaciona-se com a amplitude do som, a duração com o seu tempo de produção e a altura com a sua frequência fundamental (cf. Mateus, Andrade, Viana e Villalva, 1990 e Faria, Pedro, Duarte e Gouveia, 1996).

³¹ A questão da acentuação das palavras gramaticais é um assunto complexo e carece de investigação específica: a afirmação tradicional sobre o seu funcionamento acentual pode não ser integralmente verdadeira, se se considerarem determinados contextos de atribuição de acento na frase.

logia descrever a localização do acento, numa determinada língua. Tradicionalmente, é dito que o acento em Português tende a estar próximo do final da palavra e ocorre:

- na última sílaba, tornando a palavra oxítona ou **aguda** ([vu'gaʃ] <vogal>);
- na penúltima sílaba, tornando a palavra paroxítona ou **grave** (['kazɐ] <casa>);
- na antepenúltima sílaba, tornando a palavra proparoxítona ou **esdrúxula** (['maʃkɐɐ] <máscara>).

Assim, uma das formas de definir o local de ocorrência do acento em Português é dizer que o acento incide, na maior parte das palavras, sobre a *penúltima sílaba da palavra*:

Atribuição regular do acento em Português

I Nomes

['bokɐ] <boca>
['malɐ] <mala>
[kɐ'netɐ] <caneta>
['pɛɾnɐʃ] <pernas>

II Verbos

['falɐ] <fala>
[trɛʃ'pɔɾtɐ] <transporta>
[dɨ'zɛɲɐ] <desenha>
[ɐ'davɐ] <andava>

Ficam como exceções à regra geral de acentuação do Português (acentue-se a vogal da penúltima sílaba da palavra) casos como:

Exceções à atribuição regular do acento em Português

I Acento na última sílaba

[kɐ'fɛ] <café>
[vu'gaʃ] <vogal>
[fɐ'lar] <falar>
[tɨ'ɾɔɾ] <terror>

II Acento na antepenúltima sílaba

['maʃkɐɐ] <máscara>
['satirɐ] <sátira>
['seniku] <cénico>
['muzikɐ] <música>

³² Para a definição de radical e de tema, consulte-se o capítulo 3.

Outra forma de descrever o acento em Português consiste em dizer que *o acento recai sobre a vogal da última sílaba do radical* (nos nomes e nos adjetivos) *ou sobre a vogal da última sílaba do tema*³² (nos verbos):

Atribuição regular do acento em Português

I Nomes

[ˈbɔk+vɐ] <boca>

[kɐˈnɛt+vɐ] <caneta>

[ˈpɛrn+vɐʃ] <pernas>

[kɐˈfɛ+Ø] <café>

[vuˈgɐl+Ø] <vogal>

[tɨˈɾɔɾ+Ø] <terror>

II Verbos

[ẽˈda+vɐ] <andava>

[fɐˈla+r] <falar>

[trẽʃˈpɔrt+vɐ] <transporta>

Quando se acrescenta um sufixo derivacional ao radical, cria-se um radical derivacional, que apresenta as mesmas características de um radical 'simples', para efeito de atribuição de acento (a vogal acentuada é a da última sílaba do radical derivacional):

Acento em palavras com radicais derivacionais

[muˈdiʃt+vɐ] <modista>

[ruˈtɛjɾ+u] <roteiro>

[luˈbiɲ+u] <lobinho>

[fuˈgɛjɾ+vɐ] <fogueira>

Nesta perspectiva de análise do acento, restam como exceções os casos em que a vogal tónica é a penúltima do radical:

Exceções à atribuição regular do acento em Português

[ˈmaʃkɛr+vɐ] <máscara>

[ˈsatɨr+vɐ] <sátira>

[ˈmuzɨk+vɐ] <música>

Esta segunda análise do acento em Português, de base morfológica, é mais vantajosa por reduzir o número de exceções na gramática: casos como os de <café>, <vogal> e <falar>, considerados como exceções na primeira análise, são agora interpretados como casos de atribuição regular do acento.

5.5.2 A entoação

Quando produzimos um enunciado de fala, a cadeia fónica constituída pelos segmentos fonéticos produzidos em sequência encontra-se obrigatoriamente associada a uma melodia, que confere uma **entoação** específica ao enunciado. Os vários picos acentuais de uma frase, correspondentes aos acentos das palavras que a constituem, estabelecem relações entre si, que diferem conforme a proeminência dada a cada um desses picos acentuais dentro da frase. A curva desenhada por esses picos define o contorno entoacional de um enunciado de fala.

No Português, como em muitas línguas do mundo, as melodias assumem significado linguístico: um mesmo enunciado pronunciado com diferentes contornos entoacionais pode definir, por exemplo, o tipo de frase em questão. A frase *Hoje, vais ao cinema* pode assumir significados diferentes, consoante a curva entoacional³³ que lhe estiver associada:

Afirmção: *Hoje, vais ao cinema.*

Interrogação: *Hoje, vais ao cinema?*

Exclamação: *Hoje, vais ao cinema!*

Ordem: *Hoje, vais ao cinema!*

Dúvida: *Hoje, vais ao cinema?...*

Um enunciado de fala que não esteja associado a uma entoação específica torna-se artificial, semelhante à voz das máquinas que surgiam nos primeiros filmes de ficção científica. A entoação constitui assim um facto prosódico com função gramatical no Português e a sua ausência gera enunciados de fala agramaticais.

Tem vindo a ser demonstrado, na literatura sobre o assunto, que, no processo de aquisição, as crianças manipulam informação entoacional antes de tratarem a informação segmental. Existem registos de situações em que as crianças utilizam apenas a entoação para simular a comunicação: as primeiras tentativas de leitura, numa fase pré-escolar, são frequentemente constituídas apenas pela produção de sequências de som com o formato entoacional adequado à situação de leitura mas sem qualquer conteúdo segmental; quando o inventário lexical da criança é ainda reduzido, a simulação de uma conversa telefónica pode começar por consistir apenas na utilização dos contornos entoacionais usados pelo adulto nesta situação de comunicação, sem qualquer conteúdo segmental associado.

³³ Para visualização de algumas curvas entoacionais no Português, vejam-se os exemplos apresentados em Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990: 195-200) e em Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (1996: 199).

5.5.3 A organização temporal da fala

Quando falamos, as sequências de sons que produzimos organizam-se sequencialmente no eixo temporal. A forma como os falantes integram as sequências de sons no tempo de produção determina o tipo de enunciado construído. A não distribuição adequada das sequências de sons no eixo temporal pode tornar um enunciado imperceptível.

Para além do acento e da entoação, já mencionados, a lista de factos prosódicos inclui tradicionalmente as pausas e a velocidade de fala (ou débito). Estes dois últimos remetem directamente para a questão da organização temporal da fala. A fala é um contínuo fónico constituído pela produção de segmentos em cadeia (as **sequências fónicas**) e por unidades de silêncio ou outras interrupções (as **pausas**), distribuídas alternadamente no eixo temporal:

1. uma pausa é uma interrupção no contínuo fónico que constitui a fala. As pausas podem ser longas ou breves e representam-se na transcrição fonética com uma barra / (as pausas breves) ou com duas barras // (as pausas longas); as pausas podem ser de dois tipos:
 - 1.1. as **pausas silenciosas** (correspondem a uma parcela temporal na qual não se regista qualquer tipo de som);
 - 1.2 as **pausas preenchidas** (hesitações, repetições, falsas partidas, alongamentos de sílabas e produções de segmentos como [m:]³⁴, [i:], [e:], [ẽ:] ou outros).
2. uma sequência fónica é a unidade mínima de segmentação de um enunciado de fala e é constituída por uma cadeia de sons delimitada por silêncios (as pausas silenciosas).

³⁴ Os dois pontos a seguir ao segmento são o símbolo do Alfabeto Fonético Internacional para indicar um alongamento.

É difícil encontrar um falante que produza um enunciado extenso sem interrupções na cadeia fónica. O enunciado

A Ana fez anos ontem e nós organizámos uma festa. Foi divertidíssimo! Acabámos todos no largo do bairro a cantar os parabéns, com as velas do bolo acesas. Penso que ela adorou!

dificilmente será produzido sem a presença de pausas entre as sequências fónicas. Não é provável que um falante produza o enunciado a) mas sim o enunciado b):

- a) [ə'venə 'fez 'enuz 'õtẽĩ i nɔz orgəni'zəmuz umə 'feʃtə 'foj divi'rti'disimʊ əkə'bəmuʃ toduz nu'lərgu du 'bajru ə kẽ'tar uʃ pərə'bẽĩʃ kɔ əz 'veləz du 'bolu ə'sezəʃ 'pẽsu ki'elə ədu'ro];

b) [ɐ 'ɛnɐ 'fɛz 'ɛnuz 'õtẽĩ i nɔz ɔrgeni'zamuz umɐ 'fɛʃtɐ // 'foj divi'rti'disimu // ɛkɐ'bamuʃ toduʒ nu 'largu du 'bajru / ɐ kɛ'tar uʃ pɛrɐ'bẽĩʃ / kõ ɐʒ 'vɛlɐʒ du 'bolu ɐ 'sezɐʃ // 'pẽsu ki 'ɛlɐ ɐdu 'ro].

Em a), o enunciado é produzido como um contínuo sem interrupções, o que o torna artificial; pelo contrário, as pausas introduzidas no enunciado em b) fazem com que este se torne natural numa situação de fala espontânea, em Português. A propósito do contributo das pausas para a inteligibilidade dos enunciados, veja-se o que afirma Viana (1987: 98)³⁵:

'(...) o problema da segmentação prosódica do enunciado e, por conseguinte, da localização das pausas, é crucial. (...) por melhores que sejam as regras de geração do ritmo e da melodia, a naturalidade da fala encontrar-se-á comprometida se a segmentação não estiver correcta.'

³⁵ Viana, M. C. (1987) *Para a Síntese da Entoação em Português*. Dissertação para acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa - INIC.

Tanto as sequências fónicas como as pausas são medidas através do parâmetro da **duração**, o qual dá informação sobre o tempo que um falante usa na produção de uma sequência fónica ou de uma pausa; as relações que as durações das sequências fónicas e das pausas estabelecem entre si num enunciado contribuem para a determinação do seu **ritmo**. Outra questão que contribui para o ritmo de fala remete para a velocidade com que os falantes produzem a informação linguística. A **velocidade de elocução** mede-se em unidades de fala (normalmente, sílabas ou palavras) por unidade de tempo (normalmente, o segundo ou o minuto). Se, para uma mesma parcela temporal, o falante A produz um número determinado de unidades linguísticas e o falante B produz um número superior dessas unidades, diz-se que a velocidade de fala do falante B é mais elevada do que a velocidade de fala do falante A.

Tradicionalmente, diz-se que as pausas dos enunciados de fala são representadas pelos sinais de pontuação da ortografia (a vírgula, os dois pontos, o ponto final, o ponto de exclamação e o ponto de interrogação) e que a duração das pausas é consistente com a sua representação ortográfica: por exemplo, a duração das pausas é maior quando estas são representadas por um ponto final e menor quando são representadas por uma vírgula. Na leitura oral de textos, situação discursiva baseada na interpretação do registo escrito, os falantes nem sempre respeitam este princípio. No capítulo 8, veremos de que modo, e também neste aspecto, ortografia e oralidade constituem sistemas com funcionamentos distintos, que estabelecem relações complexas entre si.

5.5.4 A sílaba

A unidade prosódica **sílaba** existe numa relação estreita com os segmentos e, na hierarquia das unidades linguísticas, situa-se entre o nível dos segmentos e o da palavra:

PALAVRA	<i>casa</i>
SÍLABA	<i>ca.sa</i>
SEGMENTO	<i>c-a-s-a</i>

Nas gramáticas tradicionais, a sílaba é entendida como um grupo de sons pronunciado numa só expiração³⁶. Quando se pede a um falante para dividir a palavra em parcelas de som, este não o faz separando sons mas sim grupos de sons (a palavra *casa* não será dividida em *c-a-s-a* mas sim em *ca-sa*). Cada grupo ou sílaba contém normalmente uma vogal.

A sílaba constitui, assim, uma unidade superior aos segmentos, que agrupa sons dentro da palavra e cujas fronteiras são intuitivamente detectáveis pelos falantes de uma língua, alfabetizados ou não alfabetizados. Vários trabalhos sobre o funcionamento das sílabas nas línguas do mundo têm mostrado que esta não é apenas uma unidade de descrição da estrutura fónica das palavras: o seu papel no processamento da informação verbal é evidente em tarefas cognitivas de reconhecimento da cadeia fónica, sendo frequentemente classificada como uma unidade 'intuitiva'. A existência de sistemas ortográficos de base silábica e a frequência com que usamos jogos linguísticos infantis³⁷ com manipulação da sílaba ou de partes da sílaba também argumentam a favor da realidade psicológica desta unidade gramatical.

Um falante do Português divide intuitivamente a palavra [*'malə*] <mala> em duas sílabas ([*'ma.lə*]) e a palavra [*bu 'ra.fɐ*] <borracha> em três sílabas ([*bu.'ra.fɐ*]). Cada uma das sílabas identificadas nas duas palavras corresponde à estrutura silábica mais frequente nas línguas do mundo: uma consoante seguida de uma vogal (estrutura CV)³⁸. Por este motivo se diz que CV é o formato da sílaba universal.

A sílaba (representada por σ) pode ser entendida como sendo composta por constituintes silábicos hierarquicamente organizados:

- **Núcleo:** o único constituinte obrigatoriamente preenchido em qualquer sílaba de qualquer língua é o Núcleo (Nu), que inclui normalmente uma vogal;

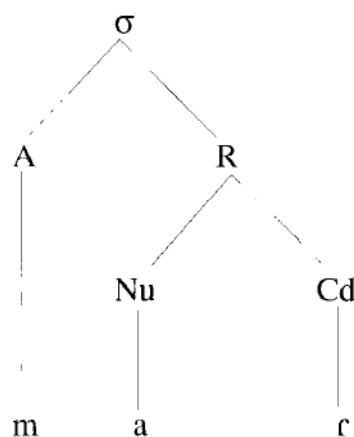
³⁶ Veja-se, por exemplo, C. Cunha e L. Cintra (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.

³⁷ Na secção seguinte deste capítulo, observa-se-á de que modo esses jogos se constroem.

³⁸ O símbolo C representa uma consoante, o símbolo V representa uma vogal e o símbolo G representa uma semi-vogal (ou glide).

- **Ataque:** o Núcleo pode estar precedido por consoantes; esta posição que precede o Núcleo é o Ataque (A);
- **Coda:** o Núcleo pode ainda estar seguido por consoantes; esta posição que segue o Núcleo é a Coda (Cd);
- **Rima:** porque os segmentos que seguem a vogal (os que estão na Coda) têm mostrado estabelecer relações de maior afinidade com esta do que os segmentos que a precedem (os que estão no Ataque), diz-se que Núcleo e Coda fazem parte de um mesmo constituinte hierarquicamente superior, a Rima (R).

A representação que corresponde à organização interna da sílaba acima apresentada é a que a seguir se apresenta, sob a forma de um diagrama em árvore:



Estas ferramentas gramaticais têm-se revelado eficazes na descrição da estrutura silábica das línguas.

Com o recurso às ferramentas acima apresentadas, faça-se agora a descrição dos tipos de Ataques, de Rimas, de Núcleos e de Codas que o Português apresenta. Em Português, as posições Ataque e Coda são preenchidas por consoantes e a posição Núcleo é preenchida por uma vogal ou por uma sequência que contenha uma vogal e uma semivogal (um ditongo). Veja-se a seguinte tipologia dos constituintes silábicos e a sua composição segmental no Português:

Constituintes silábicos no Português

1. O **Ataque** pode ser de três tipos:
 - 1.1. Ataque vazio (não é segmentalmente preenchido: ['a.bɐ] <_aba>);
 - 1.2. Ataque simples (é preenchido por uma consoante: ['ba.lɐ] <bala>);
 - 1.3. Ataque complexo (é preenchido por mais do que uma consoante: ['kra.vu] <cravu>).
2. A **Rima** pode ser de dois tipos:
 - 2.1. Rima não ramificada (é constituída apenas pelo Núcleo: ['pa.tɐ] <pata> e ['paw.tɐ] <paua>);
 - 2.2 Rima ramificada (é constituída por um Núcleo seguido de uma consoante em Coda: ['par.tu] <parto>, ['paʃ.tɐ] <pasta> e ['faʃ.tɐ] <falta>).
3. O **Núcleo** pode ser de dois tipos:
 - 3.1. Núcleo não ramificado (é preenchido por uma vogal: ['pa.tɐ] <pata>);
 - 3.1. Núcleo ramificado (é preenchido por uma vogal e por uma semi-vogal: ['paw.tɐ] <paua>).
4. A **Coda** pode ser de dois tipos:
 - 4.1. Coda não ramificada (é preenchida por uma consoante: ['par.tu] <parto>);
 - 4.2. Coda ramificada³⁹ (é preenchida por mais do que uma consoante: [pɨrʃ.pɐ 'tɨvɐ] <perspectiva>).

³⁹ Esta é uma estrutura muito pouco frequente no português.

Vejam-se exemplos do Português que ilustram várias hipóteses de preenchimento segmental dos vários constituintes silábicos:

• Ataques:

a. Ataques vazios

[ɐ.'rɐ.nɐ] <_aranha>

[i.lɨ.'fɛ.tɨ] <_elefante>

b. Ataques simples

['bi.fu] <bibicho>

['sa.pu] <sasapu>

[mɐ.'ka.ku] <mamacaco>

['lu.lɐ] <lula>

['ra.tu] <raratu>

c. Ataques complexos

[kru.ku.'di.lu] <crocodilo>

['kɔ.brɐ] <cobra>

['tru.tɐ] <truta>

[flɐ.'mĩ.gu] <flamingo>

['plɛ.tɐ] <planta>

• **Rimas:**

a. Rimas não ramificadas

['bi.fu] <bicho>

['lu.lɐ] <lula>

['kɔ.brɐ] <cobra>

['faw.nɐ] <fauna>

['uj.vu] <uivo>

['pɐj.ʃi] <peixe>

b. Rimas ramificadas

['por.ku] <porco>

['gar.sɐ] <garsa>

['poʃ.vu] <polvo>

['mɛʃ.ru] <melru>

['pɛʃ.kɐ] <pesca>

['muʒ.gu] <musgo>

• **Núcleos:**

a. Núcleos não ramificados

['lu.lɐ] <lula>

['kɔ.brɐ] <cobra>

['bi.fu] <bicho>

b. Núcleos ramificados

['pɐj.ʃi] <peixe>

['faw.nɐ] <fauna>

['uj.vu] <uivo>

• **Codas:**

a. Codas não ramificadas

['gar.sɐ] <garsa>

['mɛʃ.ru] <melru>

['pɛʃ.kɐ] <pesca>

['muʒ.gu] <musgo>

b. Codas ramificadas

[pɪrʃ.pɛ.'ti.vɐ] <perspectiva>

[pɪrʃ.pi.'kaʃ] <perspicaz>

Os Ataques simples são preenchidos por qualquer consoante fonológica do Português (em Ataque de sílaba no início de palavra, só /r/ e /ɲ/ não ocorrem). Os Ataques complexos mais frequentes são os que apresentam uma oclusiva seguida de líquida (/pr/, /br/, /tr/, /dr/, /kr/, /gr/ e /pl/, /bl/, /tl/, /kl/, /gl/) ou uma fricativa seguida de líquida (/fr/, /vr/ e /fl/). Como se verifica, a líquida é sempre /l/ ou /r/. Há ainda outros grupos consonânticos que podem ocorrer no Português: é o caso de /pn/ em ['pneu] <pneu>, de /ft/ em ['aftɐ] <afta>, de /kt/ em ['paktu] <pacto>, de /ps/ em [psi'kolugu] <psicó-logo> e de /bs/ em [ɐbsɔʃ'ver] <absolver>. Mas estes grupos

consonânticos são muito menos frequentes do que os anteriormente referidos.

Um Núcleo silábico contém obrigatoriamente uma vogal. Em Português, todas as vogais da língua podem ocorrer nesta posição silábica. Como se verificou, o Núcleo pode ou não ser ramificado. Quando ramifica, é preenchido por um **ditongo** (o conjunto de uma vogal e de uma semivogal):

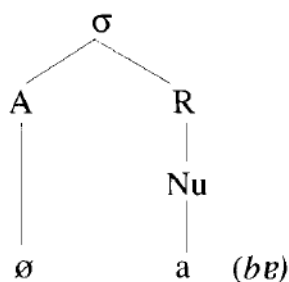
- uma sequência VG (vogal+semivogal) é um **ditongo decrescente** ([ˈpaɨ] <pai>);
- uma sequência GV (semivogal+vogal) é um **ditongo crescente** ([ˈpjaɹ] <piar>).

As Codas são, na grande maioria das palavras do Português, não ramificadas e preenchidas pelos três fonemas /r/, /l/ (este último, com o formato fonético [ʎ]) e /j/ (com os formatos fonéticos [j, ʒ]). Excepcionalmente, é possível encontrar Codas ramificadas ([pɨɾʃ.pɛ.ˈti.vɐ] <perspectiva>), nas quais a segunda consoante é sempre um [ʃ].

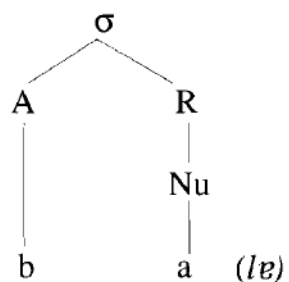
Como conclusão desta secção, apresentam-se em seguida, sob a forma de diagramas em árvore, as representações dos padrões silábicos mais frequentes no Português:

1. Os **Ataques** são representados do seguinte modo (nas palavras <_aba>, <bala> e <cravo>:

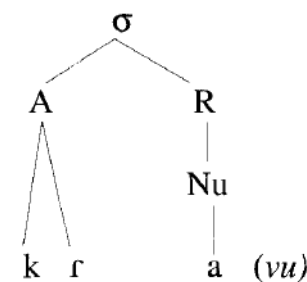
1.1. *Ataque vazio*



1.2. *Ataque simples*

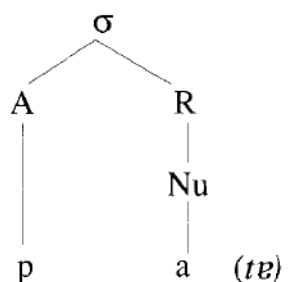


1.3. *Ataque complexo*

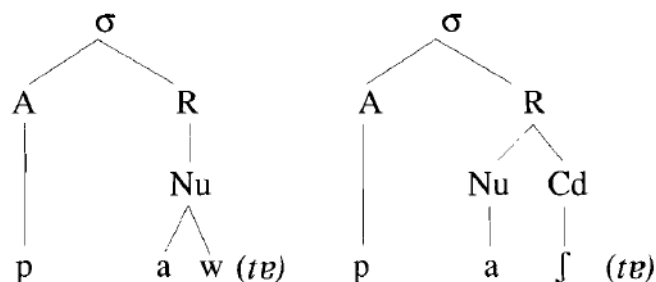


2. As **Rimas** são representadas do seguinte modo (nas palavras <pata>, <pauta> e <pasta>:

2.1. *Rimas não ramificadas*



2.2. *Rimas ramificadas*



Sumário

Em síntese:

O módulo fonológico da gramática integra dois tipos de informação linguística:

1. *a informação segmental*

(relativa aos segmentos e aos processos fonológicos que estes sofrem ou provocam numa língua);

2. *a informação prosódica ou suprasegmental*

(relativa a processos que co-habitam com os segmentos na cadeia fónica mas cujo funcionamento envolve elementos hierarquicamente superiores, como o acento, a entoação, as pausas, o ritmo e a sílaba).

Actividades: p. 264

5.6. O papel da sílaba na estruturação do conhecimento fonológico

No processo de aquisição de uma língua, ao observarmos as primeiras palavras das crianças, verificamos que elas respeitam desde o início princípios de organização silábica: a informação inicialmente recuperada pertence à sílaba tónica ([ˈpa] para [ˈpatu] <pató> ou [ˈkɛ] para [ˈkɛmɪ] <creme>) e apresenta não só a vogal tónica mas toda a informação silábica e segmental que a criança já é capaz de produzir. Embora a extensão das primeiras palavras seja reduzida à produção de uma ou de duas sílabas, o formato fonético dominante das primeiras palavras não é o de formas com um só som mas o de grupos de sons (CV ou CVCV), que tendem a obedecer ao padrão silábico universal CV. Estes factos mostram que, na aquisição de uma língua, a primeira unidade linguística a emergir na produção é a sílaba. A observação do comportamento verbal da criança no processo de desenvolvimento silábico permite-nos estudar, desde o início da produção, o modo como o conhecimento linguístico (neste caso concreto, o conhecimento fonológico) se organiza e que tipo de hierarquias são respeitadas na estabilização desse conhecimento.

⁴⁰ Exemplo retirado de Freitas, M. J. (1993) 'Sílabas e desenvolvimento fonológico: questões preliminares'. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 10.

Rapidamente, em situação de interacção verbal ou outras, as crianças usam a **silabação** (processo de divisão da palavra em sílabas) como estratégia comunicativa. Veja-se o seguinte exemplo⁴⁰, no qual a situação é a de uma mãe que *arregaça* as mangas de um casaco, ao mesmo tempo que diz a um adulto que a Laura (a criança, com a idade de 2 anos e 7 meses) designa aquela acção através do uso do verbo '*mangar*':

MÃE:	Instintivamente, é ' <i>mangar</i> '.	
LAURA:	Não. Regaçar [rɨgɐ'sarɨ].	
MÃE:	Arregaçar [ɐ/ri/gɐ/'sar].	
LAURA:	Não. Regaçar [rɨ/gɐ/'sa/rɨ].	<i>SILABAÇÃO</i>

Numa outra situação, a Laura descreve um desenho:

MÃE:	É uma...?	
LAURA:	É uma...?	
MÃE:	Cha...[ʃɐ]	
LAURA:	Miné [mi'nɛ].	
MÃE:	Diz lá...	
LAURA:	Chaminé [ʃɐmi'nɛ].	
MÃE:	Outra vez...	
LAURA (irritada):	Chaminé [ʃɐ/mi/'nɛ].	<i>SILABAÇÃO</i>

As crianças, como os falantes não alfabetizados, manipulam intuitivamente a unidade linguística sílaba, enquanto unidade rítmica da fala, sem que ninguém lhes tenha fornecido informação explícita sobre o seu funcionamento. Este comportamento das crianças e dos falantes não alfabetizados argumenta a favor da realidade psicológica da sílaba.

O estudo do desenvolvimento silábico na aquisição do Português confirma o facto de os constituintes silábicos desempenharem um papel importante na aquisição das sílabas. Tal como foi já atestado em outras línguas, as crianças portuguesas começam por produzir estruturas silábicas não ramificadas (as estruturas não ramificadas mantêm-se como tal; as estruturas ramificadas são transformadas em não ramificadas, como se vê nos exemplos que se seguem):

- *Ataques simples* ([ˈpatu] <pato> é produzido como [ˈpa] e [ˈkrɛmɨ] <creme> é produzido como [ˈkɛ]);
- em algumas línguas, *Ataques vazios* ([ˈagwɐ] <_água> é produzido como [ˈa]);
- *Rimas não ramificadas* ([ˈpatu] <pato> é produzido como [ˈpa] e [ˈbaɫdɨ] <balde> é produzido como [ˈbaɫdɨ]);
- *Núcleos não ramificados* ([ˈpai] <pai> é produzido como [ˈpa]).

As estruturas silábicas que mais tarde estabilizam são as que correspondem (i) a Rimas ramificadas (vogal seguida de consoante, como em <balde>), (ii) a Núcleos ramificados (ditongos, como em <dois>) e (iii) a Ataques complexos (duas consoantes no início da sílaba, como em <creme>). Resumindo, a **ordem de aquisição e de estabilização** do funcionamento dos constituintes silábicos na aquisição das línguas tende a ser a seguinte:

Ordem de estabilização dos constituintes silábicos

I	<i>Ataque simples</i>	<pat <u>o</u> >	[ˈpa]
		<cr <u>e</u> me>	[ˈkɛ]
	<i>Ataque vazio</i>	<_á <u>g</u> ua>	[ˈa]
	<i>Rima não ramificada</i>	<ba <u>l</u> de>	[ˈbaɫdɨ]
		<fe <u>s</u> ta>	[ˈfɛtɐ]
	<i>Núcleo não ramificado</i>	<pat <u>o</u> >	[ˈpa]
		<pai>	[ˈpa]
II	<i>Rima ramificada</i>	<fe <u>s</u> ta>	[ˈfɛʃtɐ]
		<ba <u>l</u> de>	[ˈbaɫdɨ]
III	<i>Núcleo ramificado</i>	<pai>	[ˈpai]
IV	<i>Ataque complexo</i>	<cr <u>e</u> me>	[ˈkrɛmɨ]

A construção de uma escala de desenvolvimento silábico com base nos constituintes silábicos e nos segmentos que lhes estão associados é útil, por exemplo, para o fornecimento de uma ferramenta linguística a ser usada por médicos e por terapeutas da fala no diagnóstico de patologias da fala.

A observação das estratégias de aquisição presentes nas crianças com um desenvolvimento regular contribui para a identificação das estratégias mais naturais a usar no tratamento dessas patologias da fala.

O que vários trabalhos de investigação sobre a aquisição da estrutura silábica das línguas têm mostrado é que as ferramentas gramaticais usadas para o tratamento da sílaba são eficazes para a descrição e para a explicação das várias fases de desenvolvimento silábico que as crianças atravessam. Uma vez mais, a realidade psicológica da sílaba e dos seus constituintes (Ataque, Rima, Núcleo e Coda) é confirmada, desta feita, pelos dados da aquisição.

Argumentação adicional a favor da realidade psicológica dos quatro constituintes silábicos referidos vem da produção de *lapsi linguae* correspondentes a metáteses (permutas de posições de partes de sílabas dentro da palavra ou entre palavras). Vejam-se alguns exemplos:

- <cavala> [kə'valu] é produzido como [və'kalu] (troca entre os Ataques das duas primeiras sílabas);
- <elevação> [ilivə'sẽw] é produzido como [ivilə'sẽw] (troca entre os Ataques das segunda e terceira sílabas);
- <a pata na poça>⁴¹ [ə 'patə nə 'pɔsə] é produzido como [ə 'pɔtə nə 'pasə] (troca entre os Núcleos das sílabas iniciais de <pata> e de <poça>).

⁴¹ Exemplo retirado de Faria, I. M. A. Costa, I. Duarte e M. J. Freitas (1994) 'Se o paradigma da ciência cognitiva se tornasse dominante no âmbito da educação, que mudanças poderíamos esperar ao nível do ensino da língua materna?'. In I. Duarte e I. Leiria (eds) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. II. Lisboa: APL.

⁴² Idem.

Os jogos linguísticos ou cantilenas com que as crianças têm contacto ainda na fase pré-escolar também fazem apelo a este tipo de procedimento. Na cantilena <O rato roeu a rolha da garrafa do rei da Rússia!>⁴², o jogo linguístico é feito com a manipulação do Ataque que, em cada uma das palavras, é preenchido pelo som [R].

O trabalho experimental desenvolvido por vários autores tem demonstrado a importância dos constituintes silábicos na velocidade de processamento:

- os constituintes silábicos constituem veículos de acesso lexical;
- a velocidade de reconhecimento de um segmento está relacionada com a estrutura silábica em que este se insere (um segmento inserido numa sílaba CV é reconhecido mais rapidamente do que um segmento inserido numa estrutura CVC, CCV ou CCVC).

O treino de manipulação silábica nos primeiros anos de escolaridade, através (i) da explicitação simplificada da estrutura das sílabas pelo professor e (ii) da resolução ou da construção de jogos linguísticos pelos alunos (cf. a secção *Actividades* neste capítulo), permite aumentar a velocidade de processamento em operações cognitivas de acesso lexical, com repercus-

sões evidentes no melhoramento da *performance* linguística em situações de leitura oral (quanto mais rápido for o acesso lexical, menos hesitações serão produzidas pelo aluno na leitura oral).

Sumário

- a observação do comportamento verbal da criança no processo de desenvolvimento silábico permite-nos estudar, desde o início da produção, o modo como o conhecimento linguístico (neste caso concreto, o conhecimento fonológico) se organiza e que tipo de hierarquias são respeitadas na estabilização desse conhecimento;
- o estudo do desenvolvimento silábico na aquisição do Português confirma o facto de os constituintes silábicos desempenharem um papel importante na aquisição das sílabas. Tal como foi já atestado em outras línguas, as crianças portuguesas começam por produzir estruturas silábicas não ramificadas, sendo a estabilização das estruturas ramificadas mais tardia;
- a sílaba e os seus constituintes são ferramentas gramaticais adequadas à construção de uma escala de desenvolvimento silábico, com aplicações nas áreas do diagnóstico clínico e da terapia da fala.

Actividades: p. 269

Leituras complementares

DELGADO MARTINS, M. R.

- (1988) *Ouvir Falar. Introdução à Fonética do Português*. Lisboa: Caminho. Cap.s 1, 7, 10 e 11.

FROMKIN, V. & R. RODMAN

- (1988) *An Introduction to Language*. 4.º edição. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston. Cap.s 2., 3. e 10. Tradução portuguesa, *Introdução à Linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina. 1994.

FARIA, I., E. PEDRO, I. DUARTE e C. GOUVEIA (ORGS)

- (1996) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Cap.s 3 e 4.

MATEUS, M. H., A. ANDRADE, M. C. VIANA e A. VILLALVA

- (1990) *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta. Secções 'Fonética' e 'Fonologia'.

Actividades

Relações entre sons da fala e ortografia

A

1. Na lista de palavras que se segue, sublinhe os grafemas que representam o som [a]:

vila, casario, chaminés, janela, portas, corrimãos, quartos, salas, camas, cadeiras, bancos, mesas, pratos, latas, garrafas, facas, garfos, alimentos

2. Na lista de palavras que se segue, sublinhe os grafemas que representam o som [ɔ]:

exposição, fogo, lojas, pavilhões, História, rio, lodo, povos, torre, fogos, povo, século, espectáculo, luminoso, ovo, Colombo, ovos

3. Na lista de palavras que se segue, sublinhe os grafemas ou dígrafos que representam o som [s]:

caça, pássaro, saco, cerca, sangue, massacre, passeio, excursão, casa, faisão, perdiz, raposa, mesa, refeição, assado, convívio, discussão

4. Na lista de palavras que se segue, sublinhe os grafemas ou dígrafos que representam o som [z]:

exame, zoologia, desenho, zebra, azar, exigente, preguiçoso, exercício, saber, aprendiz, escola, exacto, persistente, aprendizes, gazela, bisonte,

5. Apresente quatro palavras nas quais detecte o som [ʃ] grafado de quatro formas distintas, sublinhando o respectivo grafema ou dígrafo.

6. Apresente a transcrição fonética dos seguintes enunciados:

José Saramago _____

Prémio de Literatura _____

Ensaio sobre a Cegueira _____

Memorial do Convento _____

Todos os Nomes _____

Deste Mundo e do Outro _____

História do Cerco de Lisboa _____

7. Assinale com V as transcrições correspondentes a produções possíveis no Português e com F as que não são:

<i>tela</i>	['tɛlɐ] ____	['tɛʎɐ] ____
<i>pasto</i>	['paʒtu] ____	['paʃtu] ____
<i>fisga</i>	['fiʒgɐ] ____	['fiʃgɐ] ____
<i>pala</i>	['pɐlɐ] ____	['palɐ] ____
<i>terra</i>	['tɛrɐ] ____	['tʁɐ] ____
<i>magô</i>	['magu] ____	['mayu] ____
<i>fato</i>	['fato] ____	['fatu] ____
<i>guerra</i>	['gɛrɐ] ____	['gɛrɐ] ____
<i>lição</i>	[li'sɛw̃] ____	[li'sɛũ] ____
<i>fado</i>	['faðu] ____	['fadu] ____
<i>botões</i>	[bu'tõĩʃ] ____	[bu'tõĩʃ] ____

⁴³ Alguns dos exercícios de tipo B foram inspirados em Freitas M. J., e A. Santos (1999) "O papel da sílaba na estruturação do conhecimento fonológico." Comunicação apresentada ao 3.º Encontro Nacional de APP, Póvoa de Varzim, 1999.

B⁴³

(Actividades para alunos do 3.º ao 6.º anos: identificação da unidade 'som da fala' através da explicitação das relações complexas que se estabelecem entre os sons e a sua representação ortográfica)

1. Depois de ter apresentado à turma as várias letras que podem representar o som [s],
 - organize os alunos por grupos e anuncie que vai iniciar um jogo;
 - distribua a cada grupo uma associação possível do [s] a uma letra do Português;
 - anuncie que o grupo vencedor do jogo é aquele que mais rapidamente listar 10 palavras ilustrativas da relação som [s]/ortografia x que lhe foi distribuída.

Repita este exercício com sons que podem ser associados a mais do que um grafema ou dígrafo e com grafemas que representam mais do que um som.

2. Organize os alunos em grupos. Apresente a cada grupo de alunos um som (por exemplo, o [m]). Em seguida, peça a cada grupo que construa um pequeno texto no qual cada palavra contenha obrigatoriamente o som que

lhe foi distribuído (no exemplo referido, o [m]). No final da execução da tarefa, cada texto é escrito no quadro e lido em voz alta por um elemento do grupo.

Descrição e classificação dos sons da fala

A

8. Dos segmentos do Português que a seguir se listam, sublinhe os que não são vozeados:

[p, a, f, t, s, k, i, w, g, e, ʃ, l, m, n, o, d, ε]

9. Apresente a listagem de todos os segmentos nasais do Português, exemplificando com transcrições fonéticas de palavras desta língua.

10. Das vogais abaixo listadas, sublinhe as que são articulatoriamente classificadas como vogais recuadas:

[a, e, i, ε, e, i, o, u]

11. Das vogais abaixo listadas, sublinhe as que são articulatoriamente classificadas como vogais fechadas:

[a, e, i, ε, i, o, u]

12. Na lista que se segue, assinale todos as consoantes fricativas vozeadas:

[ʒ, i, t, s, k, i, w, g, e, ʃ, l, f, z, n, o, d, p, v]

13. Apresente seis exemplos, em transcrição fonética, de palavras do Português com diferentes consoantes oclusivas em posição inicial de palavra.

14. Apresente exemplos, em transcrição fonética, de duas palavras do Português que terminem em consoante lateral alveolar velarizada e de duas palavras da mesma língua que terminem em consoante vibrante alveolar.

15. Associe, através de uma linha, cada consoante da coluna I ao seu ponto de articulação na coluna II:

I	II
[m]	velar
[v]	uvular
[l]	palatal
[k]	labiodental
[p]	bilabial
[t]	dental
[ʒ]	alveolar

16. Associe, através de uma linha, cada consoante da coluna I ao seu modo de articulação na coluna II:

I	II
[l]	fricativa
[g]	vibrante
[z]	nasal
[r]	oclusiva
[n]	lateral

17. Identifique articulatoriamente as classes naturais abaixo apresentadas:

[f, v] _____

[R, r, ʎ, ʎ, l] _____

[ẽ, ê, ã, õ, ù, w̃, j, m, n, ɲ] _____

[ʃ, s, f, ʒ, z, v] _____

[ɔ, o, u, w] _____

[p, t, k] _____

[ẽ, ê, ã, õ, ù, m, n, ɲ] _____

[ʃ, ʒ, ʎ, ɲ] _____

[ɛ, e, i] _____

[m, n, ɲ] _____

[k, g] _____

[p, b, m] _____

B

(Actividades para alunos do 3.º ao 6.º anos: identificação de semelhanças e de dissemelhanças na produção/articulação dos sons do Português)

3. Para a identificação de semelhanças e de dissemelhanças na articulação dos sons do Português, trabalhe preferencialmente com sons em início de palavra, no sentido de facilitar a tarefa de processamento na evocação de exemplos.

- 3.1. Apresente uma palavra iniciada pelo som [p]. Peça aos alunos para darem exemplos de palavras começadas por um som semelhante (produzido no mesmo local), como em:

→ palavra-estímulo: bota

→ respostas possíveis: palavras iniciadas por uma consoante na produção da qual os lábios se tocam ([p] ou [m]).

3.2. Apresente uma palavra iniciada pelo som [a]. Peça aos alunos para darem exemplos de palavras começadas por um som semelhante (produzido de forma semelhante), como em:

→ palavra-estímulo: água

→ respostas possíveis: palavras iniciadas por uma vogal, ou seja, por um som na produção do qual a boca está aberta.

3.3. Apresente uma palavra com o som [n]. Peça aos alunos para darem exemplos de palavras começadas por um som semelhante (produzido de forma semelhante), como em:

→ palavra-estímulo: nota

→ respostas possíveis: palavras iniciadas por uma consoante nasal, na produção da qual o ar sai pelo nariz.

4. Peça aos alunos para executarem vários quadrados de cartolina, sendo que cada quadrado contém um som. Depois de concluída a tarefa, distribua os quadrados de cartolina por grupos de alunos e certifique-se de que cada grupo recebeu quadrados com sons semelhantes. Peça a cada grupo que encontre pares de sons semelhantes e os mostre à turma.

O mesmo exercício pode ser feito individualmente. Basta que o professor coloque uma lista de segmentos no quadro, como a que se segue, e peça a cada aluno que encontre alguns pares de sons semelhantes:

m	a	u	n	p	b
t	o	g	r	d	e

Segmentos fonológicos

A

18. Apresente, em transcrição fonética, três pares mínimos que permitam identificar as consoantes fricativas fonológicas do Português.
19. Diga, justificando, quais os pares de palavras abaixo apresentados que são pares mínimos legítimos para a identificação de fonemas do Português e os que o não são:
- a. ['puʎə]/['buʎə] <pulha> / <bulha>
 - b. ['mezə]/['tɛrə] <mesa> / <terra>
 - c. ['malə]/['mulə] <mala> / <mula>
 - d. ['ɛrə]/['ɛrə] <hera> / <era>
20. Indique os fonemas identificados em cada par mínimo abaixo apresentado:
- a. ['kɔpə]/['kapə] _____
 - b. ['pɛgə]/['pɛɣə] _____
 - c. ['matə]/['natə] _____
 - d. ['Rɔtə]/['Rɔtə] _____
21. Apresente dois exemplos de variação alofónica no Português e justifique a sua escolha.

B

(Actividades para alunos do 3.º ao 6.º anos: consciencialização da natureza gramatical da unidade 'som da fala' através da manipulação de sons dentro da palavra para a obtenção palavras com diferentes significados).

5. Peça aos alunos que substituam, em cada palavra, um único som por outro, de forma a obterem uma palavra com um significado diferente:
- a. *pasta* _____
 - b. *mala* _____
 - c. *serra* _____
 - d. *vento* _____

e. *gelado* _____

f. *rama* _____

6. Organize os alunos em grupos. Forneça-lhes uma lista de palavras nas quais falte um som. Peça-lhes que preencham a posição vazia com um som, explorando todos os sons possíveis nesse contexto, de forma a obterem, em cada caso, várias palavras com significados diferentes:

a. ___ata

b. pa___ta

c. m___la

Ganha o jogo o grupo que encontrar o maior número de combinações para cada palavra fornecida.

Processos fonológicos

A

22. Considere a produção da marca do plural no Português; indique as transcrições fonéticas gramaticais e as que o não são, justificando as suas escolhas.

- a. <as luvas> [ɐ] 'luvɐz]
b. <chapéus com flores> [ʃɛ'pɛwz kõ 'floriʃ]
c. <sapatos altos> [sɛ'patuz 'aʎtuʃ]
d. <vestidos de noite> [vi] 'tíduʒ di 'nojti]

23. Nas palavras que se seguem, a consoante lateral alveolar não se encontra transcrita. Sabemos que este segmento fonológico tem dois alofones possíveis no Português, cuja ocorrência depende do contexto segmental em que surge. Preencha cada espaço em branco com o alofone adequado e diga que contextos motivam a produção de cada um dos dois alofones da lateral alveolar, nesta língua.

- | | | | |
|-------------|-----------|--------------|------------|
| 1. <lata> | [' atɐ] | 5. <multa> | ['mu tɐ] |
| 2. <globo> | ['g obu] | 6. <polícia> | [pu' isjɐ] |
| 3. <selo> | ['se u] | 7. <palco> | ['pa ku] |
| 4. <animal> | [ɐni'ma] | 8. <flor> | ['f or] |

24. Apresente, em transcrição fonética, exemplos que ilustrem os seguintes processos fonológicos do Português:

a) dentro da palavra, uma fricativa palatal em final de sílaba é vozeada antes de consoante vozeada e não vozeada antes de consoante não vozeada.

b) Antes de consoante palatal, a vogal média não recuada do Português transforma-se em recuada, com manutenção das restantes propriedades articulatórias.

25. Descreva o processo que afecta, na coluna II, as vogais que são tónicas na coluna I:

I	II
1. ['Rɔdɐ]	[Ru'dadu]
2. ['notɐ]	[nu'tadu]
3. ['pɔrtɐ]	[purtɐ'riɐ]
4. ['lodu]	[lu'dozu]
5. ['sopɐ]	[su'pijɐ]
6. ['kɔrpu]	[kurpu'raɫ]

B

(Actividades para alunos a partir do 5.º ano: identificação de regularidades no funcionamento dos sons da fala)

7. Perante uma lista de pares de palavras da mesma família lexical, os alunos deverão dizer se a primeira vogal é ou não a mesma em cada par.

a. sa <u>ca</u>	sa <u>ca</u> da	_____
b. na <u>da</u>	na <u>da</u> dor	_____
c. le <u>va</u>	le <u>va</u> r	_____
d. me <u>l</u>	me <u>l</u> ado	_____
e. me <u>do</u>	me <u>di</u> cas	_____
f. me <u>sa</u>	me <u>si</u> nha	_____
g. gr <u>i</u> to	gr <u>i</u> tar	_____
h. li <u>v</u> ro	li <u>v</u> raria	_____

i. b <u>o</u> la	bo <u>l</u> ada	_____
j. p <u>ó</u>	po <u>e</u> ira	_____
l. p <u>o</u> vo	po <u>v</u> oação	_____
m. n <u>o</u> vo	no <u>v</u> inho	_____
n. l <u>u</u> ta	lu <u>t</u> ador	_____
o. f <u>u</u> ga	f <u>u</u> gir	_____

8. Depois de executado o exercício em 7., organize os alunos em grupos e peça-lhes que apresentem uma réplica da lista anterior, com pares de palavras diferentes mas nos quais se verifiquem os mesmo processos. O jogo é ganho pelo grupo que executar correctamente a tarefa no mais curto intervalo de tempo.

9. Perante a lista de pares de palavras que se segue, peça aos alunos que:

- assinalem com um X os pares em que há mudança da qualidade da vogal sublinhada, na passagem da coluna I para a coluna II;
- identifiquem o contexto morfológico em que a mudança da qualidade da vogal se verifica e aquele em que não há alteração da vogal.

I	II	
a. col <u>h</u> er	col <u>h</u> erinha	_____
b. col <u>h</u> er	col <u>h</u> erzinha	_____
c. fl <u>o</u> r	fl <u>o</u> rinha	_____
d. fl <u>o</u> r	fl <u>o</u> rzinha	_____
e. ta <u>ç</u> a	ta <u>ç</u> inha	_____
f. ta <u>ç</u> a	ta <u>ç</u> azinha	_____

Aspectos prosódicos

A

26. Dê exemplos de famílias de palavras dentro das quais a alteração da posição do acento afecte a qualidade das vogais não arredondadas do Português.
27. A entoação é um facto prosódico que intervém na gramaticalidade dos enunciados de fala. Comente esta afirmação com exemplos do Português.
28. A produção de pausas preenchidas e de pausas silenciosas nos enunciados de fala, a sua localização e a sua frequência dependem do tipo discursivo em causa (leitura, fala espontânea, discurso profissional). Grave e transcreva excertos (1) de uma leitura de texto, (2) de uma conversa entre dois amigos e (2) de um tipo de discurso profissional (enunciados de fala de jornalistas ou de professores, por exemplo). Faça uma caracterização de cada um dos três tipos de discurso através dos seguintes parâmetros:
 - frequência de ocorrência dos dois tipos de pausas (silenciosas e preenchidas);
 - localização sintáctica dos dois tipos de pausas;
 - duração dos dois tipos de pausas (breves ou longas);
 - relação entre a duração das pausas e a sua localização sintáctica.
29. Tendo em conta a estrutura silábica do Português, todas as consoantes desta língua podem ocorrer em posição de Ataque simples? Exemplifique com transcrições fonéticas de palavras do Português.
30. Apresente, com exemplos do Português, os vários tipos de Rimas silábicas que podem ocorrer neste sistema linguístico. Represente, sob a forma de diagrama em árvore, cada um dos tipos de Rimas detectados.
31. Dê exemplos dos grupos consonânticos mais comuns em posição de Ataque silábico no Português.
32. A posição de Coda silábica impõe fortes restrições de natureza segmental. Diga, exemplificando, quais as consoantes mais frequentes nesta posição, no Português.
33. Quem conheça apenas o registo escrito do Português, é levado a concluir que esta língua possui consoantes nasais em Coda. Comente esta afirmação.

B

(Actividades de identificação dos vários factos prosódicos da língua e de descrição sumária do seu funcionamento)

10. (Actividade para os 3.º e 4.º anos)

Após ensinar aos alunos que

- em cada palavra, há uma sílaba forte, sendo as restantes sílabas fracas,
- uma forma fácil de identificar a sílaba forte consiste em 'chamar' pela palavra e verificar qual a sílaba que prolongamos,

peça-lhes que sublinhem a sílaba acentuada de cada uma das palavras contidas na lista que se segue:

<i>constipado</i>	<i>repetente</i>	<i>música</i>	<i>repete</i>
<i>musical</i>	<i>constipação</i>	<i>prancha</i>	<i>ondas</i>
<i>ondulação</i>	<i>barcos</i>	<i>marinho</i>	<i>embarcar</i>
<i>computador</i>	<i>disco</i>	<i>rato</i>	<i>material</i>
<i>informatizar</i>	<i>embarcação</i>	<i>protecção</i>	<i>rápido</i>
<i>formato</i>	<i>rapidez</i>	<i>formatar</i>	<i>acabou</i>

11. (Actividade para alunos a partir do 5.º ano)

Organize os alunos em grupos. Distribua uma lista de palavras como a que abaixo se apresenta e peça-lhes que encontrem, para cada palavra, duas outras palavras da mesma família nas quais o acento esteja sobre outra vogal que não a acentuada na palavra-estímulo:

a. *casa*

b. *festa*

c. *eléctrico*

d. *médico*

e. *leite*

Peça-lhes, ainda, que sublinhem as sílabas tónicas de todas as palavras. O jogo é ganho pela equipa que finalizar a tarefa de forma correcta no mais curto intervalo de tempo.

12. (Actividade para os alunos do 3.º ao 6.º anos)

Peça a cada aluno que escreva uma frase curta do tipo 'A Sara vai comprar um computador'. Em seguida, e após ter fornecido informação sobre os vários tipos de entoação com que uma frase pode ser produzida, peça a cada aluno para 'ir ao palco', fingir que é um actor e ler a sua frase de várias formas diferentes, atribuindo-lhes os seguintes significados:

- a. afirmação
- b. interrogação
- c. dúvida
- d. admiração
- e. ordem
- f. prazer
- g. tristeza
- h. sem entoação ('à robot')

No final do processo, cada aluno votará secretamente no colega que melhor executou a tarefa e o eleito será nomeado, após a contagem dos votos.

13. (Actividade para os alunos do 3.º ao 6.º anos)

Para que os alunos verifiquem que a entoação é um facto prosódico com alguma independência relativamente ao nível segmental, um exercício eficaz para este objectivo consiste em solicitar a cada aluno que produza a sequência de sons 'la la la la la la' com o significado que o professor enuncia no momento, fazendo com que os vários contornos entoacionais sejam produzidos alternadamente pelos vários alunos da turma:

- a. afirmação
- b. interrogação
- c. dúvida
- d. admiração
- e. ordem
- f. prazer
- g. tristeza
- h. sem entoação ('à robot')

14. (Actividade para alunos a partir do 5.º ano)

Para mostrar de que forma a entoação e a adequada organização temporal da fala são fundamentais para a inteligibilidade e para a naturalidade de um enunciado oral, seleccione um pequeno texto (preferencialmente com um diálogo com duas ou três intervenções de diferentes naturezas entoacionais) e:

- 14.1. peça a um aluno que leia o texto sem entoação ('à robot');
- 14.2. peça a outro aluno que o leia com a entoação adequada a cada situação;
- 14.3. peça a outro aluno que leia o texto muito, muito devagar;
- 14.4. peça a outro aluno que leia o texto o mais depressa possível;
- 14.5. peça a outro aluno que leia o texto normalmente;
- 14.6. peça a um aluno que leia o texto sem pausas (ou com o menor número de pausas possível, apenas as necessárias para respirar);
- 14.7. peça a outro aluno que leia o texto com uma pausa a seguir a cada palavra;
- 14.8. peça a outro aluno que leia o texto com as pausas que considere adequadas à situação.

No final da tarefa, leve os alunos a descobrirem por que razões algumas leituras eram inadequadas e outras adequadas (é preciso que eles descubram que entoação, velocidade e colocação de pausas são três factores que determinam a inteligibilidade e a naturalidade do discurso oral).

15. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Forneça aos alunos um conjunto de palavras, no qual o número de sílabas de cada palavra difira do das restantes. Peça aos alunos que apresentem, em cada paradigma, cinco palavras com o mesmo número de sílabas contido no exemplo:

	I	II	III	IV	V
	sé	seco	canela	rebuçado	electricista
1.	_____	_____	_____	_____	_____
2.	_____	_____	_____	_____	_____
3.	_____	_____	_____	_____	_____
4.	_____	_____	_____	_____	_____
5.	_____	_____	_____	_____	_____

16. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Peça aos alunos que encontrem o maior número possível de palavras diferentes, a partir da substituição das consoantes que se encontram sublinhadas em cada palavra:

a. mala.

b. fita

c. maca

17. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Peça aos alunos para substituírem os espaços em branco nas palavras abaixo listadas, de forma a obterem palavras que difiram apenas numa consoante em final de sílaba:

a. pa__ta b. po__ta c. fa__ta

pa__ta po__ta fa__ta

pa__ta

18. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Organize os alunos em grupos. Peça-lhes para listarem, em 15 minutos, palavras que rimem com *anel*. Findos os 15 minutos, cada grupo entrega a lista que construiu e um membro do grupo lê-a em voz alta. Ganha o grupo que tiver conseguido listar o maior número de palavras correctas.

Repita a actividade com palavras com Rimas menos frequentes em Português, tal como nas palavras *voz*, *café*, *flor*, *perdiz* ou outras.

19. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Peça aos alunos que listem palavras nas quais ocorra o grupo *cr* em início de sílaba, como em *cravo* e em *acreditar*.

Repita este exercício com os restantes grupos consonânticos que podem ocorrer em Ataque no Português.

20. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Peça aos alunos para substituírem os espaços em branco nas palavras abaixo listadas, de forma a obterem palavras que difiram apenas numa vogal:

a. v__la b. l__va c. l__ta d. m__la

v__la l__va l__ta m__la

v__la l__va l__ta m__la

Destaque para o papel da sílaba na estruturação do conhecimento fonológico

A

34. Ordene os vários tipos de constituintes silábicos de acordo com a sua ordem de aquisição por parte das crianças:

Ataque complexo

Rima ramificada

Ataque não ramificado (simples ou vazio)

Núcleo ramificado

Rima não ramificada

Núcleo não ramificado

35. Durante um período de tempo, esteja atento à produção de *lapsi linguae* nos meios de comunicação social e no seu contexto social, profissional e familiar. Apresente algumas dessas produções como argumentos empíricos a favor da realidade psicológica dos constituintes silábicos envolvidos nos exemplos que transcreve.

36. Assinale os erros que são esperados nas produções das crianças e os que o não são:

- | | | | |
|------------|------|--------------|-------|
| a. *cola | para | <escola> | _____ |
| b. *gande | para | <grande> | _____ |
| c. *brola | para | <bola> | _____ |
| d. *Puto | para | <Pluto> | _____ |
| e. *pota | para | <porta> | _____ |
| f. *pótamo | para | <hipopótamo> | _____ |
| g. *bo | para | <bola> | _____ |
| h. *peto | para | <preto> | _____ |
| i. *bade | para | <balde> | _____ |
| j. *prapa | para | <papa> | _____ |

B

21. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Peça aos alunos que retirem uma sílaba em cada palavra, de forma a obterem uma nova palavra do Português:

a. *sapato* _____

b. *bolota* _____

c. *faneca* _____

d. *cavalo* _____

e. *tomate* _____

f. *aposta* _____

g. *costela* _____

h. *canela* _____

i. *facada* _____

j. *panela* _____

22. (Actividade para alunos dos 3.º e 4.º anos)

Relembre aos alunos a cantilena '*O rato roeu a rolha da garrafa do rei da Rússia*' e demonstre o modo como o som [R] foi manipulado na construção da cantilena. Em seguida, distribua um som a cada aluno e peça-lhe que invente uma cantilena na qual use palavras com o referido som sempre na mesma posição silábica.

23. (Actividade para alunos a partir do 5.º ano)

De forma mais ou menos sistemática, conforme o grau de escolaridade em que os alunos se encontrem, peça-lhes para estarem atentos e registarem a forma como crianças produzem as palavras em fase de aquisição do Português (irmãos, primos ou outras crianças com quem tenham contacto). Os exemplos que as crianças trouxerem para a aula serão registados no quadro e comentados relativamente ao que falta, em cada palavra, para que a criança fale o Português dos adultos.

Sugestões de resolução das actividades propostas

A

1. Na lista de palavras que se segue, encontram-se sublinhados os grafemas que representam o som [a]:

vila, casario, chaminés, janela, portas, corrimãos, qartos, salas, camas, cadeiras, bancos, mesas, pratos, latas, garrafas, facas, garfos, alimentos

2. Na lista de palavras que se segue, encontram-se sublinhados os grafemas que representam o som [ɔ]:

exposição, fogo, lojas, pavilhões, História, rio, lodo, povos, torre, fogos, povo, século, espectáculo, luminoso, ovo, Colombo, ovos

3. Na lista de palavras que se segue, encontram-se sublinhados os grafemas ou dígrafos que representam o som [s]:

caça, pássaro, saco, cerca, sangue, massacre, passeio, excursão, casa, faisão, perdiz, raposa, mesa, refeição, assado, convívio, discussão

4. Na lista de palavras que se segue, encontram-se sublinhados os grafemas ou dígrafos que representam o som [z]:

exame, zoologia, desenho, zebra, azar, exigente, preguiçoso, exercício, saber, aprendiz, escola, exacto, persistente, aprendizes, gazela, bisonte,

5. Uma hipótese possível seria listar as seguintes quatro palavras:

a. çávena c. pasta
b. exame d. aprendiz

6. Apresente a transcrição fonética dos seguintes enunciados:

<i>José Saramago</i>	[ʒu'zɛ sərə'magu]
<i>Prémio de Literatura</i>	['prɛmjɔ di litɨrɐ'turɐ]
<i>Ensaio sobre a Cegueira</i>	[ɛ'saju sobri ɐ si'gɛjɾɐ]
<i>Memorial do Convento</i>	[mimuri'aɫ du kɔ̃'vɛtu]
<i>Todos os Nomes</i>	['toduz uʒ 'nomiʃ]
<i>Deste Mundo e do Outro</i>	[dɛʃtɨ 'mũdu i du otru]
<i>História do Cerco de Lisboa</i>	[ʃ'tɔɾjɐ du 'serku di liʒ'boɐ]

7. Assinale com V as transcrições correspondentes a produções possíveis no Português e com F as que o não são:

<i>tela</i>	['tɛlɐ]	V	['tɛɫɐ]	F
<i>pasto</i>	['paʒtu]	F	['paʃtu]	V
<i>fisga</i>	['fiʒgɐ]	V	['fi]gɐ]	F
<i>pala</i>	['pɐlɐ]	F	['palɐ]	V
<i>terra</i>	['tɛrɐ]	V	['tɪrɐ]	F
<i>magô</i>	['magu]	V	['mayu]	V
<i>fato</i>	['fato]	F	['fatu]	V
<i>guerra</i>	['gɛrɐ]	F	['gɛrɐ]	V
<i>lição</i>	[li'sɛw̃]	V	[li'sɛũ]	F
<i>fado</i>	['faðu]	V	['fadu]	V
<i>botões</i>	[bu'tõĩʃ]	F	[bu'tõjʃ]	V

8. Dos segmentos do Português que a seguir se listam, encontram-se sublinhados os seis que não são vozeados:

[p, a, f, t, s, k, i, w, g, e, ʃ, l, m, n, o, d, ε]

9. Uma lista de palavras possível para exemplificar todos os segmentos nasais do Português é a que se segue:

<u>m</u> ato	['matu]
<u>n</u> etu	['nɛtu]
p <u>u</u> nhô	['puɲu]
s <u>a</u> mba	['sɛbɐ]
<u>l</u> ento	['lɛtu]
<u>f</u> inta	['fite]
<u>l</u> ontra	['lõtrɐ]
<u>m</u> undo	['mũdu]
<u>m</u> ão	['mẽw̃]
<u>m</u> ãe	['mẽj]

10. Encontram-se sublinhadas as vogais que são articulatoriamente classificadas como vogais recuadas:

[a, e, i, ɛ, e, i, ɔ, o, u]

11. Encontram-se sublinhadas as vogais que são articulatoriamente classificadas como vogais fechadas:

[a, e, i, ɛ, e, i, ɔ, o, u]

12. Encontram-se sublinhadas as três consoantes fricativas vozeadas:

[ʒ, i, t, s, k, i, w, g, e, ʃ, l, f, z, n, o, d, p, v]

13. Apresentam-se seis exemplos, em transcrição fonética, de palavras do Português com diferentes consoantes oclusivas em posição inicial de palavra:

['peʀu] ['teʀe]

['kalu]

['beʀu] ['date]

['galu]

14. Apresentam-se exemplos, em transcrição fonética, de duas palavras do Português que terminam em consoante lateral alveolar velarizada e de duas palavras da mesma língua que terminam em consoante vibrante alveolar:

a) Duas palavras terminadas em consoante lateral alveolar velarizada:

['meʃ] [fu'niʃ]

b) Duas palavras terminadas em consoante vibrante alveolar:

['mar] [ẽ'dor]

15. Os pontos de articulação correctos encontram-se emparelhados:

I	II
[m]	bilabial
[v]	labiodental
[l]	alveolar
[k]	velar
[ʀ]	uvular
[t]	dental
[ʒ]	palatal

16. Os modos de articulação correctos encontram-se emparelhados:

I	II
[l]	lateral
[g]	oclusiva
[z]	fricativa
[r]	vibrante
[n]	nasal

17. Identificação articulatória das classes naturais apresentadas:

[f, v]	consoantes fricativas labiodentais
[R, r, ʎ, Λ, l]	consoantes líquidas
[ẽ, ê, ã, õ, ù, ã, ã, ã, m, n, ɲ]	segmentos nasais
[ʃ, s, f, ʒ, z, v]	consoantes fricativas
[ɔ, o, u, w]	vogais e semivogal arredondadas
[p, t, k]	oclusivas não vozeadas
[ẽ, ê, ã, õ, ù, m, n, ɲ]	vogais e consoantes nasais
[ʃ, ʒ, Λ, ɲ]	consoantes palatais
[ɛ, e, i]	vogais não recuadas
[m, n, ɲ]	consoantes nasais
[k, g]	consoantes oclusivas velares
[p, b, m]	consoantes bilabiais

18. Apresentam-se, em transcrição fonética, três pares mínimos que permitem identificar as consoantes fricativas fonológicas do Português:

- [ˈfakɐ]/[ˈvakɐ]: identificação dos segmentos fonológicos /f/ e /v/
- [ˈselu]/[ˈzelu]: identificação dos segmentos fonológicos /s/ e /z/
- [ˈaʃɐ]/[ˈaʒɐ]: identificação dos segmentos fonológicos /ʃ/ e /ʒ/

19. Os pares a. e c. constituem pares mínimos legítimos no Português: são pares de palavras de extensão reduzida, com os mesmos sons excepto numa única posição, na qual um som é substituído por outro. O par b. não é um par mínimo legítimo pois as duas palavras diferem em mais do que um som. O par d. também não constitui um par mínimo legítimo uma vez que as duas palavras apresentam exactamente o mesmo inventário de segmentos, sem comutação entre sons.

20. Indicação dos fonemas identificados em cada par mínimo:

- a. ['kɔpɐ]/['kapɐ] fonemas /ɔ/ e /a/
- b. ['pɛgɐ]/['pɛɣɐ] fonema /g/, com os alofones [g] e [ɣ]
- c. ['matɐ]/['natɐ] fonemas /m/ e /n/
- d. ['rotɐ]/['rɔtɐ] fonemas /o/ e /ɔ/

21. A não alteração de significado registada nos pares mínimos ['fadu]/['faðu] e ['sɛbɨ]/['sɛβɨ] mostra que [d] e [ð] são alofones de /d/ e que [b] e [β] são alofones de /b/, no Português.

22. As transcrições c. e d. estão correctas; as transcrições a. e b. estão incorrectas. Os juízos de valor têm na base o funcionamento da marca do plural: em final absoluto ou antes de consoante não vozeada, a produção é [ʃ]; antes de vogal, a produção é [z]; antes de consoante vozeada, a produção é [ʒ].

23. A lateral alveolar é velarizada em final de sílaba, dentro da palavra ou no seu final; em início de sílaba, a velarização não se verifica:

- | | | | |
|-------------|-----------|--------------|------------|
| 1. <lata> | ['latɐ] | 5. <multa> | ['muɫtɐ] |
| 2. <globo> | ['glɔbu] | 6. <polícia> | [pu'lisjɐ] |
| 3. <selo> | ['selu] | 7. <palco> | ['paɫku] |
| 4. <animal> | [ɐni'maɫ] | 8. <flor> | ['flɔr] |

24. Exemplos que ilustrem os processos abaixo referidos:

a) dentro da palavra, uma fricativa palatal em final de sílaba é vozeada antes de consoante vozeada e não vozeada antes de consoante não vozeada:

- | | | | | |
|----------|---------|---|----------|---------|
| ['paʃtu] | <pasto> | / | ['fiʒgɐ] | <fisga> |
| ['rɛʃtu] | <resto> | / | ['raʒgu] | <rasgo> |

b) Antes de consoante palatal, a vogal média e não recuada do Português transforma-se em recuada, com manutenção das restantes propriedades articulatórias:

- ['sɛɲɐ] <senha>
- [di'zɛɲu] <desenho>
- [ʃ'pɛɫu] <espelho>
- [o'rɛɫɐ] <orelha>

25. Pretende-se que se demonstre, com base nos dados apresentados, que, no Português, as vogais arredondadas se realizam foneticamente como [u] em posição átona. Por outras palavras, as vogais arredondadas sofrem regularmente um enfraquecimento: passam de abertas ([ɔ]) ou de médias ([o]) a fechadas ([u]).
26. Pretende-se que se exemplifique o processo apresentado no exercício 25., desta vez com as vogais não arredondadas. Assim, é necessário apresentar paradigmas do tipo:

I	II
[ˈsɛrɐ] <serra>	[sɨˈradu] <serrado>
[ˈtɛrɐ] <terra>	[tɨˈrenu] <terreno>
[ˈseku] <seco>	[sɨˈkaʒẽj] <secagem>
[ˈsedu] <cedo>	[sɨˈdisimu] <cedíssimo>
[ˈsaku] <saco>	[sɐˈkadɐʃ] <sacada>
[ˈfakɐ] <faca>	[fɐˈkadɐ] <facada>

27. Nesta resposta, é preciso fazer referência ao papel da entoação na atribuição de diferentes funções aos enunciados de fala (dúvida, afirmação, pergunta, etc.) e à falta de naturalidade de um enunciado sem contrastes entoacionais.
28. O exercício de recolha e de audição/transcrição proposto neste enunciado visa a distinção dos diferentes tipos discursivos avaliados em função dos parâmetros listados:
- frequência de ocorrência dos dois tipos de pausas (silenciosas e preenchidas);
 - localização sintáctica dos dois tipos de pausas;
 - duração dos dois tipos de pausas (breves ou longas);
 - relação entre a duração das pausas e a sua localização sintáctica.

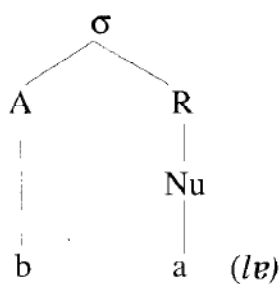
Assim, leituras de texto e discursos formais tenderão a apresentar, por oposição a registos conversacionais ou outros discursos não formais:

- a) presença de pausas silenciosas e ausência de pausas preenchidas,
- b) localização sintáctica das pausas mais associada a final de frase ou entre constituintes sintácticos (discursos não formais apresentam frequentemente pausas dentro dos constituintes sintácticos),

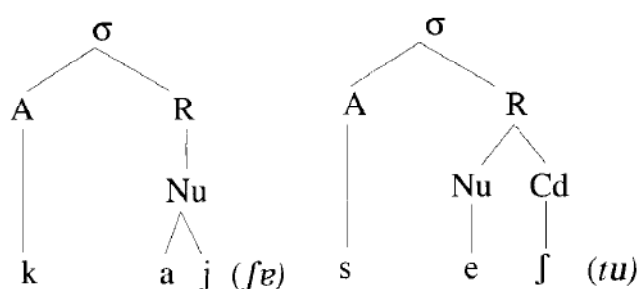
c) pausas longas em fronteiras sintáticas altas (final de frase) e pausas breves em fronteiras sintáticas baixas (entre constituintes).

29. Pretende-se que se demonstre, através de palavras transcritas foneticamente, que todas as consoantes do Português, excepto [ʔ], podem ocorrer em posição de Ataque, embora algumas não ocorram no início de palavra ou sejam muito raras neste contexto ([r], [ɲ] e [ʎ]).
30. As Rimas silábicas são de dois tipos: Rimas não ramificadas e Rimas ramificadas. As primeiras contêm apenas um Núcleo; as segundas ramificam em Núcleo e Coda. Em ambos os casos, o Núcleo pode ser não ramificado ou ramificado. Vejam-se os exemplos que se seguem, correspondentes às representações da primeira sílaba das palavras <bala>, <caixa> e <cesto>:

a. Rimas não ramificadas



b. Rimas ramificadas



31. Apresentam-se, a seguir, exemplos de palavras em que ocorrem os grupos consonânticos mais comuns em posição de Ataque silábico no Português:

<prego> ['pɾɛgu]	<placa> ['plakɐ]	<fraco> ['fraku]
<trevo> ['trevu]	<blasfémia> [blɛʃ'fɛmjɐ]	<flora> ['flɔɾɐ]
<cruz> ['kɾuʃ]	<atleta> [ɐ'tlɛtɐ]	
<bravo> ['bravu]	<clave> ['klavɨ]	
<dragão> [dɾɐ'gɐ̃w̃]	<glosa> ['glozɐ]	
<grato> ['gratu]		

32. As consoantes mais frequentes em Coda silábica são [ʃ], [ʒ], [r] e [ʔ], como em:

<susto> ['suʃtu]	<melga> ['mɛʃgɐ]
<musgo> ['muʒgu]	<porto> ['portu]

33. De facto, na ortografia do Português, há palavras como <pombo>, <fim>, <lente>, <fundo> ou <manso> que nos levariam a pensar na existência de consoantes nasais em Coda silábica. No entanto, trata-se apenas de casos em que a nasalidade da vogal é representada na escrita através de um dígrafo constituído por vogal seguida de consoante nasal, dígrafo esse que, nas palavras acima registadas, representa respectivamente as vogais nasais [õ], [ĩ], [ẽ], [ũ] e [ẽ], correspondentes a Rimas não ramificadas.
34. A ordem de aquisição dos constituintes silábicos por parte das crianças é a que se segue:
- I Ataque não ramificado (simples ou vazio)
 - Núcleo não ramificado
 - Rima não ramificada
 - II Rima ramificada
 - III Núcleo ramificado
 - IV Ataque complexo
35. São frequentes os erros de produção que consistem na permuta de posição entre constituintes silábicos. À frente dos casos que se seguem, são mencionados os tipos de constituintes envolvidos:
- a. <alcatra> produzido como [aɫ'trakɐ]: permuta dos Ataques das duas últimas sílabas
 - b. <gelatina> produzido como [ʒitɐ'linɐ]: permuta dos Ataques das segunda e terceira sílabas
 - c. <desparasitar> produzido como [dɨ'ʃpɐrɐti'zɐr]: permuta dos Ataques das duas últimas sílabas
36. Encontram-se assinalados os erros que são esperados nas produções das crianças e os que o não são.
- a. *cola para <escola> Sim
 - b. *gande para <grande> Sim
 - c. *brola para <bola> Não
 - d. *Puto para <Pluto> Sim
 - e. *pota para <porta> Sim
 - f. *pótamo para <hipopótamo> Sim

g.	<i>*bo</i>	para	<bola>	Sim
h.	<i>*peto</i>	para	<preto>	Sim
i.	<i>*bade</i>	para	<balde>	Sim
j.	<i>*prapa</i>	para	<papa>	Não

B

1. Apresentadas relações som-ortografia como:

[s] - <s> como em <saco>

[s] - <c> como em <circo>

[s] - <ç> como em <caça>

[s] - <ss> como em <massa>

distribua uma a cada grupo e espere que os alunos encontrem exemplos semelhantes ao que apresentou para cada tipo de relação som-ortografia.

2. Neste exercício, pretende-se que os alunos construam um pequeno texto com palavras que contenham o som seleccionado, mesmo que o seu conteúdo semântico seja, por vezes, menos adequado, o que lhe conferirá um carácter lúdico. O objectivo é o de realçar o referido som na leitura final dos textos por cada grupo. Veja-se um exemplo:

As maçãs comem-se maduras. A Manuela mandou a irmã encomendar mais maçãs maduras para mastigar no mercado. As maçãs mexeram-se mesmo no momento em que a mãe da Manuela e da irmã da Manuela mandou as meninas ao moinho.

3.

3.1. Apresentada uma palavra iniciada pelo som [p], pede-se aos alunos para darem exemplos de palavras começadas por um som no qual os lábios se toquem:

<i>pato</i>	<i>pasta</i>	<i>pouco</i>	<i>pressa</i>	<i>preto</i>
<i>braço</i>	<i>bica</i>	<i>bola</i>	<i>branco</i>	<i>beco</i>
<i>mota</i>	<i>massa</i>	<i>mar</i>	<i>música</i>	<i>mula</i>

3.2. Apresentada uma palavra iniciada pelo som [a], pede-se aos alunos para darem exemplos de palavras começadas por um som no qual a boca está aberta (uma vogal):

água átrio amora atira alga água uva ilha

3.3. Apresentada uma palavra iniciada pelo som [n], pede-se aos alunos para darem exemplos de palavras começadas por um som no qual o ar saia pelo nariz (consoantes nasais):

nota nabo neto nabiça nada
mel mato marinha Março manta

4. No grupo de sons que se segue, e após breve descrição da forma como os sons dependem de movimentos na boca:

m a u n p b
t o g r d e

pretende-se que os alunos façam agrupamentos como <m, n>, <o, u>, <p, b> e <t, d>.

5. Respostas possíveis à questão formulada são:

- a. *pasta* pasto
- b. *mala* bala
- c. *serra* seta
- d. *vento* lento
- e. *gelado* selado
- f. *rama* cama

6. Respostas possíveis à questão formulada são

- | | | |
|-----------|------------|-----------|
| a. ___ata | b. pa___ta | c. m___la |
| pata | pasta | mala |
| bata | pauta | mola |
| data | parta | mula |
| cata | | |
| gata | | |
| chata | | |
| mata | | |
| nata | | |
| lata | | |
| rata | | |

7. Perante uma lista de pares de palavras da mesma família lexical, os alunos deverão dizer se a primeira vogal é ou não a mesma em cada par.

a. <u>s</u> aca	s <u>a</u> cada	Não
b. <u>n</u> ada	n <u>a</u> dador	Não
c. <u>l</u> eva	le <u>v</u> ar	Não
d. <u>m</u> el	me <u>l</u> ado	Não
e. <u>m</u> edo	me <u>d</u> ricas	Não
f. <u>m</u> esa	me <u>s</u> inha	Não
g. <u>g</u> rito	gr <u>i</u> tar	Sim
h. <u>l</u> ivro	l <u>i</u> vraria	Sim
i. <u>b</u> ola	bo <u>l</u> ada	Não
j. <u>p</u> ó	po <u>e</u> ira	Não
l. <u>p</u> ovo	po <u>v</u> oação	Não
m. <u>n</u> ovo	no <u>v</u> inho	Não
n. <u>l</u> uta	lu <u>t</u> ador	Sim
o. <u>f</u> uga	fu <u>g</u> ir	Sim

8. Uma resposta possível consiste em listar pares de palavras dos tipos abaixo enunciados:

a. <u>m</u> ala	ma <u>l</u> inha
b. <u>m</u> ete	me <u>t</u> er
c. <u>r</u> ede	en <u>r</u> edar
d. <u>l</u> ixo	l <u>i</u> xeira
e. <u>r</u> oda	ro <u>d</u> ar
f. <u>f</u> ogo	fo <u>g</u> ueira
g. <u>m</u> uro	mu <u>r</u> alha

9. A seguir, assinalam-se os pares de palavras em que há mudança da qualidade da vogal:

	I	II	
a.	col <u>h</u> er	col <u>h</u> erinha	X
b.	col <u>h</u> er	col <u>h</u> erz <u>in</u> ha	
c.	fl <u>o</u> r	fl <u>o</u> rinha	X
d.	fl <u>o</u> r	fl <u>o</u> rz <u>in</u> ha	
e.	ta <u>ç</u> a	ta <u>ç</u> inha	X
f.	ta <u>ç</u> a	ta <u>ç</u> az <u>in</u> ha	

Pretende-se que os alunos descubram que a vogal muda quando se acrescenta *-inha* e que a vogal não muda quando se acrescenta *-zinha*.

10. As respostas são:

constipado	repetente	música	repete
musical	constipação	prancha	ondas
ondulação	barcos	marinho	embarcar
computador	disco	rato	material
informatizar	embarcação	protecção	rápido
formato	rapidez	formatar	acabou

11. Respostas possíveis são as que a seguir se apresentam:

a. casa	cas <u>in</u> ha	cas <u>ari</u> o
b. festa	fest <u>an</u> ça	fest <u>ej</u> ar
c. elé <u>ct</u> rico	electric <u>ist</u> a	electric <u>id</u> ade
d. m <u>éd</u> ico	medic <u>in</u> a	medic <u>in</u> al
e. le <u>it</u> e	le <u>it</u> eiro	le <u>it</u> aria

12. Dada a natureza oral da execução do exercício, não há grelha de correcção a apresentar.

13. Dada a natureza oral da execução do exercício, não há grelha de correcção a apresentar.

14. Dada a natureza oral da execução do exercício, não há grelha de correcção a apresentar. Como foi referido no enunciado do exercício, no final da tarefa, os alunos deverão listar, com o professor, as razões que levam a que algumas leituras sejam inadequadas e outras adequadas

(entoação, velocidade de elocução e colocação de pausas são três factores que determinam a inteligibilidade e a naturalidade do discurso oral).

15. Respostas possíveis são as que a seguir se listam:

	I	II	III	IV	V
	sé	seco	canela	rebuçado	electricista
1.	pé	copo	panela	congelado	depositado
2.	pó	vinho	casaco	elefante	hipopótamo
3.	chão	uva	caneca	marmelada	rinoceronte
4.	som	parra	sapato	amassado	acomodado
5.	noz	jarro	cadeira	poluído	ortografia

16. Respostas possíveis são as que a seguir se listam:

a.	<u>m</u> ala.	b.	fi <u>t</u> a	c.	<u>m</u> aca
	pala		fica		faca
	bala		fila		vaca
	tala		figa		saca
	cala		finá		laca
	fala		filha		
	vala		ficha		
	sala		fira		
	rala				

17. a.	pa <u>s</u> ta	b.	po <u>r</u> ta	c.	fa <u>l</u> ta
	pa <u>u</u> ta		po <u>s</u> ta		fa <u>r</u> ta
	pa <u>r</u> ta				

18. Dada a natureza oral da execução do exercício, não há grelha de correcção a apresentar.

19. Respostas possíveis ao exercício com o grupo *cr* em início de sílaba são:

cravo acreditar cruz cratera cruzeiro

O exercício deverá ser repetido em outros momentos com os restantes grupos consonânticos que ocorrem mais frequentemente em Ataque no Português:

<prego>	['pɾɛgu]	<placa>	['plakɐ]	<fraco>	['fraku]
<trevo>	['tɾevu]	<blasfémia>	[blɛʃ'fɛmjɐ]	<flora>	['flɔɾɐ]
<cruz>	['kɾuʃ]	<atleta>	[ɐ'tlɛtɐ]		
<bravo>	['bravu]	<clave>	['klavi]		
<dragão>	[dɾɐ'gẽw̃]	<glosa>	['glɔzɐ]		
<grato>	['gratu]				

20. a. vala b. lava c. lata d. mala
 vela leva lota mola
 vila luva luta mula

21. a. *sapato* pato
 b. *bolota* lota ou bota
 c. *faneca* faca
 d. *cavalo* calo ou cava
 e. *tomate* toma
 f. *aposta* posta
 g. *costela* tela
 h. *canela* cala
 i. *facada* faca
 j. *panela* pala

22. Pretende-se que os alunos construam cantilenas do tipo:

Som [p]: 'O primo da Paula pôs poucos pássaros na parte partida da porta.'

Som [b]: 'O bolo das bolas que a Bela bateu barrou-se de bolotas bravas.'

Som [l]: 'A Lúcia lavou a linda luva da Laura com limão.'

23. Dada a natureza oral da execução do exercício, não há grelha de correcção a apresentar.

6. A Interpretação das Expressões Linguísticas

Página intencionalmente em branco

Objetivos

Com esta unidade, pretende-se sensibilizar os formandos para os aspectos composicionais da interpretação das expressões linguísticas. Assim, destacam-se nesta unidade: (a) as relações semânticas de natureza lógica que se estabelecem entre proposições e as propriedades semânticas das expressões linguísticas; (b) os conceitos de referência e sentido de uma proposição, de um predicado, de uma expressão nominal definida, indefinida e quantificada; (c) o estatuto de maior ou menor autonomia referencial dos diferentes tipos de expressões nominais; (d) os aspectos mais significativos envolvidos na interpretação temporal e aspectual das expressões linguísticas.

No final desta unidade, o formando deve ser capaz de:

- compreender o papel do Princípio de Composicionalidade na interpretação de expressões linguísticas;
- identificar e compreender as relações semânticas de base lógica que se estabelecem entre proposições;
- identificar e compreender propriedades semânticas das combinações livres de palavras;
- identificar e compreender a referência e o sentido de diferentes tipos de expressões nominais, dos predicados e das proposições;
- distinguir, quanto ao estatuto referencial, anáforas, pronominais e expressões referenciais e compreender as condições gramaticais que regulam a sua distribuição;
- identificar e compreender o modo como, através do tempo verbal e de expressões de valor temporal, as proposições são localizadas no tempo;
- identificar diferentes classes aspectuais de predicados e diferentes valores aspectuais.

Página intencionalmente em branco

Introdução

Como já foi referido, uma componente importante do conhecimento da língua de qualquer falante é a capacidade de atribuir significado a expressões da sua língua, sejam elas sintagmas, frases simples, frases complexas ou unidades discursivas mais amplas. A área da Linguística que se ocupa da investigação sobre a interpretação, gramaticalmente condicionada, das expressões linguísticas denomina-se Semântica.

No capítulo 3, ao introduzirmos conceitos como papéis temáticos e relações semânticas entre palavras, como a sinonímia e a antonímia, fizemos uma incursão num domínio muito importante da Semântica linguística, a Semântica lexical (ou Lexicologia), que se ocupa precisamente da caracterização do significado de cada item lexical e das relações horizontais (de semelhança e de oposição) e verticais (entre classe e elemento) que se estabelecem entre os itens de uma dada língua. Este domínio da Semântica linguística é o que tem uma tradição mais longa, nascida da necessidade de descrever o fundo lexical de cada língua através de trabalhos lexicográficos consubstanciados em dicionários de vários tipos.

Neste capítulo, concentrar-nos-emos noutra domínio da Semântica linguística, mais jovem, e constituído na confluência de investigação desenvolvida em diferentes áreas da Lógica, da Matemática e da Filosofia da Linguagem, a Semântica Composicional.

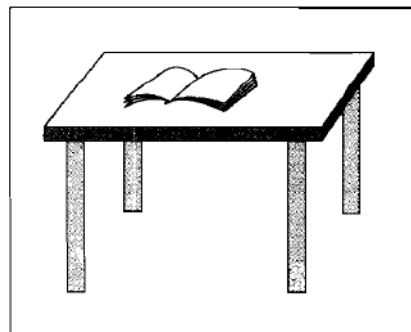
O interesse deste domínio da Semântica compreende-se facilmente, se pensarmos que, com base no número finito de significados fornecidos pelo elementos lexicais da língua, podemos produzir e compreender um número infinito de significados. Assim, por exemplo, os leitores são capazes de atribuir um significado à frase *A foca dourada foi transportada para o oceanário quando era bebé*, que provavelmente nunca ouviram nem leram antes, porque sabem o significado dos itens que nela ocorrem e porque conhecem intuitivamente um algoritmo que permite combinar significados lexicais de modo a obter significados sintagmáticos e frásicos. Por outras palavras, a possibilidade de construir um número infinito de combinações livres de palavras, permitida pela Sintaxe, tem um paralelo na possibilidade de atribuir a cada uma dessas combinações a interpretação semântica relevante.

A investigação levada a cabo neste domínio da Semântica linguística aceita como princípio fundador (embora com formulações mais ou menos fortes) o **Princípio de Composicionalidade**, proposto pelo lógico alemão G. Frege, que estabelece informalmente que o significado de uma expressão linguística é função do significado dos itens lexicais que a constituem e da forma como estes estão combinados.

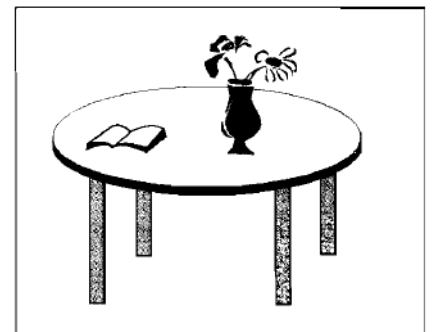
Nas línguas naturais, o significado manifesta-se no estabelecimento de relações sistemáticas entre formas linguísticas e situações do mundo. A linguagem humana permite-nos falar acerca do mundo, transmitir informação a outros seres humanos acerca de nós próprios, do que queremos, sonhamos, gostamos, tememos e esperamos que aconteça. A **significância informacional** da linguagem humana está bem atestada no uso que dela fazemos quando damos instruções, conselhos e ordens, quando prestamos esclarecimentos, quando pedimos informação sobre uma actividade ou um procedimento, quando planeamos actividades em conjunto, quando descrevemos situações.

Assim, para que uma teoria semântica seja satisfatória, é necessário que forneça instrumentos que permitam compreender que situações descreve uma frase, ou seja, que informação é que ela transmite. Exemplificando, uma frase como *O livro está em cima da mesa* pode descrever qualquer das situações descritas pelos desenhos (A) e (B), mas não pode descrever a situação descrita pelo desenho (C):

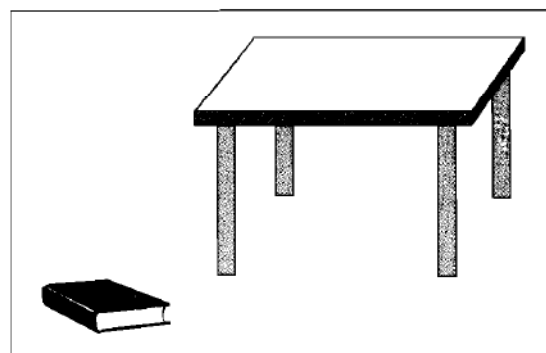
(A)



(B)



(C)



As situações representadas pelos desenhos (A) e (B), apesar de o tamanho dos livros e o formato das mesas serem diferentes, são associáveis à frase *O livro está em cima da mesa*. Pelo contrário, a situação representada pelo

desenho (C) não pode ser associada a tal frase, uma vez que o único livro nela presente se encontra no chão.

É claro que muitas frases que produzimos e compreendemos descrevem situações que dificilmente podem ser representadas através de desenhos. É o que se passa com frases cujo conteúdo informacional respeita a estados internos de indivíduos — sonhos, crenças, desejos, temores, ... —, como acontece com *O João quer um sorvete de limão*, *O Pedro acredita em bruxas*, *Eu não sei a resposta a essa pergunta*. A consideração destes exemplos mostra que as línguas naturais permitem não só descrever situações observáveis através da percepção como exteriorizar, i.e., tornar públicos, estados mentais e experiências de cada indivíduo, valores e crenças de grupos sociais.

Nas secções que se seguem serão referidos informalmente aspectos nucleares envolvidos na interpretação das expressões linguísticas de que a Semântica Composicional deve dar conta.

Sumário:

Em síntese:

- a Semântica ocupa-se da interpretação, gramaticalmente condicionada, das expressões linguísticas;
- a Semântica lexical ocupa-se da caracterização do significado dos itens lexicais e das relações horizontais e verticais que se estabelecem entre eles (cf. capítulo 3);
- a Semântica composicional ocupa-se do estudo dos princípios e regras que permitem aos falantes interpretar combinações livres de palavras;
- o Princípio da Composicionalidade, princípio fundador da generalidade das teorias semânticas, estabelece que o significado de uma expressão linguística é função do significado dos itens lexicais que a constituem e da forma como estes estão combinados;
- a significância informacional (i.e., o facto de cada língua natural permitir o estabelecimento de relações sistemáticas entre formas linguísticas e situações do mundo) é uma propriedade essencial da linguagem humana, pelo que qualquer teoria semântica tem de fornecer instrumentos que permitam compreender que situações descreve uma frase.

6.1 Relações semânticas entre proposições e propriedades semânticas das expressões linguísticas

Quando ouvimos ou lemos expressões linguísticas como (1), apercebemo-nos de que existem diferenças semânticas entre elas:

- (1) (a) Bom-dia!
- (b) O João foi ontem ao teatro.
- (c) O professor não corrigiu um único teste.

(1a) é uma expressão de saudação, não constituindo propriamente uma frase; nos restantes exemplos encontramos frases do Português. Em (1b), uma frase declarativa, descreve-se uma situação do mundo, asserindo-se que a mesma é verdadeira: o significado da frase é uma **proposição**¹. Em (1c), uma frase declarativa negativa, o significado da frase são duas proposições distintas, uma vez que podemos atribuir a (1c) duas interpretações diferentes: *O professor não corrigiu nenhum teste* e *O professor corrigiu todos os testes menos um* (a discussão deste exemplo será retomada adiante).

¹ Simplificando muito, uma proposição é o significado de uma frase que descreve uma determinada situação.

Vejamos então algumas relações semânticas que se podem estabelecer entre proposições.

Consideremos os seguintes exemplos:

- (2) (a) O vestido é azul.
- (b) O João comeu peixe.
- (c) Todos os homens são seres racionais.
 - O João é homem.
 - O João é um ser racional.

Se as proposições expressas por (2a) e por (2b) forem verdadeiras, então as proposições expressas, respectivamente, por (3a) e por (3b) são igualmente verdadeiras:

- (3) (a) O vestido tem uma cor.
- (b) O João comeu alguma coisa.

Do mesmo modo, em (2c), um exemplo de raciocínio silogístico estudado originalmente por Aristóteles, se as proposições expressas pelas duas primeiras frases (as premissas) forem verdadeiras, a proposição expressa pela terceira frase (a conclusão) é igualmente verdadeira.

Quando, como vimos que acontecia nos exemplos considerados, existe entre uma proposição (ou um conjunto de proposições) p e uma proposição q uma relação tal que em todas as situações em que p é verdadeira q é igualmente verdadeira, diz-se que **p implica estritamente q** (ou que entre p e q existe uma relação de **implicação lógica**)².

² O símbolo usado para exprimir a implicação lógica é \rightarrow .

Uma relação semântica entre proposições próxima da implicação lógica é a **pressuposição**. Observem-se os exemplos (4):

- (4) (a) O João lamenta que a Maria tenha sido despedida.
(b) O João não lamenta que a Maria tenha sido despedida.
(c) O João lamenta que a Maria tenha sido despedida?
(d) A Maria foi despedida.

Repare-se que em todas as situações em que (4a) é verdadeira, (4d) também o é; em todas as situações em que (4b) é falsa, (4d) continua a ser verdadeira; em todas as situações em que se questiona o valor de verdade da proposição (cf. (4c)), (4d) mantém-se verdadeira. Quando entre uma proposição p e uma proposição q existe uma relação semântica tal que, em todas as situações em que p é verdadeira, q é verdadeira e em todas as situações em que p é falsa q é verdadeira, diz-se que **p pressupõe semanticamente q** (ou que entre p e q existe uma relação de **pressuposição semântica**).

Considerem-se agora os exemplos (5):

- (5) (a) A Maria abriu a porta.
(b) Abriu a porta, a Maria.

As frases (5a) e (5b) descrevem a mesma situação, pelo que são **paráfrases** uma da outra. Entre ambas existe uma relação semântica tal que a proposição expressa por (5a) implica estritamente a proposição expressa por (5b) e a proposição expressa por (5b) implica estritamente a proposição expressa por (5a). Quando duas proposições se implicam estritamente uma à outra diz-se que são **semanticamente equivalentes** (ou que entre elas existe uma relação de **equivalência semântica**).

Duas proposições podem ser semanticamente equivalentes devido a propriedades de construção sintáctica das frases que as exprimem, como é o caso nos exemplos (5), ou porque tais frases contêm sinónimos, como acontece em (6):

(6) (a) O homem levantou o braço para votar.

(b) O senhor ergueu o braço para votar.

Nestes exemplos, devido à relação de sinonímia entre *homem/senhor* e *levantou/ergueu*, as proposições expressas por (6a) e por (6b) são semanticamente equivalentes.

Consideremos agora exemplos como (7):

(7) (a) O João esmurrou o Pedro mas não lhe deu nenhum murro.

(b) Às sete horas da tarde, a Maria não falou com ninguém porque estava a falar com o Pedro.

Em (7a), dado o significado do item *esmurrar*, se for verdade que *o João esmurrou o Pedro*, então não pode ser verdade que "não lhe tenha dado nenhum murro"; se for verdade que *o João não deu nenhum murro ao Pedro*, não pode ser verdade que "o João esmurrou o Pedro". Do mesmo modo em (7b), se for verdade que *às sete horas a Maria não falou com ninguém* não pode ser verdade que "à mesma hora a Maria tenha falado com o Pedro"; inversamente, se for verdade que a essa hora *a Maria falou com o Pedro*, não pode ser verdade que "à mesma hora não tivesse falado com ninguém". Quando entre duas proposições p e q existe uma relação semântica tal que em todas as situações em que p é verdadeira q é falsa e em todas as situações em que q é verdadeira p é falsa, diz-se que as proposições são **contraditórias** (ou que entre ambas existe uma relação de **contradição (lógica ou semântica)**).

Repare-se que nos exemplos (7) a contradição surge da ligação entre as proposições expressas em cada uma das frases. Considerados isoladamente, cada membro da coordenação em (7a), a oração subordinante e a subordinada adverbial em (7b) são frases gramaticais e expressam proposições que podem descrever situações; mas, como se trata de proposições incompatíveis, da sua combinação resulta uma contradição. Contudo, existem frases cuja incoerência não decorre da sua combinação com outras frases, e relativamente às quais é por vezes difícil imaginar que situação podem descrever as proposições que elas exprimem. Considerem-se exemplos como (8):

(8) (a) Ideias verdes incolores dormem furiosamente³.

(b) A minha escova de dentes divorciou-se litigiosamente.

(c) O teorema de Pitágoras aterroriza a euforia.

(d) A humidade é muito solidária.

³ Este exemplo é uma tradução literal de *Colorless green ideas sleep furiously*, um exemplo clássico apresentado por Chomsky no livro *Syntactic Structures*.

A estranheza semântica destas frases tem por base a violação de propriedades lexicais das palavras que nelas ocorrem, como foi referido no capítulo 3 (recordem-se os conceitos de propriedades de selecção semântica e restrições de selecção), as quais, de alguma maneira, codificam propriedades da estrutura do mundo tal como o conhecemos. Assim, se considerarmos (8a), *dormir* não pode ser predicado acerca de objectos como *ideias*; o advérbio *furiosamente* não pode modificar um estado (*dormir*); às *ideias* não podem ser atribuídas propriedades de cor; se um objecto tem cor *verde* não pode ser simultaneamente *incolor*. Se assumirmos, como é plausível, que as propriedades inerentes e contextuais de cada item lexical são uma forma de codificação da estrutura do mundo, compreendemos facilmente que seja difícil para os falantes imaginar situações que possam ser descritas por frases como (8), uma vez que a violação das propriedades lexicais contextuais produz como resultado descrições de situações que não são conformes à estrutura do mundo (escovas de dentes que se divorciam como se fossem seres humanos; estados psicológicos que podem ser aterrorizados como se fossem pessoas e animais; propriedades físicas dotadas de sentimentos e atitudes humanas).

Frases como (8) denominam-se **semanticamente anómalas**, sendo sabido que muitos usos poéticos da linguagem envolvem justamente a produção de frases deste tipo, que os falantes interpretam não literalmente, tendo de supor em muitos casos mundos com uma estrutura distinta do mundo real para encontrarem situações que as proposições expressas por essas frases possam descrever.

Repare-se, aliás, que a estranheza semântica de alguns dos exemplos apresentados em (8) desaparece se os incluirmos em contextos que obriguem à sua interpretação figurativa ou relativa a mundos distintos do mundo real — compare-se (8b)-(8d) com (9a)-(9c):

- (9) (a) Sonhei que a minha escova de dentes se tinha divorciado litigiosamente.
- (b) O teorema de Pitágoras é tão difícil que aterroriza a própria euforia.
- (c) Se a humidade fosse solidária, os Irlandeses ganhavam milhões a exportar solidariedade.

É usual os semanticistas usarem algumas das relações semânticas acima referidas (em particular, a implicação lógica e a equivalência semântica) para descreverem o conhecimento que os falantes têm do significado dos itens lexicais. Assim, uma parte essencial do significado dos itens presentes em (10) pode ser informalmente descrita através dos **postulados de significação** presentes em (11):

(10) (a) malmequer

(b) antes

(11) (a) se *x* é *malmequer*, então é *flor*

(formalmente: (x) malmequer \rightarrow (x) flor)

(b) se *x* é *antes* de *y*, então *y* é *depois* de *x*⁴

(formalmente: (x) antes (y) \leftrightarrow (y) depois (x))

⁴ O símbolo \leftrightarrow é usado para exprimir a relação de equivalência semântica.

Note-se que em (11a) o postulado de significação codifica a relação hierárquica entre elemento e classe (uma relação de hiponímia) existente entre *malmequer* e *flor* (uma relação de implicação estrita); em (11b) codifica-se a relação conversa entre *antes* e *depois* (uma relação de equivalência semântica entre inversos).

Muitas das chamadas verdades de Monsieur de La Palice⁵ consistem na explicitação dos postulados de significação associados a determinados itens lexicais ou de inferências decorrentes de tais postulados. Repare-se na seguinte estrofe da *Canção de M. de La Palice*:

⁵ Jacques II de Chabannes, senhor de La Palice (1470-1525), foi marechal de França, tendo combatido nas guerras de Itália no reinado de Luís XII e de Francisco I.

(12) [...]

v.1 Casou-se, segundo consta,

Com uma senhora virtuosa;

Se tivesse continuado solteiro,

Não teria tido esposa.

v. 5 Por ela foi sempre amado,

Ela não era ciumenta;

Assim que ele se tornou seu marido

Ela passou a ser sua esposa.⁶

⁶ Optou-se por uma tradução tão literal quanto possível.

[...]

No verso 4, explicita-se uma informação implícita no conhecimento do item *solteiro*: se (x) é solteiro, então (x) não é casado; se (x=homem) não é casado, então (x) não tem esposa. Assim, este verso não acrescenta nenhuma informação aos conhecimentos do ouvinte/leitor. O mesmo acontece com o verso 8: se, como se afirma no verso 7, (x) é marido de (y), então (y) é mulher de (x); como *mulher* e *esposa* neste contexto são sinónimos, este verso não altera o estado de conhecimentos dos ouvintes/leitores. Ou seja, La Palice, marechal de França, ficou recordado não pelos seus feitos militares mas pela canção ingénua que lhe dedicaram os soldados sob o seu comando, fascinados amadores das coisas do significado...

Como foi referido no capítulo 2, uma das propriedades características das expressões linguísticas é a **ambiguidade**, i.e., o facto de a uma frase ser atribuível mais do que uma interpretação pelos falantes. Uma frase pode ser ambígua por razões de natureza **lexical**, se a ambiguidade advier da ocorrência de uma palavra ou expressão polissémica, como acontece em (13a); pode ser **estruturalmente** ambígua, se a ambiguidade advier da construção sintáctica, como é o caso em (13b); ou pode ser **semanticamente** ambígua, se a ambiguidade advier do modo como pode ser construída a interpretação das combinações de palavras que nela ocorrem, como se passa em (13c):

(13) (a) Detesto pãezinhos sem sal.

(b) Quem viu o João?

(c) O professor não corrigiu um único teste.

No primeiro exemplo, *pãezinhos sem sal* pode ser interpretado composicionalmente, asserindo-se então que o locutor não gosta de pão em cujo fabrico não tenha sido utilizado sal; mas *pãezinhos sem sal* pode igualmente ser interpretado como uma expressão feita, asserindo-se então que o locutor não gosta de pessoas desinteressantes. No segundo exemplo, dadas as propriedades sintácticas das interrogativas directas-Q em Português, a interrogação pode recair sobre *quem* = sujeito, caso em que se pergunta "qual foi a pessoa que viu o João", ou pode recair sobre *quem* = objecto directo, caso em que se pergunta "qual foi a pessoa que o João viu". No terceiro exemplo, é possível atribuir à frase a interpretação de que "o professor não corrigiu nenhum teste" (interpretação A) ou a interpretação de que "o professor corrigiu todos os testes menos um" (interpretação B).

Ora se considerarmos atentamente (13c), verificamos que a ambiguidade acima mencionada não é atribuível nem à polissemia de uma palavra ou expressão que nela ocorra nem a diferenças sintácticas subjacentes a cada uma das interpretações. O que está em causa neste exemplo é o modo como a negação *não* e a expressão *um único teste* interagem. Na interpretação A, por influência da negação, *um único teste* é interpretado como "nenhum teste"; na interpretação B, *um único teste* mantém a interpretação que recebe numa frase afirmativa como *O professor corrigiu um único teste* — vejam-se as representações informais correspondentes, respectivamente, à interpretação A ("o professor não corrigiu nenhum teste") e B ("foi um único teste que o professor não corrigiu") em (14a) e (14b):

(14) (a) O professor **não** corrigiu um único teste. (= o prof. não corrigiu nenhum teste)

(b) O professor **não** corrigiu **um único teste**. (= foi um único teste que o prof. não corrigiu)

Uma outra propriedade semântica das expressões linguísticas que não se deve confundir com a ambiguidade é a **vagueza**, i.e., o facto de a interpretação poder ser imprecisa. Assim, as frases presentes nos exemplos (15) têm uma interpretação vaga devido ao significado das palavras sublinhadas:

- (15) (a) Poucas pessoas gostam de erupções vulcânicas.
(b) O João comeu peixe ao almoço.
(c) O Pedro esmurrou o João.

Embora qualquer falante do Português seja capaz de imaginar situações que possam ser descritas pelas frases presentes nos exemplos (15), dificilmente poderia representar graficamente tais situações com precisão: por outras palavras, vários desenhos diferentes poderiam corresponder legitimamente a cada um dos exemplos (15). Com efeito, em (15a), não se sabe de que número exacto de pessoas se está a falar (e a ordem de grandeza será variável consoante o universo de pessoas que se esteja a considerar: o círculo dos nossos amigos vs a população de Lisboa vs a população de Portugal, etc.). Em (15b), a situação descrita pode ter envolvido o João comer um robalo, um salmonete, uma posta de cherne, uma cabeça de garoupa, etc. Por seu lado (15c) pode ser correctamente aplicada para descrever uma situação em que o Pedro tenha dado um murro ao João no estômago, no queixo, no ombro direito, no braço esquerdo, etc.

Quando estudamos o modo como os falantes atribuem interpretação a expressões linguísticas temos também de ter em conta a existência de palavras e de expressões que "apontam" directamente para o contexto em que as frases estão a ser produzidas, como acontece com as sublinhadas em (16):

- (16) (a) Eu detesto perfumes florais.
(b) Ele trabalha aqui, mas ela não.
(c) Amanhã vamos ao teatro.

Embora *eu* designe sempre o locutor, o indivíduo designado por *eu* é a Inês Duarte, neste caso, mas poderia ser a João Freitas, se tivesse sido ela a produzir este exemplo. Do mesmo modo, em (16b), *aqui* designa sempre o espaço na vizinhança do locutor, pelo que, se a frase tiver sido produzida na Faculdade de Letras de Lisboa, *aqui* designa tal instituição; pelo contrário, se a frase tiver sido produzida na Universidade Aberta, é essa a instituição designada por *aqui*. Quanto a (16c), *amanhã* designa o período de 24 horas subsequente àquele em que a frase tiver sido produzida: assim, se (16c) for produzida no dia 27 de Novembro de 1998, "ir ao teatro" tem

lugar no dia 28 do mesmo mês; pelo contrário, se a frase tiver sido produzida no dia 30 de Novembro de 1998, *amanhã* designa o dia 1 de Dezembro do mesmo ano. As palavras e expressões cuja interpretação envolve sempre o recurso ao contexto não linguístico — identificação dos intervenientes no discurso (*eu/tu/você*), do espaço e do tempo em que a interacção verbal está a decorrer — denominam-se **dêicticos** e a propriedade das línguas naturais envolvida na interpretação deste tipo de expressões denomina-se **deixis** ou **indexicalidade**.

Sumário:

Em síntese:

- uma proposição é o significado de uma frase que descreve uma situação;
- podem estabelecer-se entre proposições vários tipos de relações semânticas, de entre as quais se destacam a implicação lógica, a pressuposição semântica, a equivalência semântica e a contradição lógica;
- algumas destas relações podem ser utilizadas para descrever o significado dos itens lexicais, através de postulados de significação;
- entre as propriedades semânticas das combinações livres de palavras destacam-se a anomalia semântica, muito explorada na linguagem poética, a ambiguidade semântica, a vagueza e a indexicalidade.

Actividades: p. 325.

6.2 Referência e sentido

Quando ouvimos ou lemos frases como (17), a interpretação que lhes atribuímos exige saber que indivíduos designam os SNs sublinhados:

(17) (a) Lisboa é lindíssima.

(b) Sócrates morreu envenenado.

(c) Alice encontrou finalmente a Rainha de Copas.

De facto, atribuir uma interpretação a (17a) envolve saber que *Lisboa* designa uma cidade portuguesa, mais exactamente, a capital de Portugal. Do mesmo modo, a proposição expressa por (17b) atribui a propriedade "ter morrido envenenado" a um filósofo grego, o indivíduo designado por *Sócrates*. Quanto a (17c), a sua interpretação envolve saber que os SNs *Alice* e *a Rainha de Copas* designam personagens ficcionais de *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll.

Os nomes próprios têm uma função **designatória**, i.e., denotam ou referem indivíduos⁷ do mundo ainda existentes (como *Lisboa*, *José Saramago* ou a *Gioconda*), extintos (como *Sócrates*, *o Hospital de Todos os Santos* ou *Herculanum*) ou ficcionais (como *Alice*, *a Rainha de Copas* ou *Sherlock Holmes*). Na realidade, os nomes próprios dizem muito pouco sobre as características dos indivíduos que denotam, embora transmitam alguma informação sobre eles: para dar alguns exemplos, *Alice*, *Joana* ou *Maria* designam tendencialmente uma pessoa do sexo feminino; *Piloto*, *Fiel* e *Lassie* usam-se geralmente como nomes de cães (e, no último caso, especificamente de cadelas); quando os leitores ouvem nomes como *Docinho de Mel*, *Boca Doce* e *Bombom* formulam imediatamente a hipótese de que eles designam pastelarias. Patronímicos que funcionaram inicialmente como formas de identificação através da origem geográfica, da profissão ou de alguma característica física ou psicológica de um longínquo antepassado perdem esse significado quando passam a ser usados como nomes próprios (vejam-se exemplos de apelidos como *Leiria*, *Serrano*; *Moleiro*, *Serrote*; *Rasgadinho*, *Rouxinol*). Humpty Dumpty, no diálogo com Alice, tinha, portanto, alguma razão ao afirmar que Alice era um nome estúpido porque não significava nada⁸.

De facto, se compararmos um nome próprio como (a) *Terra* com a expressão nominal *o terceiro planeta do sistema solar*, compreendemos que a última transmite mais informação sobre o indivíduo designado do que a primeira: concretamente, que tal indivíduo é um planeta, que pertence ao sistema solar e que existem dois outros planetas mais próximos do Sol do que ele. No entanto, (a) *Terra* e *o terceiro planeta do sistema solar* designam o mesmo indivíduo, i.e., têm a mesma **denotação** (ou **referência**). Para compreendermos a diferença entre a referência de uma expressão nominal e a informação que ela transmite sobre o indivíduo que designa, consideremos exemplos como (18):

- (18) (a) A Terra é a Terra.
(b) O terceiro planeta do sistema solar é o terceiro planeta do sistema solar.
(c) A Terra é o terceiro planeta do sistema solar.
(d) O terceiro planeta do sistema solar é a Terra.

⁷ Nesta acepção técnica, "indivíduo" designa ser ou objecto do mundo.

⁸ O diálogo em questão é: "O meu nome é Alice, mas..."

"É um nome bastante estúpido!" interrompeu Humpty Dumpty impaciente. "Que quer dizer?"

"Um nome tem de significar alguma coisa?", perguntou Alice cheia de dúvidas.

"Claro que tem", disse Humpty Dumpty com uma risada. "O meu nome significa a forma que eu tenho - e diga-se que é uma forma bem elegante. Com um nome como o teu, quase se pode ter qualquer forma." [In Lewis Carroll, *Through the Looking Glass*. Tradução portuguesa: *Alice do Outro Lado do Espelho*, 2.^a edição. Lisboa, Estampa, 1977, p. 76].

Recorde-se que Humpty Dumpty tem a forma de um ovo: Ora *hump* significa corcova e *dumpy* baixo e gordo.

Se imaginarmos (18) como respostas possíveis às perguntas *O que é a Terra?* e *O que é o terceiro planeta do sistema solar?* feitas por uma criança, concluiremos certamente que com as respostas (18a) e (18b) a criança ficou a saber o mesmo que sabia antes: (18a) e (18b) não são frases informativas, são **tautologias**, i.e., frases analíticas *a priori*, uma vez que afirmam verdades necessárias (no mundo tal como o conhecemos, qualquer objecto é idêntico a si próprio). Pelo contrário, (18c) e (18d) cumprem a função de uma resposta, pois transmitem a informação solicitada nas perguntas.

Ao considerar este tipo de problemas, Frege propôs a distinção, hoje clássica, entre **referência** (*Bedeutung*) e **sentido** (*Sinn*): enquanto a referência de uma expressão nominal como um nome próprio é o **indivíduo** por ela designado, o sentido é a informação sobre tal indivíduo transmitida por essa expressão nominal (Frege usava o termo **conceito de indivíduo**).

A distinção entre referência e sentido aplica-se igualmente a outros constituintes. Consideremos um exemplo como (19):

(19) (a) Carreras é catalão.

(b) Carreras é italiano.

A referência dos SVs *é catalão* e *é italiano* é a **classe de indivíduos** a que se aplica esta propriedade (num caso "os catalães" e no outro "os italianos"), enquanto o seu sentido é um **conceito**, parafraseável por "ser originário da Catalunha" e "ser originário de Itália". A frase *Carreras é catalão* tem como referência um **valor de verdade**: é verdadeira, uma vez que no mundo tal como o conhecemos se dá o caso de Carreras ser um elemento da classe de indivíduos "os catalães". Pelo contrário, a referência de (19b) é o valor de verdade falso, uma vez que no mundo tal como o conhecemos não se dá o caso de Carreras ser um elemento da classe de indivíduos "os italianos". O sentido das frases (19a) e (19b) é o seu conteúdo informativo (que Frege designava por **pensamento**).

Atribuir significado a uma frase envolve, portanto, determinar a sua referência (i.e., as condições em que é verdadeira) e o seu sentido (o seu conteúdo informativo). O sentido fornece uma pista crucial para a determinação da referência de uma frase, uma vez que é comparando o conteúdo informativo da frase com o mundo tal como o conhecemos que podemos atribuir-lhe um valor de verdade. Mesmo quando a nossa enciclopédia mental não contém informação que nos permita determinar o valor de verdade de uma frase, o sentido desta leva-nos a saber que estratégia utilizar para o descobrir. Assim, é provável que muitos dos leitores não possuam em memória conhecimentos que os levem a determinar o valor de verdade das frases (20):

- (20) (a) Hegel nasceu em Estugarda.
(b) O *Discurso do Método* foi publicado em 1637.
(c) "La Danse à Bougival", de Renoir, encontra-se no *Museum of Fine Arts* de Boston.

Contudo, o seu conteúdo informativo leva-vos a saber como proceder para descobrir o seu valor de verdade: procurar numa enciclopédia sob as entradas Hegel, Descartes e Renoir, consultar obras de Filosofia e de História de Arte que possam confirmar a informação transmitida pelas frases, etc.

Repare-se igualmente que há frases relativamente às quais é impossível determinar o valor de verdade por comparação do seu conteúdo informativo com aquilo que sabemos sobre o mundo, como acontece com (21):

- (21) (a) Sonhei que tinha sido descoberta uma vacina contra a sida.
(b) Dói-me a cabeça.
(c) O João vai jantar lá a casa amanhã.

(21a) ilustra um contexto **opaco (oblíquo ou intensional)**, dado que o verbo superior (*sonhar*) é um verbo de **atitude proposicional**, i.e., acciona como mundo relevante para a interpretação da proposição encaixada um mundo alternativo ao mundo real (o mundo dos sonhos do locutor)⁹. Neste tipo de contextos, se os interlocutores e os ouvintes fazem fé na sinceridade do locutor, avaliam a frase como verdadeira. O mesmo tipo de problema ocorre com a interpretação de frases como (21b), cujo conteúdo informativo é a exteriorização de um estado interno (físico ou psicológico) do falante, ao qual, portanto, os interlocutores não têm acesso directo e, consequentemente, estão impossibilitados de avaliar em termos de valor de verdade.

(21c) ilustra o problema da determinação da referência de uma frase localizada no futuro: neste caso, a atribuição do valor de verdade fica suspensa até ao momento temporal relevante (no exemplo considerado, a noite do dia subsequente àquele em que a frase é produzida), uma vez que só nessa altura é possível verificar se o conteúdo informativo corresponde ou não a uma situação do mundo.

⁹ Verbos que seleccionam completivas como *achar*, *acreditar*, *crer*, *suspeitar*, *temer* desencadeiam igualmente contextos opacos.

Sumário:

Em síntese:

- os nomes próprios têm uma função designatória, fornecendo pouca ou nenhuma informação sobre as características dos indivíduos que denotam;
- quando consideramos as restantes expressões nominais, os predicados e as proposições, é útil distinguir entre referência e sentido:

	referência	sentido
expressões nominais	indivíduo(s)	informação sobre esse(s) indivíduo(s)
predicados	classe de indivíduos	conceito
proposições	valor de verdade	conteúdo informativo;

- atribuir significado a uma frase envolve determinar a sua referência (i.e., as condições em que é verdadeira) e o seu sentido;
- em contextos opacos a determinação do valor de verdade de uma frase é problemática.

Actividades: p. 326

6.3 Expressões nominais definidas e indefinidas

As expressões nominais definidas, i.e., antecedidas de artigos definidos ou de demonstrativos, em determinados contextos, designam indivíduos singulares ou plurais únicos, como se pode ver em (22):

(22) (a) O pai da Maria ofereceu-lhe um carro.

(b) Os jogadores de vólei do Sporting levantaram-se às seis da manhã.

(c) Os jogadores de vólei do Sporting reuniram-se com a direcção do clube.

Note-se, contudo, que as descrições definidas que designam pluralidades, consoante os predicados com que se combinam, podem designar os indiví-

duos de um conjunto um a um, como acontece em (22b), em que a propriedade *levantar-se às seis da manhã* é atribuída a cada indivíduo do conjunto *os jogadores de vólei do Sporting* — esta interpretação, denominada **distributiva**, é parafraseável por "cada jogador de vólei do Sporting levantou-se da sua cama às seis da manhã" —, ou podem designar o conjunto de indivíduos como se tal conjunto fosse uma entidade, a interpretação mais plausível de (22c), em que o predicado *reunir-se com a direcção do clube* é atribuído colectivamente a *os jogadores de vólei do Sporting* — esta interpretação, denominada **colectiva**, é parafraseável por "o grupo de jogadores de vólei do Sporting reuniu-se com a direcção do clube"¹⁰.

¹⁰ Predicados como *organizar*, *reunir-se* induzem geralmente interpretações colectivas das expressões definidas plurais com que se combinam.

Contudo, há frases em que as expressões nominais definidas recebem interpretações distintas das dos exemplos (22):

- (23) (a) O homem está geneticamente programado para a linguagem.
(b) Os morcegos são mamíferos.
(c) Os ingleses falam mal línguas estrangeiras.

Nos exemplos (23), as expressões nominais sublinhadas não designam indivíduos singulares ou plurais únicos, antes uma espécie ou um protótipo. Na realidade, nas frases acima os SNs sujeito podem ser substituídos, respectivamente, pelas expressões "a espécie humana", "a espécie morcego", "o inglês típico". Esta interpretação das expressões nominais definidas, denominada **genérica**, é accionada por certos predicados e valores temporo-aspectuais — comparem-se os exemplos (23) com (24), em que tal interpretação não é possível:

- (24) (a) O homem preparou-se para falar.
(b) Os morcegos assustaram as crianças.
(c) Este ano, os ingleses apresentam as comunicações no último dia do congresso.

Enquanto em (23) ocorrem predicados que Carlson (1977) denomina de **espécie** (como *estar programado geneticamente para a linguagem*, *ser mamífero*) e de **indivíduos** (como *falar mal línguas estrangeiras*), que permitem a interpretação genérica das expressões nominais definidas com que se combinam, em (24) ocorrem predicados de **fase** (como *preparar-se para falar*, *apresentar as comunicações no último dia do congresso*), que não a permitem. Além disso, enquanto formas verbais no presente facultam a interpretação genérica, formas verbais no perfeito bloqueiam-na (compare-se (24b) com (25a) abaixo). Finalmente, advérbios de quantificação [cf. Lewis (1975)] como *sempre*, *habitualmente* induzem a interpretação genérica, enquanto expressões adverbiais como *este ano* a bloqueiam (compare-se (24c) com (25b)):

(25) (a) Os morcegos assustam as crianças.

(b) Os ingleses apresentam sempre as comunicações no último dia do congresso.

Consideremos agora o caso das expressões nominais indefinidas. Em exemplos como (26), as expressões sublinhadas referem um indivíduo singular ou uma pluralidade de indivíduos não identificados:

(26) (a) Uma andorinha fez ninho na minha varanda.

(b) Chegou uma encomenda postal.

(c) Encontrei uns amigos meus no México.

Em contextos como os acima exemplificados, as expressões indefinidas têm uma interpretação **específica**, i.e., afirma-se a existência do referente (é contraditório dizer *Uma andorinha fez ninho na minha varanda mas essa andorinha não existe*) e é sempre possível dar mais indicações sobre ele (por exemplo, *Chegou uma encomenda postal: é o livro que encomendei à Blackwell*). Noutros contextos, as expressões indefinidas têm uma interpretação **não específica**:

(27) (a) Quero conhecer um linguista neozelandês.

(b) Procuro umas ervas que combinem bem com beringelas.

Repare-se que, nestes casos, não se afirma a existência dos referentes das expressões sublinhadas: as frases são interpretáveis como exprimindo o desejo de conhecer uma pessoa caracterizada pela propriedade de "ser linguista neozelandês" ou a vontade de encontrar ervas aromáticas definíveis pela propriedade de "combinarem bem com beringelas", sem qualquer compromisso da parte do falante de que tais indivíduos existam, pelo que não existe contradição na afirmação *Quero conhecer um linguista neozelandês mas disseram-me que não existe nenhum*. A interpretação não específica é facilitada quando as expressões indefinidas se encontram em frases dependentes de verbos que exprimem atitudes proposicionais (como acontece em ambos os exemplos) e quando são modificadas por relativas com o verbo no modo conjuntivo (veja-se (27b)).

Nas condições referidas para as expressões nominais definidas, as expressões nominais indefinidas no singular podem igualmente ter uma interpretação genérica, como mostram os exemplos (28):

(28) (a) Um menino bem educado não fala com a boca cheia.

(b) Um triângulo é uma figura geométrica plana, fechada, com três lados e três ângulos.

Expressões nominais sem qualquer determinante (em geral no plural), a que os linguistas costumam chamar **meros plurais**, consoante os contextos sintácticos em que ocorrem (posição de sujeito vs posições internas ao SV) e o tipo de predicados com que se combinam (predicados de espécie, de indivíduo ou de fase), podem ser objecto de uma interpretação genérica (cf. (29)) ou de uma interpretação **existencial** (ver secção seguinte; cf. (30)):

(29) (a) Cirurgiões são médicos operadores.

(b) Americanos reelegem Clinton.

(30) (a) Reunimo-nos ontem com cirurgiões.

(b) Havia americanos no congresso sobre apicultura ibérica.

Sumário:

Em síntese:

- as expressões nominais definidas em certos contextos designam indivíduos singulares ou plurais únicos;
- em função dos predicados com que se combinam, as expressões definidas plurais são passíveis ora de uma interpretação distributiva, ora de uma interpretação colectiva;
- quando ocorrem em frases com predicados de espécie e de indivíduos, com o verbo tipicamente no presente e certos advérbios de quantificação, as expressões nominais definidas podem ter uma interpretação genérica;
- as expressões nominais indefinidas são passíveis de uma interpretação específica ou, quando dependentes de certos verbos de atitude proposicional ou modificadas por relativas no conjuntivo, de uma interpretação não específica;
- nas mesmas condições descritas para as expressões nominais definidas, as expressões nominais indefinidas singulares podem ter uma interpretação genérica;
- consoante os contextos sintácticos em que ocorrem e os predicados com que se combinam, os meros plurais podem ter uma interpretação genérica ou existencial.

Actividades: p. 327

6.4 Quantificação nominal

Existem nas línguas naturais palavras com uma distribuição semelhante às dos artigos e dos determinantes que permitem atribuir propriedades não a um indivíduo mas a quantidades de indivíduos. Estas palavras denominam-se **quantificadores** e as expressões nominais que as contêm chamam-se **expressões quantificadas**:

- (31) (a) Todos os portos são interessantes.
(b) Cada estudante realizou três testes.
(c) Muitos professores usam o correio electrónico.
(d) Algumas nódoas saem com benzina.
(e) Nenhum estudante faltou ao exame.

Devido ao seu conhecimento da língua, qualquer falante do Português compreende que em (31a) e (31b) se está a generalizar as propriedades "ser interessante" e "ter realizado três testes" a todos os elementos do conjunto de indivíduos considerados ("portos" e "estudantes" de uma dada turma, disciplina, ano ou escola): estas duas frases são exemplos de **quantificação universal**. O mesmo tipo de quantificação está presente em (31e), que pode ser informalmente parafraseado por "seja qual for o estudante que se considere, não se encontra um que tenha faltado ao exame". Por seu lado, as frases (31c) e (31d) ilustram casos de **quantificação existencial**, i.e., os falantes interpretam-nas como asserindo que certas propriedades ("usar o correio electrónico", "sair com benzina") convêm a uma quantidade (maior ou menor, mas nunca coincidindo com a totalidade) dos indivíduos do conjunto considerado (uma quantidade grande de "professores", uma quantidade que não se sabe se é grande se pequena de "nódoas").

Frege propôs uma solução para a compreensão do modo como funcionam as expressões quantificadas que continua a ser adoptada. De acordo com este autor, uma frase com uma expressão quantificada tem duas componentes: a primeira é uma frase em que a expressão quantificada é substituída por um pronome (*ele/ela/isso*); a segunda é a expressão quantificada, que nos indica quantas vezes se tem de verificar a propriedade em questão para o pronome. Exemplificando, se aplicarmos este procedimento a (31a) obtemos (32a); se substituirmos o pronome por uma variável (representada pela letra 'x'), utilizarmos o símbolo ' \forall ' para representar o **quantificador universal** (neste caso correspondente a *todos*) e o símbolo ' \rightarrow ' para traduzir a relação entre as duas componentes da frase, obtemos (32b), que se lê "para todo o x, se x é porto, então x é interessante":

(32) (a) (todos os portos) (isso é interessante)

(b) $\forall x$ [porto (x) \rightarrow é interessante (x)]

Se aplicarmos o mesmo procedimento a (31d) obtemos (33a); se substituirmos o pronome por uma variável, utilizarmos o símbolo ' \exists ' para representar o **quantificador existencial** e o símbolo '&' para traduzir a relação entre as duas componentes da frase¹¹, obtemos (33b), que se lê "existe pelo menos um x tal que x é uma nódoa e x sai com benzina":

(33) (a) (existe pelo menos uma nódoa) (ela sai com benzina)

(b) $\exists x$ [nódoa (x) & sai com benzina (x)]

Estamos agora em condições de compreender que frases em que exista mais do que uma expressão quantificada possam ser ambíguas. Consideremos um exemplo como (34):

(34) Todas as pessoas gostam de alguns peixes.

Podemos atribuir a esta frase duas interpretações, parafraseáveis por: (a) "todas as pessoas gostam de alguns peixes (por exemplo, umas gostam de salmonete e robalo, outras de cherne e garoupa, outras de espadarte e salmão, ...)"; (b) "há alguns peixes (por exemplo, cherne e robalo) de que todas as pessoas gostam". A ambiguidade desta frase é devida a diferenças de **escopo**¹² **relativo** das duas expressões quantificadas: na interpretação (a), o quantificador universal tem **escopo largo** (i.e., o quantificador existencial está sob a sua influência), enquanto na interpretação (b) o mesmo quantificador tem **escopo estreito** (i.e., está sob influência do quantificador existencial). Se representarmos o escopo largo de um quantificador colocando-o à esquerda do quantificador que tem escopo estreito, as duas interpretações de (34) podem ser expressas através de (35):

(35) (a) $\forall x \exists y$ [pessoa (x), peixe (y) \rightarrow gostar (x, y)]

(para todo o x existe pelo menos um y tal que, se x é pessoa e y é peixe, x gosta de y)

(b) $\exists y \forall x$ [pessoa (x), peixe (y) & gostar (x, y)]

(existe pelo menos um y para todo o x tal que, x é pessoa e y é peixe, e x gosta de y)

¹¹ '&' é um dos símbolos utilizados para exprimir conjunção lógica.

¹² Escopo de um quantificador é o alcance desse quantificador, i.e., a sub-estrutura que está sob a sua influência.

Sumário:

Em síntese:

- as expressões quantificadas designam quantidades, mais ou menos precisas, de indivíduos;
- através da quantificação nominal pode generalizar-se a atribuição de uma propriedade a todos os elementos de uma classe de indivíduos (quantificação universal) ou a uma quantidade inferior à totalidade dos elementos de uma classe (quantificação existencial);
- as frases contendo mais do que uma expressão quantificada podem ser ambíguas devido ao escopo relativo que toma cada uma dessas expressões: escopo largo ou escopo estreito.

Actividades: p. 328

6.5 Independência vs dependência referencial

Parte do conhecimento envolvido na interpretação de um discurso envolve a capacidade de estabelecer nexos entre as expressões nominais que nele ocorrem, distinguindo as que introduzem referentes novos no discurso das que designam referentes já aí introduzidos.

Consideremos o fragmento de conversa apresentado em (36):

(36)

1. 1 C: ó mãe! [...]

X: filha!

C: não fez nada para a gente, pois não?

X: hã?

1. 5 C: não fez nada para a gente!

X: então eu tenho jantar!

C: pois, mas diz o NP e tem razão, tá desejoso de se ir deitar, como a gente não quer comer vamos já embora, eu assim chego a casa, faço o chá para ele e para mim, deito o menino e depois ainda lhe dou banhinho (...)

1.10 X: tu é que sa[bes]! olha, filha, eu hoje lavei-o de manhã, mas não lhe dei banhinho,

C: pois (...)

X: lavei-lhe o rabinho, as perninhas, a carinha, lavei isso tudo."

[In *Português Fundamental. Métodos e Documentos*. vol. 1. Lisboa: INIC/CLUL. 1987. P. 304. X é sogra de C e NP filho de X e marido de C]

Dadas as relações familiares entre as intervenientes na conversa, a primeira ocorrência de *a gente* (linha 3) introduz o referente C e o marido (= o NP); a segunda ocorrência (linha 5) mantém o mesmo referente, o mesmo acontecendo com a 3ª ocorrência, na linha 7, que fixa o referente dos sujeitos sem realização lexical das orações *comer* e *vamos já embora*. A expressão definida *o NP* na linha 7 fixa o referente dos sujeitos sem realização lexical das orações *e tem razão, tá desejoso de se ir deitar* e *de se ir deitar*, bem como do pronome *se* que ocorre na completiva dependente de *desejoso* e do pronome *ele* que ocorre na linha 8. O pronome *eu*, na linha 8, fixa o referente dos sujeitos sem realização lexical das orações *faço o chá para ele e para mim, deito o menino e e depois ainda lhe dou o banhinho e mim* (linha 8). A expressão definida *o menino*, na linha 9, fixa o referente dos pronomes átonos *lhe* (linha 9, linha 10 e linha 13) e *o*, na linha 10. O SN *isso tudo*, na linha 13, retoma *o rabinho, as perninhas, a carinha*.

Os nexos referenciais entre as expressões nominais que mencionámos acima podem ser representados atribuindo o mesmo índice (representado pelas letras 'i', 'j', 'k', 'l', 'm') às expressões com referência idêntica, como se mostra em (37):

(37) C: ó mãe! [...]

X: filha!

C: não fez nada para [**a gente**]_j, pois não?

X: hã?

1. 5 C: não fez nada para [**a gente**]_i!

X: então eu tenho jantar!

C: pois, mas diz [o NP]_j e [-]_j tem razão, [-]_j tá desejoso de [-]_j se ir deitar, como [a gente]_i não quer [-]_i comer [-]_i vamos já embora, [eu]_k assim chego a casa, [-]_k faço o chá para [ele]_j e para [mim]_k, [-]_k deito [o menino]_i e depois [-]_k ainda [lhe]_i dou banhinho (...)

1.10 X: tu é que sa[bes]! olha, filha, eu hoje lavei-[o]_i de manhã, mas não [lhe]_i dei banhinho,

C: pois (...)

X: lavei-[lhe]_i [o rabinho, as perninhas, a carinha]_m, lavei [isso tudo]_m.

Como se pode ver em (37), no fragmento de conversa considerado, as expressões nominais a negrito são os primeiros elementos de outras tantas **cadeias referenciais** (ou seja, de conjuntos de expressões distribuídas por vários momentos do discurso que denotam o mesmo referente nesse discurso):

(38) (a) cadeia referencial cujo referente é o NP e C:

[a gente]_i, [a gente]_i, [a gente]_i, [-]_i, [-]_i

(b) cadeia referencial cujo referente é o NP:

[o NP]_j, [-]_j, [-]_j, [-]_j, [ele]_j

(c) cadeia referencial cujo referente é C :

[eu]_k, [-]_k, a [mim]_k, [-]_k, [-]_k

(d) cadeia referencial cujo referente é o filho de C:

[o menino]_i, [lhe]_i, [o]_i, [lhe]_i, [lhe]_i

(e) cadeia referencial cujo referente é o rabinho, as perninhas, a carinha do filho de C:

[o rabinho, as perninhas, a carinha]_m, [isso tudo]_m

Um dos factores que distingue um discurso de um conjunto de frases soltas, é justamente o estabelecimento de cadeias referenciais. Ora o estabelecimento de cadeias referenciais é em grande parte condicionado pela gramática. Em primeiro lugar, existem construções sintácticas que forçam o estabelecimento de tais cadeias, como acontece com as orações relativas, em que o pronome relativo tem obrigatoriamente o seu referente fixado pelo antecedente, com as construções de controlo, em que o sujeito sem realização lexical da completiva tem a referência fixada pelo sujeito ou

pelo objecto da frase superior, ou com o sujeito sem realização lexical de orações coordenadas (ver (37) e (38c)).

Em segundo lugar, a oposição expressão indefinida vs expressão definida é um meio gramatical que indica ao falante quando uma expressão nominal deve ser interpretada como elemento introdutor de um referente e como elo não inicial de uma cadeia referencial. Assim, quando um ouvinte ou um leitor encontra uma expressão indefinida, interpreta-a como introdutora de um referente num discurso; pelo contrário, usa expressões definidas (e categorias vazias) para os elos não iniciais de cadeias referenciais — veja-se (39):

(39) [...] A primeira vez que falei com o António foi **numa aula de Literatura Portuguesa**, era ele primeiro-assistente do professor Vitorino Nemésio. Já o vira antes no doutoramento, e não simpatizara muito com ele. Parecia-me um "galinho de briga", muito cheio de si, com uma voz fina e pouco agradável. **A aula** foi sobre o padre António Vieira: o António leu o texto (do "Sermão de Santo António aos Peixes") e analisou ideias e estilo.

[In António José Saraiva & Maria José Saraiva (1997): *Só para o meu amor é sempre Maio. Cartas do Verão 1943*. Lisboa: Gradiva.]

A expressão indefinida a negrito introduz um referente no discurso. No quarto período, a expressão definida *a aula* retoma esse referente (outras expressões definidas poderiam ser usadas para o mesmo fim, como, por exemplo, "essa aula", "a aula em questão", "a referida aula"). Mas em caso algum a retoma do referente *uma aula de Literatura Portuguesa* poderia ser feita através de uma expressão indefinida, como os leitores poderão confirmar se tentarem substituir *a aula* por expressões como "uma aula", "uma aula sua", "certa aula".

Em terceiro lugar, as expressões nominais distinguem-se quanto ao seu estatuto referencial, i.e., quanto à capacidade de serem autónomas referencialmente. A observação de que a distribuição das expressões nominais no interior das frases complexas é diferente, consoante o seu potencial referencial, levou à distinção de três tipos de expressões: as **anáforas**, os **pronominais** e as **expressões referenciais**. Os exemplos (40) ilustram cada um destes tipos:

(40) (a) O João apresentou [as duas congressistas]_i [uma à outra]_{i/*j}.

(b) [O João]_i apresentou-[o]_{*i/j} à Maria.

(c) [Ele]_i apresentou [o João]_{*i/j} à Maria.

As anáforas (em que se incluem reflexos e recíprocos) têm obrigatoriamente um antecedente (i.e., uma expressão que lhes fixa a referência, obedecendo adicionalmente a uma condição estrutural que será referida abaixo) na oração a que pertencem¹³ (cf. (40a), em que *uma à outra* tem obrigatoriamente a sua referência fixada pelo SN *as congressistas*). Os pronominais (i.e., os restantes pronomes) não podem ter um antecedente na oração a que pertencem¹⁴: de facto, em (40b), a pessoa a quem *o João* apresentou a *Maria* não pode ser o próprio João. As expressões referenciais não podem ter um antecedente na frase complexa a que pertencem. Os paradigmas (40) e (41) ilustram estas condições¹⁵:

(41) (a) *[As congressistas]_i disseram [que o João apresentou a Maria [uma à outra]_i].

(b) [O João]_i acha [que a Maria gosta d[ele]_{i/j}].

(c) [Ele]_i acha [que a Maria gosta d[o João]_{*i/j}].

(41a) é uma frase agramatical: a anáfora recíproca não tem antecedente na completiva a que pertence. (41b) é uma frase ambígua: o pronominal *ele* respeita a condição de não ter antecedente na oração a que pertence, podendo ser interpretado ora como **co-referente** do sujeito da frase superior (nesta interpretação, *ele=i*) ou como referencialmente independente (nesta interpretação, *ele=j*). Em (41c) só uma interpretação é legítima, aquela em que a expressão referencial *o João* é referencialmente independente dos restantes SNs presentes na frase complexa (interpretação em que *o João=j*).

Na definição das condições que regulam a distribuição das anáforas, dos pronominais e das expressões referenciais, "ser antecedente" requer, por um lado, que exista compatibilidade de traços (de pessoa, género e número) entre as expressões envolvidas e, por outro, que exista entre ambas uma relação estrutural definida sobre a árvore que representa a estrutura sintáctica da frase. Esta relação, proposta por Reinhart (1976), é denominada **c-comando**¹⁶, pelo que os linguistas costumam dizer que para que uma expressão nominal A possa ser antecedente de outra expressão nominal B, é necessário que A c-comande B. Informalmente, A c-comandar B significa que ou A e B estão ao mesmo nível na estrutura da frase ou A está num nível superior ao de B na estrutura da frase; significa igualmente que B não está contido na sub-estrutura que tem como nó inicial o nó A.

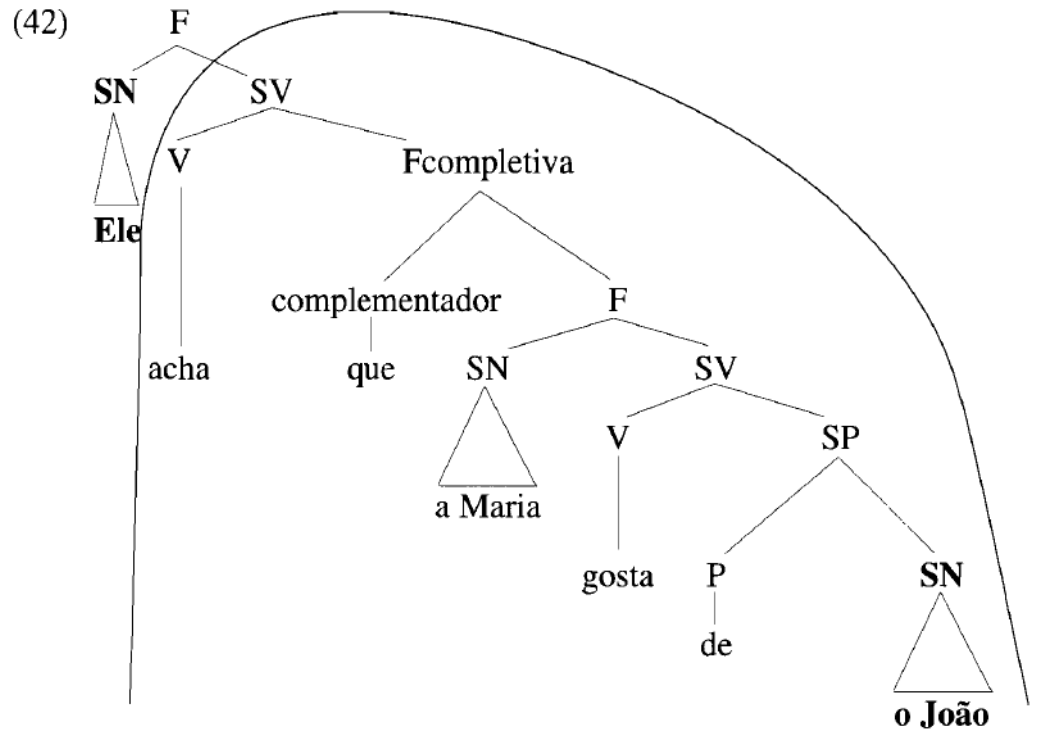
Exemplificando, a estrutura sintáctica simplificada de (41c) é a apresentada em (42):

¹³ Embora esta definição do domínio sintáctico em que uma anáfora tem de ter um antecedente seja uma simplificação que não produz os resultados desejados em algumas construções, ela bastar-nos-á aqui. Os conceitos técnicos relevantes são **categorias de regência** [cf. Chomsky (1981)] ou **complexo funcional completo** [cf. Chomsky (1986)].

¹⁴ Ver nota 13.

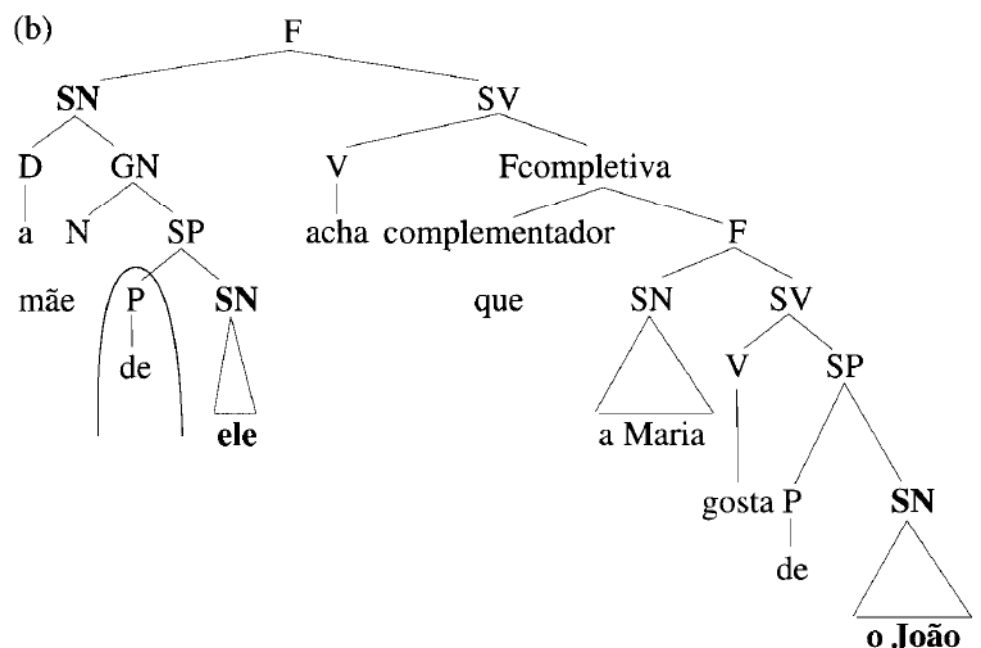
¹⁵ Estas três condições, aqui apresentadas informalmente, são conhecidas sob o nome de princípios da Teoria da Ligação: Princípio A (sobre as anáforas), Princípio B (sobre os pronominais) e Princípio C (sobre as expressões referenciais).

¹⁶ 'C-comando' define-se do seguinte modo: A c-comanda B sse: (a) A for distinto de B; (b) A não dominar B; (c) o primeiro nó ramificante que domina A dominar B.



Em (42), o SN *ele* c-comanda todos os nós debaixo da linha curva (incluindo, portanto, *o João*), pelo que, tendo os mesmos traços de pessoa, género e número de *o João*, se qualifica como antecedente potencial desta expressão referencial. Como as expressões referenciais não podem ter um antecedente na frase complexa a que pertencem, a única interpretação possível de (41c) é aquela em que *ele* e *o João* não têm o mesmo referente, i.e., são **disjuntos referencialmente**. Compare-se agora (41c) com (43a), cuja estrutura sintáctica simplificada é a apresentada em (43b):

(43) (a) A mãe d[*ele*]_i acha que a Maria gosta d[o João]_{i/j}.



Repare-se que, contrariamente a (41c), (43a) pode ter duas interpretações: numa delas, *ele* e *o João* são disjuntos referencialmente (*ele*=i, *o João*=j); na outra, *ele* e *o João* têm o mesmo referente (*ele*=i, *o João*=i). Esta segunda possibilidade existe porque *ele* não c-comanda *o João*, não podendo, portanto, qualificar-se como antecedente no sentido técnico acima explicado. Ou seja, neste último caso, a condição sobre a independência da expressão referencial é mantida: quando isto acontece, pode estabelecer-se uma relação de **co-referência** que depende de factores extra-gramaticais: por exemplo, de informação contida no discurso anterior ou no contexto situacional ou de conhecimentos partilhados pelos intervenientes no discurso sobre o assunto de que se está a falar e sobre os indivíduos nele referidos.

Sumário:

Em síntese:

- num discurso, estabelecem-se nexos referenciais entre as expressões nominais que nele ocorrem, formando-se cadeias referenciais cujo primeiro elemento é uma expressão que introduz um referente novo no discurso e os restantes elementos são expressões que o retomam;
- a formação de cadeias referenciais é condicionada em parte por factores extra-gramaticais (ver capítulo 7) e em grande medida por factores gramaticais;
- um dos factores gramaticais relevantes é o estatuto referencial das expressões nominais que, consoante a sua autonomia referencial, se classificam como anáforas, pronominais e expressões referenciais;
- a distribuição destes três tipos de expressões nominais é regulada pelos seguintes princípios: uma anáfora tem de ter um antecedente na oração a que pertence; um pronominal não pode ter antecedente na oração a que pertence; uma expressão referencial não pode ter antecedente na frase complexa em que ocorre;
- para que uma expressão possa funcionar como antecedente de outra expressão nominal, tem de haver compatibilidade de traços entre ambas e a primeira tem de c-comandar a segunda;
- desde que respeitados os princípios que regulam a distribuição de anáforas, pronominais e expressões referenciais, os pronominais e as expressões referenciais podem estabelecer relações de co-referência com outras expressões presentes no discurso, como membros não iniciais de cadeias referenciais.

Actividades: p.329

6.6 Tempo e aspecto

Quando qualquer falante do Português ouve ou lê frases como (44), interpreta-as como descrevendo situações localizadas no passado, no presente e no futuro:

(44) (a) O Presidente visitou os *Cabinet War Rooms*.

(b) O Presidente visita (neste momento) os *Cabinet War Rooms*.

(c) O Presidente visitará os *Cabinet War Rooms*.

Embora a situação descrita por cada uma das frases seja a mesma (a visita do Presidente aos *Cabinet War Rooms*), as frases podem ter valores de verdade diferentes devido à localização temporal da situação induzida pelo tempo gramatical utilizado. Em (44a), a situação está localizada num intervalo de tempo¹⁷ anterior ao **ponto da fala** (o termo proposto por Reichenbach (1947) para designar o intervalo de tempo durante o qual a frase é produzida, a que outros autores chamam o momento da enunciação). Em (44b), a situação descrita **sobrepõe-se** ao ponto da fala, uma vez que o intervalo de tempo em que se localiza a situação (o **ponto do evento**, na terminologia de Reichenbach) e o ponto da fala têm momentos comuns. Em (44c) a situação descrita está localizada num intervalo de tempo posterior ao ponto da fala.

O facto de em casos como os exemplificados em (44) a localização temporal de uma situação ser feita por uma relação directa com o ponto da fala faz do tempo gramatical uma categoria dêictica: nestes casos, os tempos gramaticais utilizados são "ponteiros" que apontam para intervalos de tempo anteriores, sobrepostos ou posteriores ao ponto da fala.

Contudo, há tempos gramaticais com uma estrutura mais complexa, cuja interpretação exige mais do que a relação directa entre o ponto do evento e o ponto da fala, como se pode observar nos exemplos (45):

(45) (a) Às três horas, o réu tinha matado o primeiro refém.

(b) Às três horas, o réu (já) terá entrado na penitenciária.

(c) O réu tem tido um comportamento agressivo no julgamento.

A interpretação temporal de (45a), uma frase com o verbo no pretérito-mais-que-perfeito composto, exige que a relação entre o ponto do evento e o ponto da fala seja mediatizada por um outro elemento, a que Reichenbach chamou **ponto de referência**¹⁸: de facto, a situação descrita não só é anterior ao ponto da fala como ao intervalo de tempo denotado por *Às três horas*, também ele anterior ao ponto da fala, pelo que a interpreta-

¹⁷ 'Intervalo de tempo' designa um conjunto contínuo e ordenado de momentos de tempo. A ordenação entre os momentos de tempo de um intervalo estabelece-se através da relação de **precedência**: o momento t_i precede o momento t_{i+1} e é precedido pelo momento t_{i-1} . Por outras palavras, o momento t_i é anterior ao momento t_{i+1} e posterior ao momento t_{i-1} .

¹⁸ No sistema de Reichenbach a relação entre ponto do evento e ponto da fala é sempre mediatizada pelo ponto de referência, mesmo nos tempos com uma estrutura simples como os exemplificados em (44). Ver adiante representações (46).

ção temporal da frase pode ser parafraseada como "o réu matar o primeiro refém ocorreu antes das três horas, momento que é anterior àquele em que a frase está a ser produzida". Em (45b), o ponto do evento é posterior ao ponto da fala mas anterior ao ponto de referência (*Às três horas*), também ele posterior ao ponto da fala, pelo que a interpretação temporal da frase pode ser parafraseada como "o réu entrar na penitenciária ocorrerá antes das três horas, momento que é posterior àquele em que a frase está a ser produzida". Finalmente, em (45c) o ponto do evento é anterior ao ponto da fala e o ponto de referência é sobreposto ao ponto da fala, pelo que a interpretação temporal da frase pode ser parafraseada como "o réu ter um comportamento agressivo no julgamento começou antes do momento em que a frase está a ser produzida mas continua até este momento".

Utilizando os símbolos E para ponto do evento, S para ponto da fala e R para ponto de referência, usando o sinal '=' para indicar quando dois destes pontos são simultâneos e uma linha para indicar quando dois destes pontos estão ordenados (considerando-se neste caso que o ponto que está à esquerda da linha é anterior ao que está à direita), a representação dos tempos das frases (44) e (45) é a que se apresenta em (46) e (47) [cf. Ilari (1997: 13-19)]:

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| (46) (a) pretérito perfeito: | E=R__S |
| (b) presente: | S=R=E |
| (c) futuro: | S__R=S |
| (47) (a) pretérito mais-que-perfeito: | E__R__S (R = <i>Às três horas</i>) |
| (b) futuro perfeito: | S__E__R (R = <i>Às três horas</i>) |
| (c) pretérito perfeito composto: | E__R=S |

Nos exemplos (45a,b) o ponto de referência é fornecido pelos adjuntos temporais *às três horas*. Os adjuntos temporais localizam eventos através de dois processos: ancorando o evento na situação de enunciação (um processo **dêictico**) ou ancorando-o no discurso ou em factos do mundo externo ao discurso (um processo **anafórico**)¹⁹.

Assim, há adjuntos temporais especializados na ancoragem dêictica, outros especializados na ancoragem anafórica e outros ainda que podem ser utilizados tanto dêictica como anaforicamente. Vejam-se alguns exemplos no Quadro I [cf. Ilari (1997: 22-23)].

¹⁹ Estes dois processos, que como veremos adiante, estão em jogo nos próprios tempos verbais, foram identificados por Benveniste (1966), que estabeleceu a distinção entre tempos do discurso e tempos da história.

Quadro I – Adjuntos temporais localizadores de eventos

Localização relativamente a S	Dêicticos	Anafóricos
Anterioridade	antigamente há muitos anos/uns dias/... (n)o ano/mês/...passado ontem	muitos anos/uns dias/... antes havia muitos anos/uns dias/... (n)o anos/mês/...anterior na véspera em 600 a.C.
	antes, anteriormente, ...	
Sobreposição	actualmente agora (n)este dia/mês/ano/... hoje	então (n)esse dia/mês/ano/... (n)aquele dia/mês/ano/...
Posterioridade	amanhã daqui a uns dias/meses/... (n)ano/mês/...que vem (n)o próximo ano/mês/...	daí a uns dias/meses/... (n)o ano/mês/... seguinte
	depois, em breve, qualquer dia/mês/...	

A interacção entre certos adjuntos temporais e alguns tempos verbais pode forçar determinadas interpretações temporais de uns e de outros, como se pode verificar nos seguintes exemplos:

(48) (a) *Em 2002*, a minha filha faz vinte anos.

(b) *Na Idade Média*, a vida das cidades concentra-se à volta das catedrais.

(c) *Agora* eu era a rainha e tu eras o rei.

(d) *Agora* Carlos sabia que tinha de partir.

Em (48a) o adjunto *Em 2002* força uma interpretação de futuro não próximo do presente do indicativo, quando este tempo verbal tem normalmente na nossa língua, com verbos não estativos, o valor de futuro próximo. Em (48b), o adjunto *Na Idade Média* força uma interpretação de **presente histórico** (ou **narrativo**), i.e., uma interpretação não dêictica do presente do indicativo. Já em (48c), a presença de *Agora* bloqueia a leitura de passado do imperfeito do indicativo, forçando uma leitura não temporal do referido tempo, em que ele funciona como um operador de criação de mundos alternativos, neste caso do mundo das brincadeiras de uma criança. Contrariamente ao que se passa nos três primeiros exemplos, em (48d) é a forma verbal que bloqueia a leitura temporal dêictica do adjunto *Agora*, forçando uma interpretação anafórica do mesmo, como indicador de um intervalo de tempo passado.

Tanto adjuntos temporais quanto orações subordinadas adverbiais e perífrases verbais podem forçar uma interpretação **habitual** da situação descrita, i.e., a uma interpretação em que tal situação ocorre reiteradamente. Assim, o exemplo (49) admite tanto uma interpretação **neutra** (ou **pontual**) como uma interpretação habitual, enquanto os exemplos (50) exigem uma leitura habitual:

(49) O Paulo dorme no beliche.

(50) (a) O Paulo dorme geralmente no beliche.

(b) Quando vem cá a casa, o Paulo dorme no beliche.

(c) O Paulo costuma dormir no beliche.

A complexidade das relações temporais expressas através das línguas naturais está particularmente patente nas frases complexas. Consideremos frases como (51):

(51) (a) Enquanto o João lavava a loiça, a Maria limpava-a.

(b) O João chegou quando a Maria estava a lavar a loiça.

(c) O João já tinha saído de casa quando a Maria lhe telefonou.

Em (51a), as situações descritas pelas duas orações ocorrem em intervalos de tempo sobrepostos, no passado. Em (51b) a situação descrita pela subordinada temporal fornece o ponto de referência para a localização da oração subordinante, ocorrendo a situação descrita por esta num intervalo de tempo do passado contido no intervalo de tempo mais amplo também do passado em que se localiza "a Maria estar a lavar a loiça". Em (51c) as situações descritas localizam-se ambas no passado, mas o intervalo de tempo em que ocorre a situação descrita na subordinante é anterior àquele em que se localiza a situação descrita na subordinada temporal. Ou seja, em casos como os exemplificados acima, em que está envolvida mais do que uma situação, o tempo é utilizado: (a) deicticamente para localizar (uma das) situações relativamente ao ponto da fala; (b) não deicticamente para situar as situações uma(s) relativamente à(s) outra(s).

Comparemos agora as frases (a) e (b) de (52):

(52) (a) Às nove horas, o João comeu uma maçã.

(b) Às nove horas, o João comia uma maçã.

Embora as duas situações descritas se encontrem localizadas no passado, é diferente o modo como é apresentada a sua **estrutura temporal interna**. Com efeito, em (52), a situação descrita ocorre no intervalo de tempo denotado por *Às nove horas* localizado no passado. Mas enquanto em (52a) a

²⁰ Estes conceitos devem-se a Moens, M. (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Universidade de Edimburgo. Tese de Ph. D.

situação é descrita globalmente, i.e., incluindo o **processo preparatório** envolvido (i.e., a fase inicial da situação), o **ponto de culminação** (i.e., a mudança de estado, de lugar ou de posse de uma das entidades envolvidas) e o **estado resultante** (neste caso, a maçã estar comida)²⁰, a descrição apresentada em (52b) apenas focaliza o processo preparatório. Por outras palavras, ao ouvir ou ler (52a), o falante interpreta-a como significando que o processo de "comer a maçã por parte de o João" está concluído no intervalo de tempo relevante, enquanto interpreta (52b) como significando que tal processo não está concluído no intervalo de tempo relevante.

Esta oposição, de natureza **aspectual**, que a tradição gramatical designa através dos termos **perfectivo/imperfectivo** (ou **perfeito/imperfeito**), está gramaticalizada em Português na flexão verbal através da oposição pretérito perfeito/preterito imperfeito do indicativo.

Para além dos tempos verbais, também perífrases verbais podem induzir valores aspectuais específicos. Consideremos os exemplos (53):

(53) (a) Nove horas! O João chega a casa.

(b) Nove horas. O João está (quase) a chegar a casa.

(c) Nove horas. O João acaba de chegar a casa.

Em (53a) a situação é apresentada globalmente, tal como vimos que acontecia em (52a). Já em (53b), o auxiliar introduz uma perspetivação da situação em que apenas se focaliza o processo preparatório, enquanto em (53c) o auxiliar transmite uma perspectiva da situação em que se destaca a conclusão da mesma.

A ocorrência de argumentos opcionais do verbo (cf. (54)) bem como o tipo de quantificação que afecta o argumento interno directo do verbo (cf. (55)) podem igualmente introduzir valores aspectuais específicos (mais precisamente, como veremos adiante, alterar as propriedades aspectuais básicas das situações denotadas por predicados verbais):

(54) (a) A Maria correu.

(b) A Maria correu até à paragem do autocarro.

(55) (a) Agora a Maria come a maçã.

(b) Agora a Maria come maçãs.

Em (54a) descreve-se uma situação dinâmica ocorrida no passado e concluída, mas que é apresentada como tendo uma duração temporal indefinida, já que não são dados os seus limites inicial e final (como veremos adiante, este tipo de situações denomina-se **processo** ou actividade). Pelo

contrário, em (54b), a presença do SP até à paragem do autocarro com um papel semântico de Alvo faz com que a situação dinâmica descrita seja apresentada com uma duração temporal definida, já que tal SP fixa o seu limite final (a este tipo de situações chama-se **processo culminado** ou evento prolongado). Também em (55a) a situação dinâmica descrita é um processo culminado; contudo, em (55b), o facto de o argumento interno directo do verbo ser um mero plural faz com que a situação seja interpretada como uma actividade habitual de *a Maria*.

Os verbos²¹ têm de algum modo codificado, como parte do seu significado lexical inerente, os tipos de situações (caracterizáveis com base na sua estrutura temporal interna) que podem denotar. Por outras palavras, é possível classificar os verbos em **classes** (ou tipos) **aspectuais**, denominadas por muitos autores **aktionsarten** (modos da acção).

Os predicados verbais que são usados basicamente na descrição de situações não dinâmicas (i.e., de situações que não envolvem mudança (de estado, de lugar ou de posse) dos indivíduos nela intervenientes, nem indicação de fases inicial ou final, pelo que se trata de situações homogéneas), pertencem à classe dos **estados**, como acontece, por exemplo, com *gostar*, *saber*, *estar deitado*, *estar doente*.

Os predicados verbais usados basicamente na descrição de situações dinâmicas (i.e., de situações que envolvem mudança (de estado, de lugar ou de posse) de entidades nela intervenientes) organizam-se em duas grandes classes: os **processos**²² (ou actividades)²³ e os **eventos**. Como foi referido anteriormente, os processos são situações dinâmicas não delimitadas temporalmente (ou seja, sem limites inicial e final assinalados). Pertencem a esta classe aspectual verbos que denotam actividades gerais como, por exemplo, *andar*, *cantar*, *correr*, *pedalar*.

Os eventos, pelo contrário, são situações dinâmicas que se apresentam com limites temporais inerentes e ponto de culminação: a mudança de estado, de lugar ou de posse de uma ou mais das entidades intervenientes. Em função da sua estrutura temporal interna, os eventos subdividem-se em duas classes: a dos **processos culminados** (ou eventos prolongados)²⁴ e a das **culminações** (ou eventos momentâneos)²⁵. Enquanto os primeiros têm duração interna, pelo que a situação descrita envolve o processo preparatório e o ponto de culminação (como acontece com predicados verbais como, por exemplo, *construir uma casa*, *destruir uma cidade*, *escrever um livro*), os últimos não têm duração interna, pelo que não incluem o processo preparatório mas apenas o ponto de culminação (como acontece com predicados verbais como *nascer*, *morrer*, *chegar*, *abrir a janela*, *cumprimentar o Pedro*).

²¹ Mais correctamente, qualquer predicado lexical (V, N, A), considerada a rede de argumentos por ele seleccionados.

²² Este termo é usado, entre outros, por Dowty (1979), Moens (1987) e Pustejovsky (1991).

²³ Este é o termo usado na tipologia clássica proposta em Vendler (1967).

²⁴ “Evento prolongado” é a tradução do termo *accomplishment*, proposto em Vendler (1967).

²⁵ “Evento momentâneo” é a tradução do termo *achievement*, proposto em Vendler (1967).

Como ilustrado nos exemplos (53)-(55), os tipos aspectuais dos predicados verbais podem ser alterados pela ocorrência de auxiliares, pela presença de argumentos opcionais direccionais (ou de adjuntos temporais) e pelo tipo de determinação que afecta o argumento interno directo do verbo.

Sumário:

Em síntese:

- através do tempo verbal e de expressões preposicionais ou adverbiais de valor temporal, as situações descritas pelas frases são localizadas no tempo;
- a localização temporal primária das situações é feita relativamente ao momento da enunciação, o ponto da fala: uma situação pode localizar-se num intervalo de tempo (ponto do evento) anterior, posterior ou sobreposto ao ponto da fala;
- em casos mais complexos, a localização temporal de uma situação exige a consideração de outro parâmetro temporal para além do ponto da fala, o ponto de referência;
- os adjuntos temporais contribuem para a localização temporal das situações descritas, ancorando-as dêictica ou anaforicamente num intervalo de tempo anterior, sobreposto ou posterior ao ponto da fala;
- da interacção entre adjuntos temporais e tempos verbais podem resultar interpretações particulares dos tempos verbais (cf. presente histórico, presente com valor de futuro não próximo, imperfeito sem interpretação temporal de passado) ou dos próprios adjuntos (cf. interpretação não dêictica de *agora*);
- adjuntos temporais, orações subordinadas adverbiais e certas perífrases verbais podem induzir uma interpretação habitual;
- em frases complexas, a localização temporal das situações descritas não só envolve a sua localização relativamente ao ponto da fala como a localização relativa das situações descritas por cada uma das orações;
- as situações descritas por frases distinguem-se pela sua estrutura temporal interna, a qual, nos casos mais complexos, pode envolver o processo preparatório, o ponto de culminação e o estado resultante;

-
- certos tempos verbais, bem como certas construções com auxiliares, a ocorrência de argumentos opcionais do verbo e o tipo de determinação que afecta o argumento interno directo, induzem apresentações diferentes da estrutura temporal interna das situações descritas, ora focalizando o processo preparatório, ora o ponto de culminação, ora o estado resultante;
 - os verbos têm codificado como parte do seu significado lexical o tipo aspectual básico a que pertencem, podendo distinguir-se entre predicados de estado, de processo (ou actividade), de processo culminado (ou evento prolongado) e de culminação (ou evento momentâneo).

Actividades: p. 331

Leituras Complementares

FROMKIN, V. & R. RODMAN

1998 *An Introduction to Language*. 6ª edição. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers. Pp. 171-184.

ILARI, R.

1997 *A Expressão do Tempo em Português*. São Paulo: EDUC/Contexto.

OLIVEIRA, F.

1996 "Semântica". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Pp. 333-381.

Actividades

Relações semânticas entre proposições e propriedades semânticas das expressões linguísticas

A

1. Cada proposição expressa pelas frases que se seguem implica outra proposição. Indique-a.

(1) (a) O João comprou um carro cinzento metalizado.

proposição implicada:

(b) A festa foi um sucesso.

proposição implicada:

(c) O João divorciou-se.

proposição implicada:

2. Cada uma das frases seguintes pressupõem uma dada proposição. Indique-a.

(2) (a) Ter ficado eliminada nas meias-finais não entristeceu a Maria.

proposição pressuposta:

(b) O João deixou de fumar.

proposição pressuposta:

(c) O Pedro esqueceu-se de dar uma prenda de anos à Ana.

proposição pressuposta:

3. Considere as seguintes frases:

(3) (a) Todos os empregados da secretária gostam de uma mulher.

(b) A Maria adora flores.

(c) Podes pôr a pasta aqui.

Identifique a propriedade semântica que cada uma das frases exemplifica.

B

1. Olha para a palavra *malmequer* e para a frase que vem a seguir:

malmequer se uma coisa é um **malmequer**, então é uma **flor**

Completa a frase adequada para cada uma das palavras da lista.

- (1) (a) carapau se um animal é um **carapau**, então é _____.
- (b) verde se uma coisa é **verde**, então tem _____.
- (c) morto se um animal está **morto**, então não está _____.
- (d) cão se uma coisa é um **cão**, então é _____.

Referência e Sentido

A

1. Indique a referência e o sentido dos predicados das seguintes frases:

- (4) (a) Spielberg é americano.

referência: _____.

sentido: _____.

- (b) Os cães são mamíferos.

referência: _____.

sentido: _____.

- (c) Os pássaros têm asas.

referência: _____.

sentido: _____.

2. Nos exemplos (5) encontram-se tautologias e frases exprimindo proposições que podem ter o valor de verdade verdadeiro ou falso. Identifique cada um dos casos, inscrevendo no quadrado T (para as tautologias), V (para as proposições verdadeiras) e F (para as falsas).

- (5) (a) Os bebês de um mês sabem andar.

- (b) Um assassino é um assassino.

- (c) Klee era um pintor suíço.

(d) Colombo descobriu a América em 1492.

(e) A Islândia é uma província da Dinamarca.

B

1. Na lista de frases que vem a seguir, algumas nunca podem ser verdadeiras, enquanto outras são sempre verdadeiras. Põe um **D**, de disparate, à frente das que nunca podem ser verdadeiras e um **V**, de verdadeiras, às que são sempre verdadeiras.

(2) (a) Os tios são homens.

(b) Os reis são mulheres.

(c) Os gatos têm asas.

(d) Os bebês são adultos.

(e) Um gato é um gato.

(f) Os cães têm quatro patas

Expressões nominais definidas e indefinidas

A

1. Nas frases abaixo, indique quais das expressões nominais a negro têm uma interpretação colectiva (C), distributiva (D) e genérica (G):

(6) (a) **Os músicos da Filarmónica de Berlim** tocaram a 6ª Sinfonia de Mahler no concerto.

(b) **Os meus amigos finlandeses** acabaram o doutoramento em 1990.

(c) **Os alunos do 4º ano** organizam uma conferência na próxima semana.

(d) **Os camaleões** alimentam-se de insectos.

(e) **Os linguistas** adoram exemplos malucos.

2. Nas frases abaixo, indique quais das expressões nominais a negro tem uma interpretação específica (E), não específica (NE) e genérica (G):

(7) (a) Imagina que **um licorne** trotava pela Avenida da Liberdade.

- (b) Ofereci à Maria **um romance de David Lodge**.
- (c) **Uns estrangeiros que encontramos no museu**
conhecem a Ana.
- (d) **Um xenófobo** é alguém que odeia estrangeiros.
- (e) **Um xenófobo** atacou uma loja de comerciantes
indianos.

B

1. Nas frases abaixo, as expressões a negro referem todos os seres de uma espécie, alguns seres de uma espécie ou apenas um ser de uma espécie. Estabelece a correspondência adequada, desenhando uma seta entre cada uma das expressões a negro e cada uma das expressões da lista à direita:

(3) (a) **Os cravos** são flores.

todos os seres de uma espécie

(b) **Um 2** é um número.

alguns seres de uma espécie

(c) **Este filme** é divertido.

apenas um ser de uma espécie

(d) Comprei **pipocas** para comer no cinema.

(e) **Uns colegas** trouxeram serpentinas para a escola.

Quantificação nominal

A

1. Represente a interpretação das expressões quantificadas nas frases que se seguem:

(8) (a) Todos os livros de David Lodge são interessantes.

representação: _____.

(b) Qualquer criança conhece a resposta a essa pergunta.

representação: _____.

(c) Alguns estudantes anularam a inscrição na cadeira.

representação: _____.

2. As duas frases que se seguem são ambíguas devido ao escopo relativo das expressões quantificadas que nelas ocorrem. Indique cada uma das interpretações que lhes atribui e represente-a.

(9) (a) Todos os miúdos detestam alguns peixes.

interpretação A: _____.

representação da interpretação A: _____.

interpretação B: _____.

representação da interpretação B: _____.

(b) Muitos estudantes falam três línguas.

interpretação A: _____.

representação da interpretação A: _____.

interpretação B: _____.

representação da interpretação B: _____.

Independência vs dependência referencial

A

1. Nas frases abaixo, ocorrem expressões nominais referencialmente independentes, expressões nominais ligadas a um antecedente e expressões nominais que podem ou não ser co-referentes de outra expressão nominal. Assinale o estatuto de cada uma delas no quadro abaixo.

(10) (a) O Pedro adora os sobrinhos e estes, por sua vez, adoram-no.

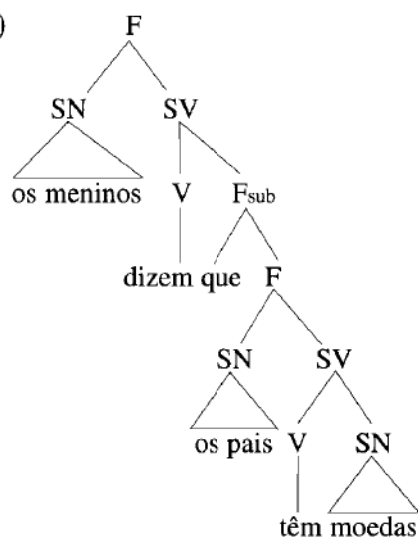
(b) Eles disseram que os amigos se perderam no caminho.

(c) A Maria sabe que os amigos dela se zangaram uns com os outros.

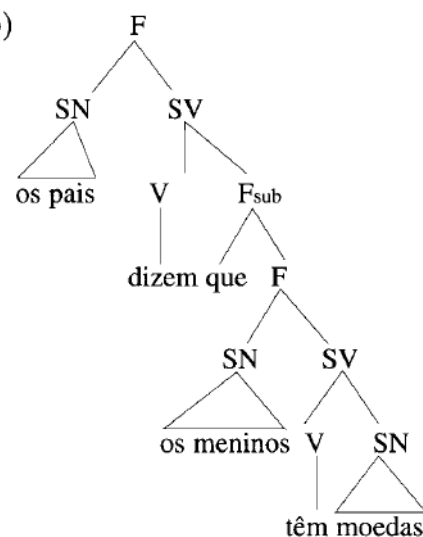
	Independente	Ligada a um antecedente	Co-referência possível
(a)		Expressão: Antecedente: Expressão: Antecedente:	Expressão: Exp. co-referente: Expressão: Exp. co-referente:
(b)		Expressão: Antecedente:	Expressão: Exp. co-referente:
(c)		Expressão: Antecedente:	Expressão: Exp. co-referente:

2. Nas representações sintáticas (11a) e (11b) indique quais as expressões nominais que o SN *os meninos* c-comanda.

(11) (a)



(b)



B

1. Diz a que outra expressão que aparece em cada uma das frases seguintes se refere a expressão a negro.

(4) (a) Os meninos bateram **uns nos outros**.

-
- (b) Era uma vez uma princesa. **A princesa** vivia num palácio cor de esmeralda com a **sua** aia.
- (c) Artur ganhou a guerra com a **sua** espada mágica e aclamaram-
-no rei da Bretanha.
- (d) Os meus colegas **que** têm dez anos foram ao teatro.
2. Completa as frases seguintes, escolhendo palavras que se refiram à expressão a negro
- (5) (a) **O monstro** ia devorar os marinheiros quando Sinbad chegou e _____ cortou a cabeça.
- (b) **A raposa** enganou-_____ no caminho e não encontrou a toca do **lobo**. Por isso, não conseguiu jantar com _____.
- (c) **Os patos** _____ tocavam corneta na banda assustaram-_____ com o rugido do leão.
- (d) O João disse aos **pais** que _____ encontrava **na festa** _____ a escola tinha organizado.

Tempo e Aspecto

A

1. Indique a relação entre ponto da fala, ponto do evento (e, se necessário, ponto de referência) nas frases seguintes:
- (12) (a) Às dez horas estarei em Madrid.
- (b) O João está a dormir.
- (c) Os nazis cometeram crimes inqualificáveis contra a humanidade.
2. Nas frases abaixo, indique o processo através do qual os adjuntos temporais contribuem para a localização temporal das situações descritas:
- (13) (a) A carta chegou ontem.
- (b) Lisboa foi capital europeia da cultura em 1994.
- (c) Vou ao Porto na semana que vem.
- (d) Bata os ovos com o açúcar. Depois junte a farinha e misture bem. Finalmente, acrescente a raspa de laranja.

Sugestão de resolução das actividades propostas

Relações semânticas entre proposições e propriedades semânticas das expressões linguísticas

A

1. (1) (a) O carro tem uma cor.
(b) Houve uma festa.
(c) O João já foi casado (ou O João era casado).
2. (2) (a) A Maria foi eliminada nas meias-finais.
(b) O João fumava
(c) A Ana fazia anos.
3. (3) (a) Ambiguidade (semântica). A frase tem duas interpretações: "todos os empregados da secretaria gostam de uma mulher" (diferente, para cada um dos empregados); "há uma mulher da qual todos os empregados da secretaria gostam" (neste caso, todos eles gostam da mesma mulher).
(b) Vagueza. Flores, sendo um nome de espécie, é um nome vago.
(c) Indexicalidade. O advérbio dêictico *aqui* remete para o contexto de produção do enunciado.

B

(1º ciclo)

1. (1) (a) um peixe.
(b) cor.
(c) vivo.
(d) um animal.

A

1. (4) (a) referência: a classe dos americanos.
sentido: o conceito "ser de nacionalidade americana".

(b) referência: a classe dos mamíferos.

sentido: o conceito "ser mamífero".

(c) referência: a classe dos seres com asas.

sentido: o conceito "ser um ser com asas".

2. (5) (a) F

(b) T

(c) V

(d) V

(e) F

B

1. (2) (a) V

(b) D

(c) D

(d) D

(e) V

(f) V

Expressões nominais definidas e indefinidas

A

1. (6) (a) C

(b) D

(c) C

(d) G

(e) G

2. (7) (a) NE

(b) E

(c) E

(d) G

(e) E

B

1. (3) (a) **Os cravos** são flores. → todos os seres de uma espécie
(b) **Um 2** é um número. → todos os seres de uma espécie
(c) **Este filme** é divertido. → apenas um ser de uma espécie
(d) Comprei **pipocas** para comer no cinema. → alguns seres de uma espécie
(e) **Uns colegas** trouxeram serpentinas para a escola. → alguns seres de uma espécie

Quantificação nominal

A

1. (8) (a) $\forall x$ [livro de David Lodge (x) \rightarrow é interessante (x)]
(b) $\forall x$ [criança (x) \rightarrow conhece a resposta a essa pergunta (x)]
(c) $\exists x$ [estudante (x) & anulou a inscrição na cadeira (x)]
2. (9) (a) interpretação A (escopo largo de *todos*):
 $\forall x \exists y$ [miúdo (x), peixe (y) \rightarrow detesta (x, y)]
interpretação b (escopo estreito de *todos*):
 $\exists y \forall x$ [miúdo (x), peixe (y) \rightarrow detesta (x, y)]
- (b) interpretação A (escopo largo de *muitos*):
 $\exists x \exists y$ [estudante (x), língua (y) & fala (x, y)]
interpretação b (escopo estreito de *muitos*):
 $\exists y \exists x$ [estudante (x), língua (y) \rightarrow detesta (x, y)]

Independência vs dependência referencial

A

1.

	Independente	Ligada a um antecedente	Co-referência possível
(a)	o Pedro os sobrinhos		Expressão: estes Exp. co-referente: os sobrinhos Expressão: (-n)o Exp. co-referente: o Pedro
(b)	eles os amigos o caminho	Expressão: (-)se Antecedente: os amigos	
(c)	a Maria os amigos	Expressão: -se uns com os outros Antecedente: os amigos	Expressão: (d)ela Exp. co-referente: a Maria

2. (11) (a) os pais , moedas

(b) moedas

B

1. (4) (a) **uns nos outros** refere-se a *uns meninos*

(b) **sua** refere-se a **a princesa** que, por sua vez, se refere a *uma princesa*.

(c) (-)no e **sua** referem-se a *Artur*.

(d) **que** refere-se a *os meus colegas*.

2. (5) (a) **O monstro** ia devorar os marinheiros quando Sinbad chegou e **lhe** cortou a cabeça.

- (b) **A raposa enganou-se** no caminho e não encontrou a toca **do lobo**. Por isso, não conseguiu jantar com **ele**.
- (c) **Os patos que** tocavam corneta na banda **assustaram-se** com o rugido do leão.
- (d) O João disse **aos pais** que **os** encontrava **na festa que** a escola tinha organizado.

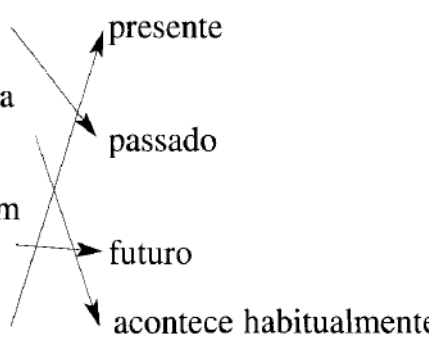
Tempo e Aspecto

A

1. (12) (a) O adjunto *Às dez horas* fornece o ponto de referência, posterior ao ponto da fala e sobreposto ao ponto do evento.
- (b) Ponto da fala, ponto do evento e ponto de referência sobrepõem-se.
- (c) Ponto do evento e ponto de referência sobrepostos, anteriores ao ponto da fala.
2. (13) (a) Processo dêictico: *ontem* denota o intervalo de 24 horas anterior ao dia em que se situa o ponto da fala.
- (b) Processo anafórico: *em 1994* denota directamente, sem mediação do ponto da fala, um dado intervalo de tempo.
- (c) Processo dêictico: *na semana que vem* denota a semana posterior àquela em que se situa o ponto da fala.
- (d) Processo anafórico: *depois* localiza as situações "juntar a farinha" e "misturar bem" posteriormente à situação "bater os ovos com o açúcar"; *finalmente* localiza a situação "acrescentar raspa de laranja" posteriormente a "juntar a farinha" e "mexer bem".
3. (14) (a) A situação descrita pela oração subordinante é anterior ao ponto da fala e anterior à situação descrita pela oração subordinada adverbial.
- (b) As situações descritas pelas duas orações são sobrepostas e anteriores ao ponto da fala.
- (c) A situação descrita pela oração subordinada adverbial é anterior à descrita pela oração subordinante. Dada a homonímia da forma verbal *saimos* (pretérito perfeito do indicativo ou presente do indicativo), as duas situações ora podem ser anteriores, ora posteriores ao ponto da fala.

4. (15) (a) A frase descreve o subtipo de situação dinâmica denominado processo ou actividade.
- (b) Dada a presença do SP *até ao lago*, a frase descreve um processo culminado ou evento prolongado.
- (c) A frase descreve uma situação homogénea, um estado.
- (d) A frase descreve uma culminação ou evento momentâneo.

B

1. (6) (a) O João foi à festa da escola. 
- (b) O meu pai bebe sumo de laranja ao pequeno-almoço.
- (c) Logo à noite vou ao cinema com os meus primos.
- (d) O bebé está a gatinhar.
2. (7) (a) Quando o meu pai chegou, eu já estava a dormir.
- (b) Quando os meus amigos acabarem os trabalhos de casa, vamos brincar.
- (c) Enquanto a mãe fazia o jantar, nós arrumávamos o nosso quarto.
- (d) Se a nossa equipa ganhasse/tivesse ganho o jogo, era campeã.

7. O Uso da Língua

Página intencionalmente em branco

Objectivos

Com o capítulo **O Uso da Língua** pretende-se sensibilizar os formandos para a importância que o contexto situacional assume na determinação do significado de um enunciado.

No final desta unidade, o formando deve ser capaz de:

- identificar e compreender os conceitos de acto linguístico, acto locutório, acto ilocutório, acto perlocutório, objectivo ilocutório e força ilocutória; identificar, compreender e aplicar os vários tipos de actos ilocutórios;
- identificar e compreender uma tipologia de situações; compreender a natureza básica da conversa face a face, identificando e compreendendo as propriedades que a caracterizam;
- identificar e compreender os papéis que os participantes desempenham em situações de uso da língua; identificar e compreender os factores que determinam a selecção de estilos em cada situação de uso da língua;
- identificar e compreender os princípios que guiam o uso da língua;
- identificar e compreender os tipos de inferências não estritamente lógicas através dos quais reconstituímos o que está implícito num dado enunciado.

Página intencionalmente em branco

Introdução

Todos temos experiência de que comentários como *Ela é socialista*, saudações como *Olá beleza!* ou pedidos como *Dá-me lume, meu!* podem ser interpretados como insultuosos ou elogiosos, adequados ou infelizes, em função do locutor que os produz, do destinatário, da relação (de poder e de intimidade) existente entre o locutor e o destinatário e do tipo de situação em que são produzidos.

Por outras palavras, ao usarmos a língua como locutores mobilizamos, para além de conhecimentos estritamente gramaticais (o nosso conhecimento da língua), outro tipo de conhecimentos que nos permitem escolher, de entre as formas permitidas pela gramática da língua para exprimir um certo significado, aquela que é mais **adequada** ao que foi dito antes (**contexto linguístico**) e à situação (**contexto situacional**). Inversamente, ao usarmos a língua como destinatários ou ouvintes, recorreremos tanto ao nosso conhecimento da língua quanto a um conjunto de outros conhecimentos (em que se incluem tanto sistemas de conhecimentos, crenças e valores, como convenções de natureza social e cultural) que nos permitem interpretar e avaliar o que foi dito em função do contexto linguístico e do contexto situacional.

A área da Linguística dedicada a "o estudo dos actos linguísticos e dos contextos em que estes são realizados" [Stalnaker (1972): 383] denomina-se **Pragmática** (linguística). Neste sentido, a área central de interesse da Pragmática é a interacção entre o contexto de produção de um enunciado e a interpretação formal dos elementos linguísticos que o constituem.

As unidades linguísticas que interessam à Pragmática são, por isso, **enunciados** e não frases ou proposições, ou seja, unidades do discurso que transportam as marcas de uma enunciação individual espaço-temporalmente demarcada [cf. Levinson (1983)] e que constituem instrumentos de acção e formas de comportamento. Com efeito, o uso da língua pode servir muitos e diversificados propósitos: exprimir o que pensamos, pedir informações, dar a conhecer aos outros a nossa avaliação de uma pessoa ou de uma situação, dar uma ordem, assumir o compromisso público de realizar um dado acto futuro, etc.

Assim, compreende-se que a mesma frase possa originar vários enunciados, tantos quantas as diferentes situações em que é produzida. Assim, uma frase como (1), pode dar origem, por exemplo, aos enunciados apresentados em (2):

(1) São oito horas.

(2) (a) A: — Que horas são?

B: — São oito horas.

(b) (Várias pessoas encontram-se numa sala onde decorrerá uma reunião, dirigida por A)

A: — São oito horas. Vamos começar a reunião.

(c) A: — Levo este vestido ou este saia e casaco?

B: — Leva um qualquer mas despacha-te. São oito horas. Já devíamos estar em casa deles há que tempos.

Em (2a), o enunciado constitui a resposta a um pedido de informação; em (2b), o enunciado é uma asserção que introduz a fórmula que dá início à reunião; em (2c) o enunciado está incluído numa resposta que funciona como uma crítica de B ao atraso de A. Em qualquer dos casos, o significado literal da expressão linguística em (1) precisa de ser combinado com as características do contexto linguístico e situacional para se obter a interpretação relevante do enunciado *São oito horas* em (2a), (2b) e (2c).

Compreende-se assim que, enquanto representações estritamente gramaticais (i.e., sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas) estão sujeitas a condições de boa formação, a avaliação dos enunciados relativamente aos seus contextos de produção envolva condições de tipo diferente: **condições de adequação** (ou **felicidade**). Assim, enunciados gramaticalmente bem formados podem não ser adequados aos contextos linguístico ou situacional em que são produzidos. Vejamos os dois exemplos seguintes (o símbolo '#' será usado para indicar os enunciados que não satisfazem as condições de adequação):

(3) (a) — Quem é que telefonou?

— #O João telefonou.

(b) Professor: — Qual foi o primeiro rei de Portugal?

Aluno: — #Ó meu, ainda não estudei essa parte.

Em (3a), a resposta dada à pergunta é gramatical. Contudo, dado que, como vimos no capítulo 4, a ordem de palavras em Português é sensível à distinção entre informação dada e nova, tendo o SN *o João* o estatuto de foco informacional não pode ocorrer em primeira posição, antes de expressões com o estatuto informacional de dado. Assim, *O João telefonou* não é um enunciado adequado ao contexto linguístico da pergunta, que exigiria como resposta um enunciado como *Foi o João/O João/Quem telefonou foi o João*.

Em (3b), uma troca conversacional entre professor e aluno, a resposta do aluno, embora gramatical, não constitui um enunciado adequado ao contexto situacional. De facto, no contexto situacional da sala de aula, em que existe uma relação assimétrica de poder entre professor e alunos, não é adequado que um aluno utilize uma forma de tratamento como *meu* para alguém que não é seu par.

Ocupar-nos-emos neste capítulo dos aspectos mais relevantes que é necessário ter em conta no estudo da interface entre o contexto situacional de um enunciado e a interpretação formal dos elementos linguísticos que o constituem.

Sumário:

Em síntese:

- a Pragmática linguística ocupa-se do estudo dos actos linguísticos e dos contextos em que os mesmos são produzidos;
- as unidades de análise da Pragmática são enunciados, avaliados em função de condições de adequação ao contexto linguístico e situacional em que são produzidos.

7.1 A actividade verbal como forma de acção

Ao usarmos a língua empenhamo-nos num tipo de actividade específica, a actividade verbal. Austin (1962) chamou **acto linguístico** (ou acto de fala) ao tipo específico de acção envolvida no uso da língua. Partindo da observação inicial de que havia enunciados que realizavam acções que originavam novas situações e enunciados que o não faziam, Austin distinguiu entre enunciados **performativos** (cf. (4)) e enunciados **constativos** (cf. (5)):

(4) (a) Come a sopa!

(b) Declaro-vos marido e mulher.

(5) (a) A Joana finalmente comeu a sopa.

(b) O Pedro e a Ana são marido e mulher.

A produção dos enunciados (4) produz uma acção que tem efeitos não linguísticos: o destinatário da ordem, se não a cumprir, arrisca-se a uma sanção, que se pode traduzir numa palmada ou em ir para a cama sem sobremesa, por exemplo; o casal destinatário de (4b) muda de estado civil como consequência da produção do enunciado por um locutor a quem seja institucionalmente reconhecida competência para celebrar casamentos. Por esta razão, a interpretação destes enunciados não se esgota na verificação das suas condições de verdade. Pelo contrário, os enunciados (5) são interpretáveis através da verificação das suas condições de verdade, uma vez que se limitam a descrever situações.

Em Austin (1962: 14-15), encontra-se uma proposta sobre as condições necessárias para que um enunciado performativo seja **feliz** (i.e., bem sucedido), que se apresenta em (6):

(6) Condições necessárias à felicidade de um enunciado performativo

(A.1) Tem de existir um procedimento convencional aceite com um efeito igualmente convencional, incluindo-se nesse procedimento a produção de certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias,

e,

(A.2) os participantes e as circunstâncias envolvidos têm de ser os adequados ao procedimento em questão.

(B.1) O procedimento tem de ser executado correctamente

e

(B.2) integralmente.

(C.1) Os participantes devem assumir os pensamentos ou sentimentos associados ao procedimento em questão e ter a intenção de que o seu comportamento seja coerente com tais pensamentos ou sentimentos;

além disso,

(C.2) tal intenção deve concretizar-se em comportamentos futuros.

A análise mais detalhada dos enunciados constativos à luz das condições de felicidade dos performativos levou rapidamente a concluir que também estes tinham de obedecer a algumas delas para serem bem sucedidos. Para dar um exemplo, quando alguém produz um enunciado constativo como (7), a sua avaliação em termos de condições de verdade só é possível se o interlocutor assumir que o locutor está a ser sincero, i.e., que está a cumprir a condição expressa em (6 (C.1)):

(7) Dói-me a cabeça.

Uma primeira consequência desta observação é o abandono da distinção entre performativo e constativo em favor da distinção entre **performativo explícito** e **performativo primário**. Enquanto um enunciado performativo explícito contém palavras ou marcas gramaticais que indicam qual o tipo de acção que está a ser efectuada¹, os performativos primários não explicitam claramente a acção que está a ser realizada. Assim, os enunciados (8) são enunciados performativos primários, a que correspondem, como contrapartidas performativas explícitas, os enunciados (9):

¹ Os enunciados performativos explícitos contêm tipicamente uma forma do presente dos chamados **verbos performativos** (e.g., *juro, prometo, peço, ordeno,...*).

(8) (a) Telefono-te esta noite.

(b) Nunca mais te minto.

(c) Procedi mal.

(d) Os miúdos gostaram da festa.

(9) (a) Prometo que te telefono logo à noite.

(b) Juro que nunca mais te minto.

(c) Confesso que procedi mal.

(d) Constato que os miúdos gostaram da festa.

Tendo estabelecido que enunciados performativos e constativos não se distinguem, afinal quanto à natureza, uma vez que tanto nuns como nos outros certas acções linguísticas eram realizadas, Austin (1962) considerou que em qualquer acto de fala completamente realizado se podiam distinguir três tipos de actos.

Consideremos o enunciado incluído em (10):

(10) (A e B são colegas de gabinete. B está sentado mais próximo da janela do que A. Está frio)

A: — Fecha a janela, se faz favor.

(B levanta-se e fecha a janela)

Podemos subdividir (10) na produção da frase *Fecha a janela, se faz favor*, de acordo com as regras gramaticais da língua — o locutor realizou um **acto locutório**. Por outro lado, o locutor produziu a frase com o objectivo de realizar algo, neste caso, um pedido — realizou um **acto ilocutório**. Finalmente, a produção do enunciado teve os efeitos desejados, uma vez que o interlocutor realizou a acção não linguística pretendida — houve um **acto perlocutório**.

A caracterização dos actos ilocutórios e a consequente proposta de uma tipologia de actos ilocutórios recorre centralmente aos conceitos de **força ilocutória** (a função que um dado enunciado assume no contexto em que é produzido — e.g., um pedido, uma ordem, uma promessa, ...) e de **objectivo ilocutório** (a intenção com que o enunciado é produzido — e.g., dar uma informação, obter uma informação, assumir publicamente o compromisso de realizar um dado acto futuro, ...).

De acordo com Searle (1975, 1979), partindo do objectivo ilocutório e da força ilocutória e assumindo a **condição de sinceridade** (quando um locutor realiza um acto ilocutório espera-se que seja sincero na expressão da sua atitude relativamente ao conteúdo proposicional do enunciado) é possível estabelecer a seguinte tipologia de actos ilocutórios [cf. Gouveia (1996: 392)]:

Quadro I – Tipologia de actos ilocutórios

Tipo	Objectivo ilocutório	Exemplo
Acto iloc. assertivo	Relacionar o locutor com a verdade da proposição expressa no enunciado	Afirmção, resposta, descrição,...
Acto iloc. directivo	Procurar que o interlocutor realize uma acção (verbal ou não verbal) devido à compreensão do conteúdo proposicional do enunciado produzido pelo locutor.	Ordem exigindo uma resposta não verbal, pedido de informação...
Acto iloc. compromissivo	Comprometer o locutor com a realização de uma acção futura, determinada pelo conteúdo proposicional do enunciado	Promessa, ameaça, juramento
Acto iloc. expressivo	Expressar um estado psicológico acerca da situação descrita pelo conteúdo proposicional do enunciado	Agradecimento, apresentação de desculpas, pêsames,...
Declaração	Tornar existente a situação descrita pelo conteúdo proposicional do enunciado	Fórmulas de matrimónio, baptismo,...
Declaração assertiva	Tornar existente a situação descrita pelo conteúdo proposicional do enunciado, pela relação do locutor com o valor de verdade de tal conteúdo proposicional	Validação de uma resposta em contexto pedagógico, sentença de um réu após julgamento,...

A realização de actos ilocutórios obedece a convenções de natureza social, de que são exemplo fórmulas feitas como *Bom dia!*, *Obrigado!* ou *Parabéns!*, para a expressão de actos expressivos, *Declaro-vos marido e mulher* ou *A sessão está encerrada*, para a expressão de declarações.

Obedece igualmente a condições de natureza institucional, uma vez que só locutores institucionalmente investidos de poder para o fazer podem realizar determinadas declarações ou declarações assertivas. Exemplificando, em Portugal, só um sacerdote ou um conservador do registo civil podem realizar uma declaração ao produzirem o enunciado *Declaro-vos marido e mulher*. Do mesmo modo, só o presidente de um júri de provas de doutoramento, em nome do mesmo júri, pode realizar uma declaração assertiva ao produzir o enunciado *A candidata é aprovada por unanimidade com distinção e louvor*.

As relações de poder e distância/proximidade entre locutor e interlocutor(es) determinam a força ilocutória do enunciado. Assim, um mesmo objectivo ilocutório (e.g., procurar que o interlocutor realize uma dada acção não verbal) pode assumir diferentes forças ilocutórias e, em consequência, ser expresso através de processos gramaticais diferentes:

- (11) (a) Fecha a janela!
- (b) Pedro, feche a janela, sim?
- (c) Feche a janela, se faz favor.
- (d) Não se importa de fechar a janela?
- (e) Faz-me o favor de fechar a janela?

Neste contexto, assumem particular relevância não só o domínio das fórmulas feitas que, em cada língua, se especializaram na expressão de cada objectivo ilocutório como o das fórmulas de delicadeza que, na situação concreta de interacção, se devem utilizar para exprimir uma dada força ilocutória².

² Ver **Princípios que guiam o uso da língua**, neste capítulo.

Sumário:

Em síntese:

- a distinção entre performativo e constativo distingue enunciados que realizam acções, submetidos a condições de felicidade, de enunciados que descrevem situações, avaliáveis exclusivamente através da verificação de condições de verdade;
- o abandono da distinção performativo/constativo a favor da distinção entre performativo explícito e performativo primário constitui o reconhecimento de que todos os enunciados realizam acções;

- deste modo, um acto linguístico completo integra três actos de tipo diferente: um acto locutório (o que está envolvido na produção de uma frase de acordo com a gramática da língua), um acto ilocutório (a realização de uma acção com um determinado objectivo através da produção do enunciado) e um acto perlocutório (os efeitos que a produção do enunciado teve);
- tendo em conta a condição de sinceridade e os conceitos de objectivo ilocutório e de força ilocutória, é possível propor a seguinte tipologia dos actos ilocutórios: actos assertivos, actos directivos, actos compromissivos, actos expressivos, declarações e declarações assertivas;
- as relações de poder, estatuto e intimidade entre locutor e interlocutores determinam a força ilocutória do enunciado, podendo o mesmo objectivo ilocutório assumir diferentes forças ilocutórias e, portanto, ser expresso através de processos gramaticais diferentes.

Actividades: p. 364

7.2 Uso da língua e contexto situacional

O uso da língua exerce-se em situações sociais concretas e é, por isso, socialmente condicionado. Um dos aspectos que condiciona tanto o conteúdo e a forma dos enunciados quanto a interpretação atribuída aos mesmos é o tipo de situação em que os falantes se empenham na actividade verbal.

Neste sentido compreende-se que tenham sido propostas tipologias de **situações**, e que se tenha procurado correlacionar cada tipo de situação proposto com propriedades linguísticas dos enunciados produzidos e com expectativas quanto ao desempenho verbal dos falantes.

Se aceitarmos a tipologia proposta em Clark (1996), as situações podem classificar-se em função de dois parâmetros — as características do contexto em que se efectiva o uso da língua (tendo-se aqui em conta o objectivo comunicativo, o público visado e a relação de proximidade/distância entre os participantes, a especialização ou ritualização discursiva exigida) e o modo (ou meio) utilizado —, limitando-se o autor a considerar os dois

modos básicos oral e escrito, que serão objecto do próximo capítulo. No quadro II apresenta-se tal tipologia, reservando-se as colunas dois e três para a exemplificação de cada situação.

Quadro II – Tipologia de situações

	Modo oral	Modo escrito
Pessoal	A conversa com B	A escreve uma carta ao amigo B
Não pessoal	O professor A dá uma aula aos estudantes B	O jornalista A escreve uma notícia para o público B
Institucional	O polícia A interroga o suspeito B numa esquadra	O gestor A escreve uma carta de negócios ao cliente B
Prescritiva	O noivo A faz a promessa ritual à noiva B na cerimónia de casamento	A passa uma procuração a B
Ficcional	A representa para o público B	O romancista A escreve um romance para o público A
Mediada	C faz tradução simultânea para B do que A diz	C traduz um romance de A para o público B
Privada	A fala consigo próprio acerca de planos de fim-de-semana	A regista no seu diário os planos para o fim-de-semana.

Se considerarmos as situações faladas, a situação **pessoal**, de que a **conversa** espontânea face a face é o exemplo típico, caracteriza-se pela alternância livre de tomada de palavra entre dois ou mais interlocutores. Em situações **não pessoais**, o locutor geralmente **pré-prepara** o seu discurso, não esperando interrupções por parte do público; conferências dirigidas a pares ou a estudantes e sermões proferidos em cerimónias religiosas são exemplos de actividades verbais que se desenrolam neste tipo de situação. Em situações **institucionais**, o uso da língua está limitado por regras institucionais, que definem quem dirige e orienta a actividade verbal, como acontece no interrogatório de uma testemunha por um advogado em tribunal, num exame oral ou numa conferência de imprensa. Por seu lado, em situações **prescritivas**, que podem ser consideradas subconjuntos das situações institucionais, os falantes entram em trocas verbais pré-fixadas pela tradição cultural, política ou religiosa, que envolvem frequentemente fórmulas ritualizadas de realização de actos compromissivos, como acontece com o diálogo entre celebrante e padrinhos numa cerimónia de bap-

tismo ou com a cerimónia de ajuramentação de uma testemunha num tribunal. Em situações **ficcionais**, os participantes são verdadeiramente actores, i.e., o seu discurso não exprime os seus próprios propósitos mas os de outrem, como acontece numa representação teatral ou na interpretação de uma canção. Finalmente, em situações **mediadas**, existe um intermediário entre o participante cujos propósitos estão a ser verbalizados e o destinatário de tais propósitos, como sucede em situações de tradução simultânea ou de leitura de um noticiário televisivo por um locutor.

As propriedades dos diferentes tipos de situações acarretam, assim, diferenças quanto ao que é dito e ao modo como é dito, bem como diferenças quanto às expectativas sobre o que é dito e sobre o modo como é dito. Deste modo, os padrões de **aceitabilidade** para uma conversa e para uma conferência são distintos, pelo que o que é julgado como adequado numa conversa pode não o ser numa conferência. Para dar um exemplo, formas de tratamento como *tu, pá, meu* numa conversa entre participantes que se conhecem bem podem ser adequadas, contrariamente ao que acontecerá se forem usadas numa conferência, onde se espera a utilização de formas de maior distância como *os senhores, os colegas...*

Como tem sido destacado por muitos autores³, a conversa face a face espontânea (ou informal) constitui a situação mais básica do uso da língua, uma vez que é universal (i.e., ocorre em todas as sociedades humanas conhecidas), que é a situação na qual as crianças adquirem a sua língua materna e que é aquela em que todos os falantes de uma comunidade linguística se encontram envolvidos quotidianamente como participantes: com efeito, alguns falantes nunca estão envolvidos em situações não pessoais, institucionais, prescritivas, ficcionais e mediadas e muitos estão-no apenas como destinatários e não como locutores.

Os traços que caracterizam a conversa face a face e respectiva definição encontram-se representados no quadro III [cf. Clark & Brennan (1991)⁴].

Quadro III – Propriedades da conversa face a face

Propriedades	Caracterização
1 – Copresença	Os participantes partilham o mesmo contexto físico
2 – Visibilidade	Os participantes vêem-se uns aos outros
3 – Audibilidade	Os participantes ouvem-se uns aos outros
4 – Instantaneidade	Os participantes apercebem-se das acções uns dos outros sem demora perceptível

³ “a linguagem da conversa face a face é o uso básico e primário da língua, sendo a descrição mais satisfatória de todos os restantes usos aquela que é feita em termos do modo como cada um deles se afasta dessa base”. [In Fillmore, C. (1981) “Pragmatics and the Description of Discourse”. In Cole (org) *Radical Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press. P. 152].

⁴ Clark, H. C. & S. A. Brennan (1991) “Grounding in Communication”. In Resnick, Levine & Teasley (orgs) *Perspectives on Socially Shared Cognition*. Washington, D. C.: APA Books. Pp. 127-149.

5 – Evanescência	O modo (oral) é efêmero
6 – Ausência de registo	Não fica registo das acções dos participantes
7 – Simultaneidade	Os participantes podem produzir e compreender simultaneamente
8 – Não planeamento	Os participantes formulam e executam as suas acções em tempo real, pelo que não as planeiam com antecipação
9 – Autodeterminação	São os participantes que decidem que acções vão realizar
10 – Auto-expressão	As acções dos participantes exprimem os propósitos destes

Repare-se que as propriedades 1 a 4 reflectem o **imediatismo** da conversa face a face. Exemplificando, numa situação também pessoal como uma conversa telefónica com um amigo, a distância física e a consequente ausência de contacto visual entre locutor e destinatário retira como pistas para a interpretação e produção discursiva gestos e expressões faciais dos participantes, pelo que o discurso precisa de ser alterado em conformidade.

As propriedades 5 a 7 são uma consequência do **modo** utilizado na conversa: o oral. A simultaneidade, por exemplo, permite interrupções de um participante para pedir um esclarecimento ao locutor, reformulações feitas pelo locutor em função da avaliação que faz das reacções visíveis dos interlocutores e sobreposições de falas, características todas elas ausentes do uso da língua em situações escritas.

Quanto às propriedades 8 a 10, elas evidenciam o **controlo** da situação por parte dos participantes. Numa conversa espontânea face a face, cada participante é responsável por aquilo que diz, fala em seu próprio nome e code-termina, em conjunto com os restantes participantes, quem diz o quê em que momento da conversa. Pelo contrário, em situações institucionais e prescritivas, o controlo que os participantes têm da situação é muito menor, enquanto em situações ficcionais e mediadas a actividade verbal do locutor exprime propósitos de terceiros.

Sumário:

Em síntese:

- de acordo com as características do contexto em que se efectiva o uso da língua e do meio (ou modo) utilizado, pode propor-se a seguinte tipologia de situações: situações pessoais, não pessoais, institucionais, prescritivas, ficcionais, mediadas e privadas;
- as características de cada tipo de situação acarretam diferenças quanto ao conteúdo e à forma do que é dito e determinam expectativas diferentes quanto ao conteúdo e à forma dos enunciados;
- a situação básica de uso da língua é a conversa espontânea face a face, uma vez que é universal, é nela que as crianças adquirem a língua materna e é aquela em que todos os falantes de uma comunidade estão envolvidos como locutores e interlocutores;
- as propriedades típicas da conversa espontânea face a face decorrem do imediatismo da situação (copresença, visibilidade, audibilidade, instantaneidade), das características do modo oral (evanescência, ausência de registo, simultaneidade) e do controlo que os participantes têm da situação (não planeamento, autodeterminação e auto-expressão).

Actividades: p. 365

7.3 Participantes e estilo

Todos temos experiência de que, ao agirmos verbalmente, representamos **papéis** diferentes. Antes de mais, ora actuamos como **locutores**, ora como **interlocutores** (ou alocutários), ora como **ouvintes**, esperando-se comportamentos diferentes em cada um destes papéis.

Para além disso, o nosso papel como locutores, interlocutores e ouvintes assume particularidades próprias em função das situações em que usamos a língua (ver secção anterior). Tais particularidades reflectem-se no que dizemos, no modo como o dizemos, na postura, expressão facial e gestos que adoptamos.

O grau de **formalidade** de uma situação condiciona tanto o que dizemos como a formatação dos nossos enunciados. Assim, quanto maior for a formalidade da situação, tanto maiores serão as preocupações de articulação clara, escolha lexical precisa, correcção morfológica e sintáctica.

Em situações institucionais, prescritivas e ficcionais, mesmo quando os participantes mantêm relações pessoais de intimidade, as **formas de tratamento** utilizadas, por exemplo, são determinadas pela situação em que decorre o uso da língua. Assim, por exemplo, num julgamento, numa prova de doutoramento, numa sessão pública do parlamento, mesmo que os participantes se conheçam e tratem habitualmente por *tu*, usarão necessariamente a 3ª pessoa do singular e uma forma de tratamento como *(o/a) senhor(a) x*, *(o/a) senhor(a) doutor(a) x*, *(o/a) senhor(a) presidente do júri*, *(o/a) senhor(a) deputado(a) x*.

Por seu lado, em situações pessoais de uso da língua, é o **estatuto** dos participantes (o facto de serem pares ou de existir entre eles uma relação assimétrica de poder) e o respectivo grau de **proximidade** vs **distância** que condicionam o que é dito e o modo como é dito. Estes factores determinam essencialmente a escolha das formas de tratamento e a opção por expressões de delicadeza (ver secção seguinte).

Acontece, portanto, que tanto a situação como o estatuto e o grau de proximidade dos participantes condicionam o **registo** ou **estilo** adoptado em cada instância de uso da língua.

Como foi referido no capítulo 1, cada falante domina uma gama mais ou menos variada de estilos que mobiliza em função da análise que faz da situação em que intervém verbalmente. Se considerarmos apenas o modo oral, encontramos propriedades de tipos diferentes associadas a vários estilos. Assim, do ponto de vista fonológico e prosódico, estilos mais informais caracterizam-se normalmente por ritmos de fala mais rápidos e menor clareza articulatória; o estilo usado pelas mães na interacção com os bebés, denominado Maternalês, é marcado por uma prosódia exagerada, com grande demarcação de unidades prosódicas. Do ponto de vista sintáctico, estilos mais informais caracterizam-se por menor atenção a regras de concordância e propriedades de regência e maior percentagem de reformulações e rupturas (ver capítulo 8).

O tipo de **actividade** em que se inscreve o uso da língua e o **assunto** acerca de que se está a falar condicionam igualmente o estilo seleccionado. Estes factores determinam essencialmente o léxico utilizado, sendo responsáveis pela introdução de léxicos especializados (por exemplo, gírias profissionais, terminologias técnicas e científicas). No entanto, e como a comparação entre os exemplos (12) mostra, actividade e assunto condicionam

também outros aspectos dos enunciados, nomeadamente, os actos ilocutórios realizados:

(12) (a) Champô, creme amaciador, toalha.

(b) Carla, traz-me o champô da senhora D. Antónia, o creme amaciador e uma toalha.

Podemos imaginar várias situações relativamente às quais um enunciado como (12a) seja adequado. Assim, (12a) pode ser produzido numa situação privada, em que o locutor, antes de partir para uma viagem, verifica se pôs os objectos referidos na mala; pode igualmente ser produzido numa situação em que o locutor transmite a alguém que vai a um supermercado o que deve comprar; etc. Já (12b) nos dirige para uma situação preferencial, dadas as pistas adicionais fornecidas pelo acto ilocutório directivo e pelas duas formas de tratamento: um enunciado produzido num salão de cabeleireiro, por um(a) cabeleireiro(a) e dirigido a um(a) ajudante.

Sumário:

Em síntese:

- ao usarmos a língua, desempenhamos diferentes papéis: locutor, destinatário, ouvinte;
- o que dizemos e o modo como o fazemos é condicionado por factores não linguísticos como a situação, a relação social entre os participantes e o grau de proximidade *vs* distância entre eles;
- estes factores determinam a escolha de diferentes estilos ou registos, com características específicas a nível fonológico e prosódico, lexical, morfológico e sintáctico.

Actividades: p. 366

7.4 Princípios que guiam o uso da língua

Como muitos autores têm salientado, enquanto o conhecimento da língua é regulado por regras, o uso da língua é **guiado** por princípios. Por outras palavras, enquanto é possível construir algoritmos que enumerem e descrevam as frases possíveis de uma língua e as correspondentes interpretações fonológica e semântica, a construção de algoritmos que enumerem e descrevam os actos linguísticos contextualmente adequados é uma tarefa condenada ao fracasso. Assim, a indeterminação das predições e explicações que a Pragmática fornece (e que, eventualmente, decorre da própria especificidade do objecto que estuda) aconselha a que se considere que o uso da língua é guiado (mas não regulado) por princípios (muito gerais e dificilmente formalizáveis).

Um dos princípios de maior alcance que tem sido proposto é o **Princípio de Cooperação** proposto pelo filósofo americano Paul Grice [cf. Grice (1975, 1978)]. Nos trabalhos que publicou sobre o uso da língua e a lógica da conversa, Grice sugere que os participantes numa conversa usam o seguinte procedimento para avaliar o que o enunciado de um dado falante num dado momento da conversa pretende significar, em função do que foi dito por esse falante, através desse enunciado, nesse momento da conversa: *Faça com que a sua contribuição conversacional seja adequada ao momento da interacção em que ocorre.*

Grice subdivide este princípio em quatro subprincípios específicos que considera guiarem universalmente a interacção conversacional [cf. Grice (1975: 45-6); Gouveia (1996: 403)], as **Máximas Conversacionais**, que se apresentam no quadro IV.

Quadro IV – Máximas Conversacionais

Máxima de Qualidade	Tenta que a tua contribuição seja verdadeira. 1 – Não digas o que crês ser falso. 2 – Não digas aquilo de que não tens provas.
Máxima de Quantidade	1 – Torna a tua contribuição tão informativa quanto requerido (para o propósito presente da troca). 2 – Não tornes a tua contribuição mais informativa do que requerido.
Máxima de Relação	Sê relevante.
Máxima de Modo	Sê claro. 1 – Evita a obscuridade de expressão. 2 – Evita ambiguidades. 3 – Sê breve (evita a prolixidade desnecessária). 4 – Sê metódico.

O Princípio de Cooperação e as Máximas Conversacionais que o concretizam exprimem, afinal, a cumplicidade que se estabelece entre participantes numa conversa, cumplicidade essa de que todos os falantes têm consciência. Não esqueçamos, no entanto, que estes guias de comportamento conversacional de conteúdo quase trivial são frequentemente subvertidos ou devido a propósitos de ironia ou sarcasmo por parte do locutor, ou devido às situações ficcionais em que a conversa decorre (como acontece com a conversa face a face incluída numa representação teatral) ou ainda devido a características individuais de alguns participantes: quem não conhece infractores viciados da Máxima de Modo, que demoram "horas" a dizer o que se pode dizer em segundos, infractores persistentes da Máxima de Relação, que respondem "alhos" quando se fala de "bugalhos", infractores reincidentes da Máxima de Quantidade, que respondem com uma teoria sobre ciclones e furacões a uma observação banal sobre o tempo, e mentirosos crónicos que desconhecem a Máxima da Qualidade?

Ao longo do seu percurso escolar e também como resultado da sua progressiva experiência de uso da língua em situações não pessoais nem privadas, os falantes ganham consciência de que o seu comportamento linguístico em situações caracterizadas por maior formalidade exige uma atenuação da força ilocutória dos enunciados produzidos, bem como a exclusão de certas palavras e expressões consideradas demasiado informais ou brutais. Leech (1983) deu expressão a este tipo de requisitos de comportamento social com incidência na forma dos enunciados através do **Princípio de Delicadeza**. É este princípio que determina que, num jantar de alguma cerimónia, a anfitriã, ao dirigir um convidado para um determinado lugar da mesa, se lhe dirija produzindo o enunciado interrogativo (13a) em vez do enunciado imperativo (13b), embora o objectivo ilocutório de (13a) seja directivo; é igualmente este princípio que está em jogo quando, num serviço de atendimento público, encetamos o diálogo com o funcionário produzindo um enunciado como (14a), que envolve a realização de um acto expressivo de saudação, de um pedido e finalmente da pergunta, em vez de (14b):

(13) (a) Quer sentar-se aqui?

(b) Sente-se aqui!

(14) (a) Bom dia. Pode dar-me uma informação? A que horas parte o próximo Alfa para o Porto?

(b) A que horas parte o próximo Alfa para o Porto?

Repare-se que, nos contextos situacionais descritos, os destinatários de (13a) e de (14a) reconhecem claramente os objectivos ilocutórios desses enunciados, pelo que o convidado responderá adequadamente sentando-se no lugar que lhe está a ser indicado (acompanhando tal acção eventual-

mente com um sorriso ou um aceno) e não respondendo *sim* e continuando em pé, e o funcionário, devolvendo ou não a saudação, limitar-se-á a responder ao pedido de informação formulado na segunda interrogativa.

É também o Princípio de Delicadeza que está em jogo quando usamos **eufemismos** ou expressões avaliativas muito vagas para atenuar ou dissimular as consequências desagradáveis da situação para o nosso interlocutor. Exemplificando, há umas dezenas de anos atrás, em Portugal, as regras sociais de convivência exigiam que, em contextos situacionais formais, se utilizasse a palavra *esposa* em vez de *mulher*, e as expressões *estar de esperanças*, *estar num estado interessante* ou *estar à espera de bebé* em vez de *estar grávida*. Do mesmo modo, quando um professor exprime a sua apreciação do trabalho de um mestrando através do enunciado (15a), fá-lo por razões de delicadeza e cortesia, embora neste contexto, o enunciado ganhe a mesma interpretação que um enunciado como (15b):

- (15) (a) Vê-se que se empenhou muito na elaboração do trabalho, apresenta algumas ideias interessantes, mas o desenvolvimento e a articulação entre elas são algo incipientes.
- (b) O seu trabalho não atingiu o nível que se exigia.

Sumário:

Em síntese:

- o conhecimento da língua é regulado por regras, ao passo que o uso da língua é guiado por princípios;
- o Princípio de Cooperação e os quatro subprincípios específicos que o concretizam — as Máximas Conversacionais de Qualidade, Quantidade, Relação e Modo — são considerados princípios universais que guiam a interação conversacional;
- algumas das Máximas Conversacionais são infringidas em situações ficcionais e mediadas, e sempre que o locutor tem o propósito de ser irónico ou sarcástico; características individuais dos participantes podem igualmente determinar a infracção das mesmas;
- o Princípio de Delicadeza guia a formatação de enunciados produzidos em contextos situacionais que exigem comportamentos convencionais de delicadeza e de cortesia.

Actividades: p. 366

7.5 O dito e o implícito: implicaturas convencionais e conversacionais

Ao usarmos a língua, o que queremos significar não aparece muitas vezes explicitamente dito, precisando os nossos interlocutores de construir inferências mais ou menos complexas para compreenderem o que está implícitado (sem ser dito) nos nossos enunciados. No capítulo 6 falámos sobre inferências lógicas como a implicação, em que o que está em causa são as condições de verdade.

Mas precisamos de construir outros tipos de inferências não estritamente lógicas quando procuramos compreender aquilo que o nosso interlocutor quer dizer com o enunciado que produz. Considerem-se os enunciados (16):

(16) (a) Ela é pobre *mas* honesta.

(b) O Pedro é alemão, *portanto* não tem sentido de humor.

Em (16a), não é dito mas está implícitado pelo locutor que ele considera que não é esperado que alguém que seja pobre seja também honesto. Do mesmo modo, em (16b), não se afirma explicitamente que ser alemão é condição suficiente para não se ter sentido de humor, embora o enunciado o implícite. Em ambos os casos, as inferências advêm da estrutura do enunciado e do significado das palavras *mas* e *portanto*, denominando-se **implicaturas convencionais**.

Como se pode observar nos enunciados (16), as implicaturas convencionais não afectam as condições de verdade das proposições expressas pelos enunciados: na realidade, as proposições expressas em (16a) e (16b) são verdadeiras se a pessoa de quem se fala for pobre e honesta e se o Pedro for alemão e não tiver sentido de humor (tecnicamente, diz-se que se trata de inferências **removíveis**). Por outro lado, dado que se trata de implicaturas induzidas pela estrutura do enunciado e pelo significado de palavras que nele ocorrem, as implicaturas convencionais que são accionadas num dado contexto são generalizáveis a qualquer contexto (ou seja, trata-se de inferências **não canceláveis**).

Consideremos agora os enunciados (17):

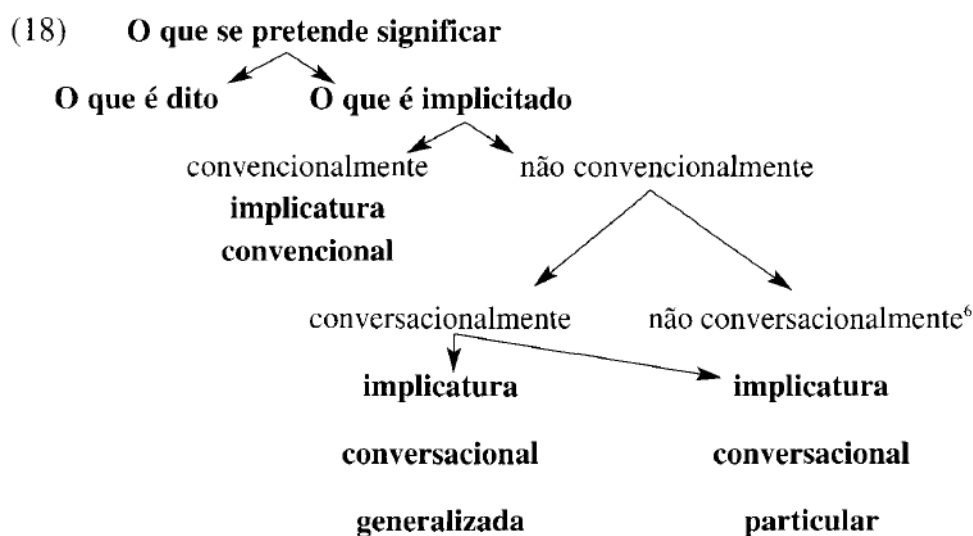
(17) (a) Vi o João em férias com uma mulher.

(b) O seu trabalho tem uma boa apresentação e o Português é correcto.

Admitamos que o enunciado (17a) é produzido numa situação em que os participantes na conversa sabem que o João é casado. Nestas condições, o uso do artigo indefinido precedendo a forma *mulher* leva os interlocutores a inferirem que a pessoa com quem o João foi visto não é a mulher com quem ele é casado. Quanto ao enunciado (17b), imaginemo-lo a ser produzido numa situação de avaliação de um ensaio de um estudante de doutoramento sobre o papel da Mecânica na filosofia de Descartes. Se assim for, o enunciado transporta o implícito de que o ensaio não possui qualquer qualidade filosófica. Repare-se que, em ambos os casos, as inferências não são induzidas nem pela proposição nem pela estrutura da frase, sendo determinadas pelo contexto em que o enunciado é produzido: a este tipo de implicaturas chama-se **implicaturas conversacionais**.

A análise destes dois exemplos permite-nos também estabelecer uma distinção entre dois tipos de implicaturas conversacionais: as **implicaturas conversacionais generalizadas**, que (17a) ilustra, e as **implicaturas conversacionais particulares**, que (17b) exemplifica. De facto, no primeiro caso, a implicatura mantém-se numa grande variedade de contextos, o que a aproxima da implicatura convencional: no entanto, e contrariamente ao que acontece com as implicaturas convencionais, é cancelada em contextos em que os participantes não saibam que o João é casado. Pelo contrário, no segundo caso, só em contextos particulares como o descrito, a implicatura se mantém: de facto, se o enunciado (17b) for produzido num contexto de avaliação de um trabalho realizado na disciplina de Português, por exemplo, não induz a implicatura considerada.

Podemos, assim, considerar, que a determinação do que um dado locutor pretende significar ao produzir um enunciado requer a consideração dos seguintes aspectos [cf. Horn (1988: 121)⁵]:



⁵ Horn, L. (1988) "Pragmatic Theory". In Newmeyer (org) *The Cambridge Survey. Vol. I. Linguistic Theory: Foundations*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 113-145.

⁶ Por exemplo, através da expressão facial.

Continua em aberto o debate que consiste em propor a divisão de trabalho mais satisfatória entre Semântica e Pragmática para dar conta dos vários aspectos apresentados em (18). Os adeptos de uma visão pragmática extrema do que é implicado consideram que só os aspectos do significado que envolvem exclusivamente a verificação das condições de verdade são objecto de estudo da Semântica; de acordo com esta concepção, o objecto de estudo da Semântica restringe-se ao que é dito. Pelo contrário, os adeptos de uma visão semântica do que é implicado reservam para a Pragmática exclusivamente as implicaturas induzidas por contextos de produção particulares; de acordo com esta concepção, as implicaturas convencionais e as implicaturas conversacionais generalizadas incluem-se no objecto de estudo da Semântica.

Sumário:

Em síntese:

- na determinação daquilo que um locutor quer dizer ao produzir um dado enunciado está envolvida a construção de inferências não estritamente lógicas que permitem a reconstituição do que está implicado;
- entre as inferências não estritamente lógicas induzidas por um dado enunciado contam-se as implicaturas convencionais, tipicamente removíveis e não canceláveis;
- existem igualmente implicaturas conversacionais que, consoante o grau de dependência do contexto específico de produção, se podem classificar em generalizadas e particulares;
- continua em aberto o debate sobre a divisão de trabalho entre Semântica e Pragmática na análise dos diferentes aspectos que é necessário ter em conta quando se considera o que um locutor pretende significar com a produção de um dado enunciado.

Actividades: p. 368

Leituras complementares

FROMKIN, V. & R. RODMAN

- 1998 *An Introduction to Language*. 6ª edição. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers. Pp. 190-203.

GOUVEIA, C. A. M.

- 1996 "Pragmática". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Pp. 383-419.

PEDRO, E. R.

- 1996 "Interacção Verbal". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Pp. 449-475.

Actividades

A actividade verbal como forma de acção

A

1. Identifique os actos ilocutórios produzidos em cada um dos enunciados (1):

- (1) (a) Sei que ela vem à festa.
- (b) Proponho que passemos imediatamente à votação.
- (c) O João propôs que se passasse imediatamente à votação.
- (d) A sua resposta está correcta.
(num contexto de sala de aula, enunciado produzido pelo professor)
- (e) Pode dizer-me que horas são?

2. Nos exemplos (2), identifique os enunciados com o mesmo objectivo ilocutório e diferente força ilocutória:

- (2) (a) Apaga o cigarro!
- (b) O João apagou o cigarro.
- (c) Apago já o cigarro.
- (d) Apaga o cigarro, sim?
- (e) Podes apagar o cigarro?

B

1. Identifica a acção que uma pessoa faz quando diz os enunciados abaixo, ligando com uma seta cada um dos enunciados com uma das acções da lista da direita:

- (1) (a) Prometo que te empresto os meus marcadores novos. ordem
- (b) Que horas são? saudação
- (c) Empristas-me a borracha? pedido
- (d) Cala-te! pergunta
- (e) Bom-dia! promessa

2. Imagina que estás a comer gelado ao lanche. O gelado está óptimo e queres que te dêem mais. Se pedires mais gelado a um amigo em casa de quem estás a lanchar, à mãe do teu amigo ou à tua mãe, dizes coisas diferentes. Liga com uma seta o pedido que farias a cada uma destas pessoas:

- (2) (a) Dá-me mais gelado! mãe
(b) Posso comer mais gelado? mãe do amigo
(c) Quero mais gelado, se faz favor. amigo

Uso da língua e contexto situacional

A

1. Propriedades dos enunciados (3) levam-nos a identificar o tipo de situação em que foram produzidos. Diga em que tipo de situação foi produzido cada um deles.

- (3) (a) Aos 2 de Abril de Outubro passado reuniu-se a Assembleia Geral ordinária, com a ordem de trabalhos constante da convocatória apensa no anexo 1.

tipo de situação:_____.

- (b) Boa noite. O Jornal das 9 estará hoje em directo com o secretário geral da NATO, que acedeu em conceder-nos uma entrevista.

tipo de situação:_____.

- (c) Eu, abaixo assinado, juro solenemente cumprir com lealdade as funções em que sou empossado.

tipo de situação:_____.

- (d) Está? Quem fala? Ah, és tu? O dia correu bem? Sempre vens jantar? OK. Beijinhos, até logo, então.

tipo de situação:_____.

- (e) **Nobel da Paz apela à comunidade internacional**

A situação em Timor é preocupante, afirma D. Ximenes Belo. (...)

tipo de situação:_____.

B

1. Que elementos dos enunciados abaixo te levam a identificá-los como parte de uma conversa telefónica?
 - (2) Está? Posso falar com o Pedro? Aqui fala um amigo dele, o Francisco. Ah, ele não está... Sabe a que horas é que ele volta? Então ligo a essa hora. Muito obrigado.

Participantes e estilo

A

1. Imagine uma situação pessoal de conversa face a face entre amigos sobre computadores. Invente trocas conversacionais plausíveis, no estilo apropriado.

B

1. Não tratamos todas as pessoas da mesma maneira. Diz como trataas:
 - (4) (a) o teu professor: _____, posso ler o trabalho de casa?
 - (b) o teu médico: _____, já posso comer gelados?
 - (c) um empregado de um café: _____ pode trazer-me um gelado?
 - (d) o teu maior amigo: _____, vamos jogar à bola?

Princípios que guiam o uso da língua

A

1. Nas trocas conversacionais que se seguem são infringidas várias máximas conversacionais. Identifique-as.
 - (4) (a) A: – O que é um buraco negro?
B: – Um buraco negro é um buraco negro.

(b) A: – O João é mesmo simpático!

B: – É, tem a simpatia de uma cascavel.

(c) A: – Vim por causa do pedido de emprego.

B: – Realmente, queremos contratar um empregado para lavar copos e duas empregadas.

2. Que forma daria aos enunciados (5) de modo a que eles fossem apropriados a uma situação formal?

(5) (a) O gajo do café ali da esquina bateu a bota.

(b) Realmente, deixaste o peixe cru e temperaste-o com toneladas de sal.

(c) Passa-me o sal!

B

1. Os bocadinhos de conversa que aparecem em (5) são estranhos por razões diferentes. Liga com uma seta cada bocadinho de conversa com a razão pela qual esse bocadinho te parece estranho.

(5) (a) A: – Que horas são? a resposta não é clara

B: – Chamo-me Pedro.

(b) A: – Posso ir brincar para o parque? a resposta é comprida demais

B: – É uma possibilidade que só se concretizará se já tiveres feito os trabalhos de casa.

(c) A: – O que é um tirano? responde-se a alhos com bugalhos

B: – Bem, na Grécia antiga, sabes, há muitos séculos, um tirano era um chefe político. Sabes o que quer dizer político, não sabes? Tem que ver com o governo de uma cidade ou de um país. Mas agora tirano já não quer dizer a mesma coisa. Quer dizer alguém que é cruel e injusto com as pessoas que dependem dele.

O dito e o implícito: implicaturas convencionais e conversacionais

A

1. Caracterize o tipo de implicaturas associado a cada um dos enunciados seguintes:

(6) (a) A Maria não só é riquíssima como também é antipática.

(b) O João estava na exposição com um dos miúdos.

(c) A aula acabou.

(enunciado produzido pelo professor)

Sugestões de resolução das actividades propostas

A actividade verbal como forma de acção

A

1. (1) (a) Acto ilocutório assertivo.

(b) Acto ilocutório directivo.

(c) Acto ilocutório assertivo.

(d) Declaração assertiva

(e) Acto ilocutório directivo.

2. Os enunciados (2a), (2d) e (2e) têm o mesmo objectivo ilocutório (realizam actos ilocutórios directivos) e diferente força ilocutória: (2a) é uma ordem, enquanto a força ilocutória de (2d,e), sendo mais fraca, se exprime através de pedidos.

(2b) e (2c) têm objectivos ilocutórios diferentes: (2b) realiza um acto assertivo e (2c) um acto compromissivo (uma promessa).

B

1. (1) (a) Prometo que te empresto os meus marcadores novos. ordem
(b) Que horas são? saudação
(c) Emprestas-me a borracha? pedido
(d) Cala-te! pergunta
(e) Bom-dia! promessa
2. (2) (a) Dá-me mais gelado! mãe
(b) Posso comer mais gelado? mãe do amigo
(c) Quero mais gelado, se faz favor. amigo

Uso da língua e situação

A

1. (3) (a) Situação institucional, escrita (acta de uma assembleia geral).
(b) Situação mediada, oral (locução de um telejornal).
(c) Situação prescritiva, oral (fórmula de uma tomada de posse).
(d) Situação pessoal, oral (conversa telefónica).
(e) Situação não pessoal, escrita (um artigo de jornal).

B

1. (2) Está? Posso falar com o Pedro? Aqui fala um amigo dele, o Francisco. Ah, ele não está... Sabe a que horas é que ele volta? Então ligo a essa hora. Muito obrigado.

Participantes e estilo

A

1. Para além das características esperadas numa conversa face a face, a conversa inventada conterá certamente vocabulário técnico de informática.

B

1. (4) (a) Professor/senhor doutor, posso ler o trabalho de casa?
(b) Senhor doutor, já posso comer gelados?
(c) O senhor pode trazer-me um gelado?
(d) Luís/..., vamos jogar à bola?

Princípios que guiam o uso da língua

A

1. (4) (a) Violação da Máxima da Quantidade (a resposta de B é uma tautologia, pelo que não é informativa).
(b) Violação da Máxima da Qualidade (B não está a ser sincero, mas sarcástico).
(c) Violação da Máxima do Modo (a resposta de B é ambígua).
2. Por exemplo,
 - (5) (a) O dono do café da esquina faleceu.
(b) Realmente, o peixe podia ter tido um pouco mais de forno e um pouco menos de sal.
(c) Importa-se de me passar o sal?

B

1. (5) (a) A: – Que horas são? }
B: – Chamo-me Pedro. } a resposta não é clara
- (b) A: – Posso ir brincar para o parque?
B: – É uma possibilidade que só se concretizará se já tiveres feito os trabalhos de casa. a resposta é comprida demais
- (c) A: – O que é um tirano?
B: – Bem, na Grécia antiga, sabes, há muitos séculos, um tirano era um chefe político. Sabes o que quer dizer político, não sabes? Tem que ver com o governo de uma cidade ou de um país. Mas agora tirano já não quer dizer a mesma coisa. Quer dizer alguém que é cruel e injusto com as pessoas que dependem dele. responde-se “a alhos com bugalhos”

O dito e o implícito: implicaturas convencionais e conversacionais

A

1. (6) (a) Implicatura convencional. Dadas as propriedades do conector de conjunção *não só...como também*, é implícitado que, tal como *ser antipática*, *ser riquíssima* é uma propriedades negativa da *Maria*.
- (b) Implicatura conversacional generalizada. Em qualquer contexto em que os participantes saibam que *o João* tem filhos, inferem que ele se encontrava na exposição com um dos filhos.
- (c) Implicatura conversacional particular. Na situação institucional referida, os alunos inferem que se podem levantar e sair da sala.

Página intencionalmente em branco

8. O Oral e o Escrito

Página intencionalmente em branco

Objectivos

Com o capítulo **O Oral e o Escrito**, pretende-se sensibilizar os formandos para: (a) a especificidade dos modos oral e escrito; (b) os tipos de relação que se estabelecem entre unidades do oral e unidades do escrito; (c) características dos sistemas ortográficos e de pontuação do Português europeu contemporâneo.

No final desta unidade, o formando deve ser capaz de:

- identificar vários tipos de sistemas de representação escrita;
- identificar e compreender especificidades fonéticas e fonológicas do oral, em particular, vários tipos de processos fonológicos frequentes na oralidade;
- identificar e compreender especificidades sintácticas do oral;
- conhecer os princípios fundamentais da reforma ortográfica que deu origem ao sistema ortográfico em vigor;
- identificar e compreender as relações entre som e grafema que caracterizam o sistema ortográfico em vigor;
- identificar e compreender as relações entre factos prosódicos e sinais de pontuação.

Página intencionalmente em branco

Introdução

Como já foi referido no capítulo 2, a concepção tradicional de gramática normativa era instrumental: a gramática servia para regulamentar o comportamento linguístico dos falantes e para lhes permitir aceder à compreensão dos textos literários. Como foi igualmente mencionado, este tipo de gramática definia como objecto a língua escrita literária, negligenciando tanto a mudança linguística quanto as especificidades da oralidade.

No início do século XX, a dicotomia saussuriana entre **língua e fala** e a distinção entre **língua falada** (oral) e **língua escrita** (escrito) possibilitaram o reconhecimento do primado do oral sobre o escrito e, conseqüentemente, a eleição da língua oral como objecto privilegiado da descrição linguística.

A investigação desenvolvida desde então permitiu estabelecer a **natureza primária, dinâmica e não regulamentável dos sistemas orais** por oposição à **natureza secundária, estática e regulamentável dos sistemas escritos**:

1. *Natureza primária dos sistemas orais vs natureza secundária dos sistemas escritos*: a língua falada é comum a todas as sociedades humanas, visto que decorre da capacidade biológica para a linguagem específica da espécie humana; pelo contrário, a língua escrita não se encontra em todas as sociedades humanas – só algumas desenvolveram sistemas secundários de representação da língua falada;
2. *Natureza dinâmica dos sistemas orais vs natureza estática dos sistemas escritos*: a língua falada muda ao longo do tempo, de forma não pré-determinada pelos falantes, enquanto os sistemas escritos perduram tanto tempo quanto o decidirem as instituições relevantes de qualquer sociedade;
3. *Natureza não regulamentável dos sistemas orais vs natureza regulamentável dos sistemas escritos*: a língua falada não é passível de legislação que a altere; pelo contrário, os sistemas escritos são fixados por legislação produzida pelas instituições nas quais cada sociedade delega a competência para o fazer, através de reformas ortográficas, de revisões ortográficas de maior ou menor extensão e de acordos ortográficos.

Se considerarmos diversos sistemas escritos desenvolvidos por sociedades humanas ao longo do tempo, verificamos que muitos deles evoluíram num mesmo sentido. Assim, inicialmente, desenvolvem-se **sistemas pictográficos**, i.e., em que "desenhos" representam objectos do mundo. O sistema de escrita mais antigo que se conhece, o sumério¹, foi inicialmente pictográfico, o mesmo acontecendo com a escrita egípcia (baptizada pelos Gregos

¹ Os sumérios eram um povo que se fixou no sul da Mesopotâmia há mais de 5000 anos. O crescimento e a complexificação da sua actividade comercial exigiram a manutenção de registos, o que determinou a necessidade de desenvolver um sistema escrito.

de **hieroglífica**); encontram-se sistemas pictográficos numa grande variedade de povos e continentes: entre os Esquimós do Alasca, os Incas do Peru, em povos ameríndios do Canadá e dos Estados Unidos, em África.

Frequentemente, os pictogramas evoluíram para **ideogramas**, i.e., os "desenhos" deixaram de simbolizar objectos para representar conceitos e propriedades associáveis a esse objecto – por exemplo, o pictograma que representava *o sol* passou a representar ideias como *calor, dia, luz*.

Com a progressiva estilização dos ideogramas, perde-se a relação não arbitrária entre o "desenho" e a ideia que ele exprime: os "desenhos" podem então passar a representar as **palavras** da língua, tornando-se **símbolos linguísticos**. A escrita suméria passou por este processo, tendo evoluído de um sistema pictográfico para um **sistema de escrita de palavras** (a escrita **cuneiforme**). A escrita chinesa é essencialmente um sistema deste tipo, em que cada **caracter** representa uma palavra.

A escrita cuneiforme foi adoptada pelos Assírios quando conquistaram a Suméria e, mais tarde, pelos Persas. Mas o que estes povos fizeram foi utilizar os sinais da escrita cuneiforme para representar unidades linguísticas mais pequenas do que a palavra – as **sílabas**. Um sistema de escrita de palavras evoluiu então para um **sistema de escrita silábica**. A escrita japonesa é um sistema misto, que utiliza caracteres chineses que representam palavras e outros caracteres que representam sílabas.

A escrita egípcia sofreu uma evolução paralela à escrita suméria: inicialmente pictográfica, evoluiu para um sistema de escrita de palavras e, finalmente, para um sistema de escrita silábica, que foi adoptado por vários povos. Um desses povos, os Fenícios, desenvolveu, por volta de 1500 a.c., um sistema silábico com 22 caracteres, em que cada caracter representava uma sílaba constituída por uma consoante e uma vogal. Quando os Gregos importaram este silabário, a complexidade da estrutura silábica da sua língua levou-os a transformar o silabário num **alfabeto**²: i.e., a utilizar cada símbolo para representar unidades ainda menores do que a sílaba, ou seja, os **sons mínimos** da fala (consoantes e vogais). Surgia o primeiro **sistema de escrita alfabética**, o sistema de representação da língua oral mais económico e mais "linguístico", uma vez que exige a identificação prévia das unidades fónicas sem significado que as línguas usam para construir significados.

O Português, bem como a maioria das línguas da Europa, utiliza o alfabeto **latino**; o Grego moderno utiliza o alfabeto **grego** e muitas línguas eslavas (entre as quais o Russo) utilizam o alfabeto **cirílico**, adaptado do alfabeto grego por S. Cirilo, o evangelizador dos povos eslavos. As línguas semíticas (e.g., Árabe, Hebreu) usam alfabetos derivados do primitivo silabário fenício.

² "Alfabeto" é um composto construído com base no nome das duas primeiras letras do alfabeto grego: alfa+beta. Como se sabe, existe em Português um sinónimo de alfabeto, que é igualmente um composto, construído com base no nome das quatro primeiras letras do alfabeto latino: **abecedário**.

Sumário

Em síntese:

- a dicotomia saussuriana língua/fala e a distinção entre modo oral e modo escrito possibilitaram o reconhecimento do primado do oral sobre o escrito;
- a investigação linguística permitiu estabelecer a natureza primária, dinâmica e não regulamentável do modo oral por oposição à natureza secundária, estática e regulamentável do modo escrito;
- historicamente, muitos sistemas de representação escrita evoluíram no mesmo sentido: sistemas pictográficos -> ideográficos -> de escrita de palavras -> silábicos -> alfabéticos;
- o sistema ortográfico português usa o alfabeto latino.

8.1 Especificidades fonéticas e fonológicas do oral

O oral e o escrito constituem dois modos que, embora estabelecendo relações entre si, possuem princípios de funcionamento distintos. A escrita deve ser entendida como uma forma de codificar o oral, logo, o ensino do código escrito deve fazer apelo à oralidade, sem no entanto a reduzir. A reflexão sobre o oral baseada apenas na informação sobre a escrita inibe a capacidade de explicitação do conhecimento sobre as propriedades linguísticas presentes na oralidade e que correspondem ao funcionamento da língua (cf. capítulo 5). É a oralidade, e não a escrita, que nos fornece toda a informação necessária para a execução da descrição gramatical.

De facto, a escrita é uma forma simplificada de representar a realidade mais complexa que é o oral. Pense-se, a título exemplificativo, no inventário das vogais do Português: qualquer sujeito alfabetizado dirá que o Português possui 5 vogais - <a>, <e>, <i>, <o> e <u>; no entanto, como se verificou no capítulo 5, o Português possui 9 vogais orais ([a, ɐ, i, ε, e, i, ɔ, o, u]) e 5 vogais nasais ([ẽ, ê, ĩ, õ, ã]). A resposta dos falantes mostra que a sua reflexão sobre o oral se encontra condicionada pela informação sobre a escrita. No percurso escolar, durante o qual o conhecimento da língua é explicitado através da descrição gramatical, a informação sobre a escrita sobrepõe-se normalmente à informação sobre o oral porque as pro-

priedades do oral são mencionadas em função da necessidade de ensinar o código escrito. A explicitação das regras inerentes a cada um dos dois modos facilita a determinação das relações que ambos estabelecem entre si e permite o desenvolvimento da capacidade de explicitar o conhecimento do oral independentemente do recurso à escrita.

Nesta secção, será feito um levantamento não exaustivo de propriedades específicas do registo oral (fonéticas, fonológicas e sintáticas), que nos permitirão, na secção seguinte deste capítulo, avaliar as relações entre escrita e oralidade.

No capítulo 5, foi apresentado o inventário de sons do Português, que a seguir se repete:

Sons do Português

<i>Vogais</i>	<i>Semivogais</i>	<i>Consoantes</i>
[a] <ca <u>s</u> a>	[j] <pa <u>i</u> >	[p] <pa <u>t</u> o>
[e] <ca <u>s</u> a>	[w] <pa <u>u</u> >	[b] <ba <u>t</u> a>
[i] <gra <u>n</u> de>		[t] <to <u>c</u> a> [d] <do <u>c</u> a>
[ɛ] <fe <u>r</u> ro>	[j̃] <mã <u>e</u> >	[k] <ca <u>b</u> o>
[e] <se <u>c</u> o>	[w̃] <pã <u>o</u> >	[g] <ga <u>t</u> o>
[i] <fi <u>l</u> me>		[f] <fi <u>g</u> a>
[ɔ] <to <u>c</u> a>		[v] <vi <u>g</u> a>
[o] <lo <u>b</u> o>		[s] <sa <u>c</u> o>
[u] <lo <u>b</u> o>		[z] <ca <u>s</u> a> [ʃ] <chu <u>v</u> a>
[ẽ] <ma <u>n</u> ta>		[ʒ] <ge <u>n</u> te>
[ẽ] <le <u>n</u> ço>		
[ĩ] <fi <u>m</u> >		[m] <mo <u>t</u> a>
[õ] <fo <u>n</u> te>		[n] <no <u>t</u> a>
[ũ] <at <u>u</u> m>		[ɲ] <ma <u>n</u> ha> [l] <la <u>t</u> a> [ʎ] <ma <u>l</u> > [ʎ] <fa <u>l</u> ha> [r] <ca <u>r</u> o> [ʀ] <ca <u>r</u> ro>

Como então foi referido, cada palavra do Português é constituída por um som ou por uma combinatória dos sons acima listados. Assim, a palavra <semelhante> é produzida como [símí'λẽtí], ou seja, é constituída por 8 sons do Português. No entanto, esta palavra só é produzida com os 8 sons pelos falantes em situações de fala formais: a forma mais frequente de produção da palavra <semelhante>, em situação conversacional, não é [símí'λẽtí] mas sim [sm'λẽt], na qual foram produzidos 5 da totalidade dos sons presentes na versão mais alargada. Entre a versão mais reduzida (5 sons em [sm'λẽt]) e a mais alargada (8 sons em [símí'λẽtí]), existem outras versões possíveis como [sím'λẽt] (6 sons), [sím'λẽtí] (7 sons) ou [símí'λẽt] (7 sons). Em resumo, para uma mesma palavra do léxico do Português, existe uma única versão ortográfica mas é possível encontrar diferentes versões fonéticas gramaticais, dependentes do tipo de situação de locução em que o falante se encontra:

<i>1 palavra do léxico do Português</i>	<i>1 palavra ortográfica</i>	<i>versões fonéticas possíveis</i>	
<i>semelhante</i>	<semelhante>	[símí'λẽtí]	8 sons
		[sím'λẽtí]	7 sons
		[símí'λẽt]	7 sons
		[sím'λẽt]	6 sons
		[sm'λẽt]	5 sons

Embora haja várias formas possíveis de produzir a mesma palavra no registo oral, a forma ortográfica da palavra é sempre a mesma, o que argumenta a favor das naturezas distintas do oral e do escrito, pela observação da maior complexidade do oral relativamente ao escrito.

O uso de um dos vários formatos fonéticos possíveis para uma mesma palavra depende da velocidade adoptada pelo falante na produção de um enunciado de fala. A forma mais rápida ou mais lenta de falar é dada através de um parâmetro fonético, a **velocidade de elocução**, que fornece informação quantitativa sobre o número de unidades linguísticas (sílabas ou palavras) produzidas durante um determinado período de tempo (segundo ou minuto), a partir de medições acústicas da duração de um enunciado de fala. Assim, num enunciado de fala com *velocidade*

de elocução alta (valor elevado de sílabas por segundo ou de palavras por minuto), o formato fonético das palavras é normalmente de extensão inferior ao das palavras produzidas num enunciado com *velocidade de elocução baixa* (valor reduzido de sílabas por segundo ou de palavras por minuto).

A velocidade de elocução de um enunciado de fala está normalmente associada à sua **natureza discursiva**. Assim, em situações formais de produção de fala, a velocidade de elocução é normalmente baixa; é o caso da leitura oral e dos discursos profissionais tais como a apresentação de conferência sem suporte escrito, a apresentação de programas de televisão ou de rádio, o discurso na sala de aula, o discurso dos magistrados em tribunal, a apresentação de um relatório numa reunião, entre outros. Pelo contrário, em situações não formais de produção de fala, a velocidade de elocução é normalmente alta; é o caso, por exemplo, de uma conversa entre amigos ou de um relato de um jogo de futebol.

8.2 Processos fonológicos frequentes na oralidade

a) Supressão de segmentos

Quando ouvimos alguém falar muito depressa, dizemos que mal percebemos o que a pessoa disse. Falamos mais devagar quando nos dirigimos a um estrangeiro que dificilmente entende o Português porque falar depressa diminui o grau de inteligibilidade dos enunciados. Isto acontece porque, quando a velocidade de elocução é alta, o número de unidades linguísticas por parcela temporal aumenta, o que provoca geralmente apagamentos de segmentos, tanto dentro da palavra como entre palavras produzidas em sequência:

(i) apagamentos de segmentos dentro da palavra

	velocidade de elocução baixa		velocidade de elocução alta
<def <u>in</u> ir>	[difi'nir]	->	[df'nir]
<pen <u>ú</u> ria>	[pi'nurjɐ]	->	[p'nurjɐ]
<des <u>in</u> ter <u>ess</u> ante>	[dizĩtirĩ'sɛti]	->	[dzĩtr'sɛt]

(ii) *apagamentos de segmentos no contacto entre duas palavras*

	velocidade de elocução baixa		velocidade de elocução alta
<gato amarelo>	[ˈgatu ɐmɐˈrɛlu]	->	[ˈgat ɐmɐˈrɛlu]
<mente aberta>	[ˈmɛti ɐˈbɛrtɐ]	->	[ˈmɛt ɐˈbɛrtɐ]
<come uvas>	[ˈkomi ˈuvɐʃ]	->	[ˈkɔm ˈuvɐʃ]
<está a comer>	[iʃˈta ɐ kuˈmɛr]	->	[ˈta kuˈmɛr]

Os fenómenos de apagamento de sons da fala em situações discursivas com velocidades de elocução elevadas afectam sobretudo as vogais. Vejam-se os seguintes exemplos:

Apagamento de vogais

	velocidade de elocução baixa		velocidade de elocução alta
<def <u>in</u> ir>	[difiˈnir]	->	[dfˈnir]
<Crist <u>in</u> a>	[kriʃˈtinɐ]	->	[krʃˈtinɐ]
<fem <u>in</u> ino>	[fimiˈninu]	->	[fmˈninu]
<fert <u>il</u> idade>	[firtiliˈdadɨ]	->	[frtliˈdad]
<res <u>ca</u> ldo>	[ɾiʃˈkaɫdu]	->	[ɾʃˈkaɫdu]
<pec <u>a</u> do>	[piˈkadu]	->	[pˈkadu]
<estr <u>a</u> da>	[iʃˈtradɐ]	->	[ʃˈtradɐ]
<saqu <u>e</u> >	[ˈsaki]	->	[ˈsak]
<dem <u>e</u> ntes>	[diˈmɛtiʃ]	->	[dˈmɛt.ʃ]
<vertebr <u>a</u> do>	[virtiˈbradu]	->	[vrtˈbradu]
<cid <u>a</u> des>	[siˈdadɨʃ]	->	[siˈdadʃ]

Das vogais que são apagadas em Português, a vogal [i] é a que mais frequentemente sofre este processo por ser a vogal foneticamente mais fraca. As vogais que sofrem apagamentos são sempre as vogais átonas e nunca as tónicas, como se vê pela gramaticalidade das formas da coluna I (anotada com ok antes das transcrições) e pela agramaticalidade das formas da coluna II (anotada com * antes das transcrições):

Acento e apagamento de vogais

I. vogal átona apagada

<se <u>ca</u> r>	[si'kar]	->	ok[s'kar]
<le <u>q</u> es>	['lekɨʃ]	->	ok['lekʃ]
<re <u>t</u> er>	[Ri'ter]	->	ok[R'ter]

II. vogal tónica apagada

<se <u>ca</u> r>	[si'kar]	->	*[si'kr]
<le <u>q</u> es>	['lekɨʃ]	->	*['lkɨʃ]
<re <u>t</u> er>	[Ri'ter]	->	*[Ri'tr]

Tal facto verifica-se pela natureza foneticamente forte das vogais tónicas e pela natureza fraca das vogais átonas, que facilita o seu apagamento.

Mas velocidades de elocução elevadas podem também provocar apagamentos de consoantes, como se verifica nos exemplos abaixo listados:

Apagamento de consoantes

	velocidade de elocução baixa		velocidade de elocução alta
<C <u>ri</u> stina>	[kriʃ'tinɐ]/[krʃ'tinɐ]	->	[kʃ'tinɐ]
<e <u>stá</u> >	[iʃ'ta]/[ʃ'ta]	->	['ta]
<com <u>e</u> r passas>	[ku'mer 'pasɐʃ]	->	[ku'me 'pasɐʃ]
<fala <u>r</u> baixo>	[fɐ'lar 'bajʃu]	->	[fɐ'la 'bajʃu]

b) Alteração da qualidade dos segmentos

Por vezes, o aumento da velocidade de elocução não provoca o apagamento do segmento mas apenas o seu enfraquecimento. É o caso das vogais que se transformam em semivogais. Tal como no caso dos apagamentos de segmentos até agora referidos, o processo de alteração da qualidade dos sons pode dar-se dentro da palavra ou no contacto entre duas palavras. Vejam-se os seguintes exemplos:

(i) Vogais que se transformam em semivogais dentro da palavra

	velocidade de elocução baixa		velocidade de elocução alta
<pi <u>ada</u> >	[pi'adɐ]	->	['pjadɐ]
<te <u>at</u> ro>	[ti'atru]	->	['tjatru]
<mo <u>ed</u> a>	[mu'edɐ]	->	['mwɛdɐ]
<to <u>al</u> ha>	[tu'aɫɐ]	->	['twaɫɐ]

(ii) Vogais que se transformam em semivogais no contacto entre duas palavras

	velocidade de elocução baixa		velocidade de elocução alta
<de <u>ç</u> ucar>	[dɨ'ɐ'sukar]	->	[dj'ɐ'sukar] ³
<qu <u>e</u> una>	[ki'unɐ]	->	[kj'unɐ]
<se <u>am</u> a>	[si'ɐmɐ]	->	[sj'ɐmɐ]
<se <u>te</u> encontra>	[si'ti'ẽ'kõtɾɐ]	->	[si'tj'ẽ'kõtɾɐ]

³ Nos casos de substituição de vogal por semivogal em final de palavra, a estratégia alternativa é a do apagamento da vogal (<de açúcar> [d'ɐ'sukar]), processo cada vez mais frequente no Português.

Em termos fonéticos, a substituição de uma vogal por uma semivogal é considerada um enfraquecimento segmental porque uma semivogal distingue-se da sua vogal correspondente pela duração do som: a produção da vogal dura mais tempo do que a produção da semivogal correspondente ([i,j] e [u,w]).

Outro processo de alteração da qualidade dos sons por enfraquecimento ocorre com algumas vogais átonas, quando o seu apagamento não se verifica. O caso mais frequente é o da vogal [i] que se transforma em [i̯]. Vejam-se os exemplos que se seguem:

Vogal [i] transforma-se em [i̯]

<fem <u>i</u> nino>	[fimi'ninu]	->	[fimi'ninu] ⁴
<dis <u>re</u> to>	[diʃ'kɾetu]	->	[diʃ'kɾetu]
<mi <u>n</u> istro>	[mi'niʃtru]	->	[mi'nɨʃtru]
<pr <u>i</u> ncipesco>	[prĩsi'peʃku]	->	[prĩsi'peʃku]
<fert <u>i</u> lidade>	[fĩrtili'dadi]	->	[fĩrtili'dadi]
<def <u>i</u> nir>	[difi'nir]	->	[difi'nir]

⁴ Uma vez mais, nos casos de substituição de vogal [i] por vogal [i̯], a estratégia é a do apagamento da vogal (<feminino> [fĩm'ninu] ou [fm'ninu]).

⁵ A propósito destes conceitos de classificação fonética, consulte-se o capítulo 5.

Em termos de abertura da cavidade oral, a vogal [i] é já fechada⁵, ou seja, possui o grau de abertura mais fraco; neste caso, o enfraquecimento dá-se pela passagem de não recuado (o [i]) a recuado (o [ɨ]).

c) Inserção de segmentos

Por vezes, quando (i) a velocidade de elocução é baixa ou (ii) quando a palavra se encontra no final de um enunciado, logo, antes de uma pausa, os falantes inserem uma vogal final em palavras que terminam em consoante <r> [r] ou <l> [ʎ], como nos exemplos que se seguem:

Inserção de vogal em final de palavra

	I		II
<falar>	[fɐ'lar]	->	[fɐ'larɨ]
<flor>	['flɔr]	->	['flɔrɨ]
<mal>	['maʎ]	->	['malɨ]
<anel>	[ɐ'neʎ]	->	[ɐ'neʎɨ]

Este comportamento dos falantes pode estar relacionado com uma adopção do formato mais frequente das palavras no Português: a maior parte das palavras termina em vogal. A maior parte das sílabas do Português não termina em consoante mas em vogal: as sílabas finais das formas da coluna I têm sílabas fechadas⁶ (terminam em consoante, com formato CVC); com a inserção da vogal final (cf. coluna II), a sílaba final fechada deixa de existir e geram-se duas sílabas abertas (terminam em vogal, com formato CV), correspondentes ao formato silábico mais frequente.

⁶ Para apresentação do funcionamento das sílabas em Português, veja-se o capítulo 5.

d) Metátese

Em algumas sílabas iniciais átonas, mais fracas pela posição em que se encontram (início de palavra e ausência de acento), há tendência para os falantes comutarem a posição dos segmentos. O processo ocorre frequentemente com a vogal [ɨ] e com a consoante [r]: na palavra <perfeito> [pɨr'fɛjtu], a vogal e a consoante sublinhadas trocam de posição na produção [prɨ'fɛjtu], que gera o erro de ortografia frequente *<prefeito>. Vejam-se alguns exemplos:

Metátese

<perfeito> [pɨr'fɛjtu] -> [prɨ'fɛjtu]⁷
<terminar> [tɨrmi'nar] -> [trɨmi'nar]
<percursu> [pɨr'kursu] -> [prɨ'kursu]

⁷ Tal como em casos anteriores, o apagamento da vogal [i] neste contexto é muito frequente (<perfeito>[pr'fɛjtu]).

Todos os processos da oralidade observados até agora são dependentes da situação discursiva em que os falantes produzem os enunciados de fala. A velocidade de elocução adoptada condiciona frequentemente o formato fonético das palavras, na oralidade. No entanto, o seu formato ortográfico é sempre o mesmo, o que argumenta a favor das naturezas distintas do oral e do escrito. A obrigatoriedade da forma escrita e a possível variação fonética leva a que, no processo de ensino e aprendizagem do Português, o tratamento da escrita seja privilegiado, em detrimento do da oralidade. O desenvolvimento da capacidade de reflexão e de explicitação do conhecimento global que um falante tem da sua língua passa por um treino escolar de:

- (i) definição das especificidades do oral e do escrito;
- (ii) relacionamento entre os dois sistemas, que identifique semelhanças e diferenças.

Sumário

Em síntese:

- o modo oral e o modo escrito, embora estabelecendo relações entre si, possuem princípios de funcionamento distintos;
- A escrita é uma forma simplificada de codificar o oral, logo, o ensino do código escrito deve fazer apelo à oralidade, sem no entanto reduzir. A reflexão sobre o oral baseada apenas na informação sobre a escrita não permite a explicitação do conhecimento sobre as propriedades linguísticas presentes na oralidade e que correspondem ao funcionamento da língua;
- no caso específico dos sons da fala, os processos a que mais frequentemente são submetidos na oralidade são os seguintes: a) a supressão, b) a inserção, c) a alteração das propriedades dos segmentos e d) a metátese.

Actividades: p. 412

8.3 Especificidades sintáticas do oral

Quando usamos a língua como ouvintes e destinatários de discursos orais não nos damos sequer conta que recebemos como *input* um *continuum* fónico que segmentamos e analisamos para lhe atribuir significado, de tal modo rápido e automático é o modo como processamos linguagem verbal. Quando nos pedem ['nẽw̃sĩ'pɔrtədʒɐ'brirɐzɐ'nɛlɐ?], segmentamos a cadeia de modo a reconhecer as seguintes unidades lexicais: não-se-importa-de-abrir-a-janela. Pelo contrário, na escrita, as palavras estão já identificadas, uma vez que um **espaço branco** assinala as suas fronteiras iniciais e finais.

Se considerarmos o exemplo típico do oral informal, a **conversa espontânea**, (cf. capítulo 7) deparamos com propriedades que não encontramos no escrito. Assim, como sabemos, pela nossa experiência de falantes, os intervenientes num diálogo falam por vezes ao mesmo tempo (tecnicamente, diz-se que num diálogo há **sobreposições**), pelo que, quando transcrevemos conversa espontânea, temos a sensação de que estamos a ouvir música polifónica. Acontece igualmente que uma fala pode ser **interrompida** pela tomada de palavra de outro interveniente na conversa e retomada após o fim da interrupção, como se pode ver no seguinte excerto de uma entrevista do Português Fundamental:

B: que é feito das crianças?

X: eh, uma miúda...uma...foi dada a um **casal**

A: pois

X: **que** também não tinham filhos e adoravam ter filhos. vieram buscar aquela menina. e a outra...

B: deus queira que ela seja feliz, coitadinha

[in *Português Fundamental. Métodos e Documentos*. Tomo I. Lisboa: INIC-CLUL. Pp. 278-279]

Do ponto de vista sintático, a conversa espontânea apresenta quatro características que a distinguem tanto do oral formal como do escrito. Em primeiro lugar, predomina a **parataxe**, i.e., existe preferência por períodos simples, por períodos compostos formados por orações coordenadas, em detrimento de períodos compostos formados por subordinação, assim como por unidades sintáticas constituídas por pares pergunta-resposta. Assim, no excerto acima, existe um par pergunta-resposta; a resposta contém uma oração relativa e o comentário de B inclui uma completiva, sendo as restantes frases frases simples ou formadas por coordenação.

Em segundo lugar, ocorrem na conversa espontânea muitas **elipses**, recuperáveis a partir do discurso anterior, e **expressões dêicticas**, recuperáveis a partir da situação. Observe-se o seguinte excerto de uma entrevista do Português Fundamental:

- 1.A: podia-me dizer, uma vez que vive na reboleira, quais são os transportes que utiliza para, para se deslocar daqui para lá e de lá para cá...
- 2.X: bom, da reboleira vou até à amadora, posso ir a pé que são um quar[to], um quarto de hora, vinte minutos de caminho, posso ir de camionete, que...há uma camionete que dá a volta ao bairro, portanto faz a circulação, depois apanho o comboio venho aqui até benfica, até à estação aqui pertinho da escola,
- 3.A: ah, vem de comboio até à estação.
- 4.X: e portanto não, não perco muito tempo nos transportes.
- 5.A: não perde. quanto tempo leva, mais ou menos?
- 6.X: não sei...meia hora talvez, depende do horário dos combios,
- 7.A: sim, mas (...)
- 8.X: há altura em que apanho logo o comboio.
- 9.A: e andam, costumam andar atrasados?
- 10.X: às vezes, às vezes chegam (...)

[in *Português Fundamental. Métodos e Documentos*. Tomo I. Lisboa: INIC-CLUL. Pp. 264]

Repare-se que a tomada de vez 5 contém uma elipse, tecnicamente, uma Elipse de SV: o falante X, ao dizer *não perde*, está a recuperar, a partir da fala anterior anterior, a expressão *muito tempo nos transportes*. Na tomada de vez 9, a identificação do sujeito nulo dos predicados *andam* e *costumam andar atrasados* é fixada pelo objecto directo *o comboio*, da tomada de vez anterior. Do mesmo modo, na tomada de vez 10, o predicado secundário *atrasados* é recuperado a partir da tomada de vez imediatamente anterior.

Quanto às expressões dêicticas, atente-se no fragmento da tomada de vez 1 *para se... deslocar **daqui** para **lá** e de **lá** para **cá***. O início deste fragmento permite-nos fixar o referente de *lá* como *Reboleira*, mas, neste ponto do discurso, só os intervenientes conseguem identificar o referente de *(d)aquele* e de *cá*, uma vez que é o espaço em que decorre a conversa que lhes permite tal identificação; o leitor só o consegue fazer na tomada

de vez 2, dado que a frase *venho para aqui até benfica* permite inferir que tal local é Benfica.

Dado que na conversa espontânea os falantes têm pouco tempo para planear o seu discurso e sabem que o grau de expectativa quanto à "qualidade linguística" da sua produção não é tão elevado como em situações formais, ocorrem tipicamente **hesitações** e **rupturas sintácticas**, i.e., situações de desrespeito de propriedades lexicais ou de regras sintácticas categóricas. No excerto que a seguir se transcreve, igualmente de uma entrevista do Português Fundamental, observam-se várias hesitações e rupturas sintácticas:

1.X: eles começaram às nove da noite, eram quatro automóveis que estavam sinalizados com um quadradinho de fluorescente num dos pára(...) num dos pára-choques, no de trás. e começaram às voltas àquele quarteirão.

2.B: cada uma, cada grupo tinha uma missão (...)

3.X. pois. e começaram às voltas, portanto eram quatro automóveis, em cada automóvel ia dois capitães — iam dois capitães — e ao fim de... de darem umas tantas voltas, verificaram que continuava a, a haver só, que continuava a haver só quatro automóveis, portanto não havia ninguém infiltrados — os automóveis com os quadradinhos continuavam a ser os quatro. e eles levaram toda a noite, quer dizer, desde as nove até que, que assaltaram o, o rádio clube.

[in *Português Fundamental. Métodos e Documentos*. Tomo I. Lisboa: INIC-CLUL. Pp. 254]

Em todas as tomadas de vez se observam hesitações resolvidas com a repetição de uma ou mais palavras (*num dos pára (...) num dos pára-choques; e ao fim de...de darem; que continuava a, a haver só, que continuava a haver só*) ou com uma nova selecção lexical (*cada uma, cada grupo*). Observam-se igualmente rupturas sintácticas, em particular erros de concordância: um erro de concordância sujeito - verbo corrigido pelo próprio locutor (*ia dois capitães — iam dois capitães*) e um erro de concordância entre um predicado participial e o pronome (*não havia ninguém infiltrados*).

Em síntese, construções paratácticas, elipses, hesitações e rupturas são as características sintácticas mais salientes do oral (informal).

Sumário

Em síntese:

- a conversa espontânea face a face, exemplo por excelência do modo oral informal, apresenta propriedades sintácticas que a distinguem de outros discursos orais e escritos;
- sobreposições e interrupções, predominância de parataxe, hesitações, repetições e rupturas são características sintácticas da conversa informal decorrentes do imediatismo e do controlo da situação;
- recurso frequente à elipse e uso frequente de expressões dêicticas são características da conversa informal que ilustram a importância que o contexto discursivo e situacional assumem nesta situação.

Actividades: p. 417

8.4 Do oral ao escrito: a ortografia

Quando usamos oralmente uma língua, a comunicação estabelece-se graças ao uso do aparelho fonador (que produz os sons da fala), ao ar (que propaga esses sons) e ao aparelho auditivo (que recebe tais sons). Por outras palavras, o suporte físico da oralidade (que, como já foi referido, é o uso primário da língua) é de natureza anatómica (a articulação e a audição) e acústica (a propagação das ondas sonoras no ar). Pelo contrário, os sistemas de representação escrita conhecidos envolvem suportes físicos de natureza visual ("desenhos", grafismos e letras feitos com tinta, carvão, etc. ou gravados com estilete, etc., sobre papiro, madeira, placas de barro, pedra, papel, ..., ou, mais recentemente, representados por meios electrónicos num écran).

Num sistema de escrita alfabética, sinais convencionais, denominados letras (ou grafemas), e dígrafos⁸ representam os sons mínimos da língua⁹; sinais auxiliares superscritos às letras, os acentos, assinalam a proeminência de uma sílaba dentro da palavra (como acontece em geral em Português, em que o acento gráfico assinala a sílaba tónica) ou a qualidade vocálica (como acontece em Francês em palavras como <decrire> ([e]) ou <règlement> ([ɛ])). Os sinais de pontuação representam características prosódicas da fala — pausas (vírgula, ponto e vírgula, ponto) e entoação (ponto de exclamação, ponto de interrogação) — ou fornecem indicações sobre o tipo de discurso — citado (aspas) ou directo (travessão).

⁸ Um dígrafo é um conjunto de letras que representam um único som, como acontece em Português com <nh>, que representa o som [ɲ], ou em Inglês com <sh>, que representa o som [ʃ].

⁹ Existem igualmente letras com sinais auxiliares superscritos ou subscritos que representam sons, como é o caso de <ç>, uma das representações do som [s] em Português, ou de <ñ>, que representa o som [ɲ] em Castelhano.

Uma vez que é aprendida e não adquirida espontaneamente, e que existe convencionalidade na escolha dos símbolos, a representação escrita num sistema alfabético precisa de ser **normalizada**. Como se sabe, a escrita medieval caracterizava-se por uma oscilação de grafias, que os seguintes exemplos ilustram (todos os dados são retirados de Mattos e Silva (1994)):

1. Muitos nomes terminados em nasal apresentam dupla grafia:

<pã>	<pan>,	<oraçõ>	<oraçon>
<cã>	<can>,	<coraçõ>	<coraçon>

2. No sistema dos pronomes pessoais, ocorrem oscilações gráficas como as seguintes:

<el>	<ele>	<elle>	<elhe>
<ti>	<ty>		
<homem>	<omem>	<omẽ>	<ome>

3. Existiam oscilações de grafia que deixam transparecer uma indecisão quanto à representação de cada unidade lexical como uma palavra gráfica ou quanto à fonetização da representação escrita, amalgamando várias unidades lexicais numa só palavra gráfica; assim, na versão do século XIV dos *Diálogos de S. Gregório*, ocorrem os seguintes pares de grafias:

<depós a morte>	<depola morte>
<ambas as partes>	<ambalas candeas>
<todos os poboos>	<todolos homens>
<após as cousas>	<apolas cousas>

A situação acima exemplificada começa a ser sentida como problemática quando, graças ao Renascimento, o uso das línguas vernáculas se começa a impor progressivamente na administração, na literatura e na ciência e quando a invenção da imprensa faz nascer um público de leitores muito mais vasto que procura textos nas línguas vernáculas.

As gramáticas renascentistas são um produto destes dois movimentos e nelas merece especial atenção a **ortografia**, como disciplina gramatical que fixa as regras de representação escrita de uma língua — por outras palavras, como disciplina que visa **normalizar** a representação escrita de uma língua.

Devido a vários factores, de entre os quais se destaca o escasso papel normalizador desempenhado, em tempo próprio, pela Academia de Ciências Lisboa¹⁰ e a crescente influência francesa nas camadas cultas, a língua por-

¹⁰ Contrariamente ao que acontece com as suas congéneres espanhola e francesa, que, no século XVIII, publicaram dicionários, ortografias e gramáticas. Assim, a Real Academia Espanhola publica entre 1726 e 1739 um dicionário em seis volumes, em 1741 a Ortografia espanhola e em 1771 a Gramática.

tuguesa continua a viver numa situação de grafia babélica até à implantação da República.

A influência da ortografia francesa, conservadoramente etimológica, é explicitamente referida pela comissão encarregada pelo governo da República de realizar a Reforma Ortográfica de 1911:

"Havia, logo desde o início dos trabalhos, dois sistemas a que se atendesse, um dêles a ortografia francesa, que mais ou menos coerentemente se tem há certo tempo imitado em Portugal:"

[in *Diário do Governo*, 12 de Setembro de 1911]

Desta influência é testemunho, por exemplo, o seguinte excerto de *A Abóbada*, de Alexandre Herculano:

"No adro do mosteiro de **Sancta** Maria da **Victoria**, vulgarmente chamado da Batalha, fervia o povo, entrando para a nova igreja, que de mui pouco tempo servia para as **solemnidades** religiosas. Os frades dominicanos, a quem elrei D. João I tinha doado esse magnifico mosteiro, cantavam a missa do dia debaixo **daquellas** altas abobadas, onde repercutiam os sons do organ e os **ecchos** das vozes do celebrante, que entoava os kyries."

[in Herculano, *Lendas e Narrativas*, I. 28ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand. s/d. P. 230].

Ao darem-se conta deste problema, o eminente fonólogo Gonçalves Viana e Vasconcellos Abreu, nas *Bases da Ortografia Portuguesa* de 1885, postulam os seguintes princípios gerais da ortografia e os princípios particulares da ortografia portuguesa:

"1

PRINCÍPIOS JERAIS DE TODA A ORTOGRAFIA

- 1.º Uma língua é um facto social; não depende do capricho de ninguém alterá-la fundamentalmente.
- 2.º Como facto social é produto complexo, variável por evolução própria da sociedade cujas relações serve.
- 3.º A ortografia é o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou dum nação num certo estado de evolução glotológica [glotológica = linguística].
- 4.º Esta representação deve ser exacta para todo o povo, para toda a nação e portanto deve respeitar a filiação histórica.

- 5.º É evidente, pois, que a ortografia não pode ser especial dum modo de falar, quer êste seja dum só indivíduo, quer duma província ou dialecto da língua.
- 6.º Em virtude disto a ortografia não pode representar a pronúncia, que por certo não será una; ha de representar a enunciação [enunciação = forma fonética], a qual é sempre comum ao povo, à nação que fala uma só língua como seu idioma próprio e exclusivo.
- 7.º Na ortografia, por consequência, não se pode fazer uso de sinais que indiquem pronúncia de uma qualquer letra vogal, excepto quando essa vogal careça de ser pronunciada com modulação especial para a distinção conveniente do emprêgo sintáctico do vocábulo, ou ainda (e menos vezes em português) para distinguir na grafia única modos diferentes de silabização.
- 8.º Para se representar a enunciação carece-se de acentuar gráficamente o vocábulo, e a ortografia deve ser tal que, subordinada às leis de acentuação na língua falada, mostre para qualquer vocábulo a sua sílaba tónica a quem desconheça o vocábulo que lê.

Escólio. æ É evidente que a acentuação gráfica é inútil na língua escrita cuja constituição glotolójica a determina invariavelmente: tal o latim clássico e as línguas jermánicas.

II PRINCÍPIOS PARTICULARES DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

O ensino ortográfico da língua portuguesa reduz-se, portanto, na prática, ao ensino de.

- I. Leis da acentuação nos vocábulos símplices e nos compostos.
- II. Valor histórico dos fonemas ainda proferidos e dos que já não se proferem; influência dêstes sôbre a modulação da vogal precedente.
- III. Conhecimento dos ditongos e sua dissolução.
- IV. Silabização.
- V. Homónimos e parónimos.
- VI. Função dos sufixos.
- VII. Composição dos vocábulos e formação da perífrase nos verbos, e usos das enclíticas.

Diremos destes assuntos em outros tantos parágrafos, definindo, todavia, primeiro, o que entendemos por ortografia portuguesa.

"ORTOGRAFIA PORTUGUESA" é o sistema de escrita ou grafia representante comum de todos os dialectos do português falado, a sua base é a história da linguagem portuguesa considerada como língua e como dialecto."

[Gonçalves Viana & Vasconcellos Abreu, *Bases da Ortografia Portuguesa de 1885. apud* Castro, Duarte & Leiria (1987) *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp. 141-142]

Empenhado no alargamento da escolaridade e no combate ao analfabetismo, o governo republicano nomeia, em 15 de Fevereiro de 1911, uma comissão composta por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, com a missão de "fixar as bases da ortografia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos e publicações oficiais, e bem assim organizar uma lista ou vocabulário das palavras que possam oferecer qualquer dificuldade quanto à maneira como devem ser escritas"¹¹. Em 16 de Março do mesmo ano a Comissão é alargada, passando a integrá-la igualmente Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos, Epifânio da Silva Dias (que pediu escusa), Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e Borges Grainha¹². Esta comissão de luxo, que integrava os maiores filólogos e linguistas da época, escolheu como relator Gonçalves Viana, tomou como ponto de partida os trabalhos deste já publicados sobre questões ortográficas e terminou os seus trabalhos em 23 de Agosto de 1911, tendo o seu relatório sido publicado no *Diário do Governo*, nº 213, de 12 de Setembro de 1911.

Informada por um sólido conhecimento da estrutura fonológica da língua e das diferenças entre dialectos setentrionais e centro-meridionais, assente num inteligente compromisso entre diacronia e sincronia, movida por intuítos de simplificação, a Reforma Ortográfica de 1911 elimina anacronismos (grupos consonânticos como <ph>, <th>, <rh>, <<y>; consoantes duplas como <dd>, <ff>, <gg>, <ll>, <mm>, <pp>, <tt>), define os princípios da acentuação gráfica, do uso do til e da escrita dos ditongos, fixa a escrita das sibilantes com base num critério etimológico ainda sobrevivente em dialectos mais conservadores (<ç> vs <ss>; <z> vs <s>; <x> vs <ch>) e regula o uso do hífen.

A ortografia em vigor em Portugal continua a ter como base esta reforma ortográfica, alterada pelos Acordos Ortográficos entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras assinados em 1931, 1945 e 1971¹³ e pelo decreto-lei do governo português de 1973¹⁴.

Relações entre grafemas e sons da fala

A relação entre os grafemas da ortografia oficial e os sons da língua é complexa (cf. capítulo 5). Dado que é tarefa do professor iniciar os seus alunos na utilização da ortografia, a reflexão sobre a oralidade pode ser mediada pela manipulação dos símbolos do código escrito mas deve explicitar as diferenças básicas entre o escrito e o oral, enquanto realidades distintas: o primeiro é uma convenção e o segundo é decorrente da nossa capacidade biológica para comunicar através de sons produzidos pelo aparelho fonador. De uma forma simplificada, é preciso demonstrar ao aluno que a ortografia não representa os sons do Português de uma forma biunívoca:

¹¹ *Apud* Castro, Duarte & Leiria (1987) *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Pp. 207-208.

¹² *Id*: 208.

¹³ Da história dos desencontros ortográficos entre Portugal e o Brasil salientem-se os seguintes episódios: em 15 de Novembro de 1915, a Academia Brasileira aprova a adesão à Reforma Ortográfica de 1911; revoga tal adesão em 24 de Novembro de 1919. O Acordo de 1931, proposto pela Academia Brasileira de Letras, só é parcialmente aceite pela Academia das Ciências de Lisboa, é suspenso pela Constituição brasileira de 1934, sendo restabelecido pelo governo brasileiro em 1938. O acordo de 1945 é respeitado em Portugal, mas dá origem a uma longa batalha parlamentar no Brasil, que conduz à sua não aplicação. O acordo Ortográfico negociado em 1986 entre as duas academias, devido à polémica levantada, sofreu alterações aprovadas em Portugal em 1990. Contudo, devido ao facto de ainda não ter sido ratificado por todos os países de língua oficial portuguesa, não se encontra em vigor.

¹⁴ Este diploma elimina o acento grave e o circunflexo para assinalar o acento secundário em palavras terminadas em <-mente> e com sufixos diminutivos iniciados por <z>.

- a) um mesmo grafema pode representar mais do que um som da fala;
- b) inversamente, um mesmo som pode ser representado por diferentes grafemas;

Se a iniciação do aluno à reflexão sobre a oralidade for feita com o propósito exclusivo da aprendizagem do sistema ortográfico oficial, a capacidade de explicitação do conhecimento sobre o oral não será desenvolvida. Para que tal não se verifique, é preciso que o trabalho com o aluno incida sobre duas unidades:

- o **som da fala**, unidade da oralidade;
- o **grafema** ou letra, unidade da escrita.

Retome-se o exemplo clássico das vogais: qualquer falante alfabetizado do Português afirmará que a sua língua possui 5 vogais: <a>, <e>, <i>, <o> e <u>. No entanto, sabemos já que o inventário fonético do Português possui 9 vogais orais e 5 vogais nasais, conforme foi demonstrado no capítulo 5:

Vogais do Português

Vogais orais

1. a vogal [a] em <casa>;
2. a vogal [ɐ] em <casa>;
3. a vogal [ɨ] em <grande>;
4. a vogal [ɛ] em <ferro>;
5. a vogal [e] em <seco>;
6. a vogal [i] em <filme>;
7. a vogal [ɔ] em <toca>;
8. a vogal [o] em <lobo>;
9. a vogal [u] em <uva>;

Vogais nasais

1. a vogal [ẽ] em <manta>;
2. a vogal [ẽ̃] em <pente>;
3. a vogal [ĩ] em <fim>;
4. a vogal [õ] em <monte>;
5. a vogal [ũ] em <fundo>;

A afirmação dos falantes do Português (a língua tem 5 vogais) é assim condicionada pela aprendizagem da escrita e não pela reflexão sobre a língua falada.

Em seguida, serão apresentados exemplos dos vários tipos de relações que sons e ortografia do Português estabelecem entre si.

Existem alguns casos de biunivocidade na relação entre som da fala e ortografia, exemplificados a seguir (um dado som [x] é representado apenas pelo grafema <y>; o grafema <y> representa apenas o som [x]):

Relações biunívocas entre som e ortografia

Som da fala

a. som [p] em ['povu]

b. som [t] em ['temə]

c. som [f] em ['favəf]

Ortografia

grafema <p> em <povo>

grafema <t> em <tema>

grafema <f> em <favas>

No entanto, a maior parte das representações dos sons na ortografia não obedece a uma relação biunívoca entre os dois sistemas. Por um lado, um som pode ser representado por um único grafema mas esse grafema é usado na representação de outros sons; por outro lado, um som pode ser representado por vários grafemas. Vejam-se alguns exemplos de ambos os casos:

Som representado por um único grafema, usado na representação de outros sons

Som da fala

a. som [m] em ['mɛɫ]

b. som [n] em ['natə]

c. som [l] em ['latə]

Ortografia

grafema <m> em <mel>

(o <m> representa ainda a nasalidade da vogal [ɛ̃] na palavra ['sɛ̃pri] <sempre>)

grafema <n> em <nana>

(o <n> representa ainda a nasalidade da vogal [õ] na palavra ['fõti] <fonte> e, com <h>, forma o dígrafo <nh>, que representa o som [ɲ] em ['mɛɲə] <manha>)

grafema <l> em <lala>

(o <l> representa ainda o som [ɫ] na palavra ['fɛɫ] <fel> e, com <h>, forma o dígrafo <lh>, que representa o som [ʎ] em ['maʎə] <malha>)

- d. som [r] em ['mar] grafema <r> em <mar>
 (o <r> representa ainda o som [R] na palavra ['ratu] <rato> e, com <r>, forma o dígrafo <rr>, que representa o som [R] em ['faRɐ] <farrá>)

Som representado por mais do que um grafema


Som da fala

Ortografia

- | | |
|--|---|
| a. som [k] em ['kase]
em ['kɛdɐ] | grafema <c> em <çaça>
dígrafo <qu> em <queda> |
| b. som [s] em ['sapu]
em ['asidu]
em [kẽ'sẽw̃]
em ['masɐ] | grafema <s> em <sapo>
grafema <c> em <ácido>
grafema <ç> em <canção>
dígrafo <ss> em <massa> |
| c. som [z] em ['zebrɐ]
em ['azɐ]
em [i'zɛmi] | grafema <z> em <zebra>
grafema <s> em <asa>
grafema <x> em <exame> |
| d. som [ʃ] em [ẽ'ʃɛmi]
em ['kɛmɐʃ]
em ['fɔʃ]
em ['ʃuvɐ] | grafema <x> em <enxame>
grafema <s> em <camas>
grafema <z> em <foz>
dígrafo <ch> em <chuva> |
| e. som [ʒ] em [ʒẽ'tar]
em ['ʒiru]
em ['muʒgu] | grafema <j> em <jantar>
grafema <g> em <giro>
grafema <s> em <musgo> |
| f. som [o] em ['fogu]
em ['loku] | grafema <o> em <fogo>
dígrafo <ou> em <louco> |
| g. som [ẽ] em ['mẽtu]
em ['kẽpu]
em [i'r'mẽ] | dígrafo <an> em <manto>
dígrafo <am> em <campo>
dígrafo <ã> em <irmã> |

Grafema que representa mais do que um som

Ortografia Som da fala

- a. grafema <c>  som [s] em ['sɛʃtu] <cesto>
som [k] em ['kupido] <cupido>

b. grafema <s>

- som [s] em ['sopɐ] <sopa>
- som [z] em ['mezɐ] <mesa>
- som [ʒ] em ['muʒgu] <musgo>
- som [ʃ] em ['paʃtɐ] <pasta>

c. grafema <e>

- som [ɛ] em ['fɛru] <ferro>
- som [e] em ['mezɐ] <mesa>
- som [i] em [mi'tɛr] <meter>
- som [i] em [i'zɛmi] <exame>
- som [ɐ] em ['lɛɲɐ] <lenha>
- som [j] em ['mɛj] <mãe>
- som [j] em [mɐ'ljavɛɫ] <maléavel>
- ausência de som em [ʃ'tradɐ] <estrada>

d. grafema <a>

- som [a] em ['matu] <mato>
- som [ɐ] em [ɐ'tar] <atar>

e. grafema <o>

- som [ɔ] em ['mɔdɐ] <moda>
- som [o] em ['mɔfu] <mofo>
- som [u] em [mu'rar] <morar>
- som [w] em ['mwɛdɐ] <moeda>

As listagens anteriores, não sendo exaustivas, permitem mostrar que o ensino do funcionamento gramatical dos sons na língua não pode submeter-se ao ensino da ortografia. Nos primeiros anos de escolaridade, a ortografia é um objecto de estudo por si só; o estudo dos sons que fazem parte da língua materna do aluno constitui outro objecto de estudo. A relação entre ambos os sistemas (ortografia e inventário de sons) permite que o estudo de um seja usado na metodologia adoptada para introduzir o outro. No entanto, é imprescindível que, desde cedo, se desenvolva no aluno a consciência de que se trata de dois sistemas com naturezas distintas.

¹⁵ Um outro aspecto a ter em consideração no tratamento das questões ortográficas é o das regras de translineação. Para obter informação sobre este assunto, consulte-se um prontuário ortográfico do Português.

O sistema de representação ortográfica envolve outros factores como a nasalidade, o acento e a qualidade das vogais, para além dos até agora referidos¹⁵.

A nasalidade, para além de ser uma propriedade das consoantes [m], [n] e [ɲ], cujas grafias são, respectivamente, <m>, <n> e <nh>, é também uma propriedade das vogais nasais e dos ditongos nasais. Tanto no caso das vogais nasais como no dos ditongos nasais, a representação da nasalidade pode ser feita através de um til (nos ditongos, o til recai sobre a vogal do ditongo), como nos exemplos que se seguem:

Representação da nasalidade com til

- a. <rã> para a vogal [ẽ] de ['rẽ]
- b. <lã> para a vogal [ẽ] de ['lẽ]
- c. <mãe> para o ditongo [ẽj] de ['mẽj]
- d. <mão> para o ditongo [ẽw̃] de ['mẽw̃]
- e. <lições> para o ditongo [õj] de [li'sõj]
- f. <irmãos> para o ditongo [ẽw̃] de [ir'mẽw̃]

Mas a nasalidade das vogais e dos ditongos pode ainda ser representada através de uma consoante nasal, como nos exemplos abaixo transcritos:

Representação da nasalidade com uma consoante nasal

- a. <samba> para a vogal [ẽ] de ['sẽbɐ]
- b. <lento> para a vogal [ẽ] de ['lẽtu]
- c. <finta> para a vogal [ĩ] de ['fĩtɐ]
- d. <lontra> para a vogal [õ] de ['lõtrɐ]
- e. <mundo> para a vogal [ũ] de ['mũdu]
- f. <comam> para o ditongo [ẽw̃] de ['komẽw̃]
- g. <tem> para o ditongo [ẽj] de ['tẽj]

Acento

Outro aspecto relacionado com a utilização da ortografia é o da marcação do acento em cada palavra. Foi referido no capítulo 5 que, em termos fono-

lógicos, o acento institui uma relação de contraste entre sílabas dentro da palavra: em cada palavra, existe sempre uma sílaba acentuada ou tónica, a mais forte, que se opõe à(s) restante(s) sílaba(s) não acentuada(s) ou átona(s), de natureza mais fraca. Na escrita, a relação entre o facto prosódico 'acento' e a ortografia do Português é a seguinte: o acento só é representado na ortografia quando a sua ocorrência na palavra não segue a atribuição regular de acento no Português (ou seja, acentue-se a penúltima sílaba da palavra). A palavra <música> é acentuada graficamente porque o acento recai sobre a antepenúltima sílaba, não seguindo a regra geral de acentuação do Português ([ˈmuzikɐ]). O facto de palavras como <mola> ou <aposta> não terem acento gráfico significa, não que as palavras não têm uma sílaba acentuada, mas que o acento segue o seu padrão regular de funcionamento no Português ([ˈmɔlə] e [ɐˈpɔʃtɐ]).

Na ortografia do Português, a representação da qualidade das vogais pode ser feita através do acento circunflexo¹⁶, que indica fechamento da cavidade oral na produção da vogal, como em:

Utilização do acento circunflexo

- | | |
|-------------------------|---------|
| a. <Portugu <u>ê</u> s> | som [e] |
| b. <av <u>ô</u> > | som [o] |

¹⁶ O acento grave utiliza-se apenas na crase da preposição *a* com a vogal inicial de uma palavra gramatical (como em *à, às, àquele, àquela, àquilo*), dando informação sobre a abertura da vogal.

Sumário

Em síntese:

- devido a vários factores, a língua portuguesa continua a viver numa situação de anarquia ortográfica até à implantação da República;
- a Reforma Ortográfica de 1911 lança as bases de uma ortografia simplificada, assente num delicado equilíbrio por um lado, entre critério etimológico e fonético, e, por outro, entre características dos dialectos setentrionais e dos dialectos centro-meridionais;
- as unidades do modo oral (os sons da fala) e as unidades do modo escrito (os grafemas) estabelecem relações complexas entre si:
 - a) relações biunívocas;
 - b) relações não biunívocas:
 - um som é representado por mais do que um grafema;
 - um grafema representa mais do que um som.

Actividades: p. 413.

8.5 Do oral ao escrito: a pontuação

Como já foi referido anteriormente, a pontuação é o subsistema que regula a representação escrita dos factos prosódicos da fala (essencialmente, das pausas e da entoação), fornecendo igualmente indicações sobre o tipo de discurso que a escrita está a representar (uma citação ou um discurso directo).

Se a tradição gramatical luso-brasileiro nos deixou uma importante reflexão sobre a ortografia, que remonta a Fernão de Oliveira, o mesmo não aconteceu com o subsistema da pontuação: a consulta de muitas gramáticas mostrará que é inexistente ou diminuta a parte consagrada a esta matéria.

A alteração das convenções de pontuação não é em geral um reflexo da mudança linguística – por outras palavras, a adopção de novas regras não significa necessariamente que a prosódia da língua tenha sofrido alteração.

Esta afirmação pode ser ilustrada com excertos de dois artigos sobre pontuação publicados por Alexandre Herculano em Julho de 1838. Neles, o autor afirma que "Uma das cousas em que maiores incorrecções e incertezas aparecem no comum dos escritos, é a pontuação."¹⁷. E, mais adiante, define-a do seguinte modo "Pontuação é a arte [na acepção clássica de 'técnica'] de indicar na escritura, por sinais ou notas, a proporção das pausas, que devemos fazer, falando ou escrevendo."¹⁸. No segundo artigo dedicado a este tema, enumera os sinais de pontuação e as regras da sua utilização:

Os caracteres da pontuação vem a ser: vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, e ponto. A regra principal e popular, para o uso destes diferentes sinais, é como dissemos, a pausa do discurso. Quando esta pausa é brevíssima, usamos a vírgula; quando é mais demorada, usamos de ponto e vírgula, ou de dois pontos; quando, enfim, acabamos o período, e tomamos toda a respiração, pomos o ponto final.

[*Ibid*: 140-141].

Como se pode observar nos três excertos transcritos, Herculano adopta três regras de pontuação proibidas no Português contemporâneo: na primeira citação, um sujeito longo é separado por vírgula dos seu predicado ("... escritos, é..."); na segunda, uma relativa restritiva é colocada entre vírgulas ("... a proporção das pausas, que devemos fazer,..."); na terceira, conjunções coordenativas aditivas e disjuntivas são precedidas de vírgula ("... dois pontos, e ponto."; "... usamos de ponto e vírgula, ou de dois pontos;").

¹⁷ In Herculano, *Opúsculo V*, edição crítica de J. Custódio e J. M. Garcia. Lisboa: Presença. 1986. P. 137.

¹⁸ *Id*: 137.

Na gramática de C. Cunha e L. Cintra¹⁹, os sinais de pontuação²⁰ são divididos didacticamente em dois grupos, embora os autores notem que os sinais de melodia indicam simultaneamente pausa e melodia:

¹⁹ C. Cunha e L. Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa. (8.ª edição, 1991).

²⁰ Idem, p. 639 e seguintes.

Sinais de pontuação em C. Cunha e L. Cintra (1984/91: 639)

Sinais pausais

- a. vírgula (,)
- b. ponto (.)
- c. ponto e vírgula (;)

Sinais melódicos

- a. dois pontos (:)
- b. ponto de interrogação (?)
- c. ponto de exclamação (!)
- d. reticências (...)
- e. aspas («»)
- f. parênteses ()
- g. colchetes ([])
- h. travessão (—)

Os dois factos prosódicos representados pelos sinais de pontuação consistem em interrupções da cadeia fónica (as pausas) e contornos entoacionais (os movimentos melódicos). Os sinais pausais (vírgula, ponto e vírgula, ponto) têm a função de registar silêncios no discurso. Tradicionalmente, assume-se que a pausa representada pela **vírgula** é a mais breve de todas as pausas da oralidade e que o **ponto** regista a pausa mais longa de todas, sendo o **ponto e vírgula** a representação de uma pausa de valor intermédio. Mas o **ponto** não é só um sinal pausal, tem também uma função melódica por representar enunciados afirmativos, por oposição ao **ponto de interrogação**, que representa as perguntas, e ao **ponto de exclamação**, que regista a surpresa na produção de um enunciado. Por sua vez, o **ponto de interrogação** e o **ponto de exclamação** não são apenas sinais melódicos: a sua presença regista também a produção de uma pausa.

Porque a prosódia estabelece relações com os módulos sintáctico e semântico da gramática, na oralidade, também os sinais de pontuação estabelecem relações estreitas com a representação das especificidades sintácticas e semânticas dos enunciados, na escrita. As regras para o uso da pontuação recorrem frequentemente a conceitos sintácticos e semânticos; a presença ou a ausência de determinados sinais de pontuação em posições sintácticas específicas pode condicionar a gramaticalidade dos enunciados ou alterar

o seu significado. Nos exemplos que se seguem, a alteração da pontuação permite registar diferentes estruturas sintácticas (exemplos de Mata (1992)²¹:

²¹ Mata, A. (1992) 'É só ouvir... em Português! In M.R. Delgado-Martins D. R. Pereira, A. Mata, M.A. Costa, L. Prista e I. Duarte (eds) *Para a Didáctica do Português: Seis Estudos de Linguística*. Lisboa: Ed. Colibri.

1. O João não faz falta à aula.

(Leitura: a presença do João não é necessária na aula)

2. O João não. Faz falta à aula.

(Leitura: o João não pode sair da sala porque faz falta à aula)

3. O João não faz. Falta à aula.

(Leitura: o João não faz a apresentação oral do trabalho porque falta à aula)

Em seguida, listar-se-ão contextos em que a utilização inadequada de pontuação compromete a correcção dos enunciados escritos.

1. Modificadores apositivos

Como foi mencionado no capítulo 4, os modificadores apositivos, quer sejam ou não oracionais, devem colocar-se entre vírgulas (cf. (1)-(3)), o mesmo acontecendo com predicados secundários não seleccionados por verbos (cf. (4)):

(1) (a) A tua amiga, muito simpática, deu-me boleia.

≠

(b) A tua amiga muito simpática deu-me boleia.

(2) (a) D. Afonso Henriques, o Conquistador, foi o primeiro rei de Portugal.

(b) *D. Afonso Henriques o Conquistador foi o primeiro rei de Portugal.

(3) (a) Os homens, que são seres racionais, não devem ter comportamentos racistas.

≠

(b) Os homens que são seres racionais não devem ter comportamentos racistas.²²

²² A interpretação de (3a) é informalmente a seguinte: *Todos os homens são seres racionais e nenhum homem deve ter comportamentos racistas*; pelo contrário, a interpretação de (3b) é informalmente a seguinte: *Alguns homens são seres racionais e esses não devem ter comportamentos racistas*.

-
- (4) (a) O João, a rir, contou-nos a sua aventura nocturna.
(b) *O João a rir contou-nos a sua aventura nocturna.

2. Outros constituintes parentéticos

As orações intercaladas devem colocar-se entre vírgulas:

- (5) (a) Ele sabia, dizia-se, todos os mistérios do mundo.
(b) *Ele sabia dizia-se todos os mistérios do mundo.

3. Constituintes coordenados assindeticamente

Seja qual for a sua natureza categorial, os constituintes coordenados assindeticamente separam-se por vírgula:

- (6) (a) O João, o Pedro e a Maria partem às dez horas.
(b) *O João o Pedro e a Maria partem às dez horas.
- (7) (a) É difícil encontrar sacos resistentes, bonitos e leves.
(b) *É difícil encontrar sacos resistentes bonitos e leves.
- (8) (a) O João foi ao cinema, a Maria foi ao teatro e o Pedro ficou a dormir.
(b) *O João foi ao cinema a Maria foi ao teatro e o Pedro ficou a dormir.

4. Constituintes antepostos

Os constituintes antepostos, oracionais ou não, devem ser seguidos de vírgula, especialmente quando formados por mais de uma palavra:

- (9) (a) Esse livro, ainda não li.
(b) *Esse livro ainda não li.
- (10) (a) Porque estava cheio de pressa, o João esqueceu-se das chaves.
(b) *Porque estava cheio de pressa o João esqueceu-se das chaves.
- (11) (a) Uma vez em casa, telefonámos ao João.
(b) *Uma vez em casa telefonámos ao João.

5. Constituintes em posição final, associados a categorias várias ou a pronomes

Os constituintes associados a categorias várias ou a pronomes que ocorrem em posição final e não na sua posição canónica, constituindo uma unidade entoacional própria, devem ser precedidos de vírgula:

(12) (a) Está sempre a fazer disparates, o João.

(b) *Está sempre a fazer disparates o João.

(13) (a) Já lhe tínhamos dado uma prenda, à Maria.

(b) *Já lhe tínhamos dado uma prenda à Maria.

Iremos agora demonstrar que, embora a pontuação seja um subsistema de representação convencional da fala que, integrado no código da escrita, pretende registar os factos prosódicos da fala, tal como entre os sons da fala e a ortografia, também os aspectos prosódicos e a pontuação não estabelecem uma relação directa: a complexidade dos factos linguísticos e a variação a que estes estão sujeitos na oralidade nem sempre encontram uma correspondência directa na escrita. Dos contextos acima listados, retome-se (i) o caso das relativas, (ii) o do *e* copulativo e (iii) o dos contornos entoacionais que definem tipos de frases, no sentido de demonstrar, uma vez mais, que oralidade e escrita são sistemas distintos.

a) As relativas

A propósito das subordinadas relativas, sabemos já que as subordinadas relativas restritivas se distinguem das explicativas de acordo com dois critérios:

Critério semântico: relacionado com o tipo de informação que a oração relativa transmite acerca do seu antecedente;

Critério fonético: relacionado com a presença ou a ausência de pausa na oralidade, dependente do tipo de relativa em causa.

Veja-se a seguinte citação, retirada de C. Cunha (1983: 424)²³:

As Restritivas, indispensáveis ao sentido da frase, ligam-se a um substantivo (ou pronome) antecedente sem pausa, razão por que dele não se separam, na escrita, por vírgula. Já as Explicativas, denotadoras de uma qualidade acessória do antecedente - e, portanto, dispensáveis ao sentido essencial da frase -, separam-se dele por uma pausa, indicada na escrita por vírgula.

²³ C. Cunha (1983) *Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria.

Sabemos que a escrita segue o acima estipulado: as explicativas possuem obrigatoriamente uma vírgula entre a oração relativa e o seu antecedente; as restritivas distinguem-se das anteriores pela ausência de vírgula entre a oração relativa e o seu antecedente.

Mas será que o comportamento dos falantes na oralidade segue obrigatoriamente o critério estipulado? Para testar a veracidade desta relação directa entre pontuação e prosódia, Freitas (1990)²⁴ observa estruturas relativas restritivas e explicativas produzidas em situação de leitura oral, no sentido de verificar se, na oralidade, o critério fonético estipulado para as relativas se verifica. A questão é a de saber se, nos enunciados de fala, as restritivas se distinguem das explicativas pela ausência, nas primeiras, e pela presença, nas segundas, de uma pausa entre a oração relativa e o seu antecedente.

Foram observadas as seguintes as estruturas relativas:

Relativas observadas em situação de leitura oral

1. (...) aquilo que não podia deixar de acontecer.
2. (...) um cúmplice, que fizesse o meu jogo, (...)
3. (...) uma figura de leitor que, uma vez superada a iniciação, se tornasse minha presa (...)
4. (...) aquilo que o texto lhe oferecia.

Os resultados da análise acústica das produções observadas mostraram que, em 42% dos contextos avaliados, *os falantes não respeitaram o critério fonético*: produziram frequentemente pausas nas relativas restritivas e não as produziram nas explicativas, o que viola o critério fonético para o uso das relativas mas não compromete a sua inteligibilidade na comunicação oral.

b) O e copulativo

De acordo com as regras de pontuação, a conjunção copulativa *e* não pode ser precedida por uma vírgula, o que significa que, na oralidade, não é produzida uma pausa antes desta conjunção. Todos os elementos em coordenação são separados por uma vírgula, à excepção dos dois últimos, separados pela conjunção. C. Cunha (1983: 421)²⁵ afirma que a vírgula, marca de uma pausa de pequena duração, se emprega para:

²⁴ M. J. Freitas (1990) *Estratégias de Organização Temporal da Fala em Português*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

²⁵ C. Cunha (1983) *Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria Editora.

²⁶ Excepções a esta regra são os casos em que a estrutura sintáctica iniciada por *e* tenha uma função parentética, encontrando-se fora do âmbito da coordenação.

(...) separar elementos que exercem a mesma função sintáctica (...), quando não vêm unidos pelas conjunções *e*, *ou* e *nem*.²⁶

Em Freitas (1990), uma vez mais a partir de enunciados produzidos em situação de leitura, são efectuadas medições acústicas no sentido de verificar se o critério fonético subjacente a esta regra da pontuação é ou não aplicado pelos falantes na oralidade. Foram observadas, para o efeito, as seguintes estruturas:

Estruturas coordenadas com *e* copulativo

1. (...) um rio e duas margens(...)
2. (...) se na margem esquerda pusesse um pescador e se a esse pescador atribuísse(...)
3. (...) um carácter irascível e um registo criminal (...)
4. (...) se tornasse (...) presa do texto e pensasse que não (...)

Os resultados da análise mostraram que os falantes violam frequentemente o critério fonético subjacente à regra da pontuação em estudo (um *e* copulativo não deve ser precedido de pausa na oralidade, logo, não deve ser precedido de vírgula na escrita). Em 52% das produções avaliadas, os falantes produziram uma pausa antes do *e* copulativo: a regra da pontuação, por convenção, impõe a ausência de vírgula antes da conjunção *e*; no entanto, o comportamento fonético dos falantes nem sempre corresponde ao critério fonético subjacente à referida regra. Tal como entre os segmentos e a ortografia, também na relação entre a prosódia e a pontuação o grau de variação da oralidade não é captado pelas convenções da escrita, o que argumenta a favor das naturezas distintas do oral e do escrito.

Tipos de frases e contornos entoacionais

Perante enunciados isolados com a mesma estrutura lexical, a definição do tipo de frase de cada um deles é feita através das suas propriedades entoacionais, nomeadamente, através da **variação de altura** da voz (dependente da variação dos valores acústicos de frequência fundamental do som). A variação de altura, particularmente no final das frases, determina se estamos perante uma interrogação, uma exclamação, uma afirmação, uma dúvida ou uma ordem. A variação de altura pode assumir os seguintes tipos de contornos²⁷:



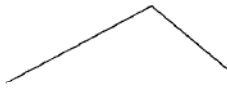
²⁷ Com base em M. H. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte e I. Faria (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho (2.ª edição).

Contornos decorrentes de variações de altura da voz

- (i) ascendente
- (ii) descendente
- (iii) ascendente-descendente
- (iv) descendente-ascendente
- (v) nivelado

A frase 'Vais' pode ser produzida com diferentes contornos entoacionais, que definem o seu tipo de frase (exemplo retirado de Mateus, Brito, Duarte e Faria (1989: 345))²⁸:

²⁸ Idem.

Enunciado	Tipo de contorno entoacional
 1. Vais. (afirmação)	descendente
 2. Vais? (pergunta)	ascendente
 3. Vais?... (dúvida)	ascendente-descendente

Os sinais de pontuação registam o contorno melódico ou entoacional (decorrente da variação de altura) que define o tipo de frase produzida:

- (i) o ponto de interrogação (?) representa a interrogação;
- (ii) o ponto de exclamação (!) representa a exclamação;
- (iii) o ponto final (.) representa a afirmação;

(iv) o ponto de interrogação e as reticências associados (?...) representam a dúvida;

(v) as reticências (...) representam a incompletude.

No entanto, o comportamento dos falantes na oralidade nem sempre respeita esta tipologia de contornos entoacionais para tipos de frase. Em Mata (1990)²⁹, o estudo das interrogativas permite verificar que a relação entre contornos entoacionais e tipos de frases não é unívoca: para uma mesma pergunta global do tipo '*Estão recordados disto?*', o comportamento dos falantes oscila entre a produção de uma curva com contorno final ascendente e a de uma curva com contorno final descendente.

Seja qual for o movimento melódico de uma frase interrogativa na fala (contorno final ascendente ou contorno final descendente), a verdade é que ela é obrigatoriamente registada na escrita através do ponto de interrogação. A associação de um ponto de interrogação (?) a uma curva entoacional ascendente não é obrigatória na relação entre a prosódia e a pontuação: na oralidade, os dois contornos são possíveis; na escrita, a única forma de representar uma interrogativa consiste no uso do ponto de interrogação. Uma vez mais, se demonstra que a variabilidade dos fenómenos linguísticos não é captada pelo código escrito e que ambos possuem modos de funcionamento distintos.

²⁹ A. I. Mata (1990) *Questões de Entoação e Interrogação em Português*. "Isso é uma pergunta?". Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Sumário

Em síntese:

- o subsistema de pontuação representa no modo escrito características prosódicas do modo oral;
- há sinais de pontuação especializados na representação de pausas, enquanto outros representam fundamentalmente aspectos entoacionais e outros ainda representam simultaneamente pausas e entoação;
- embora a pontuação seja um subsistema de representação convencional da fala que, integrado no código da escrita, pretende registar os factos prosódicos da fala, tal como entre os sons da fala e a ortografia, também os aspectos prosódicos e a pontuação não estabelecem uma relação biunívoca: a complexidade dos factos linguísticos e a variação a que estes estão sujeitos na oralidade nem sempre encontram uma correspondência directa na escrita.

Actividades: p. 415

Leituras complementares

ATALAIA, L., D. REBELO, M. R. DELGADO-MARTINS *ET ALII*

(1978) *Linguagem Oral e Ortografia*. Lisboa: INIC.

SIM-SIM, I. , I. DUARTE E M. J. FERRAZ

(1997) *A Língua Materna na Educação Básica. Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: MEC-DEB & Colibri.

Actividades

Especificidades fonéticas e fonológicas do oral

A

1. Apresente duas transcrições fonéticas para cada uma das seguintes palavras, sendo uma transcrição correspondente à sua produção em situação discursiva formal (velocidade de elocução baixa) e a outra correspondente a uma produção em situação discursiva não formal (velocidade de elocução alta):

velocidade de elocução baixa *velocidade de elocução alta*

1.1. *ciúmes* _____

1.2. *remediar* _____

1.3. *desinteresse* _____

1.4. *repetições* _____

1.5. *testemunhas* _____

1.6. *determinar* _____

2. Nos seguintes pares de palavras, identifique o tipo de processo envolvido na produção dos sons em contacto entre as duas palavras:

2.1. *torre urbana* ['torur'bɐnɐ] _____

2.2. *de amoras* [dʒɐ'mɔɾɐʃ] _____

2.3. *a água* [ɐj'agwɐ]³⁰ _____

2.4. *tacho amarelo* ['taʃɐmɐ'rɛlu] _____

3. Os apagamentos de vogais na produção de palavras com uma velocidade de elocução alta podem ocorrer tanto em posição pré-tónica com em posição pós-tónica. Dê exemplos de cinco palavras com apagamento de vogal em sílaba pré-tónica e de cinco palavras com apagamento de vogal em sílaba pós-tónica.

³⁰ Como se sabe, esta produção não existe no Português europeu padrão, correspondendo a uma forma dialectal.

Especificidades sintáticas do oral

A

4. Considere o seguinte fragmento de uma conversa:

"[...]

X: ora acontece que as fábricas, as fibras curtas são particularmente recomendáveis para o fabrico de papéis finos, quer dizer, este papel de escrever,

A: pois,

X: papel para carta, o papel para livros são...

A: e aqueles...

X: contêm uma boa parte de fibras curtas,

A: e aqueles papéis de embrulho muito bonitos que servem para, para as, os presentes, e isso tudo?

X: sim, esses papéis...

A: isso depois já têm outros tratamentos ou como é?

X: não, esses papéis não têm nenhuma, nenhum refinamento especial

A: quer dizer o tratamento (...) dão depois...

X: no seu fabrico não, não, não têm, podem parecer que têm, mas

A: pois, [...]"

[in *Português Fundamental. Métodos e Documentos*. Tomo I. Lisboa: INIC-CLUL. Pp.240]

Identifique no fragmento acima propriedades sintáticas típicas do modo oral informal.

Do oral ao escrito: a ortografia

A

5. Um falante alfabetizado do Português padrão dirá que a sua língua tem cinco vogais. Na verdade, este sistema possui catorze vogais. Comente as afirmações.

6. Apresente palavras ilustrativas de todos os sons que podem ser representados pelo grafema <e> no Português.
7. As consoantes fricativas do Português constituem casos de relações biunívocas entre som e ortografia? Justifique com exemplos.
8. Em Português, as palavras <cesta>, <batata>, <figos> e <alface> não são acentuadas, por oposição a <máscara>, <rápida>, <súbito> e <médico>, que constituem casos de palavras acentuadas daquela língua. Comente a afirmação.

B

1. (Actividade para os alunos do 4º ao 6º anos de escolaridade)

Trabalhe com todos os sons que possuem mais do que uma grafia. Organize os alunos em pares e apresente as regras do jogo:

- (i) cada par de alunos prepara 5 cartões com a identificação do grupo;
- (ii) durante o jogo, o professor dirige-se alternadamente a cada grupo e produz um som do Português (uma vogal ou uma consoante);
- (iii) o grupo interpelado tem um tempo limitado, a definir pelo professor, para escrever, num dos cartões, duas palavras que contenham aquele som ortografado de duas formas distintas, após o que entregarão o cartão ao professor;
- (iv) o professor percorrerá os grupos 5 vezes, solicitando sempre a mesma tarefa e usando sons diferentes para cada grupo.

O jogo é ganho pelos grupos que apresentarem todas as respostas certas nos 5 cartões (10 palavras; 2 palavras para cada som). No final do jogo, são construídos paradigmas no quadro: um paradigma para cada som, que contém, em coluna, todas as palavras que surgiram para exemplificar as grafias possíveis daquele som.

2. (Actividade para alunos a partir do 5º ano de escolaridade)

A partir da seguinte lista de palavras monossilábicas, peça aos alunos para identificarem oralmente a vogal de cada palavra:

- | | | |
|-----------------|-----------------|-----------------|
| 2.1. <i>mar</i> | 2.2. <i>da</i> | 2.3. <i>se</i> |
| 2.4. <i>sé</i> | 2.5. <i>ver</i> | 2.6. <i>rir</i> |
| 2.7. <i>pó</i> | 2.8. <i>cor</i> | 2.8. <i>tu</i> |

O objectivo é o de levar os alunos a verificarem a existência de 9 vogais orais no Português. Repita o exercício com as vogais nasais.

Do oral ao escrito: a pontuação

A

9. Seleccione um texto com extensão equivalente a uma página A4, no qual o uso da vírgula seja frequente. Peça a 5 falantes com habilitações literárias e hábitos de leitura oral semelhantes para efectuarem a leitura do texto. Grave a leitura que cada um faz do texto. Posteriormente, faça a audição de cada leitura e anote, em cópias do texto (uma por cada um dos 5 leitores), os locais em que cada leitor produziu pausas. No final confronte os locais das pausas com os da localização das vírgulas no texto distribuído. Apresente e discuta os resultados obtidos³¹.

B

3. (Actividade para alunos do 3º ao 5º anos de escolaridade)

Seleccione um texto adequado ao nível de ensino com que está a trabalhar. Apresente aos alunos uma versão do texto sem pontuação atribuída mas com a marcação de uma pausa (use o símbolo /) nos locais em que deverão ser colocados sinais de pontuação. Peça aos alunos para substituírem a marca da pausa (/) pelo sinal de pontuação adequado.

4. (Actividade para alunos do 5º ao 9º anos de escolaridade)

Repita a actividade anterior, agora com um outro texto sem pontuação e sem qualquer marcação nos locais em que deverão ser colocados os sinais de pontuação. Depois de executada a tarefa, as diferentes versões de atribuição de pontuação efectuadas pelos alunos deverão ser apresentadas à turma e comentadas com os alunos, sob a orientação do professor.

³¹ Esta actividade pode ser executada por alunos do ensino secundário, no sentido de demonstrar que a atribuição de pontuação possui regras de utilização próprias, não estabelecendo uma relação directa com os factos da oralidade.

Sugestões de resolução das actividades propostas

Especificidades fonéticas e fonológicas do oral

A

1. Apresentam-se duas transcrições fonéticas possíveis para cada uma das seguintes palavras, sendo uma transcrição correspondente à sua produ-

ção em situação discursiva formal (velocidade de elocução baixa) e a outra correspondente a uma produção em situação discursiva não formal (velocidade de elocução alta):

velocidade de elocução alta velocidade de elocução baixa

1.1. <i>ciúmes</i>	[ˈsjumʃ]	[siˈumiʃ]
1.2. <i>remediar</i>	[ʁmˈdjar]	[ʁimidiˈar]
1.3. <i>desinteresse</i>	[dzĩˈtres]	[dizĩtiˈresi]
1.4. <i>repetições</i>	[ʁptiˈsõjʃ]	[ʁipitiˈsõjʃ]
1.5. <i>testemunhar</i>	[tʃtmuˈnar]	[tiʃtimuˈnar]
1.6. <i>determinar</i>	[dtrmiˈnar]	[ditirmiˈnar]

2. Nos seguintes pares de palavras, são identificados os processos envolvidos na produção dos sons em contacto entre as duas palavras:

- 2.1. *torre urbana* [ˈtoʁurˈbɐnɐ] Resposta: supressão de segmento
- 2.2. *de amoras* [dʒɐˈmɔɾɐʃ] Resposta: alteração da qualidade do segmento
- 2.3. *a água* [ɐˈagwɐ] Resposta: inserção de segmento
- 2.4. *tacho amarelo* [ˈtaʃɐmɐˈɾɛlu] Resposta: supressão de segmento

3. Seguem-se exemplos de cinco palavras com apagamento de vogal em sílaba pré-tónica e de cinco palavras com apagamento de vogal em sílaba pós-tónica:

Apagamento de vogal em sílaba pré-tónica

- a. <telhado> [ˈtɫadu]
- b. <destinar> [dʃtiˈnar]
- c. <pecado> [ˈpkadu]
- d. <serrar> [ˈsɾar]
- e. <tesoura> [ˈtzoɾɐ]

Apagamento de vogal em sílaba pós-tónica

- a. <pentes> [ˈpɛtʃ]
- b. <bátegas> [ˈbatgɐʃ]
- c. <fere> [ˈfɛr]
- d. <número> [ˈnumɾu]
- e. <vestes> [ˈvɛʃtʃ]

Especificidades sintáticas do oral

A

6. No fragmento considerado observam-se:

- (a) Interrupções: por exemplo, A interrompe a fala de X, na tomada de vez 3.
- (b) Repetições: por exemplo, *não, não, não têm* (tomada de vez 11).
- (c) Reformulações: por exemplo, *esses papéis não têm nenhuma, nenhum refinamento especial* (tomada de vez 9).
- (d) Incorreções sintáticas: por exemplo, um erro de concordância sujeito-verbo na tomada de vez 3.
- (e) Expressões dêicticas: por exemplo, *este papel de escrever* (tomada de vez 1), *e aqueles* (tomada de vez 4).
- (f) Rupturas: por exemplo, *as fábricas, as fibras curtas são...* (tomada de vez 1).

Do oral ao escrito: a ortografia

A

5. O aluno deverá apresentar exemplos das catorze vogais do Português, integradas em catorze palavras, e confrontá-las com os grafemas usados para as representar na escrita, no sentido de mostrar que o comentário do falante alfabetizado tem na base uma reflexão sobre a ortografia e não sobre o funcionamento dos sons da fala que constituem o Português.

6. Os exemplos apresentados pelos alunos deverão ser **diferentes** dos referidos no texto do capítulo 8, que aqui se repetem:

- c. grafema <e>
- som [ɛ] em ['fɛRU] <ferro>
 - som [e] em ['mezɐ] <mesa>
 - som [i] em [mi'ter] <meter>
 - som [i] em [i'zemi] <exame>
 - som [ɐ] em ['lɐɲɐ] <lenha>
 - som [j] em ['mɛj] <mãe>
 - som [j] em [mɐ'ljavɛɫ] <maleável>
 - ausência de som em [f'tradɐ] <estrada>

7. Os alunos deverão apresentar exemplos que ilustrem os dois comportamentos distintos das fricativas, sem repetir os que foram dados no texto do capítulo 8:
- [f] e [v] estabelecem relações biunívocas com os grafemas que as representam;
 - o mesmo não se verifica com [s], [z], [ʃ] e [ʒ].
8. A resposta deverá usar argumentos que infirmem a afirmação, no sentido de distinguir acento prosódico e acento gráfico: as palavras <cesta>, <batata>, <figos> e <alface> são, de facto, palavras acentuadas prosodicamente porque na sua produção há contraste entre uma sílaba forte ou tónica e a(s) restante(s) sílaba(s) fraca(s) ou átona(s) (apresentar a transcrição fonética das palavras), tal como acontece nas palavras <máscara>, <rápida>, <súbito> e <médico> (apresentar a transcrição fonética das palavras). A razão pela qual as quatro últimas palavras têm acento gráfico reside no facto de estas últimas quatro palavras não seguirem a atribuição regular de acento prosódico em Português (são acentuadas na antepenúltima e não na penúltima sílaba), ao contrário do que acontece com as quatro primeiras palavras, que, por esta razão, não necessitam de acento gráfico.

B

- Dada a diversidade de enunciados (os sons da fala seleccionados pelo professor) e das respostas (as palavras escolhidas pelos alunos), não é possível apresentar uma solução.
- Dada a natureza oral do exercício, não é possível apresentar uma solução. O objectivo é o de levar os alunos a verificarem a existência de 9 vogais orais no Português.

Do oral ao escrito: a pontuação

A

- Dada a natureza oral do exercício, não é possível apresentar uma solução. O objectivo é o de verificar que não existe isomorfismo entre a pontuação do texto e a produção de pausas por parte dos falantes, durante a leitura desse texto.

B

3. Dada a diversidade dos enunciados, a apresentação de uma proposta de solução é impossível.
4. Dada a diversidade dos enunciados, a apresentação de uma proposta de solução é impossível.

Página intencionalmente em branco

Bibliografia

Página intencionalmente em branco

ANDRADE, E. d'

1994 *Temas de Fonologia*. Lisboa: Colibri.

AUSTIN, J. L.

1962 *How to Do Things with Words*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

BARROS FERREIRA, M.

1992 "Dialectologia da Área Galego-Portuguesa". In Ferronha A. L. (org).

BARROS FERREIRA, M., ET ALII

1996 Barros Ferreira, M. et alia (1996): "Variação Linguística: Perspectiva Dialectológica". In Faria, Pedro, Duarte & Gonçalves (orgs).

BENVENISTE, E.

1966 *Problèmes de Linguistique Générale*. 2 vols. Paris: Gallimard.

BLOOMFIELD, L.

1933 *Language*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.

1939 *Linguistic Aspects of Science*. *International Encyclopedia of Unified Science*. Vol. 1, Nº 4. Chicago: University of Chicago Press.

CASTRO, I., I. DUARTE & I. LEIRIA

1986 *A Demanda de Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

CHIERCHIA, G. & S. McCONNEL-GINET

1991 *Meaning and Grammar*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

CHOMSKY, N.

1957 *Syntactic Structures*. Haia: Mouton.

1965 *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass: The MIT Press. (Trad portuguesa: *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra: Livraria Arménio Amado)

1981 *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

1986 *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. Nova Iorque: Prager. (Trad. portuguesa: *O Conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Caminho)

1988 *Language and Problems of Language. The Managua Lectures*. Cambridge: Mass: The MIT Press.

CHOMSKY, N. & M. HALLE

1968 *The Sound Pattern of English*. Nova Iorque: Harper & Row.

-
- CINTRA, L. F. L.
1971 "Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses". In *Boletim de Filologia*. XXII
- CORREIA, M.
1996 "Dicionários de Língua Portuguesa. Lista não Exaustiva de Títulos Disponíveis". In Faria, I. H. & M. Correia (orgs) *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. I. Lisboa: APL/Colibri.
- COSTA, J.
1997 "Word Order and Constraints Interaction. In *Seminários de Linguística*, 1: 65-104.
- CLARK, H. C.
1996 *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CLARK, H. C. & S. A. BRENNAN
1991 "Grounding in Communication". In Resnick, Levine & Teasley (orgs) *Perspectives on Socially Shared Cognition*. Washington, D.C: APA Books. Pp. 127-149
- CLARK, H. C. & E. CLARK
1977 *Psychology and Language. An Introduction to Psycholinguistics*. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich.
- CLARK, J. & C. YALLOP
1990 *An Introduction to Phonetics and Phonology*. Cambridge, Mass: Blackwell.
- DELGADO-MARTINS, M. R.
1988 *Ouvir Falar. Introdução à Fonética do Português*. Lisboa: Caminho.
- DOWTY, D.
1979 *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- DUARTE, I.
1998 "Algumas Boas Razões para Ensinar Gramática". In *A Língua Mãe e a Paixão de Aprender. Homenagem a Eugénio de Andrade*. Actas. Porto: Areal Editores.
- DUARTE, I. & A. M. BRITO
1996 "Sintaxe". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs).

DUARTE, I., M. MIGUEL (orgs)

1996 *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Vol. III: Gramática e Varia*. Lisboa: APL/Colibri.

FARIA, I. H., E. R. PEDRO, I. DUARTE & C. A. M GOUVEIA

FARIA, I. H., "Introdução". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs)

FARIA, I. H. (orgs)

1996 *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

FERRONHA, A. L. (org)

1992 *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: IN-CM, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e União Latina.

FILLMORE, C.

1981 "Pragmatics and the Description of Discourse". In Cole (org) *Radical Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press

FREGE, G.

1892a "On Concept and Object". In Geach & Black (orgs) *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell. 1970. Pp. 42-55.

1892b "On Sense and Reference". In Geach & Black (orgs) *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell. 1970. Pp. 56-78.

FROMKIN, V. & R. RODMAN

1998 *An Introduction to Language*. 6ª edição. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers.

GLEASON, H. A. Jr

1955 *An Introduction to Descriptive Linguistics*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston. (Trad. portuguesa: *Introdução à Linguística Descritiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian)

GOODLUCK, H.

1991 *Language Acquisition. A Linguistic Introduction*. Cambridge, Mass: Blackwell.

GOUVEIA, C. A. M.

1996 "Pragmática". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs).

GREENBERG, J.

- 1963 "Some Universals of Grammar with Special Reference to the Order of Meaningful Elements". In Greenberg (org) *Universals of Language*. 2ª edição. Cambridge, Mass: The Mit Press. 1966. Pp. 73-113.

GRICE, H. P.

- 1975 "Logic and Conversation". In Cole & Morgan (orgs) *Syntax and Semantics. Vol 3. Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 41-58.

GUSSENHOVEN, C. & H. JACOBS

- 1998 *Understanding Phonology*. Londres: Arnold.

HARRIS, Z.

- 1951 *Structural Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
1954 "Distributional Structure". *Word*. 10: 146-194.

HOCKETT, C.

- 1958 *A Course in Modern Linguistics*. Nova Iorque: The Macmillan Co.

HORN, L.

- 1988 "Pragmatic Theory". In Newmeyer (org) *The Cambridge Survey. Vol. I. Linguistic Theory: Foundations*. Cambridge: Cambridge University Press.

ILARI, R.

- 1997 *A Expressão do Tempo em Português*. São Paulo: EDUC/Contexto.

JAKOBSON, R.

- 1963/69 *Essais de Linguistique Générale*. 2 vols. Paris: Éditions de Minuit.

LEECH, G.

- 1983 *Principles of Pragmatics*. Londres: Longman.

LEVINSON, S. C.

- 1983 *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

LYONS, J.

- 1977 *Semantics*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press.

MARQUILHAS, R.

1992 "Constituição e Elaboração da Língua Portuguesa". In Ferronha, A. L. (org).

MARTINS, A. M.

1996 "Gramáticas Históricas do Português". In Duarte, I. e M. Miguel (orgs).

MATEUS, M. H., A. ANDRADE, M. C. VIANA & A. VILLAVA

1990 *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

MOENS, M.

1987 *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Universidade de Edimburgo. Tese de Ph.D.

NEWMAYER, F. (org.)

1988 *Linguistics. The Cambridge Survey*. Vols. I, II. Cambridge: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, F.

1996 "Semântica". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs).

PEDRO, E. R.

1996 "Interacção Verbal". In Faria, Pedro, Duarte & Gouveia (orgs).

PERES, J. A. & T. MÓIA

1995 *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

PINKER, S.

1994 *The Language Instinct. How the Mind Creates Language*. 2ª edição. Nova Iorque: Harper Perennial.

PUSTEJOVSKY, J.

1991 "The Syntax of Event Structure". In Levin & Pinker (orgs) *Lexical and Conceptual Semantics*. Cambridge, Mass/Oxford: Blackwell. 1994. Pp. 47-81.

REICHENBACH, H.

1947 *Elements of Symbolic Logic*. Nova Iorque: Free Press.

REINHART, T.

1976 *The Syntactic Domain of Anaphora*. MIT: Tese de Ph.D.

RIO-TORTO, G. M.

1998 *Morfologia Derivacional. Teoria Geral e Aplicação ao Português*. Porto: Porto Editora.

SAUSSURE, F. DE

1916 *Cours de Linguistique Générale*. Edição crítica de T. de Mauro. 2ª edição. Paris: Payot. 1975.

SEARLE, J. R.

1969 *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press. (Trad. portuguesa: *Os Actos de Fala*. Coimbra: Livraria Almedina. 1981)

1975 "A Taxonomy of Illocutionary Acts". In Gunderson, K. (org.) *Language, Mind and Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press. Pp. 344-369.

1979 *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

SIM-SIM, I.

1999 *Desenvolvimento da Linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

STALNACKER, R.

1972 "Pragmatics". In Davidson & Harman (orgs) *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel Publishing Company. Pp. 380-397.

SIM-SIM, I.

1999 *Desenvolvimento da Linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

TARALLO, F.

1983 *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Universidade da Pensilvânia: Dissertação de PhD.

VENDLER, Z.

1967 "Verbs and Times". In *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press.

WELLS, R. S.

1945 "Immediate Constituents". *Language*. 23: 1-11.

Índice remissivo

Página intencionalmente em branco

- A**
- Abreviação, 84
 - Aceitabilidade, 352
 - Acento, 236, 238-241, 400-401
 - Acronímia, 85
 - Actividade, ver processo
 - Acto ilocutório, 347-349
 - ilocutório assertivo, 348
 - ilocutório compromissivo, 348
 - ilocutório directivo, 348
 - ilocutório expressivo, 348
 - linguístico, 345-349
 - locutório, 347
 - perlocutório, 347
 - Adequação, 343-345
 - Adjectivização, 86-87
 - Adjectivo, 78, 153-156
 - avaliativo, 155
 - classificador, 154
 - de qualidade objectiva, 154-155
 - negativo e conjectural, 153-154
 - Adjunto, ver modificador
 - Adjunto temporal, 317-319
 - Advérbio, 79
 - Afixo, 74-75
 - derivacional, 75
 - flexional, 75
 - Agente, 71-72
 - Alfabeto, 378
 - Fonético Internacional, 218
 - Alofone, 230
 - (Segmento) Alveolar, 227
 - Ambiguidade, 47
 - estrutural (ou sintáctica), 47, 129
 - lexical, 94
 - semântica, 297
 - Anáfora, 312-314
 - Ancoragem anafórica, 317-318
 - dêictica, 317-318
 - Anomalia semântica, 294-295
 - Antecedente, 165, 166, 167
 - Antonímia, 93
 - complementar, 93
 - graduável, 93
 - relacional, 93
 - Aparelho de produção da fala, 213, 222-223
 - (Princípio do) Arbitrário do signo, 70
 - Arcaísmo, 83
 - Argumento (ver também papel semântico), 72
 - (Segmento) Arredondado, 225
 - Artigo definido, 135
 - indefinido, 135
 - Aspecto, 319-322
 - Ataque, 245
 - (Verbo de) Atitude proposicional, 302
- B**
- (Segmento) Bilabial, 226
- C**
- Cadeia referencial, 310-311
 - Caixa de Hockett, 48, 123
 - Campo semântico, 96
 - Categoria sintáctica, 70-71
 - Causador, 71
 - (Relação de) C-comando, 313-314
 - Classe aspectual, 321
 - de palavras, ver categoria sintáctica
 - natural, 227
 - Coda, 245
 - Combinação livre de palavras, 121
 - Competência, ver conhecimento da língua
 - Complementador, 164
 - Complemento, 142, 144-145, 146, 156
 - directo, ver objecto directo
 - indirecto, ver objecto indirecto
 - (Frase) Completiva, 162-165
 - de adjectivo, 163
 - de nome, 163
 - de verbo, 163
 - Componentes da gramática, 51-54
 - Composição, 85
 - Compreensão, 18-20
 - do oral, 18-20
 - Comutação, 75-76, 125-128, 133
 - (Processo de) Concordância, 147-148
 - Conector, 159
 - Conhecimento da língua, 17
 - fonológico, 53
 - lexical, 51-52
 - semântico (composicional), 53
 - sintáctico, 52-53

- Conjugação, 80
 Conjunção, 79, 159
 ——— coordenativa, 159
 ——— correlativa, 159
 ——— subordinativa, 164, 170-171
 Consoante, 215, 225, 226, 230
 Constituinte, ver estrutura de constituintes
 Constituinte, 122ss
 ——— anteposto, 405
 ——— de palavra, ver morfema
 ——— imediato, 122ss
 ——— parentético, 405
 ——— principal, 125
 Contexto linguístico, 343
 ——— sintático, 133
 ——— situacional, 343
 Contorno entoacional, 408-410
 ——— entoacional ascendente, 409
 ——— ascendente-descendente, 409
 ——— descendente, 409
 ——— descendente-ascendente, 409
 ——— nivelado, 409
 Contradição lógica, 294
 Conversa espontânea face a face, 351, 352-353, 388
 Conversão, 86
 Coordenação, 159-161, 405
 ——— assindética, 160
 ——— binária, 159
 ——— múltipla, 159
 ——— sindética, 159
 Co-referência, 313, 315
 Co-referente, ver co-referência
 Criatividade lexical, 77
 Culminação, 321
- D**
- Declaração, 348
 ——— assertiva, 348
 Deixis, 298-299
 Denotação, ver referência
 (Segmento) Dental, 226
 Derivação, 86-88
 ——— regressiva, 88
 (Função) Designatória, 299-300
 Desinência verbal, 81
 Deslocação, 125-128
- Determinante, 78
 Diagrama em árvore, 48, 76, 123, 124
 Dialecto, 22-23
 Dicionário, 68
 Dígrafo, 218, 391
 Distribuição, 133ss
 Dito, 360-362
 Ditongo, 248
 (Palavras) Divergentes, 97
- E**
- Elipse, 389
 Empréstimo, 83-84
 Encaixe, 162
 Entoação, 241, 403, 408-410
 Entrada lexical, 73
 Enumeração, 160
 Enunciado, 343
 ——— constativo, 345
 ——— performativo, 345-347
 ——— performativo explícito, 344-345
 ——— performativo primário, 344-345
 Equivalência semântica, 293-294
 Escopo, 308
 ——— estreito, 308
 ——— largo, 308
 ——— relativo, 308
 Escrita, 19-20
 ——— cuneiforme, 378
 ——— pictográfica, 377
 ——— silábica, 378
 (Modo) Escrito, 19, 377, 381, 388, 392, 395, 399,
 402, 406, 408, 410
 Estado, 321
 ——— resultante, 320
 Estatuto, 355
 Estilo, ver registo
 Estrutura de constituintes, 48, 75-76, 122-125
 Étimo, 97
 Eufemismo, 359
 Evento, 320-321
 ——— momentâneo, ver culminação
 ——— prolongado, ver processo culminado
 Experienciador, 72
 Expressão dêictica, 389
 ——— fixa, 121

- L**
 (Segmento) Labiodental, 226
 (Segmento) Lateral, 226
 Leitura, 19-20
 Léxico, 52
 ——— activo, 68
 ——— passivo, 68
 Língua
 ——— de escolarização, 24
 ——— escrita, 44
 ——— falada, 44
 ——— materna, 15
 ——— natural, 15
 ——— oficial, 24
 ——— padrão (ou norma), 24-25
 Língua/fala, 44, 377
 Locução conjuncional, 170-171
 Locutor, 18, 354
- M**
 Máxima Conversacional, 357-358
 ——— de Modo, 357-358
 ——— de Qualidade, 357-358
 ——— de Quantidade, 357-358
 ——— de Relação, 357-358
 Mero plural, 306
 Metátese, 233, 386
 Mistura, 85
 Modificador, 145-146
 ——— apositivo, 146, 404
 ——— restritivo, 145
 Modelo de estados finitos, 46-47
 Modo de articulação, 226-227
 Modo verbal, 158, 163-164, 170-171
 Morfema, 74ss
 ——— dependente (ou preso), 75
 ——— livre (ou independente), 74-75
 ——— zero, 79
- N**
 (Segmento) Nasal, 224, 392, 396, 400
 Neologismo, 83
 Nome, 78-79, 135-136
 ——— comum, 135
 ——— próprio, 135-136
 Nominalização, 86-87
- Normalização linguística, 27-31
 Núcleo silábico, 244
 ——— sintáctico, 136
 (Flexão de) Número, 79
- O**
 Objectivo ilocutório, 348
 Objectivos do ensino da gramática, 55-57
 Objecto directo, 142-143
 ——— indirecto, 142-143
 (Consoante) Oclusiva, 226
 (Consoante) Oclusiva fricativizada, 231
 Onomatopéia, 70
 (Contexto) Opaco, 302
 Oração, ver frase
 (Modo) Oral, 19, 377, 381, 388, 395, 399, 402, 406, 408, 410
 Ordem de palavras, 149, 156
 ——— básica, 149
 Ortografia, 215-216, 392-395
 Ouvinte, 18, 354
 OVS, 150
- P**
 (Segmento) Palatal, 227
 Palavra, 75-76, 213, 378
 ——— -Q, 150-152
 Papel linguístico, 18
 ——— semântico, 71-72
 Par mínimo, 229
 Paráfrase, 293-294
 Parassíntese (ou circunfixação), 88
 Parataxe, 388
 Parentetização, 76, 124
 Pausa, 159, 219, 242, 402-404, 406-408
 Performance, ver uso da língua
 Período composto, 158
 ——— simples, 158
 (Flexão de) Pessoa e número, 81
 Polissemia, 94
 Ponto, 403
 ——— de exclamação, 403
 ——— de interrogação, 403
 ——— e vírgula, 403
 Ponto de articulação, 226-227
 Ponto da fala, 316-317

——— de culminação, 320
 ——— de referência, 316-317
 ——— do evento, 316-317
 Pontuação, 391, 402-410
 Postulado de significação, 295-296
 Pragmática, 53-54, 343
 Predicação, 157
 Predicado, 125, 139-140
 Predicado de espécie, 304-305
 ——— de fase, 304-305
 ——— de indivíduo, 304-305
 Predicativo do sujeito, 144
 Prefixo, 75
 Preposição, 79
 Presente histórico, 318
 Pressuposição semântica, 293
 Princípio de Composicionalidade, 289
 ——— de Cooperação, 357
 ——— de Delicadeza, 358
 Processo, 320, 321
 ——— culminado, 321
 Processo fonológico, 220, 232-237
 Processo preparatório, 320
 Processos de formação de novas palavras, 84-88
 Produção, 18-20
 Pronome, 78
 ——— demonstrativo, 140-141, 142
 ——— pessoal, 140, 142, 143
 ——— relativo, 165, 167
 Proposição, 292
 Prosódia, 238-253, 402-410

Q

Quantificação nominal, 307-308
 ——— existencial, 307
 ——— universal, 307
 Quantificador, 78
 ——— existencial, 307-308
 ——— universal, 307-308

R

Radical, 74-75, 240
 (Segmento) Recuado, 225
 Recursividade, 45-46
 Referência, 299-302
 (Expressões) Referencialmente disjuntas, 314

Regência, ver subcategorização
 Registro, 24, 355
 Relação gramatical, ver função sintáctica
 Relações associativas, 96-98
 ——— paradigmáticas, 133
 ——— sintagmáticas, 133
 (Frase) Relativa, 165, 166-170, 406
 ——— Relativa apositiva, 168-169
 ——— Relativa canónica, 169
 ——— Relativa (com antecedente expresso), 166-170
 ——— Relativa cortadora, 169-170
 ——— Relativa livre, 165
 ——— Relativa restritiva, 168-169
 ——— Relativa resumptiva, 169-170
 Representação
 ——— fonológica, 53
 ——— semântica, 53
 ——— sintáctica, 53
 Restrição de selecção, 72
 Retoma anafórica, 125-129
 Rima silábica, 245
 Ruptura sintáctica, 390

S

Segmentação, 75-76, 133
 Segmento aberto, 225-226
 ——— fechado, 225-226
 ——— médio, 225-226
 Selecção semântica, 71-72
 Semântica, 53
 Semivogal, 225, 226
 Sentido, , 299-302
 Sequência fônica, 242
 Sigla, 84-85
 Significância informacional, 290
 Sílaba, 48-49, 238-241, 244-249, 378, 391
 ——— aberta, 386
 ——— átona, 238-241, 401
 ——— fechada, 386
 ——— tónica, 238-241, 401
 Silabário, 378
 Significado lexical, 69-70, 90-94
 Significado/significante, 69
 Signo linguístico, 69
 (Condição de) Sinceridade, 348
 Sincronia/diacronia, 44

- Sinonímia, 92-93
- Sintagma, 136-138
- adjectival, 137-138
 - nominal, 137-138
 - preposicional, 138
 - Q, 151
 - verbal, 137-138
- Sintaxe, 52-53, 388, 391, 403-408
- Sistema combinatorio discreto, 45-48
- Situação ficcional, 351-352
- institucional, 351
 - mediada, 351-352
 - não pessoal, 351
 - pessoal, 351
 - prescritiva, 351-352
 - privada, 351
- (Tipologia de) Situações, 350-351
- Sobregeneralização, 18, 81-82
- Som da fala, 211, 213, 221, 223, 378, 396-401
- SOV, 149
- Subcategorização (ou selecção categorial), 70-71
- Subclasse de palavras, 135ss
- Subordinação, 159
- adjectiva, 166-170
 - adverbial, 170-172
 - substantiva, 162-166
- Substituição, ver comutação
- Sufixo, 75
- Sujeito, 125, 139-141
- extraposto, 152
 - expletivo (ou gramatical), 141
 - indeterminado, 141
 - nulo (ou subentendido), 141
- (Processo fonológico de) Supressão, 233, 383
- SVO, 149, 150
- T**
- Tautologia, 301
- Tema (ou paciente), 71
- Tema do presente, 80
- do pretérito, 80-81
 - do infinitivo, 80-81
 - verbal, 80
- Tempo, 316-322
- (Flexão de) Tempo, modo, aspecto, 80-81
- (Localização) Temporal, 316-319
- de anterioridade, 316-318
 - de posterioridade, 316-318
 - de sobreposição, 316-318
- Testes de identificação de constituintes, 125-129
- Tópico, 149-150
- Traço fonético redundante, 91
- Traço semântico, 90-91
- Transcrição fonética, 219
- U**
- Uso consagrado como critério de demarcação, 44
- Uso da língua, 18-20, 350-353
- (Consoante) Uvular, 227
- V**
- Vagueza, 298
- Valor de verdade, 301
- Variacão linguística, 21-26
- geográfica, 22-23
 - histórica, 25-26
 - situacional, 23-24
 - social, 24
- (Palavra) Variável/invariável, 78-79
- Variedade linguística, 21-26
- nacional, 21-22
 - social, 23-24
- (Segmento) Velar, 227
- Velocidade de elocução, 243, 381
- Verbalização, 86
- Verbo, 78, 80-81
- auxiliar, 144
 - copulativo, 144
 - ditransitivo, 144
 - intransitivo, 135, 144
 - principal, 144
 - transitivo, 135, 144
 - transitivo directo, 144
 - transitivo indirecto, 144
- Vibrante, 226
- Vírgula, 403
- Vogal, 215-218, 225-226, 382-384
- (Segmento) Vozeado, 224
- VSO, 149, 151

Composto e maquetizado
na Guide, Artes Gráficas, Lda.

1.ª edição

Lisboa, 2000



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.univ-ab.pt